

Caderno Virtual de Turismo
ISSN 1677-6976

CADERNO VIRTUAL DE TURISMO

Artigos originais

Turismo cultural: perspectivas para a função turística em bibliotecas do brasil

Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes: instrumentos de gestão e potencial turístico

Análise da produção científica norteada pela abordagem do materialismo histórico dialético: um recorte temporal de 2004 a 2014 das revistas científicas brasileiras

A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais

O mercado de trabalho para o profissional da hotelaria na cidade de Limoeiro do Norte – Ceará

Turismo de experiência: L'arte ceccato Vila Flores

Os paradoxos do acolhimento em Minas no século XIX de acordo com a literatura de viagem: hospitalidade e hostilidade

Compassos e descompassos do planejamento e da política de turismo no estado de Goiás (1991 a 2014)

Reflexiones en torno a la construcción social del conocimiento turístico: un acercamiento crítico epistemológico

Turismo de base comunitária e desenvolvimento local: trajetórias do turismo nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras em Serro / MG

ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

CADERNO VIRTUAL DE TURISMO

Editor chefe:

Roberto Bartholo | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Editores científicos:

Ivan Bursztyn | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Aguinaldo Cesar Fratucci | Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

Luis Tadeu Assad | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Brasília, DF, Brasil

Eloise Silveira Botelho | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Editora executiva:

Fernanda Tavares Barcelos | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Assessoria de comunicação Científica:

Juliana Gonçalves Reis | Estúdio científico editorial, Brasil

Produção editorial:

Flávio Silva Ramos | Editora IABS, Brasília, DF, Brasil

Revisão e normatização:

Stela Máris Zica | Editora IABS, Brasília, DF, Brasil

Diagramação:

Rodrigo Torres | Toro Criativo, Brasília, DF, Brasil

Conteudistas:

Isabela Rosa Sette | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Jannyne Lima de Meira Barbosa | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Marcela Pimenta Campos Coutinho | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Mauro Knupfer Coutinho | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Caderno Virtual de Turismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, dez. 2018. – Rio de Janeiro-RJ.

Quadrimestral - **ISSN 1677-6976**

CDU 005

304

ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

Conselho editorial:

Arminda Campos , Universidade Estadual Paulista (UNESP), Guaratinguetá, SP, Brasil
Carla Martins Cipolla, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Davis Gruber Sansolo, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Vicente, SP, Brasil
Giovanni de Farias Seabra, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil
Guilherme Lohmann, Southern Cross University (SCU), Gold Coast, Austrália
José Manoel Gonçalves Gandara, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil
Ladislau Dowbor, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil
Lionello F. Punzo, Università degli Studi di Siena (UNISI), Siena, Itália
Marco Garrido Cumbrera, Universidad de Sevilla (US), Sevilha, Espanha
Marta de Azevedo Irving, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Marutschka Martini Moesch, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
Maurício César Delamaro, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Guaratinguetá, SP, Brasil
Mirian Rejowski, Universidade Anhembi Morumbi (UAM), São Paulo, SP, Brasil
Mugendi K. M'Rithaa, Cape Peninsula University of Technology (CPUT) Cape Town, África do Sul
Raúl Valdez, Universidad de las Américas Puebla (UDLAP), San Andrés Cholula, Puebla, México
Rita de Cássia Ariza da Cruz, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil
Rodrigo de Azeredo Grünewald, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil
Susana Gastal, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, RS, Brasil

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License (http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal), já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado. Porém deve-se observar que uma vez aprovado pelos avaliadores, o manuscrito não poderá sofrer mais alterações. Caso o autor deseje faze-lo, deverá reiniciar o processo de submissão.

Caderno Virtual de Turismo
ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

SUMÁRIO

Apresentação Dossiê

Dossiê Temático: Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas 06

Marisa Egrejas, Eloise Botelho e Marta Irvingy

Artigos Dossiê

Povos tradicionais, áreas protegidas, turismo e políticas públicas: o papel emergente da academia 08
Laura Sinay, Rodney William Carter e Maria Cristina Fogliatti de Sinay
http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1524

A reprodução capitalista do espaço urbano: uma análise sobre as implicações da concessão de serviços do Parque Nacional da Tijuca – RJ 25
Eloise Silveira Botelho e Gláucio Glei Maciel - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1554

Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a dimensão social: reflexões a partir do estudo de caso de Fernando de Noronha (PE) 42
Itamar Cordeiro e Nathália Körössy - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1555

Requalificação da Fazenda Colubandê em São Gonçalo/RJ como atrativo turístico por meio de práticas de ecoturismo e educação ambiental 59
Alessandra Lopes Freitas, Marco Aurélio Moura da Cunha e Suellen Alice Lamas
http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1559

Turismo de Base Comunitária e Produção do Espaço na Comunidade da Ilha de Deus, Recife-PE 74
João Paulo Silva - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1563

Artigos Originais

Turismo cultural: perspectivas para a função turística em bibliotecas do Brasil 90
Nayane de Abreu Schamberlain e Juliana Carolina Teixeira - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1256

Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes: instrumentos de gestão e potencial turístico 107
Raquel Faria Scalco e Daniella Eloi de Souza - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1278

Análise da produção científica norteada pela abordagem do materialismo histórico dialético: um recorte temporal de 2004 a 2014 das revistas científicas brasileiras 129
Luiz Daniel Muniz Junqueira - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1329

A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais 149

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

Mariana Conceição Alves, Alan Faber Nascimento e Thamiris Oliveira Freitas
http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1341

O mercado de trabalho para o profissional da hotelaria na cidade de Limoeiro do Norte – CE 164

Edvanda Maria Melo Maia - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1342

Turismo de experiência: L'arte ceccato Vila Flores 178

Erly Maria Carvalho Silva e Fabia Trentin - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1351

Os paradoxos do acolhimento em Minas no século XIX de acordo com a literatura de viagem: hospitalidade e hostilidade 193

Leandro Benedini Brusadin - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1359

Compassos e descompassos do planejamento e da política de turismo no estado de Goiás (1991 a 2014) 208

Giselia Lima Carvalho - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1362

Reflexiones en torno a la construcción social del conocimiento turístico: un acercamiento crítico epistemológico 224

Florencia Viviana Moscoso - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1366

Turismo de base comunitária e desenvolvimento local: trajetórias do turismo nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras em Serro / MG 239

Elcione Luciana Silva e Leonardo Barci Castriota - http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1372

EDITORIAL

Dossiê Temático: Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas

O turismo, como um fenômeno contemporâneo complexo e multifacetado, se insere em diferentes esferas – mercadológicas, acadêmicas, de gestão – que nem sempre se tangenciam ou apresentam interseções. Dessa maneira, uma leitura crítica e uma reflexão aprofundada, principalmente no que tange à relação com natureza e cultura, se fazem necessárias para ultrapassar visões estritas ou ações simplistas que pouco contribuem para a sustentabilidade ou para a compreensão deste fenômeno no contexto de uma sociedade em acelerada mudança.

Visando contribuir na dinamização do debate sobre as relações entre estes três termos, desde uma perspectiva interdisciplinar, e buscando apoiar a produção, a reflexão e a gestão de políticas públicas nesta área, o Caderno Virtual de Turismo realizou uma chamada para compor dossiê que coloca em relevo artigos dedicados ao tema. Disto, resultaram dois dossiês, sendo um deles apresentado nesta edição.

O tema emerge do Workshop e Seminário Internacional Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas, realizado em maio/junho de 2016, no Rio de Janeiro, promovido pelos Grupos de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS) e Núcleo SINERGIA: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura associados ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ) e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ), em parceria com o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (PEP/COPPE/UFRJ), com a Fundação Casa de Rui Barbosa e com a Universidade de Paris 1 Panthéon Sorbonne (Institut de Recherche et d'Études Supérieures du Tourisme / Cátedra Globalização e Mundo Emergente FIESP-Sorbonne).

As discussões que se efetivaram no Workshop e no Seminário tiveram como desafio preliminar algumas questões norteadoras, que nesta Seção Especial, foram retomadas como pontos de aproximação entre os artigos selecionados para compô-la.

O artigo que abre esta seção, de autoria de Laura Sinay, Rodney William Carter e Maria Cristina Fogliatti de Sinay, abordam o papel da academia em torno do debate sobre a interface natureza e cultura nas políticas públicas, desde um estudo sobre uma comunidade tradicional brasileira habitante de uma área natural protegida localizada no sul do Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho seguinte, de Eloise Botelho e Gláucio Maciel, analisa as implicações da concessão de serviços de apoio à visitação do Complexo Paineiras no uso da área de lazer Floresta das Paineiras (Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro).

Compõe o terceiro trabalho do dossiê o artigo "Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a dimensão social: reflexões a partir do estudo de caso de Fernando de Noronha (Pernambuco – Brasil)", de Itamar Cordeiro e Nathália Körössy.

O quarto artigo, de autoria de Alessandra Lopes Freitas, Marco Aurélio Moura da Cunha e Suellen Alice Lamas, apresenta um estudo de caso sobre requalificação da Fazenda Colubandê, no município de São Gonçalo/RJ, como atrativo turístico, a partir de práticas de ecoturismo e de educação ambiental.

O último artigo do dossiê desta edição, de João Paulo Silva, tem como objetivo discutir a relação entre turismo e produção do espaço, a partir de um estudo de caso na comunidade da Ilha de Deus, localizada na zona sul da cidade do Recife (Pernambuco), abordando as iniciativas de turismo de base comunitária.

Espera-se que os artigos disponíveis para leitura possam contribuir para a reflexão em torno das políticas públicas empenhadas na transformação social, no compromisso ético e na integração entre turismo, natureza e cultura.

Esperamos que esta Seção Especial lhe estimule às pesquisas e a novas criações e publicações.

Boa leitura!

Marisa Egrejas, Eloise Botelho e Marta Irving

Caderno Virtual de Turismo
ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

Povos tradicionais, áreas protegidas, turismo e políticas públicas:
o papel emergente da academia

An emerging role for academia in bridging the disconnect between traditional people, protected areas, tourism and public policy

Puebles tradicionales, áreas protegidas, turismo y políticas públicas: el papel emergente de la academia

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1524

Laura Sinay ‹ lsinay@usc.edu.au ›
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rodney William Carter ‹ bcarter@usc.edu.au ›
University of the Sunshine Coast, Austrália

Maria Cristina Fogliatti de Sinay ‹ cristinasinay@gmail.com ›
Universidade do Grande Rio (Unigranrio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 07-dez-2017
Aceite: 10-dez-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SINAY, L.; CARTER, R. W.; SINAY, M. C. F. de. An emerging role for academia in bridging the disconnect between traditional people, protected areas, tourism and public policy. **Caderno Virtual de Turismo**. Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 6-22, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

Este artigo descreve o processo de mudança cultural de uma comunidade tradicional brasileira, os Caiçaras de Martin de Sá, desde o estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o início da chegada de turistas (2000 a 2017). Faz isso com o intuito de analisar: (1) a conexão entre a natureza e a cultura nas políticas públicas, e (2) o diálogo entre a Academia e a gestão pública. O artigo conclui que a conexão entre natureza e cultura foi legalmente reconhecida em algumas áreas protegidas do Brasil por meio da Lei Federal nº 9.985/2000. Apesar disso, diversos interesses econômicos, como o agronegócio por exemplo, ainda vulnerabilizam o vínculo entre a natureza e as comunidades tradicionais. Nesse contexto, a Academia tem um importante papel na crítica de políticas públicas, podendo dar suporte aos gestores de áreas protegidas no sentido de maximizar a flexibilidade de instrumentos de políticas de nível inferior. No entanto, no Brasil, a sustentabilidade dos ambientes prístinos e de culturas tradicionais requer políticas que considerem mais amplamente o uso tradicional dos recursos naturais e que empoderem as comunidades tradicionais.

Palavras chave: Áreas protegidas. Comunidades tradicionais. Turismo. Mudança cultural. Políticas públicas. Academia.

ABSTRACT

This paper describes the process of cultural change in one Brazilian traditional community, the Caiçaras of Martin de Sá, since the establishment of the National System of Protected Areas, and the beginning of tourist arrivals (2000 to 2017). It reviews the research in the context of: (1) reconnecting nature and culture in public policy, and (2) how to promote dialogue between academia and public management. It concludes that nature and culture were notionally reconnected in some of Brazil's protected areas through Federal Law No. 9.985/2000. However, the nature-culture link of traditional communities continues to be vulnerable due economic development interests, especially agribusiness. In this context, academics can take a greater role in critiquing public policy. Informed dialogue between academia and public land managers can be a first step in reconnecting nature and cultures by maximizing flexibility within lower level policy instruments. However, in Brazil, the sustainability of pristine environments and their dependent traditional cultures requires policies that more broadly consider traditional use of natural resources and empower traditional communities.

Keywords: *Protected areas. Traditional peoples. Tourism. Cultural change. Policies. Academia.*

RESUMEN

Este artículo describe el proceso de cambio cultural de una comunidad tradicional brasileña, los Caiçaras de Martin de Sá, desde el establecimiento del Sistema Nacional de Áreas Protegidas y el inicio de la llegada de turistas (2000 a 2017). Esto se hace con el fin de analizar: (1) la conexión entre la naturaleza y la cultura en las políticas públicas, y (2) el diálogo entre el mundo académico y la administración pública. Concluye que la conexión entre naturaleza y cultura fue legalmente reconocida en algunas áreas protegidas de Brasil a través de la Ley Federal nº 9.985/2000. A pesar de ello, diversos intereses económicos, como el agronegocio por ejemplo, aún vulnerabilizan el vínculo entre naturaleza y comunidades tradicionales. En este contexto, la Académia tiene un importante papel en la crítica de políticas públicas, pudiendo dar soporte a los gestores de áreas protegidas para maximizar la flexibilidad de instrumentos de políticas de nivel inferior. Sin embargo, en Brasil, todavía son necesárias políticas que consideren más ampliamente el uso tradicional de los recursos naturales y que empoderen a las comunidades tradicionales.

Palavras clave: *Áreas protegidas. Comunidades tradicionales. Turismo cultural. Políticas públicas. Academia*

INTRODUCTION

It is commonly accepted that criteria used to assess the performance of academic institutions are teaching, research and service to the community (PORTNOI et al., 2010). Internally, tertiary education institutions seek to align these key performance indicators in the interests of efficiency and developing standing nationally and internationally (PORTNOI et al., 2010). Similarly, they seek to provide service through knowledge and understanding transfer based on disciplined research, especially unbiased interpretation, extrapolation and application of empirical data. Herein lies a role for academics that goes beyond the teaching of students to include community education and informing public policy for improved decision-making. However, the making of public policy and its application is not the domain of the academic, and separation of these roles is important for maintaining the independence of academia to inform, advice and critique governance and management. The emergence of policy discourse within academia is exemplified by journals addressing policy implications of science within almost all discipline areas, but especially the social and management sciences; so much so, that policy and governance research attracts their own methodological and analytical peer-reviewed journals, these are necessary as the issues addressed are embedded on moral values.

Public policy discourse related to the interaction of traditional peoples, protected areas and tourism is well-developed, i.e. they exist and are on place, where indigenous and traditional people are modernizing, but less so where such people remain living their traditional lifestyles. Concern for the disempowerment of these people and loss of cultures has not been reflected in the number of studies in such societies. Hence, countries with indigenous populations living traditional, subsistence lifestyles in natural areas tend to be subject to policies adopted from quite different circumstances. This is the case in Brazil, where conservation obligations are met through protected area establishment that overlays the traditional lands of Indigenous peoples. Confounding the issues that arise is the increasing demand for tourist use of protected areas and indeed cultural tourism, where experiencing intact traditional cultures is the goal. Apart from ethical considerations, how to manage the disparate interests of stakeholders, including economic development of communities of place and interest (SINAY, 2008), remains problematic for managing authorities[1], and policy makers.

In this paper, we describe the process of change, and its influential factors, in one Brazilian traditional community, Martin de Sa, since enactment of the Brazilian Federal Law No. 9.985/2000 (LF 9.985/00), which established the National System for Conservation Units (SNUC). It also covers the time from the beginning of tourist arrivals (i.e., 2000 - 2017). We seek to demonstrate how policy, its interpretation, and its interaction with other stressors can affect traditional indigenous communities, and how longitudinal monitoring[2] of community dynamics and change might inform policy interpretation and application in specific contexts. However, it will be evident from the case study that while dialogue between academic researchers, the community and some other stakeholders was enriched, interaction with managers and policy makers remained remote, with objectives for resource management being only slowly achieved and with conflict. We use the case study to identify how academia might provide service to key stakeholders through iterative monitoring of policy implementation and recording affected community response to management and outsider action.

[1] Which includes "anyone with the power or right to give orders, make decisions, and enforce obedience" (DICTIONARY, 2008)
[2] As described in section A longitudinal study of cultural change in a protected area context – methodology

INDIGENOUS COMMUNITIES, CULTURE AND PROTECTED AREAS

CULTURE, CHANGE AND TRADITIONAL PEOPLE

'Culture' refers to the totality of mental and physical reactions and activities that characterize the behavior of individuals in relation to their natural environment, to other groups, to members of the group itself and to themselves (BOAS, 1965). This includes all knowledge, beliefs, morals, laws, art, customs, other expressions and habits acquired by people as members of a society, as well as products of human activity and their role in the life of groups. It refers to the perceptions and standards by which people see cultural resources, traditions, and expressions. It is a trait possessed by every person, learnt from living within a community; it is a framework for interpreting and responding to experiences of the world. By inventions and discoveries, individuals are continually adding knowledge to culture. Hence, cultures are constantly changing (LEVI-STRAUSS, 1958-1973).

Worldwide there are about 370 million traditional peoples (AMNESTY INTERNATIONAL, 2015). They inhabit all continents (except Antarctica) and most terrestrial ecosystems (SINAY, 2008). Each has their own traditions, religion, cuisine, dress, arts, language, laws, and way of explaining life (BOEDHIHARTONO, 2017). They often live in small communities, based on some form of kinships linkage (DIEGUES, 1994). Many make decisions by consensus or general agreement and do not have any centralized state organization (JONES et al., 1992). Order is internally maintained through tradition, lore and systems of sanction and reward. Externally imposed laws, regulations and policies of modern society often challenge the culturally determined systems of governance.

Most semi-isolated traditional communities have low levels of production and low inputs. Their unique systems of thought and values and their largely self-sufficient, closed economy (MENDES, 2015) separates them from many other cultural groups and modern society. This is usually associated with a profound association with the land in which they live, which is often held to be sacred (KEMF, 1993). Many traditional communities live wholly or partly on gathering plants, hunting or fishing (TOURNEAU; BEAUFORT, 2017). This close link with nature is often the first to be broken as traditional communities enter the consumer society.

Traditional cultures maintaining their integrity tend to remain separate from urban industrial society, preserving their systems of thought and values (ASANTE et al. 2017), although this is changing as contact with Western cultures becomes more frequent (SINAY, 2002, 2008). As a result, most traditional cultures are changing rapidly, rather than through a gradual process within which change can be accommodated (SINAY, 2002, 2008).

While change is an inherent and inevitable characteristic of culture, globalization forces are affecting multiple cultural expressions concurrently. The web of cultural expression (see CARTER; BEETON, 2004) is under constant stress with no time to stabilize, and communities are losing the capacity to manage their change process. Cultures tend to collapse and are absorbed into the dominant culture; individuals are dislocated spatially, socially and culturally. For traditional people under globalization pressures, few individuals have prospered. The majority has suffered land alienation, high rates of unemployment, extreme poverty, oppression and violence (SINAY, 2008; AMNESTY INTERNATIONAL, 2015).

Brazilian traditional peoples are no exception and are at risk of being absorbed into the dominant cultural at the expense of their own. While less than half of Brazil's traditional people live in areas where

cultural practices are legally protected, the remainder struggle to sustain their cultures (lifestyle and traditions) in the context of growth and expansion of non-traditional populations and economies or within the expansion of protected areas.

ACKNOWLEDGING THE IMPORTANCE OF TRADITIONAL PEOPLE IN THE CONSERVATION OF PROTECTED AREAS

Indigenous and traditional peoples are also known as 'ecosystem people' as they "depend on functioning ecosystems for survival" (IUCN, 2016). The interdependency and stewardship results in the best-preserved natural areas occurring on customary lands (IUCN, 2016), which extend to about 65 per cent of the world's terrestrial surface (RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE, 2015). In this context, it makes no sense to "talk about conservation without speaking of Indigenous Peoples and their role as the guardians of our most delicate lands and waters" (IUCN, 2016).

Traditional peoples' roles in conservation were first recognized by the International Union for the Conservation of Nature (IUCN) in 1948 through the nomenclature of Anthropological Reserves, and ratified in 1994 within Category VI: Protected area with sustainable use of natural resources. However, despite this recognition of the conservation importance of Indigenous and traditional peoples' occupation and management of traditional lands, both nature and the protective traditional practices are being lost (MINORITY RIGHTS, 2016), through exploitive interests and land management that usurps customary practices. Consequently, it is expected that in the next century at least 50 per cent (and up to 90%) of existing Indigenous languages and associated accumulated knowledge will be lost (MINORITY RIGHTS, 2016).

Brazil shelters at least 500,000 traditional people. While some are nomadic and have little contact with other cultural groups (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2017), most live in settlements (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017), many of which are associated with protected areas. These often include significant reserves of valuable minerals (e.g., gold, copper, oil), sites for dam construction projects and production of energy, as well as areas attractive for agribusiness expansion. As a result, conflict over land rights often results (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017). These conflicts, obviously, need to be avoided.

THE DISCONNECT BETWEEN BRAZILIAN PROTECTED AREA MANAGEMENT POLICY AND INDIGENOUS COMMUNITIES

Despite previous laws, before passing LF 9.985/00, Brazilian protected areas were managed based on the idea that, since people destroy nature (MELLO et al., 2014), any community living within a protected area must be removed (CUNHA; COELHO, 2003). This paradigm brought serious challenges in achieving the dual objectives of nature and cultural protection. Most pristine areas in Brazil (and in many other parts of the world) are inhabited by traditional peoples, whose livelihoods are based on subsistence activities, practiced for millennia. Human occupation of the conserved lands is an integral part of the ecological systems. As moving entire communities was not possible, the solution was to tolerate the presence of traditional peoples, but activities such as cropping, harvesting, hunting and fishing, which deemed exploitive of nature, and hence prohibited. This made the survival of traditional subsistence communities an impossibility within protected areas. In practice, policy was differentially applied, except within high profile, highly visited protected areas.

While, in the name of nature conservation, customary practices were being curtailed and traditional cultures being made vulnerable, Western people's interest in them and in pristine areas grew, as did the number of tourists seeking to visit these areas. Facing the risk of forced removal or chronic food insecurity, many traditional people migrated, often to the outskirts of cities. Those that remained often engaged in tourism activities to replace loss of income generated through subsistence activities. Thus, emigration, economic activity prohibitions and tourism have led to altered cultural practices within communities living in protected areas (SINAY, 2008). Failure to monitor change in populations, livelihoods and cultural practices meant that some cultures effectively disappeared, almost unnoticed.

In response, FL 9.985/2000 created a new protected area category that did not necessitate the removal of subsistence people. This category, which is subdivided in seven sub-categories, focuses on the sustainable use of natural resources as the main strategy for nature conservation (cf., PELLIZZARO, 2015). Sustainable use is allowed provided it does not interfere with the renewal of resources and ecological processes (BRAZIL, 2000). With this, the rights, knowledge and way of living of traditional peoples were legally recognized as important for the conservation of nature, and the permanent occupation of designated protected areas by traditional people was permitted. It was believed that this Act would protect traditional customs of people living within protected areas and minimize unwanted cultural change. In turn, traditional practice would be maintained and with it the ecological processes that have included the influence of people as part of the processes; thereby conserving nature. However, LF 9.985/00 did not grant land ownership to traditional peoples occupying the protected area.

While the governance process for accommodating traditional peoples within the protected area concept was established, it required those living within protected areas to establish standing as traditional peoples and acknowledgement of their claim over the protected area as a traditional living site[3]. It also required the protected area, established under previous legislation, to be appropriately re-designated. This proved to be particularly difficult for those non-Indigenous cultural groups caught in the process of change, but without knowledge of how to negotiate standing and re-designation of the category of protected area necessary for their traditional occupation of the land.

A LONGITUDINAL STUDY OF CULTURAL CHANGE IN A PROTECTED AREA CONTEXT – METHODOLOGY

The research initially sought to model cultural change in a neo-traditional subsistence community under the pressure to change from tourism within a protected area. What resulted was a 17-year longitudinal study of change to one community and response to pressures from within and outside the community and contemporary policy affecting the management of the protected area. The study adopted a grounded theory methodology (see GLASER; STRAUSS, 1967) to build the model of cultural change based on the perspectives of informants (SINAY et al., 2008). This was deemed important because cultural change depends on local factors such as the culture's resistance and resilience, pressures and management responses (CARTER; BEETON, 2008). Hence, grounded data were considered more reflective of the unusual phenomenon being studied and expected to generate a social, psychological and logical

[3] From the year 2000, when the law was stablished, to now other approaches were introduced as dis-affectation, re-categorization, relocations and double affectation.

understanding of the process of cultural change. Following this methodology, changes and causes identified are based on informants' constructions, not on existing theories of cultural change. Informants were asked if they observed cultural changes (no explanations were given regarding what cultural change is). Those that observed changes were asked to explain what changed, what caused change and the consequences of the observed changes[4].

The Caiçara community at Martin de Sá (Paraty, Rio de Janeiro, Brazil) was selected for study because they were: (1) only recently influenced by contemporary pressures, (2) a neo-traditional community, (3) occupying a protected area, (4) undergoing significant cultural change, and (5) accessible and familiar to the researcher so that available time could be used for maximum data collection.

This study developed through four stages. Over the 17 years of data collection, more than 450 interviews were conducted. The first stage started three months before the establishment of FL 9.985/00, in March 2000, until 2002. Twelve Caiçaras of the local community and 50 tourists were engaged in situ with semi-structured interviews with open-ended questions. These participants were consulted subsequently several more times through unstructured interviews. Semi-structured interviews were also held with managers (i.e., representatives of the Environment Institute of Rio de Janeiro State (INEA) and a local NGO (Green Citizenship) who had an established interest in management of the reserve and the rights of the Caiçaras. Interviews revealed the community's history, the history of the place, expectations about the future, pressures influencing cultural change, tourism characteristics and possible management interventions (SINAY, 2002).

During the second stage, from 2004 to 2008, 81 Caiçaras from 12 communities within the same protected area as Martin de Sá, 74 tourists from five tourism destinations within the same area, four managers of the protected area and nine representatives of the local NGO were interviewed.

The third stage took place during 2015. Individual responses to closed-ended questions, based on the initial interviews, were gathered on-line from tourists, representatives of INEA and the local NGO. Self-volunteering respondents were accessed through Facebook© advertising and the mailing list of the Park Project, which includes research that aims to contribute to the sustainability of the protected areas of Rio de Janeiro and had, at the time, 1300 contacts. By May 2015, 225 on-line surveys were completed. The synthesis of these results was presented to the community for validation and used for discussing cultural change. Except for the eldest woman (who was 110 years old at the time), all remaining adult members of the Martin de Sá community participated (three men, including the community leader, and two women).

During the fourth stage, face-to-face structured interviews with closed-ended questions were used for the 46 tourists who visited Martin de Sá between 16 and 20 January 2017, and face-to-face individual semi-structured interviews with open-ended questions were used with the 17 adult Caiçaras who were in Martin de Sá during the same period (the elder community member previously mentioned had passed away in 2016). Interview questions were based on those asked during previous stages, which again aimed to clarify the demographic profile of tourists, and their motivations and activities while at Martin de Sá, especially interaction with the Caiçaras, as well as perceptions of cultural and environmental changes and management interventions. A synthesis of results was again presented to the community for validation and again stimulated discussions about cultural change. All Caiçaras, adult and children, present at the time at Martin de Sá participated in this part of the research.

[4] For detailed information, please refer to (SINAY, 2008).

CULTURAL CHANGE WITHIN THE CAIÇARA COMMUNITY OF MARTIN DE SÁ

THE CAIÇARA COMMUNITY OF MARTIN DE SÁ

The Caiçara community at Martin de Sá lives within the Juatinga Ecological Reserve to the south of Rio de Janeiro state (Figure 1), in the Paraty municipality. The reserve is part of one of the most well-preserved areas of Atlantic Forest and shelters the small, but regionally important Caiçara community.



Figure 1 – Location of Caiçara communities within the Ecological Reserve Juatinga

Traditionally, the studied Caiçaras periodically change their place of residence as a strategy to use natural resources sustainably. Hence, community boundaries are not only dependent on the place where the individuals live, but on their perceptions of belonging and their ancestral roots. While not permanent inhabitants, about 30 Caiçaras identify themselves as part of the Martin de Sá community. They represent four generations of one family and frequently come and go, to and from Martin de Sá.

Caiçaras explain that the union of indigenous people, fugitive slaves (Africans), pirates and colonizers are their ancestors, each contributing to their traditional culture. They are, therefore, partly aboriginal, as are many Brazilians. The main difference between the Caiçara people and the rest of the Brazilian society is that their isolation has led to the retention of traces of their indigenous and African ancestral cultures. With this, the environment where they have lived for centuries is conserved.

Fishing was the Caiçaras' most important subsistence activity, so most communities are located close to calm water beaches, easily accessible by traditional canoes. A difference between the Martin de Sá Caiçaras community and others is that they have been more isolated from contemporary influences. At Martin de Sá, the shore break is usually of dangerously large waves. Therefore, use of traditional canoes and fishing boats was difficult and hazardous, which restricted access to a two-hour walking path from the nearest Caiçara community (Pouso da Cajaíba), from where it is possible to travel by sea to the nearest town, Paraty; a three-hour journey in traditional canoes.

From a globalization perspective, the history of Paraty can be divided into four periods. The first starts with its first inhabitants and ends with the arrival of colonizers (16th century). During this period, various indigenous groups inhabited permanently or temporarily (nomads) the region. The second period, from the 17th to the 18th century, is characterized by colonization and the establishment of one of the most important ports of the time at Paraty. From there, significant amounts of gold and sugarcane were exported to Europe. The third period commences with the creation of a Royal Road connecting sugarcane plantations and mines to Rio de Janeiro, where a better port was built, and ends in the 1970s. During this period, Paraty's economic importance declined and the area again became isolated. As a result, aboriginal cultures flourished and new traditional cultures emerged, including the Caiçara culture. These were mainly formed from the miscegenation of Indigenous people with African and /or Europeans who remained in the area[5]. The fourth and current period, started in the 1970s with the construction of a national road (BR-101) that connects Paraty to Rio de Janeiro and São Paulo. This can be described as the tourism and protected area period.

According to Caiçara oral history, the first tourists arrived in the 1970s, disrupting the long semi-isolation period of Martin de Sá. This tourism period did not last long, as one of the first tourists, supported by heavy armaments, established a farm in the area, bringing outsiders to work on the land and enslaving local community members[6]. Knowing the area better than the outsiders, some Caiçaras managed to run away to Cairuçú das Pedras and Saco das Anchovas (Figure 1), where they continued performing their traditional activities, while maintaining a connection to Martin de Sá. About a decade later, the farm became economically unviable and was abandoned, and in the early 1990s, some Caiçaras returned to re-establish their traditional way of life.

Apart from customary governance, the Martin de Sá area was a lawless frontier where power determined relationships between outsiders and the traditional communities. Many community members were displaced, but traditional ties to the land remained and cultural practices continued.

PROTECTED AREA ESTABLISHMENT AS A FORCE FOR CONFLICT

While Caiçaras were returning to Martin de Sá, their customary lands and those of 11 other Caiçara communities became legally protected under the State Act 17,981/1992 through establishment of the Juatinga Ecological Reserve. Although there was virtually no budget and only one person to manage the Reserve's 10,000 hectares, the Act effectively transferred responsibility for managing the land from the Caiçaras to INEA (the State Environmental Institute and agency of the Government of the State of Rio de Janeiro). This resulted in a top-down management approach that prohibited development. Under the Act,

[5] Information collected in field.
[6] Information collected in field.

INEA was required to prepare specific programs for the sustainable use of natural resources, but this was never done. All Caiçaras' traditional subsistence activities and tourism were prohibited, and traditional ownership strongly contested and extinguished. This greatly affected all Caiçara communities living in the Reserve. They were viewed as criminals and intruders on their customary lands, but access difficulties, and INEA's lack of a boat and fuel, meant that the Martin de Sá community was little affected by conservation rules until the 2000s.

In 2000, two of the 12 Caiçara communities were nearly extinct: one was displaced by the construction of high-class tourists' second homes, with Caiçaras working as laborers (e.g., gardeners and cleaners). For the other community, all except two Caiçaras were violently banished. Those who remained in the Reserve were fearful and suspicious of INEA, of land speculators, and of tourists and tourism impacts. This was the situation when the FL 9.985/00 was declared and the rights of traditional peoples could be legally recognized.

As Ecological Reserves are not recognized by the provisions of FL 9.985/00, it was expected that the Reserve would been reclassified by 18 July 2002 to recognize Caiçara traditional occupation, and address problems associated with land tenure, natural resources use and visitation. The reclassification and planning processes, as legally defined, needed to be participatory. So, especially from 2000 to 2002, INEA frequently called community meetings to discuss which of the twelve categories of protected area might be appropriate for the Reserve. They publicly advocated that local natural resources should not be used and, if possible, local communities should be displaced. Without understanding of Caiçara history with the Reserve area, INEA's starting point was that FL 9.985/00 should not be applied, the Reserve should be retained as an ecological reserve, and that the Caiçaras had no standing as a traditional culture living a subsistence lifestyle on reserve natural resources. In contrast, the Caiçaras wanted their rights recognized, land tenure secured, speculation controlled, and tourism organized. Opposing perspectives, fueled by a history of conflict and the absence of appropriate mediation, transformed these meetings into open conflicts and no consensus was reached.

Seventeen years after the establishment of the FL 9.985/00, there is still no consensus regarding the re-categorization of the Reserve, or about conservation and development rules. Management continues to be top down, traditional subsistence activities continue to be prohibited, construction permits still depend on a manager's whim, and land tenure is uncertain. The Caiçaras illegally and surreptitiously maintain customary use of Reserve resources, with considerable pressure to cease such activities and migrate from the Reserve.

RESOLVING OUTSIDER LAND CLAIMS, BUT NOT THOSE OF THE CAIÇARAS

The Caiçaras of Martin Sá struggled to remain on their customary lands not only because of the preservationist environmental policy being applied, but also due to land disputes with the farmer's family, who, years after abandoning the farm, reclaimed the land to transform it into a tourism resort. After nearly a decade of dispute, in 2012 a committee formed by three judges arbitrated over the case.

During the 10 days that preceded the hearing, Green Citizenship, a local non-governmental organization, organized a manifest and 10,000 people signed an online petition asking that the traditional rights of the Caiçaras be acknowledged. On 12 June 2012, while about 200 people wearing traditional

dress and playing traditional drums protested in front of the Rio de Janeiro City Forum, the committee denied the farmer's claim over Martin de Sá in recognition of the ecological values of the Reserve, and by inference, informally acknowledged Caiçara claims. However, land conflicts continue between community members and between the community and INEA, which tolerates the Caiçaras only if they do not use natural resources in line with the Reserve's continuing ecological designation.

RAPID MODERNIZATION OF CAIÇARA LIFESTYLE AND THE ADVENT OF TOURISM

At the time FL 9.985/00 was passed in 2000, 30 years after Martin de Sá isolation was first disrupted, Caiçaras were still living traditionally: hunting, fishing, cropping and harvesting, with nearly no contact with the outside world. Evangelical Christians brought the main changes to the culture. During the following years, tourism and implementation of ecological reserve policy became the main drivers of change, along with a decline in fish stock. Adoption of the Western education was gradual, but by 2017, most of the children were attending school in Paraty, and no longer lived permanently in Martin de Sá. There are, however, children who remain illiterate.

The embracing of Western technology was rapid, and by 2006, most of the traditional canoes were replaced by aluminum motorboats, which decreased travel time from and to Paraty from five hours to 45 minutes. This allowed the incorporation of (super) markets into daily life. Also, by 2017, except for the two oldest people, all community members had mobile phones or tablets and most had Facebook accounts (even though there was no mobile signal at Martin de Sá). From 2010, solar panels were installed and, in 2015, they were producing sufficient energy to maintain freezers and a couple of lamps per house.

While hunter-tourists commenced visiting Martin de Sá during the 1970s, tourism flow ceased during the farming period and slowly recommenced during the 1990s, despite the absence of tourism infrastructure. Around 1995, the first Caiçara house was rebuilt and camper tourists could count on the assistance of locals. Tourist numbers grew from about 150 in 2000 to around 6,000 in 2016. They come mostly from Rio de Janeiro and São Paulo and are, either attending university, if they are first time visitors, or are graduates, if they are repeat visitors.

Even with the significant growth in tourism flow, for the Caiçaras, tourism represents a phenomenon that is opportunistically responded to. As of 2017, there is no official plan for tourism development and management, no official marketing, and little accommodation or infrastructure.

Despite their continued relative isolation, the Caiçaras living at Martin de Sá were not immune to changes brought by improving access to modern commercial services, technology and the demonstration effect (SEATON, 1996) of tourists. Servicing tourists became a cash income source for the community to buy modern products and gain an education for children, while subsistence livelihoods remained the principal means of survival, supplemented by some wholesale fishing sales.

PERCEPTIONS OF CULTURAL CHANGES

In 2017, about 12 per cent of the interviewed tourists perceived cultural change[7]. Of these, all described changes to Caiçara traditional economy, and 60 per cent expressed concern for migration. Fourteen per cent perceived environmental change[8]: decline in fish stock, reduced encounters with wild animals, and lower water level in the nearby rivers.

In both 2015 and 2017, all the interviewed Caiçaras perceived cultural and environmental changes. The latter was commonly represented by reduced encounters with wild animals, and the former identified as changes to non-material culture, that began from 2000. Most commonly reported, and starting before 2000, were concerns for the way community members were relating to the land, which traditionally was considered sacred. Land speculation and land ownership/rights created conflict, put a price on nature, which became a commodity. Since 2012, when the Judicial Court decision favored the Caiçaras[9], it seems that these understandings merged, and land and nature became sacred commodities.

Also considered to be significant was INEA's imposition of official ambassadors to represent each community during the re-categorization attempts. Traditionally, the community leader was either the oldest or the person recognized by other community members as the chief. Most of the traditional leaders were illiterate. Ignoring the existence of these authentic representatives, in 2000, INEA appointed 'ambassadors' that were capable of writing, reading and signing accords. Generally, the literate Caiçaras were one generation younger than traditional leaders and had lived for long periods in cities, usually Paraty. They had gained a modern education, but had lost much Caiçara' traditional knowledge. Without a choice, and in disregard of the traditional decision-making process, Caiçaras responded to the appointment by reorganizing their social structure. One of the daughters of the original leader, who lived in Paraty, became the official ambassador of Martin de Sá. This change lasted only a couple of years and soon the traditional leader regained his chief status.

Tourism too was reported as affecting Caiçaras' traditional social structure. With historic isolation, many community members initially did not interact with tourists. As soon as visitors arrived, most would hide inside their homes or undertake their livelihood activities out of tourist eyesight. A demand for, and opportunity to provide tourist services emerged. The community leader responded by organizing tourism activities and centralizing income from the provision of services, without community distribution. Women cooked and cleaned, but were not paid. This changed when the wife of the community leader asked for divorce. She built, with the help of her sons, a house and started to use her porch as a restaurant. Following her example, some daughters and sons did the same; others negotiated other activities, such as selling fish and transporting tourists. By 2015, the community leader continued to control most of the tourist income-earning activities, but not all.

Flowing from other changes was a loss in the collective response of the community to perturbations. While isolated and having a subsistence lifestyle, Caiçaras needed to rely on each other: a bad year or a bad crop could mean deprivation for all. Thus, altruism and sharing was the key to survival. As the economy

[7] The majority (70%) had visited Martin de Sá more than four times.
[8] 60% had visited Martin de Sá more than four times.
[9] For more information, please refer to the section Resolving outsider land claims, but not those of the Caiçaras.

changed and access to markets became easier, community disagreements intensified and selfishness grew. While Caiçara informants only began to describe this change in 2015, all mentioned it and considered it to be a significant change in their culture.

In 2015, a son of the community leader moved with his family to a slum in Angra dos Reis. There, he became involved with criminals. In January 2016, he returned with four of his allies and assaulted Martin de Sá community members and tourists. All tourists were robbed and most of the community members were held hostage, except for the community leader, who was at sea fishing, and children who could evade capture. The criminals unsuccessfully searched for money expected to be hidden by the community leader. They awaited his return with the plan to execute him to inherit the land. The news of the assault, however, spread rapidly, and the village chief and police were notified in time to catch the criminals who are now in jail. The aggressive occupation of the village lasted only an hour, but for the first time, the isolation of Martin de Sá became a recognized concern and vulnerability of the community.

Following the assault, most of the community openly identified a desire to move to a safer place. In response, Green Citizenship and the Federal University of the Rio de Janeiro State, held community debates to discuss how they could improve tourism management, diminish resentments and better share tourism's responsibilities and revenues. Six months later, Caiçaras had developed a plan, which included the retirement of the community leader in 2018, with his sons and daughters collectively being appointed to be responsible for managing tourism.

DISCUSSION – RECONNECTING NATURE AND CULTURE, AND THE ROLE OF PUBLIC POLICY

Eighteen years of academic monitoring of cultural change in the case of the Caiçaras of Martin de Sá indicates the progressive disconnect between nature and culture. While public policy relating to protected area management is not the sole factor influencing change, it appears to have been a foundation for exposing the vulnerability of the Caiçaras to change, and reducing the resistance of the community to other change pressures. It also precipitated community migration, reducing the number of community members practicing traditional cultural expressions and hence reducing any inherent resilience within the community (CARTER; BEETON, 2008). The precipitating factors were protected area policy that included a tenet that nature conservation cannot occur in the presence of human communities; irrespective of whether they are living a subsistence existence or not. The opportunity to mitigate the disconnect between culture and nature was lost with the delay in re-designating the protected area to permit subsistence activity. The delay, and continual top-down management determined to maintain the ecological reserve concept, meant that the community had to shift a subsistence lifestyle to a cash economy. In a modest way, the Caiçaras joined the tourism economy and with it came other pressures to drive cultural change. The community lost the capacity to manage change processes and sustain cultural expressions that linked nature and culture.

The study identified change as it occurred and the factors driving change, as well as those that could possibly instill resistance and resilience to cultural change. However, policy and legal institutions prevented the Caiçaras from expressing agency. This was only achieved through educated surrogates, not members of the community, who brought the case in front of the authorities.

RECONNECTING NATURE AND CULTURE THROUGH PUBLIC POLICY

Nature and traditional cultures are open to reconnection in Brazil, at least in some protected areas, through FL 9.985/00. The desirability of maintaining connections and restoring disconnections has been promulgated in international forums since 1948. The problem with Brazilian policy is that it is narrowly focused on tenure rather than resources, and gaining standing as a traditional subsistence community is difficult. This remains a problem for 'new world' countries where Indigenous communities have been displaced and their land and resource use rights have been usurped in favor of economic growth. More holistic approaches and models exist in New Zealand, Canada and to a lesser extent Australia, where consideration of traditional indigenous rights is enshrined in most resource management acts, including those relating to protected areas where co-management is becoming a minimum approach. The inherent consistency in these initiatives lies in not being prescriptive, acknowledging that context, communities and cultural aspirations differ. While these models are not without their critics, they tend to acknowledge customary use of resources as a starting point and then seek to encourage interaction between stakeholders to find appropriate balances between traditional and contemporary use. The main difficulty remains in who ultimately has the authority and responsibility to manage.

Half of the Brazilian parliament is part of the 'rural front' (REED; FONTANA, 2017), which aims to stimulate the expansion of public policies for the development of national agribusiness (FRENTE PARLAMENTAR RURALISTA, 2014). Their stated priorities include the modernization of regulations regarding "indigenous and quilombolas lands, in order to guarantee the necessary legal security to the competitiveness of the sector" (FRENTE PARLAMENTAR RURALISTA, 2017). With this political agenda, Indigenous and traditional peoples' rights are being jeopardized, both by interpretations of both new and old policies. This suggests that achieving the goal of reconnecting nature and culture for traditional communities will be made more difficult. International approaches demonstrate the value in not reducing Indigenous rights, but rather extending them beyond the protected area approach to nature conservation, to embrace resource use more broadly.

To reconnect nature and culture in public policy requires identifying the nature and extent of the disconnect, as well as the maintained connections and the stakeholders involved. Different communities will have different perspectives on their cultural and livelihood links with nature. What becomes important for informing policy is how connectedness is expressed by different cultures, how the connect is maintained and disconnection occurs, how policy fosters disconnection, or encourages maintenance of connection. Addressing these questions is an appropriate role for disinterested and independent academics who can provide data to facilitate evidence-based policy making.

CONCLUSION – THE ROLE OF THE ACADEMIC

Boyer (1990) proposed a new (at the time) understanding of what scholarship means. He challenged whether the attention being given to research was affecting the quality of teaching and whether it was addressing issues relevant to communities supporting the research institution. He proposed that lecturing, research and social engagement should be developed together. That is, lecturers should teach the same issues they research and should involve students in social engagement projects that give something back to society, as well as relate knowledge to the real world. This is now largely adopted in tertiary education and research institutions around the world. The mandate for academics to engage

in policy dialogue exists, the desirability of shifting to evidence-based policy making is demonstrable, yet the case study demonstrates that engagement with managers was insufficient to address issues in Martin de Sá. There was a need to change, or interpret differently, public policy to meet the peculiar circumstances in the reserve.

Policy makers are largely notoriously loathe to change policy unless political risk is low and the probability of achieving desired outcomes are enhanced by adopting new directions. This is also the case for managers charged with implementing policy. The challenge for academics then is to undertake research that provides evidence that different actions can achieve better outcomes. We propose six considerations that need to be foremost in negotiations with policy makers and managers when undertaking research that impinges on policy. These are based on reflection on our research with the Caiçaras.

- 1. Have data, not opinion (leave that to the politicians) – advise policy makers and managers of the data and its implications (public exposure of poor policy should be the last resort).
- 2. Seek to address questions policy makers and managers want answered – they will normally be responsive to international obligations, maintenance of law and order, and demonstrable achievement of improved outcomes.
- 3. Engage with communities undergoing change early, monitor change and divergence from desired outcomes, and gain community agreement on these.
- 4. Ensure appreciation by all stakeholders that policy exists in a hierarchy from the constitution, laws influenced by international agreements, regulations and expressed as plans (and other instruments) for implementation through agencies (public or private). This is important because effort can be wasted addressing issues at the wrong policy level.
- 5. Appreciate that policy development and implementation needs community support, especially affected community support; therefore, they must be engaged.
- 6. Academics, as a disinterested group, can provide the needed data and facilitation; but their results must be reviewed dispassionately.

REFERENCES

AMNESTY INTERNATIONAL. **Indigenous peoples**. Available at: ‹https://www.amnesty.org/en/what-we-do/indigenous-peoples/›. Cited 04 nov. 2016.

ASANTE, E. A.; ABAIO, S.; BOADU, K. B. The Use of Indigenous Cultural Practices by the Ashantis for the Conservation of Forests in Ghana. In: **Traditional Wisdom**. SAGE Open. January-March 2017. p. 1-7. 2017.

BOAS, F. **The mind of primitive man**. New York: Free Press, 1965.

BOEDHIHARTONO, A. K. Can Community Forests Be Compatible With Biodiversity Conservation in Indonesia? In: **Land**. v. 6, n. 1, 2017.

BOYER, E. L. 1990, **Scholarship Reconsidered: priorities of the Professoriate**. Special Report, Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching. New York: Jossey-Bass.

BRASIL. **Lei Federal N. 9.985 (LF 9.985/00), de 18 de Julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF, 2000.

CARTER, R. W.; BEETON, R. J. S. A Model of Cultural Change and Tourism. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 9, n. 4, p. 423-442, 2004.

CARTER, R. W.; BEETON, R. J. S. Managing Cultural Change and Tourism: a review and perspective. In: PRIDEAUX, B.; Timothy, D. J.; Chon, K. (Ed.). **Cultural and Heritage Tourism in Asia and the Pacific**, 1st ed., p. 134-156. London: Routledge. 2008.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. **Política e Gestão Ambiental**. In: GUERRA, A. T.; CUNHA, S. B. (Org.). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brazil, 2003.

DICTIONARY, O. E. **Oxford English Dictionary**. Retrieved May, 30, 2008.

DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec Annablume NUPAUB, USP, 1994.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. (n.d.). **Histórico**. Retrieved 26-10-2017 from http://www.fpagropecuaria.org.br/fpa.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. (02-04-2014). **Estatuto**. Retrieved 2017 йил 29-11 from http://www.fpagropecuaria.org.br/estatuto.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. (n.d.). **Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato**. Retrieved 10 26, 2017 from http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato.

GLASER, B.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory:** strategies for qualitative research, Aldire Publishing Co., Chicago, 1967.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras Indígenas no Brazil**. 2017. Retrieved 10 26, 2017 from https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil

IUCN, INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE. **Map shows Indigenous peoples as guardians of Central American ecosystems**. 2016. Retrieved 10 15, 2017 from https://www.iucn.org/content/map-shows-indigenous-peoples-guardians-central-american-ecosystems.

IUCN, INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE. World Conservation Congress 2016. Retrieved 10 15, 2017 from Engaging with indigenous rights: https://2016congress.iucn.org/news/20160808/engaging-indigenous-rights.html.

JONES, S.; MARTIN, R.; PILBEAM, D. **The Cambridge encyclopedia of human evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

KEMF, E. **The Law of the mother: protecting indigenous peoples in protected areas**. San Francisco, California: Sierra Club Books, 1993.

LEVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale**. Paris: Plon. 1973.

MENDES, J. F.; PORRO, N. S. M. Social conflicts in times of environmentalism: living law rights to land in settlements with a conservationist focus. **Ambiente e Sociedade**, on-line, v. 18, n. 2, p. 93-110. 2015.

MORSE, J. Designing funded qualitative research. In: **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, California: Virding Astrid, Sage Publications. 1994.

PELLIZZARO, P. C. et al. Stewardship and management of protected natural areas: the international context. **Ambiente e Sociedade**, on-line. v. 18, n. 1, p. 19-36. 2015.

PORTNOI, L.; RUST, V. D.; BAGLEY, S. **Higher education, policy and the global competition phenomenon**. New York. Palgrave Macmillan. 2010.

REED, S.; FONTANA, V. **Direitos indígenas esbarram na bancada ruralista**. O Globo, set. 2017.

SEATON, G. Tourism and Relative Deprivation: The Counter- Revolutionary Pressures of Tourism in Cuba. In: **Tourism and Culture:** towards the 21st century, Conference Proceedings, Vol. Tourism and Culture: Image, Identity and Marketing (Eds, Robinson, M., Evans, N. and Callaghan, P.) The Centre for Travel & Tourism in association with Business Education Publishers Ltd., Sunderland, p. 197-216, 1996.

SINAY, L. **Ecoturismo e culturas tradicionais** – Estudo de caso: Martin de Sá. Masters Dissertation in Social Ecology – Psychology Institute, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

_____. **Modelling Cultural and Environmental Changes**. Dissertation PhD in Natural Resources Management – Natural Resources Management School, The University of Queensland, Queensland. 2008.

_____. **Modelling and Forecasting Cultural and Environmental Changes**. (PhD). The University of Queensland, Australia. 2008.

SINAY, L.; CARTER, R. W.; SMITH, C. **Modelling Indigenous Cultural Change in Protected Areas**. In: Monitoring, Simulation and Management of Visitor Landscapes. Arizona press, v. 1, p. 2008.

SURVIVAL INTERNATIONAL. Retrieved 30-10-2017 from **The Loggers will wipe out the Indians**: https://www.survivalinternational.org/tribes/kawahiva

TOURNEAU, F. M. T.; BEAUFORT, B. Exploring the boundaries of individual and collective land use management: institutional arrangements in the PAE Chico Mendes (Acre, Brazil). **In International Journal of the Commons.** v. 11, n. 1, p. 70-96. 2017.

Caderno Virtual de Turismo
ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

A reprodução capitalista do espaço urbano:
uma análise sobre as implicações da concessão de serviços do Parque Nacional da Tijuca – RJ

The capitalist reproduction of urban space: an analysis of the implications of the concession of services of the Tijuca National Park – RJ

La reproducción capitalista del espacio urbano: un análisis sobre las implicaciones de la concesión de servicios del Parque Nacional de la Tijuca – RJ

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1554

Eloise Silveira Botelho ‹eloise.botelho@unirio.br›

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Gláucio Glei Maciel ‹minhatrilha2000@yahoo.com.br›

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 28-dez-2017
Aceite: 10-dez-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G. A reprodução capitalista do espaço urbano: uma análise sobre as implicações da concessão de serviços do Parque Nacional da Tijuca – RJ. Caderno Virtual de Turismo. Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 23-39, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

Este artigo analisa as implicações da concessão de serviços de apoio à visitação do Complexo Paineiras no uso da área de lazer Floresta das Paineiras (Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro). É resultante de uma pesquisa de caráter exploratório, que tem como método a análise teórica sobre a reprodução capitalista em áreas protegidas do espaço urbano e, como base para a análise empírica, os resultados de pesquisa conduzida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com os frequentadores da Floresta das Paineiras. Aponta que a implantação do Complexo Paineiras reflete a lógica de reprodução capitalista do espaço que vigora no Rio de Janeiro, motivado, sobretudo, pelos megaeventos. Apesar do estudo do perfil dos visitantes da área de lazer indicar que existe interesse nos serviços oferecidos pela concessionária, o artigo avalia que o processo de transformação do espaço resultante da concessão tende a atribuir um valor de uso ao patrimônio natural (representado pela paisagem natural) e histórico-cultural (edificação histórica). O artigo defende que o processo pode significar a perda da função pública e social do Parque Nacional como espaço de lazer e de cultura, na medida em que o processo de reprodução capitalista tende a atender às necessidades de uma cidade que se globaliza.

Palavras chave: Concessão de serviços. Visitação. Reprodução capitalista. Espaço urbano. Parque Nacional da Tijuca (RJ).

ABSTRACT

This article analyzes the implications of the concession of services to support the Paineiras Complex in the use for leisure of the Forest of Paineiras (Tijuca National Park, Rio de Janeiro). It is the result of exploratory research, which has as its method the theoretical analysis of capitalist reproduction in urban protected areas and, as a basis for the empirical analysis, the results of research conducted by Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) with the visitors of the Forest of Paineiras. It points out that the implementation of the Paineiras Complex reflects the logic of capitalist reproduction of the space that prevails in Rio de Janeiro, motivated, above all, by mega-events. Although the study of the profile of visitors to the Forest of Paineiras leisure area indicates that there is demand on the services offered by the concessionaire, the process of changing tends to attribute a use value to the natural heritage (represented by the natural landscape) and historical-cultural (historical building). This process can mean the loss of the public and social function of the National Park as a space for leisure and culture, as the capitalist reproduction process meet the demands of a globalizing city.

Keywords: *Concession services. Visitation. Capitalist reproduction. Urban space. Tijuca National Park (RJ).*

RESUMEN

Este artículo analiza las implicaciones de la concesión de servicios de apoyo a la visita del Complejo Paineiras en el uso del área de ocio Bosque de las Paineiras (Parque Nacional de Tijuca, Río de Janeiro). Es resultado de una investigación de carácter exploratorio, que tiene como método el análisis teórico sobre la reproducción capitalista en las áreas protegidas del espacio urbano y, como base para el análisis empírico, los resultados de investigación conducida por el Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) con los frecuentadores del Bosque de las Paineiras. En el caso de las mujeres, se observa que la implantación del Complejo Paineiras refleja la lógica de reproducción capitalista del espacio que rige en Río de Janeiro, motivado sobre todo por los megaeventos. Verifica que el perfil de los visitantes del área de ocio Bosque de las Paineiras es compatible con la concesión. En el caso de que se produzca un cambio en la calidad de vida de las personas que viven en el país, en la medida en que pasa el proceso de reproducción capitalista para atender a las demandas de una ciudad que se globaliza.

Palabras clave: *Concesión de servicios. Reproducción capitalista. Espacio urbano. Parque Nacional de la Tijuca (RJ).*

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, a criação e a gestão de parques nacionais são adotadas pelos governos de diversos países como uma das mais eficientes estratégias de proteção de fragmentos representativos da diversidade biológica associada à visitação com uso indireto dos recursos naturais (EAGLES; MCCOOL; HAYNES, 2002).

No Brasil, o Parque Nacional[1] tem como propósito "a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico" (BRASIL, 2000). Assim, devido ao fato de nesses territórios poderem ser realizadas atividades de lazer e recreação, os parques nacionais têm potencial para se tornarem atrativos ou destinos turísticos, em que o valor simbólico atribuído à paisagem constitui um elemento importante para a produção do espaço turístico[2]. Para que o turismo seja desenvolvido em um parque nacional, é necessário o estabelecimento de infraestrutura e facilidades específicas que permitam a visitação, exigindo investimentos financeiros que geram custos para a gestão. Rodrigues (2009) discute esse tema apontando para a necessidade de infraestrutura associada à concessão, salientando que determinadas atividades de visitação requerem infraestrutura simples e não demandam serviços e atividades complexas.

Desde quando foram criados os primeiros parques nacionais brasileiros, ainda na década de 1930, não havia uma diretriz ou política pública para fomentar a visitação nos parques nacionais brasileiros. A principal razão para isso é a linha ideológica, baseada no preservacionismo, que defende a proteção dos recursos naturais a partir do isolamento do uso pelas sociedades (DIEGUES, 2004). Essa perspectiva de gestão repercutiu em muitos parques nacionais, tendo como reflexo a ausência de recursos financeiros para a administração para a implementação de serviços e de infraestrutura (como, por exemplo, alimentação, acesso e segurança). Como resultado, os parques foram isolados dos visitantes, distanciados do mercado de turismo e não estavam integrados aos processos de desenvolvimento do entorno (KINKER, 2002). Mas a partir da década de 1990, essa perspectiva de gestão tem sido substituída, gradativamente, por uma diretriz que busca incentivar a visitação entendendo que essa atividade pode agregar recursos financeiros capazes de apoiar a manutenção dessas áreas, como proteção e manejo, associada a uma atividade com baixo impacto natural (RODRIGUES, 2009).

Com o objetivo de equipar os parques nacionais com infraestrutura e serviços de apoio à visitação, as ações governamentais têm privilegiado a parceria com a iniciativa privada com fins lucrativos, por meio de concessões, sobretudo nos parques nacionais em que a visitação é consolidada, como os Parques Nacionais de Iguaçu (PR), Marinho de Fernando de Noronha (PE), Marinho dos Abrolhos (BA) e Tijuca (RJ). Nesse contexto, o Parque Nacional da Tijuca, localizado na cidade do Rio de Janeiro, ganha destaque, pois é o parque nacional com maior índice de visitas registradas e, também, pelo fato de ali ter sido implementado o "Complexo Paineiras", uma das concessões mais recentes sob a administração do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)[3].

---

[1] O Parque Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação (UC), regida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000), o qual afirma o compromisso com a proteção da natureza associado ao desenvolvimento social e econômico e a valorização dos aspectos culturais. Recaem sobre as UC um regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

[2] Segundo Cruz (1998, p. 33), "o que se habituou chamar de 'espaço turístico' corresponde àquela porção do espaço geográfico cuja produção está sendo determinada por uma participação mais significativa do turismo em relação às outras atividades".

[3] O ICMBio é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que, entre outras atribuições, é responsável por "executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União" e "promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas" (BRASIL, 2007).

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, a área onde está atualmente instalado o Complexo Paineiras é de uso intensivo, com objetivos de visitação, o que permite infraestrutura, serviços e equipamentos de apoio (ICMBIO, 2008). O empreendimento envolve investimento de mais de R$ 40 milhões em que uma antiga edificação, conhecida por "Hotel Paineiras", foi reformada para servir de acesso ao Morro do Corcovado e ao Monumento do Cristo Redentor, atrativos turísticos considerados de porte internacional pelo mercado de turismo. Com isso, o poder público visa fornecer conforto aos visitantes e, também, atenuar os problemas relacionados ao fluxo intenso no acesso ao Monumento do Cristo Redentor (ICMBIO, 2011).

O Complexo Paineiras está situado nas intermediações da Floresta das Paineiras, área de lazer que possui acesso livre e é frequentada por moradores da cidade do Rio de Janeiro que utilizam a estrada para a realização de atividades de lazer e a prática de esportes, sobretudo nos finais de semana, quando o acesso é fechado para veículos motorizados. Com a instalação do Complexo Paineiras, cria-se um novo ambiente para a visitação no Parque Nacional da Tijuca, tanto para os turistas que desejam acessar o Morro do Corcovado quanto para os moradores do entorno frequentadores da Floresta das Paineiras.

Diante do exposto, o presente artigo analisa as implicações da implantação da concessão de serviços de apoio à visitação denominada Complexo Paineiras no uso do espaço público para a prática de lazer dos moradores do entorno. Defende-se, neste trabalho, a ideia de que a implantação do Complexo Paineiras reflete a lógica de gestão de cidades globais que vigora na cidade do Rio de Janeiro, em um contexto de reprodução capitalista do espaço, motivado, sobretudo, pela realização dos megaeventos (Campeonato Mundial de Futebol Masculino da Fifa, em 2014, e Jogos Olímpicos, em 2016) e, portanto, influindo diretamente na produção e consumo do turismo e nas práticas de lazer no Parque Nacional da Tijuca.

O presente artigo[4] é resultante de uma pesquisa autorizada pelo ICMBio[5], de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Como método, fundamenta-se no debate teórico sobre a reprodução capitalista no espaço urbano. Como base para a análise empírica, utilizam-se os resultados de pesquisa realizada com os frequentadores das Paineiras, trabalho este conduzido pelo ICMBio em 2011, antes do início das obras de reforma da edificação do Hotel Paineiras.

O artigo está dividido em três partes: primeiramente, discute a relação entre a produção capitalista do espaço urbano e o fenômeno turístico; posteriormente, debate sobre a política pública de fomento das concessões de serviços de apoio à visitação em parques nacionais brasileiros; por fim, com base na pesquisa empírica sobre os visitantes das Paineiras, analisam-se as implicações em suas atividades de lazer.

Assim, este trabalho oferece elementos para a reflexão sobre a concessão de serviços de apoio em parques nacionais e suas possíveis implicações para o uso público de áreas de lazer, no contexto de produção capitalista do espaço urbano. Dessa forma, a contribuição desse trabalho consiste em reflexões capazes de orientar as ações e políticas que visam fomentar a visitação, o lazer e o turismo nos espaços públicos, especialmente os parques nacionais, no sentido de demandar e garantir o acesso e uso tanto para os turistas do Morro do Corcovado quanto para os frequentadores das Paineiras, na cidade do Rio de Janeiro.

[4] O artigo é uma versão atualizada do trabalho apresentado no "XI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo", realizado em 2014.
[5] Pesquisa autorizada pelo Sisbio sob o número de registro 45435.

A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E O FENÔMENO TURÍSTICO

O processo de produção capitalista envolve a circulação de capital no espaço, interpretado pelo capitalista "como mera inconveniência, uma barreira a ser superada". O que antes era apenas um potencial para espoliação, passa a ser marcado por um esforço permanente de superação de barreiras e de "anulação" de espaços públicos (HARVEY, 2005, p. 153).

A circulação de capital se faz por meio da produção de configurações fixas e móveis, que atribuem aos espaços um valor de uso para satisfazer a necessidade de determinados grupos sociais. Por esse mecanismo, a circulação de capital para a produção é um valor de uso particular, um determinado investimento que inova os espaços mediante a produção de novas barreiras (HARVEY, 2005).

De acordo com Harvey (2005) e Lefebvre (1991), o processo de circulação de capital muda a natureza das relações espaciais transformando-as continuamente sob o controle do capitalista, criando, portanto, novas barreiras. Em todas as formas de produção capitalista do espaço, a circulação do capital é um processo em que o capitalista, por sua própria ação, media, regula e controla o metabolismo político, cultural, econômico e ambiental dos espaços urbanos.

Harvey (2005) afirma que o capitalista põe em movimento as forças materiais e relacionais que compõem a cidade, ou seja, o transporte, o comércio, a cultura, a comunicação, o trabalho e, também, as áreas naturais protegidas e o turismo, a fim de apropriar-se da matéria que lhe gera lucro. Ao atuar por meio desse movimento sobre o espaço e, ao modificá-lo, o capitalista modifica, ao mesmo tempo, as relações entre homens e homens, e destes com o meio natural e construído.

Botelho e Maciel (2014, p. 5) destacam que nessa perspectiva de produção de espaço, baseada na necessidade de circulação de capital, "as relações sociais, particularmente as que estão no âmbito do setor de serviços, como no caso do turismo, passam a ser regidas pelo mercado, no qual, os pressupostos são pautados por relações de oferta, preço, demanda e lucro".

O espaço urbano e a relações sociais nele desenvolvidas são apresentados no mercado como produtos que cumprem um papel importante no modo de produção capitalista ao reproduzir a lógica de acumulação de capital (LEFEBVRE, 1991). Ao tomar para si um processo de produção do espaço urbano, um capitalista realiza operações internas visando a circulação de capital de maneira semelhante a outro capitalista externo, tornando a prática correlata e globalizada, ou seja, o capitalista, operando em um mercado interno, não nega os princípios do modo de produção global, pois a construção e tomada de decisões de agentes econômicos (indivíduos, organizações e instituições) sobre a circulação de seu capital é marcada por similitudes, que pressupõe em sua natureza a acumulação de excedentes. Iamamoto (2011) aponta que a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista, ou seja, a acumulação de capital somente é possível em um sistema em que o lucro, a espoliação do trabalho, a exploração dos recursos naturais e a venda do espaço público são "faces da mesma moeda".

É sabido que, ao final desse processo, obtém-se um resultado que está na própria concepção de produção capitalista do espaço: a acumulação. Dessa maneira, o capitalista não apenas efetua a transformação dos espaços naturais e construídos, como também determina de que forma são estabelecidas as relações sociais, seu modo de produção e uso dos espaços, subordinando-os a ele. Segundo Botelho e Maciel (2014, p. 6),

> Ao servir a este propósito, os espaços citadinos transformam-se também em centros de espoliação socioambiental, negando o acesso ao trabalho digno e de qualidade, aos recursos naturais e aos espaços de lazer que deixam de ter a função de uso público. No campo ambiental, o processo de circulação de capital promove a exploração dos recursos naturais em larga escala.

Observa-se que, além do esforço dos capitalistas em favor da circulação de capitais, há uma orientação para a negação de direitos, para a divisão em classes, e a degradação da natureza. Nessa direção, consolida-se a espoliação dos espaços públicos de lazer com base no modo de execução neoliberal.

Do ponto de vista econômico, as UC são, ao mesmo tempo, recursos para a subsistência, e objeto do capitalista, em que todos os seus recursos são produzidos para atender aos objetivos da circulação de capitais. "Assim, o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta, o minério de seu filão [e até os serviços turísticos] se tornam objetos primeiro do capitalista" (ANTUNES, 2013, p. 33, adaptação nossa). Dessa maneira, a matéria contida nos espaços das UC e as relações que a constituem, são transformadas em objetos do capitalismo. Mas nem todo objeto do capitalismo é explorado, existe aquele que é propositalmente excluído.

O objeto a ser explorado é levado a cabo por meio de diferentes experimentações. Estas incluem as parcerias entre poder público e a iniciativa privada, como, por exemplo, as concessões, mediadas pelos interesses de circulação do capital, a fim de gerar lucro. Em consonância com essas considerações, Botelho e Maciel (2014, p. 7) observam que "o sistema capitalista amplia o ciclo de exploração da natureza, de onde retira as matérias-primas para transformá-las em produtos e estruturas a serem consumidos [...] em especial por turistas que detêm o poder econômico". A produção capitalista do espaço é, assim, uma estratégia complexa em que o capitalista visa o acúmulo de recursos a fim de transformar o que considera como coisa: "coisa ambiental", "coisa humana", "coisa turística". Nesse sentido, os centros urbanos são requalificados, sobretudo, na perspectiva dos pressupostos empresariais.

No contexto brasileiro, a estratificação das cidades é promovida pelo poder político, que apresenta em seus discursos públicos a ideia do potencial das cidades como geradoras de emprego. Porém, em uma análise sobre o discurso ocultado, nota-se que, na ideia de reconfiguração das cidades, está presente a busca por um falso consenso cívico para que os espaços urbanos sejam refinados no âmbito cultural, com o objetivo de garantir um clima favorável para os negócios (ARANTES, 2012). No Rio de Janeiro, esse fato ocorre com a gentrificação[6] dos bairros da Lapa (MOSCIARO, 2012), do Porto Maravilha (DAFLON, 2016), com as reformas e construções de espaços culturais e ambientais, como também tem ocorrido no caso aqui estudado, no Parque Nacional da Tijuca, sobretudo no contexto recente de realização dos megaeventos.

Esse processo contribui para a transformação da cidade em mercadoria (ARANTES, 2012; MACIEL, 2015). Assim, o Rio de Janeiro constitui-se em um "espaço perfeito" para a circulação de capitais, por abrigar belas paisagens naturais e culturais, conforme destaca a Prefeitura Municipal: "a tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitam lançar candidatura para sediar os Jogos Olímpicos [...] E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação" (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO apud VAINER, 2012, p. 61).

Nessa lógica de reprodução capitalista do espaço, o Parque Nacional da Tijuca é interpretado como promotor da imagem da cidade para atender à "ética" da competição entre as cidades globalizadas. Nesse

[6] Gentrificação é um processo de espoliação urbana, no qual é determinado quem entra e quem sai de um espaço que passa a ser apropriado pelo capitalismo como fonte de acúmulo de recursos (MARICATO, 2012).

sentido, o espaço urbano é lugar da reprodução capitalista, manifestando-se com evidência também nas políticas que incentivam as parcerias com a iniciativa privada para fomentar o turismo em parques nacionais, por meio da concessão de serviços de apoio à visitação, tal qual no caso do Parque Nacional da Tijuca (RJ).

SOBRE A FUNÇÃO DA CONCESSÃO NA TRANSFORMAÇÃO DOS PARQUES NACIONAIS EM MERCADORIA

As concessões de bens e serviços de apoio à visitação em parques nacionais é uma possível fonte de arrecadação para investimentos nas atividades fins do serviço público, afirmam os seus defensores (ROCKSTACHEL, 2006; GORINI; MENDES; CARVALHO, 2006). Mas a gestão pública tendo as concessões como um dos instrumentos, pode gerar diversas implicações. A concessão é condição elementar de todo o processo de espoliação da natureza e da vida humana. Pode-se afirmar, até, que esse instrumento fragmenta o ser humano de si mesmo e da própria natureza.

Em uma perspectiva legal, a concessão é um instrumento pelo qual o poder público incumbe ao poder privado a prestação do serviço, mediante licitação pública para avaliar a capacidade técnica e o preço. Segundo Rockstaechel (2006), a "Lei de Concessões" oferece duas possibilidades: 1) a concessão de serviço público, que prevê a prestação de serviço público; e 2) a concessão de serviço público precedida de execução de obra de bem público. Portanto, o serviço é público, executado pelo privado, com prazo determinado e sujeito a um contrato para regulamentar e fiscalizar a fim de que sejam cumpridos os direitos dos usuários, destinatário do serviço público. É também função do poder público fixar as tarifas de forma a permitir a remuneração do capital investido pelo concessionário (ROCKSTAECHEL, 2006). Em 2018, foi sancionada a Lei nº 13.668[7] que atualiza e subsidia a concessão direcionada para os parques nacionais brasileiros, sob a administração do ICMBio. Segundo o parágrafo 1º da referida lei, o edital que compõe o processo de licitação da concessão, poderá: "[...] prever o custeio pelo contratado de ações e serviços de apoio à conservação, à proteção e à gestão da unidade de conservação, além do fornecimento de número predefinido de gratuidades [...]". Além disso, a lei prevê como fundamental o estudo de viabilidade econômica do negócio a ser concessionado (BRASIL, 2018).

Em uma perspectiva da história contemporânea do contexto brasileiro, cabe salientar que é na década de 1990 que diversas áreas da administração pública foram contempladas com a política de concessões, inclusive a área ambiental. Surge com a instituição do Estado Moderno, em que há uma substituição de um Estado "inchado", "inábil" e "dispendioso" por uma administração "enxuta", "competitiva" e "eficiente", por meio de incentivos à parceria com a iniciativa privada (DERANI, 2002).

As concessões estão presentes em diversas esferas e serviços da administração pública, como, por exemplo, as rodovias e hidrovias. Mas no campo ambiental, a prestação de serviços de apoio à visitação e ao fomento do turismo tem sido a principal justificativa para a delegação de serviços públicos para a iniciativa privada.

[7]Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018, altera as Leis nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes).

No contexto da administração pública da área ambiental, pode-se afirmar que até a década de 2000 a gestão das UC tinha como princípio o "uso público da visitação", com o predomínio da noção de público sobre o privado. Mas a partir desse período, precisamente em 2007, com a criação do ICMBio, a estratégia principal de fomento à visitação teve como base as ideias da parceria com a iniciativa privada por meio do instrumento de concessão, ampliando, portanto, as garantias para a exploração dos serviços de visitação pelo mercado turístico (MACIEL, 2015). De acordo com esse autor, o desmembramento do Ibama e a criação do ICMBio impulsionaram a transformação de UC em mercadoria:

> Diante da "evolução" dos planejamentos estratégicos posto às cidades brasileiras, nos dias atuais, as UC "gerenciadas" pelo ICMBio, sobretudo os parques nacionais, tornaram-se campo fértil para implantação da concepção que flexibiliza e revitaliza o espaço para se tornar mercadoria. Dessa forma, os parques nacionais do país vão sendo submetidos a uma racionalidade, que expressa uma nova confluência de poder, sobretudo em centros urbanos, em que as belezas cênicas das áreas protegidas ambientalmente são transformadas em imagens a serem vendidas àqueles que detêm os recursos políticos e econômicos (MACIEL, 2015, p. 48).

Entre os anos de 2010 e 2015, o ICMBio lançou editais para a concessão de serviços de apoio à visitação e firmou contratos com a iniciativa privada em quatro parques nacionais: Parque Nacional da Tijuca (RJ), em 2012 e 2014; Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), em 2010; Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE), em 2010; e Parque Nacional do Iguaçu (PR), em 2010, e outra em 2015 (ICMBIO, 2017).

Segundo Botelho e Rodrigues (2016), a concessão de serviços é um tipo de parceria que está mais frequentemente presente em parques nacionais brasileiros com maior fluxo de visitas e inserção no mercado de turismo nacional e internacional. Por sua vez, a autorização para a prestação de serviços de "pequeno porte" é um tipo de parceria mais comumente adotada em parques nacionais localizados em regiões menos populosas. Nesse caso, são comuns as associações e cooperativas para condução e transporte de visitantes, com possibilidades de efeitos econômicos que traduzem, em geral, as possibilidades de inclusão social.

Nesse contexto, supõe-se que as concessões estabelecem uma nova dinâmica na forma do serviço público a executar suas ações, desempenhando funções distintas das dos princípios de bem de uso comum, prescindindo, gradativamente, de uma perspectiva do uso público para adotar os princípios do mercado turístico (RODRIGUES; GODOY, 2013). No âmbito do campo ambiental brasileiro, essa foi uma estratégia significativa para a transformação do público em privado.

Ainda que, em teoria, as concessões do campo ambiental permaneçam sob o controle dos entes públicos, apoiam-se unicamente sobre a concepção pela qual o poder público delega às empresas privadas a prestação de serviço público. São muitas as implicações das concessões, no campo ambiental, e este trabalho pontua algumas delas.

A gestão pública de parques nacionais sob o regime de concessão tende a transformar a noção de público em um discurso apenas circunstancial, na medida em que constrói a argumentação com base na redução de gastos do poder público e na necessidade do mercado. Nessa lógica, a "diminuição" do Estado, na execução de sua função é justificada de acordo com a conjuntura favorável e mais apropriada à circulação do capital, de acordo com o cenário econômico local e global.

Outro aspecto que deve ser evidenciado é o fato de que, embora o poder público conduza a concessão mediante um processo licitatório, e com prazo e fiscalização determinados, o atual modelo de gestão fortalece a perspectiva do uso privado dos recursos, inclusive mediante o estabelecimento de uma tarifação,

em detrimento do que deveria ser de uso coletivo. Assim, tende a corroborar a espoliação do espaço e a exclusão de grupos historicamente colocados em condições de subalternização, seja como trabalhadores, que atuam na prestação de serviços turísticos, seja como potenciais visitantes. More e Manning (2012) reforçam esse argumento ao apontar que uma das principais implicações do processo de concessão de serviços de apoio à visitação é a exclusão social, devido à tarifação do acesso e demais atividades de recreação e lazer.

Em face do exposto, observa-se que as concessões servem fundamentalmente para diminuir as intervenções do Estado na gestão do espaço público. Portanto, na perspectiva dos capitalistas, como um meio de reprodução, de acúmulo e de controle privados. Nessa direção, a concessão independe do maior ou menor interesse público, pois é, sobretudo, resultante do aperfeiçoamento do mercado neoliberal via sucateamento da gestão pública e por meio da transmissão hereditária da gestão da coisa pública para o privado (BOTELHO; MACIEL, 2014). Diante do exposto, verifica-se que a concessão não é apenas um instrumento em que o poder público delega às empresas privadas a prestação de serviços turísticos; é, antes, a transformação da função pública dos parques nacionais em negócio (RODRIGUES; IRVING, 2015), conforme pode ser observado no caso do Parque Nacional da Tijuca.

BREVE HISTÓRICO DA UC E CARACTERÍSTICAS DA VISITAÇÃO NO SETOR SERRA DA CARIOCA

O Parque Nacional da Tijuca está localizado no município do Rio de Janeiro, destino turístico internacional. Sob a responsabilidade administrativa do ICMBio, a Unidade de Conservação (UC) abrange uma área de 3.953 hectares, entrecortada por vias rodoviárias que dividem a UC em quatro setores distintos: a) Floresta da Tijuca; b) Serra da Carioca – composta pelos fragmentos florestais das Paineiras, Sumaré e Morro da Carioca; c) Pedra da Gávea e Pedra Bonita; e d) Pretos Forros e Covanca. Essa UC confere uma importância social, cultural e ambiental, tendo em vista que além de proteger o patrimônio natural da Mata Atlântica – tais como, maciços rochosos, quedas-d'água, riachos, fauna e flora endêmicas e em extinção – o Parque abriga bens culturais e históricos – tais como recantos, obras de arte, monumentos, mirantes, edificações do período imperial – e oferece a turistas e habitantes da cidade do Rio de Janeiro diversas oportunidades de lazer e recreação (ICMBIO, 2008). Assim, o Parque Nacional da Tijuca é uma UC em que a associação entre o patrimônio natural e cultural forma uma oportunidade única de lazer, recreação e turismo no espaço público.

O registro de visitas no Parque Nacional da Tijuca apresenta, em geral, uma curva ascendente, visto que desde 2011 a UC permanece com o título de "mais visitada do país". Em 2016, foram registrados mais de 2,5 milhões de visitas (ICMBIO, 2017). O setor do Parque que possui maior índice de registro de visitas é a Serra da Carioca, onde estão localizados o Morro do Corcovado, o mirante e o Monumento do Cristo Redentor, em que já foi registrada a marca de até 15 mil visitas em um único dia (ICMBIO, 2014).

Em uma perspectiva histórica, cabe destacar que, antes mesmo de sua criação em 1961, o território do Parque foi explorado em diversos ciclos histórico-econômicos, como plantações de cana-de-açúcar no século XVII, e de café nos subsequentes. Assim, a área foi praticamente toda devastada, trazendo prejuízos no abastecimento de água. Devido a isso, D. Pedro II ordenou a desapropriação e instituiu, em 1861, como áreas a serem protegidas as Florestas da Tijuca e das Paineiras. Com isso,

iniciou-se o processo de replantio da floresta, que corroborou o processo de sucessão secundária. Também, foi realizado um paisagismo, com a construção de pontes, praças e mirantes, propiciando o lazer (IBAMA, 1998).

A partir de uma perspectiva moderna da criação de áreas protegidas, em 1961, foi criada área protegida, inicialmente com a designação Parque Nacional do Rio de Janeiro, alterado em 1967 para o atual nome quando também foram anexadas a ele as áreas da Floresta da Tijuca, do Morro da Carioca (Trapicheiro, Sumaré, Corcovado e Paineiras), da Pedra da Gávea e da Pedra Bonita (IBAMA, 1998).

A edificação conhecida por "Hotel Paineiras" foi inaugurada em 1884, inicialmente como "Hotel Corcovado". Em 1887, a Princesa Isabel autorizou a transferência da Estrada de Ferro do Corcovado para o engenheiro Joaquim Leite Ribeiro de Almeida Júnior que, em 1889, mediante novo decreto imperial, transferiu a estrada para o inglês Frederic Henry Brady. Com a morte de seu proprietário, o hotel passou a ser explorado pela empresa "Light & Power", que se tornara a concessionária da estrada de ferro. Algumas intervenções no Hotel das Paineiras continuariam nos anos seguintes e, somente em 1921, o prédio, conforme hoje se encontra construído, foi inaugurado (ICMBIO, 2008).

No transcurso da história do hotel, hospedaram os presidentes Washington Luís, Getúlio Vargas e Café Filho. Em 1969, a seleção Brasileira de Futebol ficou em regime de concentração às vésperas da Copa do Mundo de 1970, bem como outros times cariocas. A partir de 1970, o hotel entrou em decadência, e voltou a ser propriedade da União Federal, passando a integrar o patrimônio do Ministério da Fazenda. Foi arrendado a um grupo hoteleiro até 1982, que o utilizou esporadicamente para a realização de eventos, quando encerrou seus serviços hoteleiros. A edificação foi abandonada, passando por pequenas obras realizadas pela Estrada de Ferro Corcovado. Em 1984, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) o desmembrou da Estrada de Ferro Corcovado sendo arrendado para a Universidade Veiga de Almeida, que realizou algumas reformas, refez sistemas hidráulicos e modernizou sanitários (ICMBIO, 2008).

Em 2008, no momento em que o ICMBio é criado e é instituída a política pública de fomento às concessões nos parques nacionais, a SPU retomou o imóvel e, a pedido do órgão ambiental, transferiu sua responsabilidade para a administração do Parque Nacional da Tijuca. A justificativa se baseou na necessidade de melhorar os acessos e serviços para receber os visitantes. O passo seguinte foi a elaboração do projeto arquitetônico a fim de atender à nova funcionalidade de uso desse espaço, transformando-o no "Complexo Paineiras". Também, foi realizado um estudo de viabilidade econômica e, ao final de 2011, foi lançado o edital de licitação dos bens e serviços de apoio à visitação por meio do instrumento de concessão. O projeto básico da concessão incluiu: a cobrança de ingressos; transporte rodoviário de passageiros; estacionamento; centro de convenções; serviços de alimentação e lojas de conveniências. A concessão está em vigor desde 2012, quando assinado o contrato (LOSCAR, 2012), porém, o espaço abriu para visitação após obras somente a partir de 2016 (ICMBIO, 2016). Seguindo ao que previa o edital, o concessionário realizou reformas, adquiriu equipamentos e administra os serviços. Os investimentos realizados para reformas, aquisição de equipamentos e capital de giro estão estimados em mais de R$ 40 milhões, com prazo de exploração por 20 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período (ICMBIO, 2011).

Conforme explicitado no projeto básico, o ICMBio justifica a concessão afirmando que os serviços dão melhor condições para a visitação, pois resolve os problemas relacionados a longas filas e tempo de espera para visitar o Monumento do Cristo Redentor, uma vez que aumenta a rotatividade e distribui o fluxo de visitantes a partir do estímulo à permanência no Centro de Visitantes do Complexo Paineiras (ICMBIO, 2011).

Na interseção onde está instalado o Complexo Paineiras, está o local conhecido por "Paineiras", que corresponde ao trecho da Estrada do Redentor, conectando o bairro do Alto da Boa Vista (Zona Norte) aos bairros de Santa Tereza e Cosme Velho (Zona Sul), onde nos finais de semana e feriados é proibido o tráfego de veículos para que se torne área de lazer. No local, há diversos mirantes e duchas de água natural, e também estão instalados equipamentos de ginástica (ICMBIO, 2008).

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca (ICMBIO, 2008), o perfil do visitante do Morro do Corcovado é diferente daquele que visita a Floresta das Paineiras. No Morro do Corcovado, há predomínio de turistas nacionais e estrangeiros, organizados em pequenos grupos familiares ou em grandes grupos fechados, motivados a apreciar a paisagem e registrar em fotografias sua visita ao Monumento do Cristo Redentor. Por sua vez, os visitantes da Floresta das Paineiras são frequentadores habituais, moradores da Zona Norte e Sul da cidade, e se deslocam com o objetivo de praticar exercícios físicos, fazer piquenique e atividades de lazer em família (ICMBIO, 2008).

A visitação nessa área estratégica, do ponto de vista da reprodução e da acumulação, é a mais significativa do Parque devido ao número de visitantes e recursos econômicos gerados. Porém, a cobrança de ingresso se dá unicamente para o acesso ao Monumento do Corcovado. A seguir, é realizado um debate, desde uma perspectiva crítica, sobre as implicações da concessão de bens e serviços de apoio à visitação – Complexo Paineiras – para ambas as práticas de visitação.

PAINEIRAS: ESPAÇO PARA O LAZER OU PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL?

Como elemento para subsidiar a análise que objetiva o presente artigo, busca-se apoio na pesquisa realizada pelo ICMBio, em 2011, tendo como público os visitantes das Paineiras. A referida pesquisa teve como objetivo identificar o perfil dos visitantes e, também, coletar a opinião deles a respeito dos serviços oferecidos à época e daqueles previstos para serem inaugurados pelo então futuro Complexo Paineiras. Os questionários foram aplicados, face a face, entre os meses de março e maio, com um total de 260 unidades válidas. O método utilizado na abordagem dos visitantes foi a amostragem, "que consiste de um conjunto de operações realizadas para estudar a distribuição de determinados caracteres na totalidade de uma população (universo) a partir da observação de uma fração dela (amostra)" (SCHLÜTLER, 2003, p. 89), pois não seria possível estudar a população toda. A técnica utilizada foi a amostra por conveniência, pois permite estudar a amostra da população mais acessível, prontamente disponível, o que facilita a operação da pesquisa face a face, ainda que seja limitada para a generalização dos resultados.

O questionário foi estruturado para avaliar: os equipamentos de lazer, recreação e esportes; a sinalização; os sistemas de acessos (o que incluiu a possibilidade de introdução de transporte público de passageiros e a proibição do acesso a veículos particulares); e a possibilidade de instalação de loja, restaurante e sala de exposições, na área referente ao antigo Hotel Paineiras.

Como resultado dessa pesquisa, identificou-se que a maior parte dos entrevistados mora na cidade do Rio de Janeiro (95%), originária da zona sul da cidade (46%), seguido pela zonas norte (20%), oeste (16%) e centro (14%). Entre os bairros citados, foram frequentes aqueles localizados no entorno imediato do

Parque, em que o visitante não desloca grandes distâncias para visitá-lo. Na amostra, a renda familiar varia muito pouco, estando concentrada entre R$ 6.000,00 e acima de R$ 10.000,00 (34%). Há pouca participação dos visitantes com renda familiar inferior a R$ 2.500,00 (11%). De um modo geral, é possível caracterizar os visitantes como sendo de ambos os gêneros, com idade entre 25 e 59 anos. São frequentadores habituais, sobretudo nos fins de semana que, acompanhados de amigos ou parentes, estão interessados em ficar em contato com a natureza, passear com a família e realizar atividades físicas ao ar livre, permanecendo no local até três horas. Em geral, os visitantes acessam essa área do Parque de carro (49%) e de bicicleta (5%), uma vez que não possui transporte público de passageiros. Um número irrelevante utilizou o Trem do Corcovado, táxi ou vans de lotação, que são modais normalmente de uso exclusivo dos turistas que visitam o Morro do Corcovado.

Com relação ao acesso às Paineiras, a maioria (46%) dos entrevistados avalia que o fechamento da Estrada do Redentor nos fins de semana é positivo, pois facilita a prática de esportes e atividades de lazer. Quando perguntados sobre a disponibilidade do transporte público até as Paineiras, a maioria considera que é ruim (56%) por ser inexistente e, em geral, avalia como positiva a introdução de linha regular de ônibus até o local. Porém, embora em percentual menor, há aqueles frequentadores que revelaram suas preocupações sobre a possibilidade de introdução da linha de ônibus, temendo que o local passasse a ter um grande número de visitantes, tornando-o menos aprazível. Os entrevistados também avaliaram como ruim (48%) a possibilidade de restrição de acesso a veículos particulares a partir de determinado ponto da Estrada do Redentor, controle este proposto pelo ICMBio para minimizar os problemas de acesso ao Complexo Paineiras (ICMBIO, 2014). Considerando que a maioria dos frequentadores utiliza o carro particular para se deslocar até as Paineiras, muitos deles avaliam o estacionamento como um aspecto que precisa de melhorias, sobretudo sua ampliação, pois o número de vagas disponíveis na data da pesquisa é considerado reduzido. É importante salientar que, mesmo com a introdução do transporte público, os problemas recorrentes com engarrafamentos nos acessos para o Morro do Corcovado não serão solucionados sem que haja a proibição do acesso de veículos particulares.

A pesquisa também buscou compreender a opinião dos frequentadores sobre os serviços e equipamentos presentes à época na Floresta das Paineiras, ou seja, antes do estabelecimento da concessão do "Complexo Paineiras". Foram avaliados aspectos relativos ao acesso à cidade, tais como: 1) transporte e acesso (sinalização, estrada, fluxo de veículos, orientação de trânsito, disponibilidade de bicicletários e acesso para pessoas com mobilidade reduzida); 2) uso do espaço e equipamentos de lazer (disponibilidade de espaços para pedestres e caminhantes, aparelhos de ginástica, áreas de lazer e piquenique, e disponibilidade de banheiros); 3) aspectos relativos à gestão da Unidade de Conservação (proteção do patrimônio natural e histórico-cultural, qualidade da água, limpeza, fiscalização, segurança, informações sobre o Parque, e presença institucional do ICMBio). De um modo geral, todos esses aspectos foram avaliados como "ruins" pelos participantes da pesquisa.

Sobre a expectativa dos visitantes em relação aos serviços de apoio à visitação a serem disponibilizados por meio do Complexo Paineiras, o estudo indica que há aceitação dos frequentadores para a instalação do empreendimento, previsto à época por incluir restaurante (78%), lanchonetes (78%), loja de souvenirs (64%), sala de exposições artísticas (86%), salas de convenções (58%), centro de informações sobre o Parque (90%) e serviços de condução de visitantes (78%). Desses serviços, somente não foram implementados, até 2018, as salas de exposições artísticas, salas de convenções e os serviços de condução de visitantes.

A partir da análise dos resultados da pesquisa com relação ao cenário atual (em que a maior parte dos aspectos foram avaliados como ruins) e ao cenário futuro (em que a infraestrutura e serviços a serem oferecidos pelo Complexo Paineiras foram avaliados como positivos), observa-se que há um casamento das necessidades a serem atendidas por meio da concessão em apoio à visitação, tanto para os turistas, para quem o empreendimento tem suas ações focadas, como também para os visitantes das Paineiras. Nesse sentido, é importante retomar a discussão com base nos aspectos referentes à reprodução capitalista do espaço urbano expressos na atual política ambiental de fomento ao turismo nos parques por meio das concessões, a partir do caso do Complexo Paineiras e da pesquisa com os visitantes das Paineiras.

Com relação ao acesso às Paineiras, é importante analisar o lugar de residência dos visitantes que são, em geral, frequentadores. É possível afirmar que, em um contexto de reprodução capitalista do espaço urbano, os bairros de residência dos frequentadores pertencem à Zona Sul[8], em sua maioria no entorno imediato do Parque, locais que são privilegiados por usufruírem das amenidades que a UC oferece (clima mais fresco, paisagem natural, possibilidade de lazer sem grandes deslocamentos, entre outros), o que valora ainda mais seus imóveis. É interessante o ponto sobre o acesso e o transporte: os entrevistados afirmam que concordam com a introdução de transporte público regular para as Paineiras, mas discordam da possível proibição de acesso aos seus veículos particulares. Diante desse cenário, é possível inferir que os entrevistados consideram importante a ampliação do acesso e uso público às Paineiras por pessoas com menor renda familiar, desde que não tenham sua prática de lazer afetada. O cenário diagnosticado pela pesquisa, à época, aponta para a defesa da manutenção dos direitos na diferença. Acredita-se, portanto, que o atual visitante das Paineiras não deixará de utilizar seu veículo para usar o transporte público de passageiros. Disso, infere-se que há uma tensão iminente do uso do espaço público para o lazer do parque nacional a partir de uma perspectiva individual e por uma coletividade. Ora, se o espaço é público, o acesso ao lazer deveria ser para todos, em respeito aos termos estabelecidos na Constituição Federal.

É preciso avaliar a necessidade do morador da cidade do Rio de Janeiro que utiliza transporte público para acessar as áreas de lazer do Parque Nacional da Tijuca, e não somente o turista ou o morador com maior poder aquisitivo. É uma questão, portanto, relacionada à negação do direito ao uso do espaço público para fins de lazer, em que o modelo de reprodução capitalista valoriza o espaço urbano como atrativo turístico, em detrimento da cidade como espaço de moradia e de lazer. Tendo em vista que, atualmente, o Complexo Paineiras vende o ingresso para entrada no Morro do Corcovado juntamente com o transporte rodoviário, saindo de diversos pontos da cidade, a introdução de linha regular de transporte público é uma questão a ser considerada pelos gestores do Parque e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

No que tange ao uso do espaço e equipamentos de lazer da UC, chama atenção a questão relativa à apropriação capitalista do patrimônio histórico-cultural e natural, a partir da introdução de serviços de apoio à visitação concessionados. Entende-se que embora o antigo Hotel Paineiras (patrimônio histórico-cultural) e a Floresta das Paineiras (patrimônio natural) sejam espaços públicos importantes para o turismo e para o lazer na cidade do Rio de Janeiro, por muito tempo, o Estado permitiu o sucateamento, não dando atenção necessária para a sua proteção. Mas quando transformado em Complexo Paineiras, com oferta de serviços de apoio à visitação concessionados, o patrimônio passa a ter valor de troca, processo este consonante com a reprodução do capitalismo no espaço urbano, conforme destaca Lefebvre (1991).

[8] Área cujo solo representa um dos maiores valores por metro quadrado do município do Rio de Janeiro (O GLOBO, 2014).

Assim, a transformação do patrimônio histórico-cultural em complexo de serviços turísticos adquire valor de troca devido à unicidade da paisagem natural do Parque Nacional da Tijuca. Ao mesmo tempo, o Complexo Paineiras atribui, também, um valor de troca à paisagem natural protegida. O espaço de lazer torna-se, assim, cada vez mais caro para a classe média e trabalhadora frequentadora das Paineiras, e cada vez mais "distante" das classes sociais vulnerabilizadas, tanto na perspectiva da possibilidade da oferta de serviços quanto da perspectiva de consumo dos serviços oferecidos por meio da concessão.

Portanto, a introdução dos serviços de apoio à visitação no Complexo Paineiras implica na visitação dos frequentadores da Floresta das Paineiras em diversos aspectos: por um lado, implanta os serviços e infraestrutura demandados para a visitação, com a qualidade e eficiência próprias das empresas privadas; por outro, estabelece uma perspectiva elitista na visitação em parques nacionais, excluindo grupos sociais vulnerabilizados historicamente. Por fim, percebe-se que as políticas de revitalização "seguem à risca" a "cartilha" da desqualificação do Estado e do empresariamento das práticas de atendimento no serviço público, consoantes com a reprodução e acumulação capitalista do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou as implicações do estabelecimento de serviços de apoio à visitação, oferecidos por meio da concessão do Complexo Paineiras, para o lazer dos frequentadores das Paineiras, área de lazer localizada no Parque Nacional da Tijuca (RJ). Assim, o artigo discutiu como a produção capitalista do espaço urbano influi na organização da visitação nos parques nacionais. Buscou, também, compreender a política pública de concessão de serviço de apoio à visitação em parques nacionais brasileiros.

Verificou-se que a área de lazer das Paineiras é um fragmento da cidade do Rio de Janeiro de uso público predominante de determinada classe social, devido ao fato de ser acessado somente de veículo particular ou transporte turístico. Na medida em que são introduzidos serviços de apoio à visitação, por meio da concessão do Complexo Paineiras, há tendência de valoração, ainda maior, das atividades de lazer, trazendo reflexos também para os frequentadores habituais, mesmo aqueles que possuem maior influência política e econômica. Ao mesmo tempo, a revitalização do equipamento turístico implica na negação dos direitos de acesso e de usufruto do espaço público pela classe vulnerabilizada historicamente. Assim, as Paineiras parecem estar perdendo sua função pública e social de espaço de lazer e cultura na medida em que passa a ser espaço de reprodução capitalista para atender às demandas de uma cidade que se globaliza.

Com base no exposto, questiona-se: qual é a real possibilidade do cidadão de influir na definição dos espaços de lazer? Qual a capacidade de influir nas decisões sobre o processo de produção capitalista do espaço urbano, especialmente no caso do Complexo Paineiras/Parque Nacional da Tijuca? Quando os espaços de lazer são negados a determinados grupos sociais ou quando as instâncias de participação social na gestão da UC são limitadas, outros meios não convencionais para manifestação podem surgir. Assim, observa-se que no processo de concessão dos serviços em espaços públicos deve haver o reconhecimento das diferentes classes sociais, a fim de garantir que o processo seja legítimo do ponto de vista de um Estado democrático de direito.

Portanto, recomenda-se às instituições responsáveis pela gestão de parques nacionais, a aplicação das diretrizes da Constituição Federal e da Política de Educação Ambiental para que o sujeito envolvido se transforme em sujeito participativo na decisão e o direito *stricto senso* adquira força política perante a

reconfiguração dos espaços, na perspectiva da coletividade. Sugere-se ainda um olhar crítico com relação às políticas de reprodução capitalista do espaço, especialmente nos centros urbanos, para que a gestão de parques nacionais não sirva de instrumento de acumulação do capital e exclusão socioambiental.

Também, espera-se que este trabalho ofereça elementos para a reflexão sobre a concessão de serviços de apoio à visitação em dois sentidos: primeiramente, a opinião dos frequentadores pode interessar aos gestores públicos, no sentido de avaliar como a política de concessão de serviços é recebida por visitantes das áreas de lazer com acesso gratuito, bem como a pesquisadores e estudantes, empenhados em debater a implicação das concessões no contexto de produção capitalista do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G. A reprodução capitalista do espaço por meio da terceirização de serviços: desvelando as implicações para lazer dos visitantes das Paineiras (Parque Nacional da Tijuca – RJ). XI SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. **Anais...** UECE. 2014.

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.

BRASIL. **Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio).

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 19 de julho de 2000**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc).

BRASIL. **Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018**. Altera as Leis no 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes).

CRUZ, R. C. A. O turismo no espaço – o espaço do turismo: reflexões acerca da participação do turismo na produção do espaço urbano brasileiro. In: **Ra'e Ga – O Espaço Geográfico em Análise**. v. 2, 1998. Disponível em: ‹http://dx.doi.org/10.5380/raega.v2io.17997›. Acesso em: 27 dez. 2017.

DAFLON, R. O Porto Maravilha é negro. In: **Carta Capital**. Publicado em 22 jul. 2016. Disponível em: ‹http://bit.ly/›. Acesso em: 12 dez. 2017.

DERANI, C. **Privatização e serviços públicos:** as ações do Estado na produção econômica. São Paulo: Max Limonad, 2002.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/Universidade de São Paulo, 2004.

EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F.; HAYNES, C. D. A. **Sustainable Tourism in Protected Areas**: guidelines for planning and management. IUCN: Gland, Suíça/Cambridge, Reino Unido, 2002.

GORINI, A. O. F.; MENDES, E. F.; CARVALHO, D. M. P. **Concessão de Serviços e Atrativos Turísticos em Áreas Naturais Protegidas**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 24, Set., p. 171-210, 2006.

HARVEY. D. **A Produção Capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Educação Ambiental no Parque Nacional da Tijuca:** publicação para professores. Rio de Janeiro: Cecip, 1998.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Acesso restrito de veículos à Estrada das Paineiras até março**. Disponível em: ‹http://bit.ly/2DkBNwl›. Acesso em: 13 jun. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Dados da visitação 2007 – 2016**. Disponível em: ‹www.icmbio.gov.br›. Acesso em: 10 jun. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Licitações UAAF Rio de Janeiro**. Dispõe sobre as concessões no Setor Corcovado/Paineiras, em áreas do Parque Nacional da Tijuca (2011). Disponível em: ‹http://bit.ly/2DktDUS›. Acesso em: 21 dez. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Novo recorde de visitação do Parque Nacional da Tijuca**. Disponível em: ‹http://bit.ly/2BHMxV3›. [s.d]. Acesso em: 13 jun. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca**. Ministério do Meio Ambiente. ICMBIO. Rio de Janeiro. 2008.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. SP: Papirus, 2002.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LOSCAR, C. **Concessão de serviços do Complexo das Paineiras revitaliza Parque da Tijuca**: unidade vai ganhar restaurante panorâmico, cafés, lojas de souvenirs e espaços para eventos. (2012) Disponível em: ‹https://bit.ly/2DwLXg›. Acesso em: 19 nov. 2018.

MACIEL, G. G. **A mercantilização da cidade do Rio de Janeiro e suas implicações na gestão de unidades de conservação**: um estudo sobre a concessão do Setor Paineiras/Corcovado (Parque Nacional da Tijuca – RJ). Dissertação (Mestrado) – Dep. Serviço Social, PUC-RJ: Rio de Janeiro. 2015.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORE, T. A.; MANNING, R. E. The Public Function of Parks and Protected Areas. **Working Papers of the Finnish Forest Research Institute 2**. Disponível em: ‹http://bit.ly/2r8YnTc›. Acesso em: ago. 2012.

MOSCIARO, M. R. **Gentrificação na Lapa?** Um estudo sobre a área central do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Orientadora: Eliane da Silva Bessa. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2012.

O GLOBO. **Metro quadrado no Rio subiu 10,1%, mas locação caiu 1,8%**. Disponível em: ‹http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/metro-quadrado-no-rio-subiu-101-mas-locacao-caiu-18-12007676›. Acesso em: 13 jun. 2014.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. **Terceirização em Áreas Protegidas**: estímulo ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2006.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso do público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). Orientador: José Augusto Drummond. Brasília, 2009.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C. **Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação:** aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. v. 28, p. 75-88, jul-dez, 2013. Editora UFPR.

RODRIGUES, C. G. O.; IRVING, M. O significado do "público" e o compromisso de inclusão social no acesso aos serviços em apoio ao turismo em parques nacionais. In: IRVING, M. A. et al. **Turismo, áreas protegidas e inclusão social:** diálogos entre saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra e Imagem, 2015.

SCHLÜTLER, R. G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2012.

Caderno Virtual de Turismo
ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a dimensão social:
reflexões a partir do estudo de caso de Fernando de Noronha (PE)

When the sustainable tourism public policies ignore the social dimension: reflections from the case of Fernando de Noronha

Cuando las políticas publicas de turismo sostenible ignoran la dimensión social: reflexiones a partir del caso de Fernando de Noronha

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1555

Itamar Cordeiro ‹ itamar_cordeiro@yahoo.com.br ›
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Nathália Körössy ‹ nathaliakorossy@gmail.com ›
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 31-dez-2017
Aceite: 10-dez-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

CORDEIRO, I.; KÖRÖSSY, N. Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a dimensão social: reflexões a partir do estudo caso de Fernando de Noronha (Pernambuco – Brasil). Caderno Virtual de Turismo. Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 40-56, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

Desenvolvimento sustentável tornou-se um termo recorrente nos estudos em turismo. Embora a necessidade de um modelo sustentável do turismo seja um consenso, uma aplicação prática e ampla de uma política de turismo sustentável ainda não aconteceu. É preciso, portanto, ter cautela com iniciativas autodenominadas de sustentáveis. Diante disso, o presente estudo dedicou-se a analisar a atuação do poder público no que tange à promoção de um turismo sustentável no arquipélago de Fernando de Noronha, um dos destinos insulares brasileiros mais conhecidos e desejados do País. A partir de observações não participantes in loco; de entrevistas com funcionários e ex-funcionários da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ADEFN), pesquisadores, ilhéus e ex-gestores; de pesquisas documentais e bibliográficas; e de pesquisas em páginas da web do governo do estado e de operadores turísticos, chegou-se ao entendimento de que, em Fernando de Noronha, a sustentabilidade é confundida com preservação da natureza, pois as outras dimensões (social e econômica) são negligenciadas pelo poder público.

Palavras chave: Turismo. Desenvolvimento Sustentável. Turismo Sustentável. Políticas Públicas. Fernando de Noronha.

ABSTRACT

Sustainable development has become a recurring term in tourism studies. Althought the consensus ont the need for a sustainable tourism approach, a comprehensive and practical implementation of a sustainable tourism policy has not yet taken place. So it is necessary be cautious with initiatives self-described as sustainables. Face with this situation, the present study was devoted to analyze the performance of public sector in the promotion of sustainable tourism in the archipelago of Fernando de Noronha, one of the most popular and desired Brazilian island destinations. From non-participant observations in loco; interviews with officials and former employees of the Administration of the Fernando de Noronha State District (ADEFN), researchers, islanders and former managers; documentary and bibliographic research; and research on web pages of the government and tour operators, it was observed that, in Fernando de Noronha, sustainability is confused with preservation of nature because the other dimensions (social and economic) are neglected by the public authority.

Keywords: *Tourism. Sustainable Development. Sustainable Tourism. Public Policies. Fernando de Noronha.*

RESUMEN

El desarrollo sostenible se ha convertido en un término recurrente en los estudios de turismo. Aunque la necesidad de un modelo sostenible del turismo sea un consenso, una aplicación práctica y amplia de una política de turismo sostenible aún no ha ocurrido. Es necesario, por lo tanto, tener cautela con iniciativas autodenominadas de sostenibles. El presente estudio se dedicó a analizar la actuación del poder público en lo que se refiere a la promoción de un turismo sostenible en el archipiélago de Fernando de Noronha, uno de los destinos brasileños más conocidos y deseados del país. A partir de observaciones no participantes in loco; de entrevistas con funcionarios y ex funcionarios de la Administración del Distrito Estatal de Fernando de Noronha (ADEFN), investigadores, isleños y ex-gestores; de investigaciones documentales y bibliográficas; y de investigaciones en páginas web del gobierno del estado y de operadores turísticos, se llegó al entendimiento de que, en Fernando de Noronha, la sostentabilidad es confundida con preservación de la naturaleza pues las otras dimensiones (social y económica) son descuidadas por el poder público

Palabras clave: *Turismo. Desarrollo Sostenible. Turismo Sostenible. Políticas Públicas. Fernando de Noronha.*

INTRODUÇÃO

Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a finalidade de refletir sobre um necessário modelo de desenvolvimento alternativo ao que até então estava em voga, o Comitê de Desenvolvimento Sustentável, presidido pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, apresentou, em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável. Com sua popularização, a partir da Conferência de 1992, o desenvolvimento sustentável acabou por se transformar em um dos grandes temas da atualidade e, como tal, acabou por ser aplicado em uma ampla gama de setores (FARSARI; PRASTACOS, 2000).

Nos últimos anos da década de 1980, o desenvolvimento sustentável tornou-se um termo recorrente nos estudos sobre o desenvolvimento, de uma maneira geral, e nas pesquisas em turismo, em particular; e embora não tenha implicado em inovações radicais, provocou uma reorientação no planejamento e gestão do turismo (LIU, 2003). É, a partir daí, que se passa a falar em turismo sustentável (HUNTER, 2002), entendido pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2004) como aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro.

Embora a necessidade de um modelo sustentável do turismo seja um consenso e muitos governos nacionais e autoridades locais já tenham dedicado algum tipo de atenção ao tema, isso não significa que ele esteja a ser transposto e implementado na prática (NITSCH; VAN STRAATEN apud MONIZ, 2006). Com efeito, apesar das afirmativas em contrário, uma aplicação prática e ampla de uma política de turismo social e ecologicamente responsável, em todos os âmbitos (empresarial, local, regional, nacional, internacional, tanto de consumidores como de produtores), ainda não aconteceu (KRIPPENDORF, 2003).

O que existe, portanto, é um grande gap entre a doutrina da sustentabilidade e sua aplicação no mundo real (RUHANEM, 2004; SIMPSON, 2001; TROUSDALE, 1999). Nessas condições, a sustentabilidade do turismo acaba por ser um jargão para gestores e políticos, um tema para conferências e um slogan para ativistas ambientais e do desenvolvimento, muito mais do que um objetivo a ser perseguido (SAARINEN, 2006).

Tal situação torna-se ainda mais crítica em ambientes insulares (TWINING-WARD; BUTLER, 2002; BRIGUGLIO; BRIGUGLIO, 1996). Isso porque, ao mesmo tempo em que essas pequenas regiões dependem bem mais do turismo do que as grandes regiões continentais (UNWTO, 2004; LIU; JENKINS, 1996), elas são ecologicamente bem mais frágeis (KOKKRANIKAL et al., 2003). Por conseguinte, são proporcionalmente mais vulneráveis às pressões do turismo.

Tendo em vista o imperativo de um turismo sustentável para os ambientes insulares, o presente estudo dedicou-se a analisar a atuação do poder público no que tange à promoção de um turismo sustentável no arquipélago de Fernando de Noronha, um dos destinos insulares brasileiros mais conhecidos e desejados do País. Pertencente ao estado de Pernambuco, o arquipélago é um distrito estadual, cuja área encontra-se totalmente abrangida por duas unidades de conservação: uma de proteção integral, o Parque Nacional Marinho (Parnamar) de Fernando de Noronha; e a outra, de uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo.

De modo a empreender este estudo, procedeu-se à análise da evolução da atividade turística e da atuação do poder público distrital e estadual para o desenvolvimento do turismo no arquipélago nos últimos cinco anos. Para tanto, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos: observações não participantes in loco entre os anos de 2012 e 2016; entrevistas com funcionários e ex-

funcionários da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ADEFN), pesquisadores, ilhéus e ex-gestores; pesquisas documentais e bibliográficas, além de pesquisas em páginas da web do governo do estado e de operadores turísticos. Convém esclarecer que, uma vez que determinadas falas levantaram aspectos delicados concernentes à gestão do arquipélago, achou-se por bem omitir os nomes dos entrevistados como forma de preservar suas identidades. Após a fase de coleta de dados, foi realizada uma análise de conteúdo a fim de compreender se as políticas públicas locais, de fato, promovem um turismo sustentável.

TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

O principal interesse acadêmico sobre os impactos do turismo data do início dos anos de 1960 e se resume a pesquisas relacionadas à capacidade de carga[1] (SAARINEN, 2006). Ao longo de duas décadas, a noção de capacidade de carga formou a base da abordagem e da gestão dos impactos negativos da atividade, porém, após esse período, tornou-se um conceito problemático tanto em termos operacionais como teóricos (SAARINEN, 2006). Do reconhecimento das limitações da capacidade de carga e em um contexto onde o desenvolvimento sustentável era tema sempre presente, amadurece e se efetiva o conceito de turismo sustentável (BRAMWELL; LANE, 2008).

De certa forma, pode-se dizer que o conceito de turismo sustentável é o ápice de um amadurecimento teórico iniciado na década de 1960, com o reconhecimento dos impactos potenciais do turismo de massa, que atravessa a década de 1970 com as primeiras preocupações com a gestão de visitantes, e culmina com a emergência do conceito de turismo verde (green tourism) na década de 1980 (MONIZ, 2006; DANTAS, 2005; SWARBROOKE, 2000). Ao longo da década de 1990, o conceito ganha reconhecimento daqueles que trabalham com a atividade e acaba por tornar-se uma unanimidade pelo fato de o turismo ter a sustentabilidade como única opção.

Conceitualmente, Butler (apud SOUSA, 2006, p. 34) define turismo sustentável como aquele que:

> se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras atividades e processos.

Já para Swarbrooke (2000), trata-se de um tipo de turismo economicamente viável, mas que não destrói os recursos dos quais a atividade no futuro dependerá, principalmente o ambiente físico e o tecido social da comunidade local. O Acordo de Mohonk[2] e a Carta de Lanzarote[3] expandem essa interpretação ao incluir a promoção de benefícios econômicos para as comunidades locais e países receptores.

Para Pearce (2003), trata-se daquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras e, simultaneamente, protege e amplia as oportunidades para o futuro, enquanto que o Relatório

[1] Capacidade de Carga tem sido usualmente definida como o número máximo de pessoas que podem utilizar determinada área sem uma alteração inaceitável no ambiente físico e sem um declínio inaceitável na qualidade da experiência dos turistas (MATTHIESON; WALL, 1982).

[2] O Acordo de Mohonk é um documento que contém um conjunto de princípios gerais e elementos que devem fazer parte de qualquer programa de certificação em ecoturismo e turismo sustentável. Resulta do workshop internacional promovido pelo Institute for Policy Studies com o apoio da Ford Foundation em Mohonk Mountain House (Nova Iorque) em novembro de 2000.

[3] A "Carta Mundial para o Turismo Sustentável" ou "Carta de Lanzarote" é o documento resultante da Conferência Mundial do Turismo Sustentável, realizada em Lanzarote (Espanha) em 1995.

Commonwealth of Australia de 1991 (apud DRIML; COMMON, 1996) e Cater (apud LIU, 2003) não buscam por uma definição do termo, mas destacam uma série de princípios e características aos quais um turismo sustentável deve atender, a saber:

- Melhoria do bem-estar material e não material;
- Equidade intra e intergeracional;
- Proteção da diversidade biológica e a manutenção dos sistemas e processos ecológicos;
- Respeito pelo ambiente natural, cultural e social das áreas de destino;
- Desenvolvimento econômico e social das comunidades locais;
- Satisfação das necessidades (materiais e imateriais) dos visitantes e da população local.

Por fim, segundo Saarinem (2006), vários autores têm insistido na ideia de que não existem definições exatas acerca do que seja turismo sustentável, enquanto Clarke (1997) afirma tratar-se de um conceito ainda em evolução.

Não é intenção realizar uma revisão exaustiva das várias definições sobre turismo sustentável. As definições citadas são suficientes para se concluir que todas, apesar de seu enfoque, concordam, em maior ou menor grau, que o turismo sustentável assenta-se essencialmente em dois pressupostos: I) preocupação com a manutenção das dimensões social, ambiental e econômica; e II) garantia de bem-estar para as presentes e futuras gerações. Esses dois pressupostos traduzem, ao fim e ao cabo, os três pilares sobre os quais o turismo sustentável se fundamenta (UNWTO, 2004):

- A sustentabilidade econômica, que implica a criação de prosperidade nos diferentes níveis da sociedade, considerando a rentabilidade de todas as atividades econômicas. Fundamentalmente, se trata da viabilidade das empresas e de suas atividades, e de sua capacidade para se manterem no longo prazo;
- A sustentabilidade social, que implica o respeito dos direitos humanos e a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade. Requer uma distribuição justa dos benefícios, que se centre na redução da pobreza. Dedica-se principalmente às comunidades locais e à manutenção e reforço de seus sistemas de subsistência, bem como ao reconhecimento e respeito às diferentes culturas, evitando qualquer forma de exploração;
- A sustentabilidade ambiental, que implica a conservação e gestão dos recursos, especialmente os não renováveis ou que sejam fundamentais para a subsistência. Traduz-se na implementação de ações para reduzir a contaminação do ar, da terra e da água, e para conservar a diversidade biológica e o patrimônio natural.

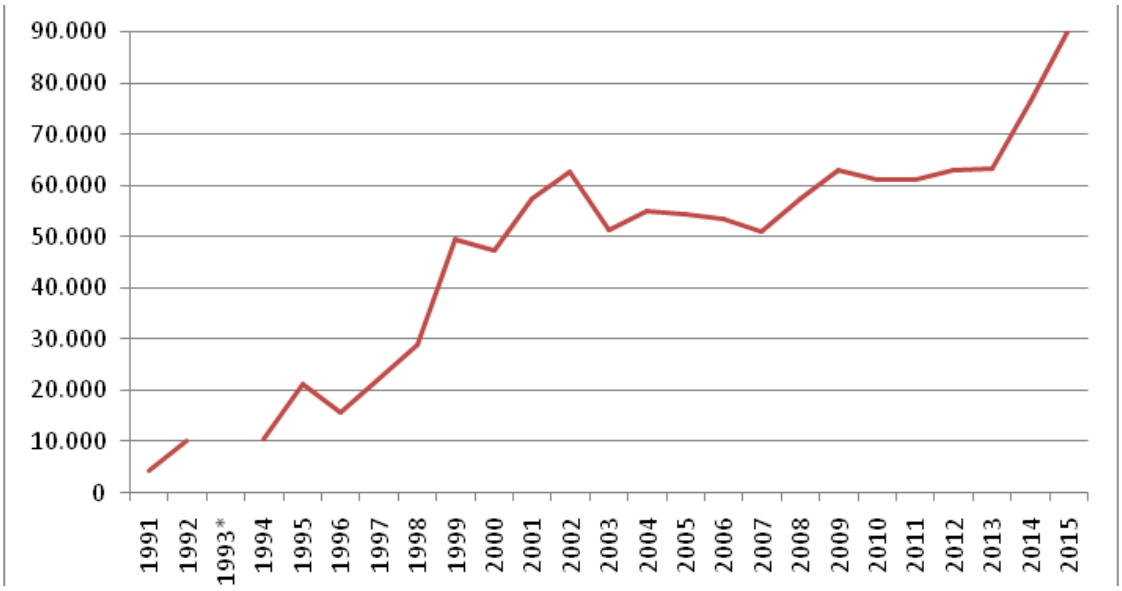
Nessa perspectiva, entende-se, tal como Unep/UNWTO (2005), que o turismo sustentável não é uma tipologia de turismo (como o são turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, etc.), mas uma forma diferente de promover turismo.

FERNANDO DE NORONHA ENQUANTO DESTINO TURÍSTICO ASSOCIADO À IMAGEM DE PARAÍSO INTOCADO E TURISMO SUSTENTÁVEL

A história documentada de Fernando de Noronha remete ao ano de 1503, quando uma expedição portuguesa comandada por Gonçalo Coelho chegou ao arquipélago. Por não ter havido uma ocupação efetiva por parte da Coroa portuguesa, o arquipélago foi alvo, durante os dois séculos seguintes, de invasões inglesas, alemãs, holandesas e francesas (LINS; SILVA, 2007). Somente em 1700, Portugal retomou o arquipélago dos holandeses e o doou à Capitania de Pernambuco. A partir daí, Fernando de Noronha passou a ser utilizado como colônia correcional, ponto estratégico dos norte-americanos durante a II Guerra e a Guerra Fria, presídio político e Território Federal (tendo sido governado pelo Exército, Aeronáutica, Estado Maior das Forças Armadas e pelo Ministério do Interior).

Através do Decreto nº 92.755, de 5 de junho de 1986, uma parte do arquipélago é, juntamente com o Atol das Rocas e os Penedos de São Pedro e São Paulo, transformado na Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo. E em 1988, por meio do Decreto nº. 96.693, de 14 de setembro, o restante do território é convertido em Parque Nacional Marinho (Parnamar), ou seja, 100% do território do arquipélago está protegido na forma de Unidade de Conservação (UC). Também em 1988, por força do artigo 15 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, Fernando de Noronha deixou de ser território da União e passou a integrar, novamente, o estado de Pernambuco (LINS; SILVA, 2007). Com a posse do novo território, o governo do estado passou a estimular o turismo no arquipélago.

Observando o número de turistas que chegam à ilha por via aérea (Figura 1), nota-se que, ao longo dos 10 primeiros anos de turismo (1991-2001), a média anual foi de pouco mais de 26 mil pessoas/ano. Já quando se observam os 10 anos seguintes (1992-2002), a média anual de visitantes é de mais de 63 mil, ou seja, praticamente 2,5 vezes mais. O ano de 2015 bateu o recorde absoluto de visitantes: 90.522 (18% a mais que no ano anterior).



*Informação inexistente

Figura 1 – Evolução do fluxo turístico – via aérea (1995-2015)
Fonte: Os autores (a partir de dados fornecidos pela ADEFN).

Hoje, Fernando de Noronha não só é um dos destinos mais conhecidos do País, como também é um dos mais desejados pelos brasileiros (FIPE, 2012). O Manual do Operador[4] destaca como principais atrativos do destino: as praias, baías e enseadas, o patrimônio histórico, além de aventura e ecoturismo. Associada sobretudo às praias, fauna marinha e belas paisagens, a imagem de Fernando de Noronha é constantemente enaltecida como um paraíso (Figura 2). Também frequentemente recebe títulos como os de "Praia mais bonita do Brasil" (Figura 3) ou de "Melhor Ilha da América do Sul" (Figura 4), ambos segundo o TripAdvisor 2015/2016.



Figura 2 – Anúncio da CVC apresentando Fernando de Noronha como um paraíso
Fonte: Disponível em: ‹http://www.cvc.com.br/destinos/brasil/fernando-de-noronha.aspx›. Acesso em: 15 out. 2016.

[4] Lançado na 44ª Exposição da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (Abav), em 2016, o Manual do Operador é uma publicação da Secretaria de Turismo de Pernambuco com o objetivo de munir os agentes de viagens de informações relevantes que ajudem a vender o destino.



Figura 3 – Anúncio do TripAdvisor apresentando a Praia do Sancho (Fernando de Noronha) como a melhor praia do Brasil
Fonte: Disponível em: ‹https://www.tripadvisor.com.br/TravelersChoice-Beaches-cTop-g294280›. Acesso em: 20 dez. 2017.



Figura 4 – Anúncio do TripAdvisor apresentando Fernando de Noronha como a melhor ilha da América do Sul
Fonte: Disponível em: ‹https://www.tripadvisor.com.br/TravelersChoice-Islands-cTop-g13›. Acesso em: 20 dez. 2017.

Também a teledramaturgia (como as minisséries "Riacho Doce", da TV Globo, e "O Canto das Sereias" da TV Manchete, ambas na década de 1990), os vários programas que o jornalista Francisco José fez para o Globo Repórter, as matérias de diversos jornais do País (nas quais o termo "paraíso" foi exaustivamente empregado nas manchetes nas seções de viagem e lazer), as ações de promoção turística (quer fossem da Embratur, da Empetur ou da ADEFN) aliados às ações publicitárias de agências de viagens (ao comercializarem pacotes turísticos) exerceram e ainda exercem forte influência na formação da imagem de paraíso intocado do destino Fernando de Noronha.

Em um estudo realizado por Pires (2008) sobre as peças de publicidade turística oficiais do estado de Pernambuco entre os anos de 2004 e 2006, conclui-se que, apesar de serem construídas imagens como

a de uma Pernambuco cultural e a de Pernambuco moderna, ainda é a imagem de uma Pernambuco paradisíaca aquela predominante, sendo Fernando de Noronha o melhor exemplo disso. Nesse mesmo sentido, Dantas (2009, p. 155) considera que "as imagens de Fernando de Noronha oferecidas pela mídia se aproximam do relato idílico [de paraíso] consagrado no Ocidente em sua forma mais tradicional". E é justamente nas belezas naturais que o governo do estado vem se apoiando para veicular Fernando de Noronha como um destino turístico.

Aliás, o esforço para comercializar Fernando de Noronha não é apenas como um destino ecoturístico, mas sim o destino sustentável. Um exemplo emblemático disso é a descrição que é feita do destino no Manual do Operador (EMPETUR, S/D):

> O arquipélago de Fernando de Noronha, Patrimônio Mundial Natural (UNESCO, 2001), é um santuário ecológico que encanta por sua beleza exuberante e exemplo de preservação ambiental, e gente de todas as partes do mundo. Com uma população de apenas 3.500 habitantes, entre moradores permanentes e temporários, o turismo é desenvolvido de forma sustentável, criando a oportunidade do encontro equilibrado do homem com a natureza (grifo nosso).

A sustentabilidade, não obstante, está no centro da forma como o poder público pensa Fernando de Noronha. Exemplo disso é a política de controle migratório que visa restringir o acesso de visitantes e turistas ao arquipélago, de acordo com os limites determinados por estudos de capacidade de suporte e cobrança de uma taxa de preservação ambiental (IBAMA, 2005; MPPE, 2016). Também o fato de todo o território de Fernando de Noronha abranger duas unidades de conservação implica em um maior controle do uso e ocupação do solo, com restrições tanto para construções como para compra e utilização de veículos pelos moradores locais.

Além disso, programas institucionais de pesquisa científica e de preservação de espécies (a exemplo do projeto Tamar desenvolvido pelo Ibama e o Golfinho Rotador), bem como iniciativas como coleta seletiva e compostagem de resíduos orgânicos fazem parte das ações de sustentabilidade ambiental empreendidas em Fernando de Noronha. Ainda no campo das ações ambientais capitaneadas pelo governo do estado de Pernambuco merece destaque o Programa Noronha Carbono Zero (Figura 5), anunciado em 2013. Tendo-se como meta o estabelecimento de uma economia de baixo carbono na ilha, transformando-a em um território pioneiro na compensação das emissões de gases de efeito estufa, esse programa, em parceria com a iniciativa privada prevê uma série de medidas, tais como: migração total da fonte de energia atual (diesel) para a energia eólica e solar, o desenvolvimento de um sistema de carros elétricos carregados que poderão ser acessados a partir de aplicativos, a substituição em longo prazo de todos os veículos movidos a combustível por modelos elétricos, entre outras.



Figura 5 – Matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo sobre a iniciativa para transformar Fernando de Noronha em um laboratório de negócios de carbono zero

Fonte: Disponível em: ‹http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2016/11/1829927-fernando-de-noronha-vira-laboratorio-de-negocios-de-carbono-zero.shtml›. Acesso em: 30 dez. 2017.

Tanto nas matérias de jornais, quanto nas páginas institucionais da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha e do Governo do Estado, Fernando de Noronha é frequentemente enaltecido como um território diferenciado do ponto de vista da sustentabilidade. Termos como "paraíso ecológico", "lugar intocado", "natureza exuberante", "gestão sustentável" têm sido comumente utilizados para se referir ao arquipélago. Em suma, o discurso construído em torno de Fernando de Noronha faz parecer crer que a sustentabilidade no destino é fato consumado. No entanto, tendo em conta que se declarar sustentável não implica, necessariamente, em sê-lo. O presente estudo se dedicou a colocar esse discurso da sustentabilidade em perspectiva.

FERNANDO DE NORONHA: TURISMO SUSTENTÁVEL?

Antes de qualquer coisa, é preciso ter em conta a ênfase dada à proteção do patrimônio natural. A questão da beleza cênica e dos recursos naturais do arquipélago é recorrentemente citada pelo poder público. Sobre isso, convém esclarecer que, apesar do discurso, o fato é que, como qualquer destino, Fernando de Noronha também sofre com os impactos ambientais dos visitantes. Ibama (2005), por exemplo, atribui à visitação impactos como: diminuição da diversidade e densidade de organismos em função do pisoteamento pelas pessoas que visitam os costões rochosos para mergulhar, observar e fotografar; retirada de organismos (dos costões rochosos) para venda em outros estados ou com o intuito de levar uma lembrança da ilha; biopirataria de espécies de invertebrados (algumas espécies de moluscos de Fernando

de Noronha já foram encontradas à venda em sites de conquiliologia na internet); danificação da biota marinha incrustante (corais) devido à grande quantidade de mergulhadores inexperientes; introdução de espécies exóticas; e alteração no comportamento dos golfinhos decorrente do molestamento ocasionado pelas embarcações de turismo. Assim, mesmo no que toca à proteção ambiental, Fernando de Noronha tem ainda muito o que avançar. Por outro lado, são notórios os esforços do poder público no sentido de tentar resolver esses entraves.

Contudo, não se observa o mesmo esforço no que toca à questão social. Embora a proteção ecológica seja uma parte importante de um desenvolvimento dito sustentável, não se deve olvidar que o bem-estar das comunidades locais é igualmente fundamental. E nesse sentido, as políticas públicas implementadas em Fernando de Noronha deixam bastante a desejar. A expansão irregular das habitações é, possivelmente, a principal evidência disso.

De 1.241 pessoas em 1970, a população de Fernando de Noronha (residentes permanentes e temporários) aumentou para cerca de 2.974 pessoas em 2016 (IBGE, 2016). No entanto, na contramão desse crescimento populacional (dada a exiguidade do espaço insular combinada às restrições legais relativas ao disciplinamento do uso e ocupação do solo de uma área natural protegida), a autorização para novas construções diminuiu. Isso fez com que uma parte da população ocupasse alguns edifícios abandonados. De acordo com o Jornal do Commercio (2011):

> Favela em Fernando de Noronha tem nome de presídio. Chama-se Carandiru. É um prédio público, escondido no fim de uma rua enlamaçada e ocupado por famílias que não têm onde morar. São nove adultos e sete crianças disputando o mesmo banheiro, o mesmo varal. Brigando por eles até. Pai, mãe e filhos espremidos em quartinhos sem nenhuma privacidade. Quando chove, tem que colocar prego no forro, porque senão o teto cai na cabeça das crianças. Já ocorreu outras vezes. Toda noite, o medo é que aconteça de novo.

As condições de habitação nesses ambientes são, evidentemente, insalubres. Segundo relatou um entrevistado por esta pesquisa, nesses tipos de habitações…

> […] a promiscuidade é grande […]. Os mesmos arranjos que você encontra na população de baixa renda, você encontra também lá [em Fernando de Noronha] […]. É um arrumadinho que não é arquitetonicamente correto […] e aí tem uma série de problemas: para onde é que vai o detrito, o lixo? E o saneamento? E outras coisas mais: […] adolescentes, crianças e adultos convivendo […] num espaço exíguo como você vê em população de baixa renda. E há a dificuldade de convívio também: há muita violência doméstica, há muita violência. E você só sabe disso quando você convive lá; porque oficialmente isso não existe em Noronha.

A falta de autorização para novas construções levou a outra prática que acabou por tornar-se bastante comum na ilha: a construção de "puxadinhos". À medida que os filhos crescem, casam e têm, eles também, seus filhos, a casa original torna-se insuficiente. Como inexiste autorização para construir em novos lotes, a alternativa encontrada pela população local é fazer um acréscimo ilegal ("puxadinho") da casa original. Neste, passam a coabitar avôs, pais, filhos e netos. São, portanto, três gerações dividindo um pequeno espaço sem nenhuma privacidade e com parcas condições sanitárias.

O que convém esclarecer é o lugar do turismo nessa dinâmica: o que motiva os ilhéus a construírem esses anexos irregulares para neles morarem é a perspectiva de que, assim, a casa fique disponível para ser alugada aos turistas. Dada a forma e a velocidade com a qual essa prática vem sendo feita, Andrade et al. (2007) comentam que a situação habitacional em Fernando de Noronha corresponde a um verdadeiro quadro de favelização decorrente da expansão informal das edificações com uso de materiais inadequados; baixo nível de conservação em alguns setores e famílias morando em barracos nos fundos dos terrenos para usar a casa como pousada.

A combinação entre escassez de habitações e o fato de ser um dos destinos mais desejados do País traz à tona outro problema: o êxodo da população local. Como em Fernando de Noronha a quantidade de moradias já atingiu o máximo permitido pelo poder público, um empresário de fora da ilha que queira se estabelecer no local não pode simplesmente comprar um pedaço de terra e construir. Logo, o que muitos desses empresários fazem é estabelecer uma sociedade com um ilhéu.

A partir das entrevistas em campo identificou-se que essa prática funciona da seguinte forma: o primeiro entra com o dinheiro para construir, ampliar, reformar ou melhorar o estabelecimento, ao passo que o segundo entra com o imóvel ou terreno. Segundo apurado nessas entrevistas, os ilhéus, ao se associarem, costumam se mudar para o continente para viverem da renda. Isso porque o empresário fica responsável por administrar a pousada e pagar uma renda ao ilhéu.

Esse êxodo também é alimentado por outra dinâmica constatada in loco: o arrendamento de casas e de pousadas menores por grandes pousadas. Em Fernando de Noronha não é incomum grandes pousadas arrendarem as pequenas hospedarias para que estas sirvam de alojamento para seus funcionários. Isso se deve ao fato de que, no rastro do desenvolvimento da atividade, surgiram novas pousadas e, com elas, a necessidade de mais funcionários. Como a ilha carece de recursos humanos qualificados, alguns meios de hospedagem (sobretudo os maiores e mais luxuosos) passaram a recorrer a pessoas de fora da ilha. Precisando de alojamentos para esse novo contingente, esses meios de hospedagem viram no arrendamento das pequenas pousadas a solução para a acomodação de seus funcionários.

Uma pesquisa realizada por ADEFN/DHT (2014) com 174 meios de hospedagem identificou que 17 deles funcionavam como alojamento de outras pousadas. A consequência do arrendamento é que o ilhéu precisa deixar a casa a fim de que ela sirva integralmente como hospedaria para os funcionários dessas outras pousadas. Não tendo para onde ir na ilha, o destino da maior parte dessas pessoas acaba por ser o continente.

O que convém observar é que, desde um ponto de vista social, os que partem acabam por ser privados da convivência e das referências que tinham com um espaço que lhes era familiar e o qual ajudaram a produzir. Com essa emigração, os vínculos entre o homem e seu espaço se desfazem. Quanto aos que permanecem, lhes resta testemunhar os que partiram serem substituídos por haoles[5] e turistas.

Embora seja legítimo dar o benefício da dúvida e esperar que algum tipo de relação positiva possa florescer desses novos arranjos, a experiência tem mostrado que a tendência é ocorrer o inverso. Pesquisadores e ex-gestores com os quais se conversou foram recorrentes quanto ao fato de que, com o desenvolvimento do turismo, aquilo que anteriormente era marcado por relações de solidariedade entre as pessoas, passou à condição de relações comerciais mediadas pela possibilidade de lucro. Como descreve Lima (2000, p. 276):

> Um morador assim se expressa quanto às mudanças de atitude entre os próprios habitantes: "… antes [do turismo] os donos de carros paravam para levar a gente [carona]. Hoje, não. Eles não param, pois, se levar a gente, não ganha dinheiro com o turista… [ele] é quem paga o aluguel do carro cada vez que vai para algum lugar; a gente não…".

[5] De acordo com Rocha Lima (2008, p. 297), haule ou haole é um "vocábulo de origem havaiana, literalmente 'homens brancos'. Como assinala Sahlins (ILHAS DE HISTÓRIA, 1994, p. 34), essa denominação refere-se, a princípio, aos surfistas que procuravam Noronha para a prática esportiva e, depois, de maneira xenófoba e pejorativa, aos novos migrantes que vieram residir no arquipélago depois de 1986". Mesmo moradores residentes há décadas e, às vezes, que chegaram à ilha com poucos meses de idade são chamados de "haules". Nesse mesmo sentido, Ibama (2005, p. 107) ressalta que "o haule é alguém que veio explorar a ilha e não deveria ter os mesmos direitos dos ilhéus".

Um entrevistado que trabalhou em Fernando de Noronha menciona que…

> Trabalhei em Noronha por mais de 5 anos […] e conhecia todo mundo lá. Quando volto lá [Fernando de Noronha] agora… 10 anos depois, não reconheço mais ninguém […]. Tá tudo muito mudado […], as pessoas principalmente […]. Fiquei espantada, sabe?

Outro desdobramento desse êxodo é o esfacelamento do poder de mobilização local. Em recente obra para reinauguração do Palácio São Miguel (edifício que serve de sede para a ADEFN), houve um protesto de moradores. Segundo a moradora, Ana Paula da Silva, líder do protesto:

> Não somos contra a reforma do Palácio nem das ruas, estamos protestando pela desigualdade social, o desmando é grande. Carteira de morador sendo emitida para quem não mora na ilha, o setor de veículos comete arbitrariedades. O governo é feito para os ricos, o povo está oprimido (BLOG VIVER NORONHA, 2017).

Esse protesto atesta um poder de mobilização da comunidade local para fazer frente a uma situação que considera inadequada: as arbitrariedades cometidas pelo poder público que reverberam na qualidade de vida do ilhéu. Ocorre que tal tipo de protesto só se torna factível a partir do momento em que existe uma comunidade local que se mobiliza. A partir do momento em que os antigos residentes são substituídos por empresários de fora e turistas, essa situação muda radicalmente. Isso porque, sem uma comunidade local, as possibilidades de resistência, articulação e cobrança junto ao poder público pela melhoria de vida na ilha atrofiam-se e tendem a desaparecer. Quando é esse o caso, o próprio espaço tende a perder o sentido, a se converter em um "presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; […] espaço do vazio" (CARLOS, 1999, p. 28). Enfim, tende a transformar-se em um espaço do provisório e do efêmero, no qual as relações entre os indivíduos são impessoais e sem referências comuns a um grupo.

Por fim, é preciso considerar que, do ponto de vista econômico, o desenvolvimento da atividade no destino não dá, igualmente, mostras de ser sustentável. Isso porque economias de ilhas com forte apelo turístico encontram-se em uma situação particularmente delicada face os mercados emissores, ou seja, a eventualidade de algum tipo de recessão econômica no mercado de origem, ocasionada por fatores diversos, pode representar um colapso econômico de uma comunidade que tendeu a se desvencilhar quase por completo de outras formas de subsistência como é o caso de Fernando de Noronha (ELABORE, 2008).

Soma-se a isso a questão do custo de vida. Alguns dos ilhéus, com os quais se conversou, revelaram gostar de viver em Fernando de Noronha, mas declararam que o custo de vida na ilha tem se tornado, de certa forma, proibitivo. Se por um lado parece aceitável o fato de que, por se tratar de uma ilha relativamente distante e com reduzidos canais de distribuição, os preços dos produtos sejam relativamente maiores do que no continente. O que as entrevistas realizadas com alguns moradores e com a própria ADEFN permitiram entrever foi que o turismo também tem uma parcela de responsabilidade nessa questão.

O que acontece é que, dadas as suas características, Fernando de Noronha tem um forte apelo junto a um público de um elevado poder aquisitivo. Segundo DHT/ADEFN (2016), 96% do público que visita o arquipélago é de brasileiros. Em sua maioria, esses turistas são casados, possuem nível instrucional elevado, idade entre 31 e 40 anos e nível de renda entre 6 e 10 salários mínimos. O tempo médio de permanência da maior parte deles é de 3 a 5 dias e o gasto médio em torno de R$ 3.320,00. Esse tipo de perfil de visitante é desejável porque traz dinheiro, no entanto, é preciso considerar que ele também é o responsável pela alavancagem de preços dos produtos/serviços em geral, inclusive de itens básicos (entre os quais a alimentação é o principal) que passam a ficar caros também para os locais. Essa pressão inflacionária, aliás, também foi relatada por alguns entrevistados como outro motivo pelo qual alguns ilhéus estão deixando a ilha para ir viver no continente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indo além da perspectiva ingênua e simplista que costuma considerar como sustentável um destino turístico apenas porque ele apresenta belezas cênicas ou desenvolve ações midiáticas relacionadas com a proteção da natureza, a presente investigação se propôs a discutir a sustentabilidade do destino Fernando de Noronha a partir de uma reflexão sobre como a prática dessa atividade está repercutindo do ponto de vista social, ecológico e econômico.

A esse respeito, uma primeira consideração a ser feita tem a ver com o fato de que o poder público confunde sustentabilidade com preservação da natureza. O levantamento sobre a atuação do poder público demonstrou que, majoritariamente, a proteção do meio ambiente é utilizada como elemento para atestar a sustentabilidade do destino. Tal acepção, no entanto, é, no mínimo, um equívoco. Isso porque sustentabilidade não se resume à proteção ambiental. No caso de Fernando de Noronha, é evidente que questões de ordem social, como déficit habitacional, assentamentos subnormais e êxodo de moradores rumo ao continente são igualmente importantes. E, a esse respeito, o que se constata é que tais questões não recebem a devida atenção por parte do poder público.

Ademais, os arranjos que vêm sendo feitos entre empresários de fora e ilhéus tendem a, conforme já discutido, estimular o êxodo destes últimos. Como consequência, o que se traz para reflexão é a possibilidade de, no médio prazo, haver um desmanche da tessitura espacial. Ora, como falar, pois, em sustentabilidade na medida em que a população local vem sendo progressivamente substituída por empresários de fora e turistas? Como falar em sustentabilidade em um ambiente no qual a manutenção das condições para as futuras gerações de ilhéus satisfazerem suas próprias necessidades não está assegurada?

Em face do exposto, o que este trabalho vem trazer à tona é a necessidade de se repensar a sustentabilidade em seu nível mais elementar: o do planejamento. É ponto pacífico que o turismo sustentável não se dá ao acaso. Autores como Inskeep (1991), Swarbrooke (2000), Körössy (2007), Lai et al. (2006), Moiteiro (2008), Schianetz et al. (2007), Simpson (2001), UNWTO (2004) e Yuksel et al. (1999) são unânimes quanto ao fato de que um turismo sustentável só é possível com planejamento.

A omissão da dimensão social pelo poder público leva a crer que não há um planejamento para o turismo sustentável em Fernando de Noronha. E isso precisa ser revisto. Continuar limitando a sustentabilidade no âmbito ecológico é insistir em uma abordagem que não assegurará a perenidade de Fernando de Noronha enquanto destino. Nesse sentido, é fundamental e urgente que se pense uma política de turismo sustentável para Fernando de Noronha, uma política que, evidentemente, enxergue para além do ecológico e que reflita algumas das questões socioeconômicas levantadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA/DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO – ADEFN/DHT. **Diagnóstico da situação atual dos meios de hospedagem do arquipélago de Fernando de Noronha**. Recife: UFPE/PROEXT/DHT, 2014.

ANDRADE, L. et al. Conflitos da gestão ambiental urbana no arquipélago de Fernando de Noronha. XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 21-25 de maio de 2007. **Anais**... Belém: 2007.

BLOG VIVER NORONHA. **Palácio São Miguel é reinaugurado com protesto de moradores de Fernando**

de Noronha. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/blog/viver-noronha/post/palacio-sao-miguel-e-reinaugurado-com-protesto-de-moradores-de-fernando-de-noronha.html›. Acesso em: 30 dez. 2018.

BRAMWELL; B.; LANE, B. Priorities in sustainable tourism research. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 1, p. 01-04, 2008.

BRIGUGLIO, L.; BRIGUGLIO, M. Sustainable tourism in the Maltese Islands. In: BRIGUGLIO, L. et al. (Ed.). **Sustainable tourism in islands & small states:** case studies. Pinter: London. p. 162-179, 1996.

CARLOS, A. F. O Turismo e a Produção do Não Lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. de C. (Org.). **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, p. 25-37, 1999.

CLARKE, J. A framework of approaches to sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 5, n. 3, p. 224-233, 1997.

DANTAS, A. **O uso de indicadores socioambientais para análise da atividade turística na Ilha de Santa Catarina, Município de Florianópolis/SC**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2005.

DANTAS, P. **Destino da ilha sob a mira do Éden:** Fernando de Noronha no percurso do tempo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, 2009.

DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO / ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA – DHT/ADEFN. **Avaliação do destino Fernando de Noronha – 2016:** relatório. DHT/UFPE: Recife, 2016.

DRIML, S.; COMMON, M. Ecological economics criteria for sustainable tourism: application to the great barrier reef and wet tropics world heritage areas, Australia. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1996.

ELABORE – ASSESSORIA ESTRATÉGICA EM MEIO AMBIENTE. **Estudo e determinação da capacidade de suporte e seus indicadores de sustentabilidade com vistas à implantação do plano de manejo da área de proteção ambiental do arquipélago de Fernando de Noronha** – Produtos 3 e 4 (documento submetido ao ICMBio). Brasília, 2008.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO – EMPETUR. **Manual do Operador Turístico**. Empetur: Recife, S/D.

FARSARI, Y.; PRASTACOS, P. Sustainable tourism indicators: pilot estimation for the Municipality of Hersonissos, Crete. **Proceedings of The International Scientific Conference on "Tourism on Islands and Specific Destinations"**, University of the Aegean, Chios, 2000. Disponível em: ‹http://www.iacm.forth.gr/regional/papers/XIOSenglishversion. pdf›. Acesso em: 12 jan. 08.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011: relatório executivo**. São Paulo: 2012. Disponível em: ‹http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/dem anda_turistica/downloads_demanda/Demanda_domxstica_-_2012_- _Relatxrio_Executivo.pdf›. Acesso em: 09 out. 2015.

HUNTER, C. Sustainable tourism and the touristic ecological footprint. Environment, **Development and Sustainability**, v. 4, n. 1, p. 07-20, 2000.

INSKEEP, E. **Tourism planning**: an integrated and sustainable development approach. Van Nostrand Reinhold: New York, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@:** estimativa da população

2016: Fernando de Noronha. IBGE, 2016. Disponível em: ‹http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260545&idtema=13 0&search=pernambuco|fernando-de-noronha|estimativa-da-populacao-2016-›, Acesso em: 20 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Plano de Manejo** – Fase 1 da Área de Proteção Ambiental APA Fernando de Noronha, Atol das Rocas e São Pedro e São Paulo. Encarte 3: Análise da Unidade de Conservação: Parte 1. Brasília: IBAMA, 2005.

JORNAL DO COMMERCIO. Noronha: o paraíso às avessas. **Especial do Jornal do Commercio**. 2011. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/especial/noronha›. Acesso em: 20 out. 2015.

KOKKRANIKAL, J.; BAUM, T.; MCLELLAN, R. Island tourism and sustainability: a case study of the Lakshadweep Islands. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 11, n. 5, p. 426-447, 2003.

KÖRÖSSY, N. T**urismo e recursos hídricos no arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco/ Brasil):** reflexões sobre a sustentabilidade da atividade turística a partir da análise do consumo de água pelos meios de hospedagem. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2007.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. Aleph: São Paulo, 2003.

LAI, K.; LI, Y.; FENG, X. Gap between tourism planning and implementation: a case of China. **Tourism Management**, v. 27, n. 6, p. 1171-1180, 2006.

LIMA, J. R. A simbologia triádica de Fernando de Noronha. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 24, n. 2, p. 287-298, 2008.

_____. **Nas águas do Arquipélago de Fernando de Noronha**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – São Paulo: PUC, 2000.

LIU, Z. Sustainable tourism development: a critique. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 11, n. 6, p. 459-475, 2003.

LIU, Z.; JENKINS, C. Country size and tourism development. In: BRIGUGLIO, L. et al. (Ed.). **Sustainable tourism in islands & small states:** issues and policies. Pinter: London, 1996.

MATTHIESON, A.; WALL, G. **Tourism:** economic, physical and social impacts. Longman: New York, 1982.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. **Controle Migratório em Fernando de Noronha:** perguntas e respostas. Recife: MPPE, 2016.

MOITEIRO, A. I. **Análise das percepções dos turistas em relação a boas práticas e indicadores de sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2008.

MONIZ, A. I. **A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão:** o caso dos Açores. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas e Empresariais). Universidade dos Açores: Ponta Delgada, 2006.

PEARCE, D. **Geografia do turismo:** fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PIRES, C. **Imagens de Pernambuco:** uma análise semiolingüística do discurso publicitário turístico. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

RUHANEM, L. Strategic planning for local tourism destinations: an analysis of tourism plans. **Tourism and Hospitality Planning & Development**, v. 1, n. 3, p. 239-253, 2004.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. **Annals of Tourism Research**, v. 33, n. 4, p. 1121-1140, 2006.

SCHIANETZ, K.; KAVANAGH, L.; LOCKINGTON, D. Concepts and tools for comprehensive sustainability assessments for tourism destinations: a comparative review. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 15, n. 4, p. 369-389, 2007.

SILVA, M. B. L. **Fernando de Noronha:** cinco séculos de história. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SIMPSON, K. Strategic planning and community involvement as contributors to sustainable tourism development. **Current Issues in Tourism**, v. 4, n. 1, p. 03-41, 2001.

SOUSA, R. M. **A sustentabilidade do destino turístico Porto Santo**. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo) – Universidade da Madeira: Porto Santo, 2006.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**. São Paulo: Aleph, 2000.

TROUSDALE, W. Governance in context, Boracay Island, Philippines. **Annals of Tourism Research**, v. 26, n. 4, p. 840- 867, 1999.

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a small island: development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 10, n. 5, p. 363-387, 2002.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME/UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNEP/UNWTO. **Making tourism more sustainable:** a guide for policy makers. UNEP/UNWTO: Madrid, 2005.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO. **Making tourism work for small island developing states**. UNWTO: Madrid, 2004.

YUKSEL, F.; BRAMWELL, B.; YUKSEL, A. Stakeholder interviews and tourism planning at Pamukkale, Turkey. **Tourism Management**, v. 20, n. 3, p. 351-360, 1999.

Caderno Virtual de Turismo
ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

Requalificação da Fazenda Colubandê em São Gonçalo/RJ como atrativo turístico por meio de práticas de ecoturismo e educação ambiental

Revitalization of the Colubandê Farm in São Gonçalo/RJ as a touristic attraction through ecoturism and environmental education practices

Recalificación de la hacienda Colubandé en São Gonçalo/RJ como atractivo turístico a través de prácticas de ecoturismo y educación ambiental

DOI: http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1559

Alessandra Lopes Freitas ‹ alefreitas1972@hotmail.com ›
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marco Aurélio Moura da Cunha ‹ marco_m3transportes@yahoo.com.br ›
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Suellen Alice Lamas ‹ lamas.suellena@gmail.com ›
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 18-jan-2018
Aceite: 10-dez-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

FREITAS, A. L.; CUNHA, M. A. M. da.; LAMAS, S. A. Requalificação da Fazenda Colubandê em São Gonçalo/RJ como atrativo turístico por meio de práticas de ecoturismo e educação ambiental. Caderno Virtual de Turismo. Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 57-71, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo de caso que visa requalificar a Fazenda Colubandê, no município de São Gonçalo/RJ, como atrativo turístico por meio de práticas de ecoturismo e educação ambiental, de modo interligado e complementar. Para tanto, utilizaram-se as técnicas de pesquisa de campo, bibliográfica e documental. É evidenciada, como resultado, a necessidade imediata de intervenção humana, tendo em vista se tratar da degradação de um patrimônio local de importância histórica, cultural, ambiental e arquitetônica. Foi proposta a requalificação do ambiente natural desse patrimônio por meio do fomento de atividades que promovam a inclusão social da comunidade e seu entorno, além de promover a reutilização e reestruturação do espaço degradado com o propósito de devolver sua identidade cultural, e torná-lo, novamente, um ambiente de entretenimento e turismo voltado às atitudes de conservação e preservação da natureza.

Palavras chave: Requalificação. Ecoturismo. Educação Ambiental.

ABSTRACT

The current work presents a case study that aims to revitalize the Colubandê Farm, in the municipality of São Gonçalo in the Rio de Janeiro state, into a touristic attraction through ecotourism and environmental education practices, in a complementary and interconnected way. Therefore, the techniques of field study, bibliographic and documentary research. The result found show the immediate need for human intervention, to treat the degradation of a local patrimony of historical, cultural, environmental and architectural importance. It was proposed that the natural environment of this site go through a process of revitalization by the way of activities that promote social inclusion of the surrounding community, as well promoting the reutilization and restructuration of the degraded site with the purpose of restoring its cultural identity, turning it back into a place for entertainment and tourism focused towards practices of conservation and preservation of nature.

Keywords: *Revitalization. Ecotourism. Environmental Education.*

RESUMEN

El presente trabajo presenta un estudio de caso que busca recalificar la hacienda Colubandê, en el municipio de São Gonçalo / RJ, como atractivo turístico a través de las prácticas de ecoturismo y educación ambiental, de modo interconectado y complementario. Para ello, se utilizaron las técnicas de investigación de campo, bibliográfica y documental. Se evidencia como resultado, la necesidad inmediata de intervención humana, teniendo en mente la degradación de un patrimonio local de importancia histórica, cultural, ambiental y arquitectónica. Se propuso la recalificación del ambiente natural de ese patrimonio a través del fomento de actividades que promuevan la inclusión social de la comunidad y su entorno, además de promover la reutilización y reestructuración del espacio degradado con el propósito de devolver su identidad cultural, y hacerlo de nuevo, un ambiente de entretenimiento y turismo orientado a las actitudes de conservación y preservación de la naturaleza.

Palabras clave: *Recalificación. Ecoturismo. Educación Ambiental*

INTRODUÇÃO

O ecoturismo é uma prática que propõe atividades em ambientes naturais, visando gerar percepção e consciência de preservação, além de interação com a natureza por parte dos turistas. Em meio a debates

sobre maneiras de preservação ambiental por meio de práticas sustentáveis que envolvam o turismo, o Ministério do Turismo reconhece que a atividade vem se destacando nos últimos anos como um modelo de turismo mais responsável (BRASIL, 2010).

Partindo da premissa de conservação e preservação do ambiente, proposta pelo ecoturismo, este requer ações educativas, que podem ser efetivadas por meio da educação ambiental.

A discussão sobre educação ambiental no ecoturismo propõe que seu desenvolvimento se dê por meio de práticas responsáveis e participação dos cidadãos, tendo, com isso, um caráter educativo e sendo, portanto, uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo. Nesse sentido, como importante instrumento social, a educação ambiental se apresenta como aliada de projetos, seja de recuperação de áreas naturais ou de requalificação de espaços e patrimônio em áreas naturais.

A partir desse contexto, o presente trabalho buscou discutir a requalificação do ambiente natural da Fazenda Colubandê em São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, como um patrimônio histórico com atrativo turístico. Tem, portanto, como objetivo, apresentar uma proposta de requalificação para o complexo dessa Fazenda por meio de ações que envolvam ecoturismo e educação ambiental, de forma a estimular a conservação e recuperação desse patrimônio histórico e o meio ambiente em seu entorno, bem como reestimular o turismo no local. Esta proposta foi pautada na reflexão: como um patrimônio histórico pode ser requalificado a partir de práticas de ecoturismo aliadas à educação ambiental?

A escolha da área de estudo deu-se em função da degradação dos poucos pontos turísticos existentes do município de São Gonçalo/RJ e do abandono de um importante patrimônio com relevância histórica, cultural, arquitetônica e ambiental, a Fazenda Colubandê, bem como da experiência, de um dos autores, que atuou por sete anos no Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente (BPFMA), quatro deles voltados à área de educação ambiental no Setor de Educação Ambiental (SEAmb/BPFMA).

A proposta em questão se pauta na importância cultural e ambiental do local para a comunidade e seu entorno, tendo em vista possuir espécies arbóreas ameaçadas de extinção, como o pau-brasil e o sobreiro, como observado in loco pelos autores. É relevante destacar, também, o quanto é significativa a preservação de uma área verde em local urbano, pelos inúmeros benefícios que podem trazer à comunidade, tais como: o convívio social, lazer, ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas e práticas esportivas, melhoria do clima, qualidade do ar, água e solo, e habitat para fauna silvestre, além de poder propiciar ferramentas de pesquisa à comunidade acadêmica (NUCCI, 2008).

Vale citar ainda que este estudo complementa a decisão do Juiz Federal Fábio Teneblat, que sentenciou, em 2016, o Estado e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a apresentarem um projeto de restauração do patrimônio histórico da Fazenda Colubandê (ARAÚJO, 2016). Assim, enquanto a restauração do prédio será proposta pelos órgãos competentes, propomos a requalificação do ambiente natural da Fazenda.

O presente artigo decorre do Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Turismo do Cefet/RJ defendido por parte dos autores no segundo semestre de 2017, que recebe o mesmo título do artigo.

REQUALIFICAÇÃO PATRIMONIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO: ASPECTOS CONCEITUAIS

REQUALIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Antes de abordarmos o tema requalificação, é necessário entender o conceito de revitalização, tendo em vista estarem interligados.

O conceito de revitalização, de acordo com Ferreira (2010), "remete a um conjunto de medidas que visam a criar nova vitalidade, a dar novo grau de eficiência a alguma coisa". Já para Moura et al. (2006. p. 24):

> A revitalização é um processo de planejamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa. Dessa maneira, ela intervém no médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo vínculos entre territórios, atividades e pessoas, e, por conseguinte, influencia na melhoria da qualidade do ambiente urbano e nas condições socioeconômicas.

A revitalização tem o patrimônio como parte principal, valoriza a cultura e a identidade local, e sugere a possibilidade de implantação de práticas que interessam à comunidade, como o turismo, que abrange todos esses objetivos, além de proporcionar oportunidade de desenvolvimento. Consiste na refuncionalização estratégica de áreas dotadas de patrimônio, ou seja, de objetos antigos que permaneceram inalterados no processo de transformação do espaço urbano, de forma a promover uma nova dinâmica urbana baseada na diversidade econômica e social (MOURA et al., 2006).

Em geral, as denominações que se referem à revitalização traduzem uma estratégia de valorização de áreas dotadas de patrimônios culturais que passam por processos degradativos. Em diversos países, o termo revitalização sofreu, ao longo dos anos, modificações no que diz respeito ao seu significado e surgiram vários outros com o objetivo de substituí-lo, tais como: refuncionalização, reabilitação, gentrificação ou renovação. No Brasil, a palavra é regularmente substituída por requalificação, uma vez que considera-se esse termo o mais adequado ao conceito de inclusão social, uma proposta mais humanizada, participativa e representativa da comunidade do que o sentido excludente do termo revitalização (SOTRATTI, 2015).

Esses processos de refuncionalização do patrimônio são tendência no País. De acordo com Silva e Pinheiro (2014, p. 177):

> No Brasil, ao longo dos anos, vem crescendo o movimento de intervenção nos centros e espaços urbanos, com o objetivo de deixá-los em condições de melhor uso pela população local e por visitantes que estão em busca de conhecer novos lugares e culturas.

Entre os exemplos de requalificação, podemos citar o Programa Corredor Cultural no Rio de Janeiro, os programas de recuperação das áreas centrais de São Luís, no Maranhão, da cidade de Santos, em São Paulo, e do Pelourinho, na Bahia (MARINS, 2018). Um outro exemplo é a requalificação da área natural de Acajatuba, Amazonas, realizada pelo Núcleo de Educação Ambiental Acajatuba (AMAZÔNIA REALIDADE, 2015).

Cabe elucidar que tais conceitos, de revitalização e requalificação, usuais na área de patrimônio e história, são apropriados neste trabalho para aplicação no contexto ambiental de um atrativo turístico.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação ambiental é um conceito em construção, que apresenta várias definições, assim como o de meio ambiente esteve, em seu início, atrelado à ideia de natureza, uma corrente conservacionista. No entanto, tem sido incorporado a ele as dimensões socioeconômica, política, cultural e histórica (BRASIL, 2001). De acordo com Dias (2010, p. 98), "a evolução dos conceitos de educação ambiental esteve diretamente relacionada à evolução do conceito de meio ambiente e ao modo como este era percebido". Apresentamos, a seguir, algumas definições consideradas como marcos nessa discussão.

Segundo Sato (1997), a definição mais conhecida de educação ambiental foi apresentada durante a Conferência Intergovernamental em Educação Ambiental aos Países-Membros, realizada em Tbilisi, Geórgia, no ano de 1977. Segundo a autora:

> A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida (SATO, 1997, p. 86).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, de 1992, documento elaborado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92) e ratificado pelo novo encontro da RIO+20 em 2012 (ONU, 2012), reconhece a educação ambiental como:

> [...] um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a proteção ambiental. Estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si relação de interdependência e diversidade, o que requer responsabilidade individual e coletiva local, nacional e mundial (BRASIL, 2010, p. 23).

A Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795 de 1999, por sua vez, em seu artigo 1º, define a educação ambiental como:

> [...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

As definições de educação ambiental são muitas e variadas, em comum a elas podemos citar a abordagem sistemática (integradora e holística) das questões ambientais. Assim, entendemos que a educação ambiental se apresenta como um procedimento para elucidação de valores e adoção de práticas de construção de uma sociedade igualitária, de respeito à vida, garantindo um meio ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações.

ECOTURISMO

Segundo o Ministério do Turismo (MTur), o ecoturismo se fundamenta na organização dos espaços a serem visitados e não apenas no comportamento do turista. Deve haver respeito pela cultura e identidade local, observando os princípios da conservação, preservação, manejo e restrição do fluxo de visitantes com o objetivo de minimizar os impactos ao meio ambiente. É necessária, também, a promoção de informações acerca do ambiente natural e sua cultura, conhecido como interpretação ambiental, além da educação ambiental, a fim de aguçar a consciência sustentável (BRASIL, 2010).

Em 1994, foi publicado, pela então Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), o documento "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo" que definiu esse conceito, o de ecoturismo, em substituição ao de turismo ecológico (BRASIL, 2010). A saber:

> Dessa forma, para fins de implementação de uma política nacional, conceitua-se, neste documento, o ecoturismo como "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas" (BRASIL, 1994, p. 19).

O ecoturismo, portanto, não é visto apenas como uma forma de desempenhar atividades em espaços naturais, mas também para conscientizar a reconstrução de espaços degradados. A motivação para fazê-lo está ainda nos serviços oferecidos no destino, tais como hospedagem, alimentação e demais atrativos voltados à sustentabilidade. Dessa forma, a comunidade receptora pode contar com um maior desenvolvimento econômico, por meio da interligação entre as atividades em áreas naturais e atrativos do local de destino, sem que haja grandes modificações no ambiente em questão (MAGALHÃES, 2001).

Vale ressaltar que a atividade turística deve ser controlada também em áreas de prática de ecoturismo, tendo em vista os impactos negativos que este pode causar ao meio ambiente, tais como: acúmulo de lixo, poluição sonora, solo impactado, destruição da vegetação, caça e pesca ilegais, além de possíveis incêndios ocasionados pelo uso desordenado de fósforos e isqueiros (RUSCHMANN, 1993).

Para o MTur, as principais atividades relacionadas ao ecoturismo são: observação de flora e formações geológicas, visitas a cavernas, mergulho livre, caminhadas ecológicas, trilhas interpretativas e safáris fotográficos (BRASIL, 2010).

Com o objetivo de conscientizar o turista em relação à conservação do meio ambiente, vê-se a possibilidade de aliar o ecoturismo à educação ambiental. As experiências ecoturísticas possuem elevado potencial para a interiorização de princípios da educação ambiental, pois "[...] promovem o aprimoramento das relações dos indivíduos consigo mesmos e auxiliam a tornar conscientes as relações que as pessoas têm umas com as outras e com o meio natural" (MENDONÇA, 2005, p. 537).

Uma vez elucidados os conceitos de ecoturismo e educação ambiental que norteiam a presente proposta de requalificação, faz-se necessário conhecer um pouco sobre a Fazenda Colubandê, área de estudo deste artigo.

ÁREA DE ESTUDO: FAZENDA COLUBANDÊ

No final do século XVI, houve o desmembramento do município de São Gonçalo/RJ pelos jesuítas e a instalação de uma fazenda na região denominada Colubandê. A princípio, a fazenda recebeu o nome de Engenho Nossa Senhora de Mont´Serrat, um dos mais produtivos do País. Em seguida, teve seu nome modificado para Engenho Colubandê e, hoje, Fazenda Colubandê (PMSG, 2017; SOS COLUBANDÊ, 2017).

A Fazenda Colubandê é considerada um importante exemplar da arquitetura rural brasileira, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 23 de março de 1940, como bem cultural – Processo 212 de 1939 (IPHAN, 2018). A casa principal apresenta uma construção em estilo colonial, com paredes de até 1,5 metro de espessura. Possuía 38 cômodos, incluindo os quatro do

subsolo, onde ficavam os escravos. O poço localizado no térreo servia para abastecer o casarão. Próximo à casa, na área onde foi construída uma piscina, existe um mural em homenagem às mulheres, obra da artista plástica Djanira, datada de 1960 (BELTRÃO, 2017).

Anexa à casa principal existe, ainda, uma capela, também em estilo colonial, denominada Capela de Sant'Anna, que possui painéis em azulejaria portuguesa em estilo rococó, que retrata, à direita, o pedido de casamento de São Joaquim à Sant'Ana e, à esquerda, Sant'Ana ensinando Maria a ler. Possui frontão triangular e uma torre com teto abobadado (SOS COLUBANDÊ, 2017). A capela e o casarão são ilustrados na Figura 1.



Figura 1 – Fazenda Colubandê: Capela de Sant'Anna (à esquerda) e Casarão (à direita)
Fonte: Isabela Kassow (2014)

Com vasta área verde, ainda possui árvores de pau-brasil, plantadas à época de sua construção no século XVII, datada provavelmente de 1618, além de ter sido considerada a maior produtora de cana-de-açúcar da região. Teve como último dono o Coronel Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo (BELTRÃO, 2017; ICMBIO, 2017).

Ocupando 122.141 m2 de área verde, abrigou, em 1969, o Corpo de Policiamento Militar e, a partir de 1988, o Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente (BPFMA), pertencente à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Em julho de 2012, com a criação e transferência do Comando de Policiamento Ambiental (CPAm) para as instalações do Comando de Polícia Pacificadora (CPP), a fazenda ficou abandonada (SOS COLUBANDÊ, 2017).

A partir da saída da Polícia Militar do local em 2012, a Fazenda foi invadida e saqueada por vândalos, parte do teto da capela desabou, mobiliários, lustres, disjuntores, torneiras e peças centenárias foram

furtadas, outras religiões estão utilizando a capela para depositar suas imagens e casais utilizam o local para namorar. Uma ronda policial, pertencente ao 7º Batalhão de Polícia Militar (7° BPM), passou a ser realizada no local, porém, não foi suficiente para impedir a depredação do patrimônio (ARAÚJO, 2016).

De acordo com publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 161, parte I, datada de 29 de agosto de 2017, a Secretaria de Segurança Pública (Seseg) passou a desempenhar o papel de gestora da Fazenda Colubandê, tornando-se responsável pela guarda, conservação e manutenção do imóvel em sua totalidade (RIO DE JANEIRO, 2017).

Existe um projeto de retorno do (CPAm) às instalações da Fazenda Colubandê, porém, será de maneira gradativa, tendo em vista a necessidade de captação de recursos para a restauração desse patrimônio (O SÃO GONÇALO, 2017).

METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como um estudo exploratório que busca a aplicação de práticas dirigidas a soluções de problemas específicos. Desse modo, buscou-se a requalificação da Fazenda Colubandê por meio da educação ambiental e do ecoturismo, de modo interligado e complementar. Trata-se, portanto, de um estudo de caso. Vale destacar que a proposta não é a de restauração da parte física do patrimônio, mas de requalificação de seu espaço externo (ambiente natural), visando despertar o interesse da sociedade a fim de participar ativamente das atividades educacionais e turísticas oferecidas.

A respeito da coleta de dados, a pesquisa contou com três etapas. A primeira abrangeu consultas à internet e pesquisas bibliográficas, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos acerca do objeto estudado e o meio que o cerca, a fim de promover a fundamentação das informações contidas no presente artigo. A segunda etapa contou com pesquisa de campo, com a intenção de observar o espaço e demonstrar o estado atual do patrimônio, complementando, assim, a parte teórica. Na terceira etapa foi aplicado um questionário ao Comandante do CPAm, o Coronel da Polícia Militar (Cel. PM) Mário Márcio Pereira Fernandes, levando em consideração o possível retorno da instituição às instalações do complexo. O questionário, realizado em 25 de outubro de 2017, teve como objetivo complementar a presente pesquisa, por meio de indagações sobre possíveis projetos a serem implementados na Fazenda Colubandê e a opinião sobre as questões inerentes ao ecoturismo e educação ambiental para a requalificação da Fazenda, proposta neste trabalho.

Foi realizada a tentativa de entrevista com representantes do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), Iphan e Seseg, sendo que esta última nos informou à época que a responsabilidade pela Fazenda Colubandê foi transferida para a Subsecretaria de Gestão e de Superintendência de Patrimônio. Foi feito contato com essa Subsecretaria e fomos informados que, por conta da crise no estado do Rio de Janeiro, não havia funcionários aptos a nos conceder uma entrevista e, por esse motivo, não poderiam nos atender. Ainda assim enviamos e-mails na expectativa de conseguir a entrevista mesmo a distância, porém, não recebemos respostas.

RESULTADOS

PERCEPÇÕES DO "FUTURO" GESTOR

Diante da possibilidade de retorno da PMERJ à Fazenda Colubandê, ainda na gestão do governador Luiz Fernando Pezão, eleito no ano de 2014, foi realizado um questionário com o Cel. PM Mário Márcio Pereira Fernandes, o possível "futuro" gestor da Fazenda.

O Cel. Fernandes foi indagado inicialmente sobre a existência de alguma proposta de revitalização da Fazenda Colubandê e, em caso positivo, quais atividades envolveria. Ele respondeu que "sim, há pelo Governo do Estado a intenção de recuperação da fazenda Colubandê. Seriam atividades de reforma e restauro do prédio" (FERNANDES, 2017). Vale lembrar que essa resposta confirma a sentença expedida pelo Juiz Federal Fábio Tenenblat, em 2016, citada na Introdução (ARAÚJO, 2016).

Quando questionado se a implementação de um projeto de requalificação da Fazenda envolvendo as atividades de ecoturismo e educação ambiental traria benefícios à comunidade local, o Cel. Fernandes respondeu que "seria um grande ganho de lazer e entretenimento para o bairro e toda a São Gonçalo" (FERNANDES, 2017).

De acordo com o Cel. Fernandes, ao ser indagado se a comunidade se envolveria em um projeto voltado à proposta de ecoturismo e educação ambiental, afirmou que "na época do Batalhão Florestal na fazenda, era grande a participação da comunidade e, isso, com certeza, iria se repetir" (FERNANDES, 2017). Ao ser perguntado se existe interesse para que a Fazenda volte a ser um ponto turístico, falou que o local possui um grande potencial para o turismo, demonstrando, com isso, tal interesse pela PMERJ.

Sobre qual a importância dos recursos naturais presentes na Fazenda para a comunidade acadêmica, o Cel. Fernandes (2017) expressou que "A fazenda é um ícone da arquitetura colonial e um testemunho da História do Brasil, tem grande relevância para as ciências que têm como objeto de estudo testemunhos como esse".

A respeito de qual a previsão do retorno do CPAm às instalações da Fazenda Colubandê, relatou que "o retorno depende do início das obras e destinação de recursos para o início da reforma" (FERNANDES, 2017). Não existe, portanto, uma previsão para o início das obras, pois há a necessidade de captação de recursos para isso.

Finalmente, ao ser perguntado sobre a importância para o município de São Gonçalo de se preservar um patrimônio como a Fazenda Colubandê, respondeu: "Muito grande. São Gonçalo carece de espaços de cultura e de lazer" (FERNANDES, 2017). E, no tocante ao que se perdeu com a invasão da Fazenda, após a saída do BPFMA, em 2012, o Cel. Fernandes (2017) declara que "Infelizmente este testemunho da História foi muito degradado com a saída do BPFMA, o maior exemplo disso foi o furto do altar da capela, como várias outras coisas e objetos que se foram, destruindo e descaracterizando o bem tombado".

Diante do cenário atual em que se apresenta a Fazenda Colubandê, descrevemos, na seção a seguir, propostas para a requalificação daquele espaço como atrativo turístico por meio do binômio ecoturismo e educação ambiental, de modo correlacional.

PROPOSTAS PARA A REQUALIFICAÇÃO DA FAZENDA COLUBANDÊ COMO ATRATIVO TURÍSTICO

A proposta a ser apresentada consiste no desenvolvimento de atividades pautadas no ecoturismo e educação ambiental a serem realizadas em uma área degradada, buscando a valorização da Fazenda Colubandê, utilizando-se a requalificação do seu ambiente natural como ponto-chave nesse processo.

Tal proposta é alicerçada pelos estudos de Pelegrini (2006) que destaca como as relações entre natureza e cultura têm norteado ações no âmbito da educação patrimonial e ambiental tornando-se instrumentos para a construção da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

Educação Ambiental

Ao se trabalhar a educação ambiental é importante repensar de que maneira pode-se contribuir efetivamente, não estando-se preso somente à ideia de proteger e conservar a natureza, mas também construir novos estilos, permitindo então manifestações culturais, desenvolvendo potencialidades individuais e coletivas. Daí a importância de se conhecer a realidade local, pois assim serão definidos os meios pelos quais se darão a informação e formação. Nesse sentido, Mussara (2016) contribui ao afirmar que bens culturais são constantemente recriados pelas comunidades em função de sua interação com a natureza e sua história, visando a continuidade de sua identidade, o que pode ser fomentado pela educação ambiental no contexto da Fazenda Colubandê.

Em visita à Fazenda Colubandê, foi observado que já existe interesse da comunidade em utilizar aquela área. Na ocasião do feriado de 12 de outubro de 2017, estavam sendo realizadas competições esportivas com crianças e adolescentes; adultos caminhavam pelo que ainda resta de trilhas e que sobrevivem à degradação, e ciclistas aproveitavam o que resta das ruas de paralelo que resistem ao crescimento da vegetação.

A intenção, a partir desta observação direta, é que a comunidade passe a ver a Fazenda Colubandê para além de um centro de práticas esportivas, como um local para lazer e aprendizado, por meio das atividades de educação ambiental, podendo ser acrescentado ao local placas que expliquem sobre as espécies arbóreas que se encontram ameaçadas de extinção, remanescentes na Fazenda.

Propomos também a participação das escolas do município e, em especial, as três localizadas no bairro Colubandê para uma educação ambiental além da sala de aula, com a participação efetiva, por meio de atividades que possam fazer parte da rotina de cada escola, mediante visitação contínua, sendo utilizado um calendário que possa manter os alunos atuantes durante todo o ano. As atividades voltadas à educação ambiental podem incluir o replantio de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica; passeios guiados pelas trilhas, mapeando todo o local; noções de coleta seletiva, criando, assim, uma consciência de preservação e, como já foi abordado, a realização de eventos culturais que venham potencializar a participação da comunidade e seu entorno, tais como cine ambiental ao ar livre e visita guiada às dependências da Fazenda, a fim de conhecerem melhor sua história.

Um exemplo positivo da utilização da educação ambiental que leve em consideração práticas transformadas em defesa do patrimônio natural e cultural é apresentado nos estudos de Schimanski, Moreira e Moro (2013). Os autores avaliaram a região de Piraí da Serra/PR que apresentava processos sucessivos de degradação. Nesse cenário, propostas de educação ambiental de caráter crítico e transformador tornaram-se imprescindíveis para a preservação da região.

As atividades de educação ambiental devem ser estendidas aos turistas e à comunidade, nas quais, além do replantio de mudas, há a possibilidade de indicar os locais corretos para descarte dos resíduos, e, para isso, seria importante a distribuição de recipientes para que os visitantes façam o seu descarte e, no final da atividade, os coloquem nos locais corretos.

A Fazenda poderia também ser utilizada futuramente para estudos da comunidade acadêmica, como os grupos de pesquisa que trabalham com a temática de patrimônio cultural. De acordo com o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), há na Região Sudeste do Brasil 148 grupos atuantes nesse tema, sendo 44 deles no Estado do Rio de Janeiro (CNPQ, 2018).

Nesse sentido, pensamos a educação ambiental como prática complementar à educação formal, que permite a inclusão social tanto de escolas quanto de turistas e moradores locais.

Ecoturismo

As atividades a serem apresentadas têm como objetivo criar uma consciência ambiental nas comunidades acadêmica e local, e em visitantes, gerando assim uma responsabilização continuada para que os participantes tenham noções básicas de educação ambiental e possam fazer de maneira responsável as práticas de ecoturismo na Fazenda Colubandê.

Uma atividade importante que alia o ecoturismo à educação ambiental, seria a trilha interpretativa que tem como funções, além do entretenimento, ampliar as noções de conservação, gerar a consciência no visitante para o local visitado, buscando aumentar a sensibilização e o sentido de preservação, a fim de promover a redução dos impactos negativos causados pela visitação.

De acordo com Silva et al. (2011), as trilhas interpretativas envolvem diferentes atividades de sensibilização ambiental, incluindo práticas de relaxamento e observação de paisagens em uma verdadeira relação de sentir e fazer. Desse modo, conforme expõem Silva et al. (2016), um percurso interpretativo para fins turísticos e de educação patrimonial cria laços, conexões e afetividades esquecidas ou não conhecidas.

A contribuição inicial desta proposta consiste em despertar na comunidade e, consequentemente, nos visitantes, o sentimento de importância da história e tudo que envolve a Fazenda, dando assim sentido de pertencimento ao meio e relevância ao projeto. Uma atividade cultural, como a visita guiada às dependências da Fazenda Colubandê, despertaria nos turistas e moradores a consciência sobre a importância de ter, preservar e conservar esse patrimônio de relevância histórica, cultural e ambiental.

Nessa perspectiva verifica-se que, em longo prazo, empregos poderiam ser criados, reduzindo-se desigualdades e promovendo a inclusão social com a utilização sustentável do patrimônio material, tal qual como expõem Argôlo e Bomfim (2008) que acreditam na efetivação de uma atividade turística sustentável com uma turística cultural associadas à necessidade de desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Para o desenvolvimento do ecoturismo existem algumas atividades que podem ser praticadas na Fazenda Colubandê, tais como: caminhadas – percursos predefinidos realizados a pé; trilhas interpretativas – percurso predefinido com identificação dos pontos mais importantes, destacando, ao longo do trajeto, quais cuidados devem ser tomados para que os impactos causados pelas visitações sejam reduzidos; observação de fauna – observação direta dos animais (aves, insetos, répteis, anfíbios e mamíferos); observação da flora – observação das plantas existentes no local, com aprendizado daquelas que podem

ser utilizadas para a obtenção de remédios naturais, além das ameaçadas de extinção, sendo essa vertente do turismo voltada para apreciação da natureza de forma ecologicamente correta e consciente.

Para Narvaez (2014), para uma localidade desenvolver o ecoturismo é preciso atentar para fatores-chave desse processo, como a coesão entre os diferentes atores locais e o compromisso com o local, sua cultura, identidade e recursos naturais.

O resultado esperado para o desenvolvimento do ecoturismo na Fazenda e o baixo impacto ambiental aliado ao que já foi proposto com a educação ambiental, seguem, assim, com a requalificação do local, já que nesse modelo, mesmo que ocorra alteração no ambiente durante a visitação, os impactos negativos são bem menores, tendo em vista a conscientização sobre as atitudes e princípios inerentes a esta modalidade de turismo, aplicados por meio dos conceitos de educação ambiental apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou apresentar propostas de requalificação da Fazenda Colubandê. Por possuir extensa área verde, com possibilidades de aproveitamento para o ecoturismo, foram sugeridas algumas possibilidades, para que, aliadas a práticas de educação ambiental, fosse possível sua requalificação, tornando a comunidade participante deste processo, despertando sua consciência para a preservação.

O espaço no qual foi realizada esta pesquisa sofre atualmente com o abandono, assim, o ecoturismo pode ser trabalhado de maneira a conscientizar e propor sua reutilização, incentivando a prática de atividades que possibilitem o lazer, a inclusão social e ações culturais, promovendo a interação com o meio e sua conservação, mediante a experiência direta com a natureza.

A Fazenda Colubandê está inserida em um meio urbano que vem crescendo progressivamente, diminuindo, assim, os espaços naturais. A partir dessa ideia, as ferramentas apresentadas no presente trabalho seriam de grande valia para a comunidade e seu entorno, tendo em vista oferecer benefícios para a cultura, lazer e também melhoria da saúde e qualidade de vida local.

Foi observado que a comunidade já utiliza parte da área para práticas esportivas, o que vem a ser um facilitador para desenvolver as atividades propostas voltadas ao ecoturismo e educação ambiental, porém, é preciso entender que essas ações podem eventualmente não trazer resultados imediatos para aquilo que se espera em termos da requalificação local. Assim, é difícil prever com exatidão os ganhos obtidos a partir da inclusão e conscientização da comunidade para tal proposta. Mesmo assim, apesar dos resultados não serem facilmente mensuráveis, eles poderão ser percebidos no longo prazo.

O principal entrave de uma proposta como esta, seria a falta de recursos e apoio provenientes dos órgãos públicos estaduais e municipais. Fica aberta a possibilidade para que novas pesquisas surjam, a fim de tornar possível a requalificação de outras áreas no município ou mesmo que se aprimorem as ideias propostas para a Fazenda Colubandê, possibilitando novas ações e possíveis correções que venham se fazer necessárias.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA REALIDADE. **Evolução Ecoturismo:** núcleo de educação ambiental de Acajatuba. Youtube, 14 de out. 2015. Disponível em: ‹https://www.youtube.com/watch?v=2D6HhpGNizc›. Acesso em: 10 jan. 2018.

ARAÚJO, P. R. Marco da arquitetura colonial brasileira, Fazenda Colubandê é invadida e saqueada. **O Globo**, 16 de jun. 2016. Disponível em: ‹https://oglobo.globo.com/rio/bairros/marco-da-arquitetura-colonial-brasileira-fazenda-colubande-invadida-saqueada-16176130#ixzz4twXateSC stest›. Acesso em: 27 out. 2017.

ARGÔLO, D. S.; BOMFIM, N. R. Relação entre atividade turística, apropriação do território e patrimônio: uma contribuição para o planejamento sustentável do turismo na Bahia. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 3, p. 41-53, nov. 2008.

BELTRÃO, C. Fazenda Colubandê: história, arte, tragédia e descaso (parte I). **Arte na Rede**. 2017. Disponível em: http://artenarede.com.br/blog/index.php/fazenda-colubande-historia-artetragedia-e-descaso-parte-i/. Acesso em: 13 set. 2017.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. BARROS II, S. M.; LA PENHA, D. H. M. (Coord.). Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: ‹www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm›. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Parâmetros em Ação:** meio ambiente na escola. Caderno de Apresentação. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. 2. ed. Brasília, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. **Consulta Parametrizada**. Disponível em: ‹http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf›. Acesso em: 12 nov. 2018.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

FERNANDES, M. M. P. **Entrevista concedida a Alessandra Lopes Freitas**. Niterói, 25 out. 2017.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Eletrônico**. Versão 7.0. Editora Positivo, 2010. Verbete “revitalização”.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Plano de Manejo da Estação Ecológica da Guanabara**. Análise da Região da Unidade de Conservação. Encarte 2 – Análise da Região da Estação Ecológica da Guanabara. Disponível em: ‹http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/analise_regiao_ga.pdf›. Acesso em: 10 jan. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Lista de Bens Tombados** – processos em andamento 2018. 2018. Disponível em: ‹http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018›. Acesso em: 11 nov. 2018.

KASSOW, I. Fazenda Colubandê. In: PINHO, A. M. de. **Cultura RJ:** caminhos cheios de bossa por um estado com muita raça e talento. Rio de Janeiro: Pancrom, 2014.

MAGALHÃES, G. W. (Coord.). **Pólos de ecoturismo:** Brasil. São Paulo: Terragraph, 2001.

MARINS, P. C. G. Requalificação de Áreas Urbanas no Brasil: caminhos para um balanço crítico em relação às práticas de turismo e lazer. **Revista Patrimônio:** Lazer e Turismo. 2018. Disponível em: ‹www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos0407.html?cod=15›. Acesso em: 10 jan. 2018.

MENDONÇA, R. A. Experimentando a sustentabilidade do turismo na natureza. In: TRIGO, L. G. G. (Coord.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005. p. 537-545.

MOURA, D. et al. **A revitalização urbana:** contributos para a definição de um conceito operativo. Cidades, Comunidades e Territórios. n. 12/13, dez. 2006, p. 15-34. Disponível em: ‹http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228/6675› Acesso em: 13 nov. 2017.

MUSSARA, R. M. L. M. Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Cidadania. **Revista Acesso Livre**. 2016, v. 6, n. 6. p. 23-42.

NARVAEZ, E. L. El turismo alternativo: una opción para el desarrollo local. **REV IISE**, San Juan, v. 6, n. 6, 2014.

NUCCI, T. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano:** um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicada ao distrito de Santa Cecília. 2. ed. Curitiba: FAPESP, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20)**. O Futuro que Queremos. 2012. Disponível em: ‹http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/documentos/documentos-da-conferencia.html›. Acesso em: 08 jan. 2018.

O SÃO GONÇALO. **Batalhão de Polícia Florestal volta à Fazenda Colubandê em São Gonçalo**, 26 de set. 2017. O São Gonçalo. Disponível em: ‹http://www.osaogoncalo.com.br/geral/28157/batalhao-de-policia-florestal-volta-a-fazenda-colubande-em-sao-goncalo›. Acesso em: 13 out. 2017.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. v. 26, n. 51. São Paulo, Jan./June 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO – PMSG. Cidade – **História de São Gonçalo**. 2017. Disponível em: ‹http://www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php›. Acesso em: 13 out. 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Autorização Provisória SUBLOP/SEFAZ, nº 04/2017. Dispõe sobre Termo de entrega e recebimento de imóvel em favor da Seseg. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. 29 de ago. de 2017, nº 161, Parte I.

RUSCHMANN, D. V. M. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 4, n. 1, p. 56-68, mai. 1993. Disponível em: ‹http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63069 ›. Acesso: 16 out. 2017.

SATO, M. **Educação para o Ambiente Amazônico**. 1997. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP. 1997.

SCHIMANSKI, E.; MOREIRA, J. C.; MORO, P. R. A importância da educação ambiental no processo de defesa do patrimônio natural e cultural: o caso de Piraí da Serra – Paraná, Brasil. **Configurações Revista de Sociologia**, 11, jun. 2013.

SILVA, G. K. P. et al. (Re)conhecendo o "lugar" de vivência por meio do uso de geotecnologias e trilhas interpretativas: uma experiência no município de Agudo-RS. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 3-17, 2011.

SILVA, J.; PINHEIRO, J. Análise do projeto de revitalização do patrimônio histórico e cultural da estrada de ferro Madeira-Mamoré. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 167-182, ago. 2014.

SILVA, M. A. et al. Percurso interpretativo do centro histórico Cáceres/MT, para fins turísticos e de educação patrimonial. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 435-458, set./dez. 2016.

SOS COLUBANDÊ. **História do bairro**: fazenda Colubandê. 2017. Disponível em: ‹http://soscolubande.blogspot.com.br/p/historia-do-bairro.html›. Acesso em: 13 out. 2017.

SOTRATTI, M. A. Revitalização. In: REZENDE, M. B. et al. **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: ‹http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/58/revitalizacao›. Acesso em: 13 out. 2017.

Caderno Virtual de Turismo
ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

Turismo de Base Comunitária e Produção do Espaço na Comunidade da Ilha de Deus, Recife-PE

Community Tourism and Space Production in the Community of Ilha de Deus, Recife-Pernambuco, Brazil

Turismo de Base Comunitaria y Producción del Espacio en la Comunidad de la Ilha de Deus, Recife-Pernambuco, Brasil

DOI: http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1563

João Paulo Silva ‹ turismo.joao@gmail.com ›
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

Cristina Pereira de Araujo ‹ crisaraujo.edu@gmail.com ›
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 23-jan-2018
Aceite: 10-dez-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SILVA, J. P. Turismo de Base Comunitária e Produção do Espaço na Comunidade da Ilha de Deus, Recife-PE. Caderno Virtual de Turismo. Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 72-87, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo discutir a relação entre turismo e produção do espaço. Para tanto, realizamos um estudo de caso na comunidade da Ilha de Deus, localizada na zona sul da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, que vem despontando no desenvolvimento do turismo de base comunitária, um modelo alternativo ao turismo convencional. Como base teórico-metodológica principal, nos apoiamos na teoria de Milton Santos sobre o espaço geográfico, realizamos visitas in loco e buscamos relacionar, na área em estudo, algumas categorias de análise propostas pelo autor: os eventos, as verticalidades, as horizontalidades e as rugosidades.

Palavras chave: Produção do espaço. Turismo de base comunitária. Ilha de Deus, Recife-PE.

ABSTRACT

The present article aimed to discuss the relationship between tourism and space production. To do so, we conducted a case study in the community of Ilha de Deus, located in the southern part of the city of Recife, capital of the State of Pernambuco-Brazil, which has been emerging in the development of community tourism, an alternative model to conventional tourism. As a theoretical and methodological basis, we rely on Milton Santos theory on geographic space, we conduct on-site visits and try to and we try to relate, in the area under study, some categories of analysis proposed by the author: events, verticality, horizontality and roughness.

Keywords: *Production of space. Community tourism. Ilha de Deus, Recife-PE*

RESUMEN

El presente artículo tuvo como objetivo discutir la relación entre turismo y producción del espacio. Para ello, realizamos un estudio de caso en la comunidad de la Ilha de Deus, ubicada en la zona sur de la ciudad de Recife, capital del Estado de Pernambuco, Brasil, que viene desponiendo en el desarrollo del turismo de base comunitaria, un modelo alternativo al turismo convencional. Como base teórico-metodológica principal, nos apoyamos en la teoría de Milton Santos sobre el espacio geográfico, realizamos visitas in loco, y buscamos relacionar, en el área en estudio, algunas categorías de análisis propuestas por el autor: los eventos, las verticalidades, las horizontalidades y las rugosidades.

Palabras clave: *Producción del espacio. Turismo de base comunitaria. Ilha de Deus, Recife-PE.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre o turismo e a produção do espaço na comunidade pesqueira da Ilha de Deus, Recife-PE. O local está inserido em uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis) e, após se submeter a um recente processo de urbanização, vem se destacando na região pelo incentivo ao turismo de base comunitária. Buscamos, então, compreender a dinâmica do turismo no local e a influência que essa atividade exerce na configuração urbana e nas relações socioprodutivas que ali se configuram.

O turismo deve ser considerado um importante componente de reprodução do capital na contemporaneidade e, por essa razão, interfere diretamente na produção do espaço, principalmente por mobilizar mudanças significativas no território nos âmbitos econômico, político, social e ambiental (CRUZ,

2007). Todavia, modelos alternativos de turismo têm surgido e dado outros contornos à configuração do espaço urbano, como vem ocorrendo nas localidades em que o turismo de base comunitária vem sendo incentivado, a exemplo da Ilha de Deus.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, utilizamos o método do estudo de caso. Segundo Yin (2001, p. 19), a adoção de estudos de casos em investigações acadêmicas é indicada "quando se colocam questões do tipo como e por que, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em acontecimentos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real". Também foi realizado um levantamento teórico no intuito de entender como se dá a relação entre a atividade turística e a produção do espaço urbano à luz da teoria de Milton Santos (2014). Com isso, tratamos de compreender a relação indissociável entre o "sistema de objetos e o sistema de ações" na Ilha de Deus a partir das visitas in loco e identificação de como algumas categorias miltonianas de análise do espaço coexistem: os eventos, as rugosidades, as horizontalidades e as verticalidades.

É importante ressaltar que este trabalho é fruto das inquietações que vêm surgindo durante a pesquisa para a construção da tese de doutorado, cujo foco volta-se para a relação entre o turismo de base comunitária e a produção do espaço em periferias urbanas.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Utilizando uma abordagem geográfica do turismo, devemos considerá-lo como um importante agente que atua, ao mesmo tempo, na produção e no consumo do espaço urbano. Aqui, compreendemos o espaço urbano como um "conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações", conforme assinala Milton Santos (2014, p. 21). Os objetos remetem ao conjunto de elementos fixos no espaço, resultados do sistema de ações, constituído pelas técnicas e pelas relações humanas que produzem e reproduzem o espaço em todo momento.

Para Santos (2014), o sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações, assim como o sistema de ações leva ao surgimento de novos objetos, que podem ser ressignificados no espaço e no tempo. De acordo com Carlos (2001), o espaço deve ser visto como o lugar onde se manifesta a vida, pois ele é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade.

Ainda para Carlos (2001), a compreensão sobre a produção do espaço deve considerar duas perspectivas. Ao mesmo tempo em que observamos um processo intenso de mundialização da sociedade, percebemos uma intensa fragmentação, tanto do espaço quanto do indivíduo, que é agrupado em estratos sociais heterogêneos. Significa dizer que as formas de controle e dominação do espaço podem impor novos modos de usos e apropriação deste que, consequentemente, realizam-se em um movimento que exclui/inclui segmentos da sociedade.

Nesse sentido, o Estado e o mercado devem ser encarados como importantes agentes produtores do espaço, pois o transformam em mercadoria na medida em que exacerba o valor de troca em relação ao valor de uso (CRUZ, 2007; ARAÚJO, 2013). Essa discussão é feita por Milton Santos por meio do uso dos conceitos de "verticalidades" e "horizontalidades" (SANTOS, 2014, p. 106):

> As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. (...) Esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico.

No turismo, as verticalidades podem ser representadas pelos padrões globais de desenvolvimento da atividade. Em qualquer que seja o espaço onde a atividade turística se manifesta, incentiva-se o uso de técnicas que padronizam a prestação de serviços nos empreendimentos turísticos, a exemplo do que ocorre nos resorts e hotéis de rede. Além disso, o processo de mundialização da sociedade, colocado por Carlos (2001), pode ser observado nas tentativas de homogeneização dos espaços de fluxo turístico, por meio do uso de elementos comuns em vários países ou continentes, como modelos de espaços públicos de lazer, museus, centros de compras, etc.

Esse modelo de turismo convencional tem obedecido a uma lógica capitalista de acumulação de riquezas e de exploração de áreas naturais e de comunidades tradicionais em detrimento dos fluxos de capital gerados pela movimentação de turistas em um determinado local. Para Bauman (1998, p. 114-115), esse tipo de turismo:

> [...] não se fixa, mantém apenas relações epidérmicas iniciadas com as pessoas dos locais, sem comprometimento algum com o futuro, nenhuma incursão em obrigações de longo prazo, nem admitir nada no presente que possa se ligar ao amanhã. Mobilidade é o nome do jogo, sendo mestres da arte de misturar sólidos e desprender o fixo. Fazem o milagre de estar dentro e fora do lugar ao mesmo tempo.

Na contramão dessa lógica hegemônica de desenvolvimento do turismo, é possível notar o surgimento de modelos alternativos, que valorizam as peculiaridades do território e acentuam a resistência da sociedade aos elementos globalizantes. Esse cenário se aproxima do conceito de horizontalidades, que são:

> [...] zonas de contiguidade que formam extensões contínuas. [...] São contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm neste território a despeito da vontade de unificação e homogeneização típica das verticalidades. A presença dessas verticalidades produz tendências à fragmentação, com a constituição de alvéolos representativos de formas específicas de ser horizontal a partir das respectivas particularidades (SANTOS, 2006, p. 110).

Enquanto as verticalidades se caracterizam pela ação de atores hegemônicos, nas horizontalidades todos os agentes locais são implicados. Para Santos (2002, p. 16), "as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais".

Nessa perspectiva, Murta e Albano (2002, p. 10) entendem que o turismo precisa encontrar formas mais respeitosas de se inserir no cotidiano das comunidades anfitriãs. Ainda segundo esses autores, "é fundamental que os investimentos sejam adequados à vocação no lugar, possibilitando a população participar e usufruir de seus resultados".

Diante disso, destacamos o turismo de base comunitária como uma modalidade que privilegia o indivíduo e o seu lugar, pois é incentivado em áreas que possuem certo nível de vulnerabilidade socioeconômica – como as periferias dos grandes centros urbanos. Esse tipo de turismo se aporta em princípios endógenos de desenvolvimento ao considerar a participação popular nos processos de planejamento e gestão da atividade (CORIOLANO, 2012).

No Brasil isso se dá a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, onde vários estados do País foram estimulados, por meio de uma política de turismo voltada à inclusão social[1], ao fortalecimento de territórios vulneráveis mediante a implementação de oportunidades de turismo baseadas na participação popular e na potencialização das características locais (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Esse acontecimento representou um marco importante nos impactos que o turismo proporciona no espaço urbano, ou seja, um importante "evento" na visão de Milton Santos (2014). Para o autor, os eventos mudam as coisas e transformam os objetos, dando-lhes novas características: "Os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação são sinônimos" (SANTOS, 2014, p. 147).

A partir dessa forma de pensar o turismo brasileiro, surge então o turismo de base comunitária com a missão de proporcionar ganhos significativos a esses territórios no âmbito da geração de emprego e renda, no combate à pobreza e na valorização da cultura local. Essa atividade pode ser assim definida:

> Modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo-cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 362).

Segundo o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), da COPPE/UFRJ (2011, p. 7):

> A extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC uma vez que este é usado para tratar de contextos tão diversos e diferentes quanto comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostos pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros.

Um dos princípios norteadores do turismo de base comunitária é a integração do turismo na dinâmica produtiva local, sem se sobrepor às atividades econômicas tradicionais. Dito isso, é importante entender que o turismo de base comunitária não pode ser encarado como a panaceia para os problemas de localidades com alto índice de vulnerabilidade social e econômica. Mas, sim, como uma estratégia de desenvolvimento local integrado com as atividades do território.

Nesse sentido, é importante considerar as rugosidades existentes nos territórios onde o turismo de base comunitária se manifesta. Para Milton Santos (2014), ao longo da história as ações humanas e as sociedades vão imprimindo objetos ao espaço geográfico que destacam seus costumes, sua cultura, suas atividades e as tecnologias empregadas em cada período histórico. Com o passar dos tempos, parte desse sistema de objetos e de ações vai sendo extinto pelo surgimento de novos movimentos que atuam na produção do espaço. Porém, elementos do trabalho morto, de experiências coisificadas, de história ou acontecimentos e da divisão territorial do trabalho passado ainda podem ser identificados no espaço ao longo do tempo, caracterizando as suas rugosidades.

Dessa maneira, as formas antigas permanecem como a herança das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente (SANTOS, 2014). No caso do turismo de base comunitária, supõe-se que ele não irá se desenvolver ao ponto de reduzir ou eliminar as outras atividades econômicas existentes na localidade, como a pesca artesanal em comunidades ribeirinhas do norte do País ou o modelo de moradia dos morros cariocas, por exemplo. Isso porque compreendemos o turismo de base comunitária como uma atividade capaz de integrar-se às demais atividades econômicas e sociais de uma localidade (LENZ, 2011).

[1] O Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007 é recepcionado pelo Plano Plurianual de Governo (PPA) correspondente, onde em uma de suas ações revê repasses financeiros para a capacitação dos municípios objetivando a atividade turística e o envolvimento da comunidade para a formação de agentes multiplicadores e promoção de ações com vistas à roteirização (ARAÚJO, 2011, 2012).

Portanto, se de um modo geral podemos considerar o turismo como uma verticalidade à medida que o enxergamos através da introdução de sistemas de objetos estranhos ao lugar, como a hotelaria de rede, os resorts, os parques aquáticos etc., no turismo de base comunitária se sobressaem as contrarracionalidades, evidenciando-se assim, as horizontalidades.

As horizontalidades, como vimos, representam os movimentos, as ações e as estratégias de resistência dos territórios à lógica capitalista vigente. Onde o turismo de base comunitária é incentivado, essas horizontalidades tornam-se evidentes porque esse modelo se distingue do turismo convencional, na medida em que a dimensão humana e a dimensão cultural são valorizadas, os saberes e as formas de organização social do lugar, além das atividades produtivas que são características daquele território (MALDONADO, 2009). Esse tipo de turismo representa uma contrarracionalidade porque suas características são concebidas e criadas a partir do próprio território, privilegiando o envolvimento de diferentes atores sociais locais, de forças endógenas, indo na contramão das formas convencionais de exploração turística, pautadas na acumulação de capital e no atendimento a lógicas econômicas e produtivas globais, características das verticalidades.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA ESTUDADA

A localidade Ilha de Deus, situada no Bairro do Pina, zona sul da cidade do Recife, possui uma área de 0,1 km2 e fica distante 4,3 km do Marco Zero da capital pernambucana. É uma área de preservação permanente, classificada como uma Zona Especial de Interesse Social – Zeis. A sua transformação em Zeis se deu em 1995 pela lei municipal 16.103/95, reconhecendo o direito à moradia e o tempo de permanência da comunidade na área (RECIFE, 2005).



Figura 1 – Vista aérea da Comunidade da Ilha de Deus
Fonte: ONG Saber Viver, 2016.

Localizada no centro de um dos maiores manguezais urbanos do Brasil, na reserva estuária da Bacia do Pina, a Ilha de Deus começou a ser ocupada nas primeiras décadas do século XX, e desde o início de sua constituição a pesca vem sendo a atividade econômica predominante. O manguezal, vegetação característica da paisagem recifense, é fonte de atividades de sobrevivência relacionadas com a pesca, no caso da Ilha, de camarões, caranguejos, unhas-de-velho, siris e sururus.

Segundo os dados da pesquisa sobre o perfil das famílias da comunidade de Ilha de Deus, em 2002, incluindo os moradores das palafitas às margens do rio, havia 436 famílias, totalizando 1.924 habitantes. Contudo, na Ilha propriamente dita, há 981 habitantes em 229 domicílios (OLIVEIRA, 2003). Em 2000, 42,3% da população não tinha rendimento e 35,8% recebiam até 01 (um) salário mínimo. Com relação à educação, 50,5% da população entre sete e 14 anos e 51,4% com mais de 25 anos eram analfabetas. Quanto ao acesso a bens e serviços, apenas 22,1% das moradias tinham água encanada (RECIFE, 2005).

A partir de 2011, a comunidade passou por um processo de urbanização executado pelo Governo do Estado de Pernambuco, fruto de diversas lutas dos moradores locais. As palafitas deram lugar às casas de alvenaria mais dignas, e as ruas cheias de lama ao saneamento básico. Esse fato pode ser apreendido pela noção de "evento" de Milton Santos (2014), na medida em que houve uma transformação significativa nos objetos daquele espaço e, consequentemente, propiciou o surgimento de novas ações e novas técnicas, como o turismo.

Todo o projeto de urbanização da Ilha de Deus foi discutido com a comunidade. Desde a estrutura da ponte que dá acesso à Ilha até o dimensionamento das ruas foi amplamente discutido com os moradores, o que garantiu um resultado mais satisfatório entre as pessoas que vivem naquele local.

Existem na comunidade agentes de saúde, que são da própria localidade e que visitam as famílias, além dos seguintes serviços públicos e equipamentos sociais: um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental, uma creche, uma escola comunitária, uma escola particular, uma capela, uma igreja evangélica, uma associação de moradores, uma rádio comunitária, um grêmio de futebol, com o respectivo campo, e inúmeros pequenos estabelecimentos de comércio informal.



Figura 2 – A ponte de acesso à Ilha de Deus – antes e depois
Fonte: ONG Saber Viver, 2015.

Além dos equipamentos públicos referenciados, a população é atendida por instituições comunitárias, com destaque para o Centro Educacional Popular Saber Viver, uma organização não governamental com mais de 30 anos de existência e que vem desenvolvendo atividades no campo da economia solidária, economia criativa, formação e capacitação profissional, projetos de educação ambiental e, mais recentemente, vem estimulando o desenvolvimento do turismo de base comunitária como alternativa de geração de trabalho e renda no local.

Há quase dois anos a comunidade se engajou no desenvolvimento do turismo, pois percebeu que essa atividade pode estimular a implementação de outras políticas públicas, além de promover os valores culturais e ambientais característicos do local e a geração de novas oportunidades de emprego e renda aos seus habitantes. Instituições de ensino superior da região se aproximaram da Ilha de Deus, motivadas

pelo processo de transformação urbana que mudou o cotidiano dos habitantes e pelas potencialidades culturais e naturais que poderiam ser aproveitadas pelo turismo como forma de agregar valor às atividades tradicionais do local.

Esse engajamento resultou na formatação de produtos turísticos de base comunitária e na estruturação da comunidade para receber fluxos de visitantes interessados em conhecer a história, os valores culturais e os recursos naturais ali existentes. Atualmente, a Ilha de Deus já participa do circuito turístico da cidade do Recife, com passeios regulares, visitas pedagógicas e atividades ligadas ao intercâmbio social, além de ser alvo de algumas políticas públicas municipais que incentivam o desenvolvimento do turismo de base comunitária na periferia recifense.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO NA ILHA DE DEUS

O desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Deus tem repercutido de maneira importante na produção do espaço da comunidade, que passou de um lugar inóspito e insalubre e, após a urbanização, se tornou um dos principais produtos turísticos do Recife. Essa incursão fez surgir uma nova dinâmica local, acompanhada do surgimento de novas técnicas, novos objetos e uma mudança no seu sistema de ações e, consequentemente, uma nova configuração espacial.

É importante lembrar que neste trabalho faz-se referência ao pensamento de Milton Santos (2014), quando remete a uma relação indissociável entre o sistema de objetos e o sistema de ações para definir o que seria o espaço geográfico. Para discutirmos a relação entre turismo e produção do espaço na comunidade da Ilha de Deus, buscamos identificar algumas categorias-chave da perspectiva miltoniana para compreender a dinâmica espacial e como o turismo nela repercute. No caso aqui abordado, enfatizamos a presença de verticalidades e horizontalidades, além de evidenciarmos algumas rugosidades e sua inserção nessa nova dinâmica econômica da Ilha de Deus.

Quando a comunidade começou a vislumbrar a possibilidade de desenvolver o turismo de base comunitária, tendo a ONG Saber Viver como principal promotora e a academia, por meio de algumas instituições de ensino superior da região, como apoio técnico, foi necessário compreender a dinâmica do turismo na região como um todo. As ações de turismo da cidade do Recife ainda continuam privilegiando o binômio sol e mar e o turismo de negócios. Cresce, porém, o número de pessoas interessadas em explorar a cidade e seus valores culturais e pitorescos. Era preciso, portanto, compreender essa lógica vigente para pensar o modelo de turismo que era interessante para a Ilha de Deus.

Nessas reflexões, viu-se a força que o mercado possui na operacionalização do turismo na região. O conflito estava no tipo de turismo que se pretendia para a Ilha de Deus, focado em processos de autogestão, na participação popular e no empoderamento dos atores locais, princípios do turismo de base comunitária (CORIOLANO, 2009). Porém, percebe-se que esse modelo alternativo de turismo ainda não conseguiu despertar o interesse do mercado turístico regional, apesar de existirem algumas iniciativas de turismo de base comunitária em bairros da zona norte do Recife há cerca de 10 anos. Isso se dá, em grande medida, pelos índices de violência dessas localidades e pela dificuldade que as empresas do setor teriam de propagar a sua lógica de acumulação, pois a dinâmica do turismo nesses bairros, como ocorre na Ilha de Deus, ainda resiste à lógica hegemônica do capital, representando uma horizontalidade.

Contudo, para que o turismo promovesse a geração de emprego e renda na Ilha de Deus, algumas aproximações com o mercado foram inevitáveis. Em primeiro lugar, era preciso pensar em uma maneira de captar e reter visitantes na comunidade. Dessa forma, um antigo prédio, pertencente à ONG Saber Viver e onde funcionaria uma padaria comunitária, deu lugar a um equipamento de hospedagem. O imóvel foi adaptado, remodelado e precisou atender a um padrão de serviço e de estrutura compatível com o conceito de hostel. Para gerar fluxo para o equipamento, existe uma homepage e uma parceria com a Aiesec Recife, uma instituição que atua com intercâmbios no mundo inteiro. Esse processo conectou a Ilha de Deus à lógica de um turismo global, portanto, uma verticalidade.





Figura 3 – Hostel Ilha de Deus
Fonte: O autor, 2017.

Essa iniciativa chamou atenção da mídia da região, repercutindo nos principais veículos de comunicação. A midiatização da Ilha de Deus, agora vista como um território turístico, também pode ser encarada como uma verticalidade, uma vez que estimula a massificação do produto e insere, em certa medida, a comunidade na dinâmica mercadológica da atividade turística. Figura 4 – Matéria sobre o Hostel Ilha de Deus.

Figura 4 – Matéria sobre o Hostel Ilha de Deus

Fonte: Diário de Pernambuco, 2016.



Ainda sobre a aproximação com o mercado, que representa uma verticalidade importante na produção do espaço da Ilha de Deus, também se estabeleceu uma parceria com uma empresa que oferece passeios de catamarã pelos rios da cidade do Recife. Essa parceria resultou da estruturação do primeiro passeio regular de turismo de base comunitária do estado de Pernambuco. Todos os sábados, às 10h, sai uma embarcação em direção à comunidade. Chegando lá, os visitantes realizam um circuito de 1h20 e conhecem a história

do lugar, os projetos sociais e se conectam com os costumes e com a cultura local.

Figura 5 – Catamarã chegando à Ilha de Deus
Fonte: ONG Saber Viver, 2016.

O turismo de base comunitária, como colocamos anteriormente, representa uma contrarracionalidade, pois não atende totalmente às diretrizes convencionais do mercado turístico. Por isso, as horizontalidades acabam sendo identificadas com maior intensidade no processo de produção do espaço na Ilha de Deus, motivado pela atividade turística. As horizontalidades se traduzem em condições de resistência às verticalidades impostas pela lógica do capital, que homogeneíza os espaços geográficos. Na Ilha de Deus, mesmo com as articulações feitas com o mercado turístico da região, em função do hostel e da estruturação do passeio de catamarã, é possível perceber que, dado o nível de empoderamento dos atores locais, a comunidade não absorveu totalmente a lógica convencional de funcionamento da atividade. Por essa razão, muitas empresas de receptivo turístico da cidade ainda não estão dispostas a oferecer esse tipo de produto aos seus clientes.

O modelo de gestão do turismo de base comunitária na Ilha de Deus, pautado em princípios sociais, tem fortalecido esse processo de resistência, pois há o entendimento de que uma aproximação mais intensa com o mercado local pode provocar danos irreparáveis à comunidade e comprometer alguns projetos sociais, sobretudo àqueles ligados ao meio ambiente, como é o caso do Projeto Semear e Colher,



financiado por entidades alemãs e que atua no processo de recuperação e replantio do manguezal e na educação ambiental dos moradores da Ilha de Deus.

No âmbito da comunicação, houve uma nítida potencialização da rádio comunitária "Boca da Ilha" a partir dos impactos que o turismo de base comunitária vêm ocasionando na comunidade. Compreendemos esse fenômeno como uma horizontalidade na medida em que o turismo, por passar a dar maior visibilidade ao local, deixando expostos os problemas que ainda persistem, sobretudo na ordem de serviços básicos como saneamento, limpeza urbana, segurança e saúde, aumenta o nível de atuação da rádio comunitária

como um instrumento de difusão de informações, de denúncia e de resistência.

Figura 6 – Rádio comunitária "Boca da Ilha"



Fonte: http://caranguejouca.blogspot.com.br, 2016.

Outra potencialização importante se deu no âmbito produtivo. A comunidade da Ilha de Deus tem na pesca artesanal a sua principal atividade econômica. Contudo, a forma como os pescadores e pescadoras do local comercializam seus pescados ainda os deixam dependentes dos "atravessadores", intermediários que compram a produção oriunda da pesca. Com o desenvolvimento do turismo, surgiram novas possibilidades de comercialização da produção local, tanto pela venda direta dos pescados e mariscos ao próprio visitante, como pelo aproveitamento dessa produção nos circuitos turísticos a partir do seu uso na gastronomia. Dessa maneira, os pescadores encontram alternativas para realizar a venda de seus produtos e desconstroem a dependência dos intermediários.

Figura 7 – A "Mariscada", prato típico da comunidade
Fonte: O autor, 2017.

Porém, não significa dizer que o turismo de base comunitária deva substituir os modos tradicionais de produção e comercialização existentes na Ilha de Deus. Como ressalta Lenz (2011), o turismo deve atuar



de maneira complementar às atividades produtivas locais, potencializando-as. É sabido que o turismo é uma atividade sazonal, sendo necessário que ela se agregue à dinâmica do espaço onde se desenvolve no intuito de fortalecer e agregar valor às características locais (CORIOLANO, 2009). Esse processo tem sido incentivado na Ilha de Deus e representa, portanto, uma horizontalidade.

Podemos afirmar, ainda, que a presença das atividades produtivas tradicionais representa uma rugosidade do espaço. Isso porque representam a divisão territorial do trabalho do passado e que, apesar



de ganhar novos contornos nos dias de hoje, continuam sendo perpetuadas e facilmente identificadas na comunidade (SANTOS, 2014). É comum circular pela Ilha de Deus e ver as pessoas, famílias, catando

sururu em frente de suas casas, na rua e nas calçadas. Esse cenário se tornou um dos principais atrativos turísticos da Ilha de Deus, pois em vários momentos os visitantes têm a oportunidade de observar o processo de beneficiamento do marisco e do sururu, além de aprender a pescar camarão nos viveiros existentes na comunidade.

Figura 8 – Visitantes observando o processo de catação do sururu
Fonte: O autor, 2017.

Outra rugosidade encontrada diz respeito às moradias. Apesar de o projeto de urbanização ter oferecido melhores condições de habitação à maioria dos moradores da Ilha de Deus, há uma parcela significativa que ainda reside nas palafitas.

Figura 9 – Palafitas da Ilha de Deus
Fonte: O autor, 2017.

Isso ocorre porque parte das pessoas que ainda reside nas palafitas não recebeu as casas que foram prometidas pelo poder público, pois o projeto de urbanização da comunidade ainda não foi totalmente concluído. Além disso, é possível identificar famílias que preferem permanecer nas palafitas em vez de residir nas casas de alvenaria, alegando a dificuldade no processo de adaptação e a identidade que construíram com aquela condição de moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi o de discutir a relação entre turismo e produção do espaço na comunidade da Ilha de Deus, localizada na cidade do Recife-PE.

Podemos inferir que a influência do turismo de base comunitária na produção do espaço urbano constitui uma temática que merece um aprofundamento teórico e empírico. Para este estudo, utilizamos a perspectiva de Milton Santos sobre a produção do espaço, valendo-se especialmente de algumas categorias de análise do espaço geográfico: os eventos, as verticalidades, as horizontalidades e as rugosidades (SANTOS, 2014). Percebemos que é necessário um esforço ainda maior para compreender as transformações que são operadas pelo turismo, necessitando de uma ampliação consistente no seu campo de análise, voltando-se para as demais categorias miltonianas que merecem ser evidenciadas no estudo do espaço geográfico, afinal, o turismo por si só não se explica. É na relação com o espaço que ele se realiza e, portanto, a partir de sua compreensão é que se pode analisá-lo.

Na Ilha de Deus, ao evidenciar os movimentos que são engendrados pelo próprio território, a partir do turismo de base comunitária, a fim de resistir a uma lógica econômica hegemônica de produção do espaço, foi possível revelar que esse modelo alternativo de turismo tem representado uma importante contrarracionalidade na produção do espaço da Ilha, pois tem estimulado a participação popular em movimentos que mobilizam capacidades e energias endógenas em prol da geração de emprego e renda, do combate à pobreza, da valorização dos recursos e do patrimônio local, como também no empoderamento dos atores sociais locais envolvidos diretamente com a atividade.

Embora o turismo convencional, expresso pela padronização da oferta hoteleira e serviços, seja predominante em Recife, mais condizente com o conceito de verticalidades à medida que introduz elementos exógenos ao lugar e produz a sensação de estranhamento para a população autóctone que se vê excluída do processo, é importante sinalizar as contrarracionalidades, experiências positivas que demonstram que é possível sim o turismo se realizar no espaço enquanto mercadoria, mas incluindo nesse projeto a população local, beneficiando-a seja do ponto de vista econômico, mediante a geração de emprego e renda, seja do ponto de vista social e cultural, por meio da construção de um sentimento de pertencimento.

Por fim, reconhecemos que o turismo de base comunitária vem se tornando um importante instrumento na promoção de melhorias na comunidade da Ilha de Deus, além de conectar a comunidade à dinâmica da cidade como um todo, não só no que tange à questão econômica, pois contribui para a ampliação da oferta turística da região, mas também atraindo novos olhares da sociedade para os problemas sociais enfrentados pelas periferias urbanas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. P. **Terra à vista!** O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. 2011, 368 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: ‹http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-19012012-140819/›.

_____. Da Embratur à Política Nacional de Turismo. **Revista Pós**, v. 19, n. 31. São Paulo, FAUUSP, junho 2012, p. 146-162.

ARAÚJO, C. P.; VARGAS, H. C. Sorria: você está na Bahia. A urbanização e a turistificação do litoral baiano. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 1 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 2013 p. 23-41. Disponível em: ‹www.cegot.org›.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORIOLANO, L. N. O Turismo Comunitário no Contexto da Globalização. In: CORIOLANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

_____. **Arranjos Produtivos Locais no Turismo Comunitário:** atores e cenários em mudanças. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CRUZ, R. de C. A. da. **Geografia do Turismo:** de lugares a pseudolugares. São Paulo: Roca, 2007.

LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório Técnico:** marco referencial teórico para o turismo de base comunitária. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/UFRJ, 2011.

LENZ, T. C. Z. Arranjo socioprodutivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável:** da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 39-46.

MALDONADO, C. O Turismo Comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o Patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de. Pesquisa perfil da família da comunidade de Ilha de Deus. In: **Série Pesquisa Social Comunitária**. Recife: Nuampo-Unicap, Ano 1, v. 1 n. 1, 2003.

RECIFE, Prefeitura do. **PNUD**. Desenvolvimento humano no Recife, Atlas Municipal. CD-Rom, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; DE SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: ANPUR-Hucitec, 2002.

SILVA, K.; RAMIRO, R.; TEIXEIRA, B. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ARTIGO ORIGINAL

Turismo cultural:
perspectivas para a função turística em bibliotecas do Brasil

Cultural tourism: outlook at the touristic function of brazilian libraries

Turismo cultural: perspectivas para a función turística en bibliotecas de Brasil

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1256

Nayane de Abreu Schamberlain ‹ nayaneschamberlain@hotmail.com ›
Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus Campo Mourão, Paranavaí, PR, Brasil

Juliana Carolina Teixeira ‹ julianatma@gmail.com ›
Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus Campo Mourão, Paranavaí, PR, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 21-mar-2016
Aceite: 15-mai-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SCHAMBERLAIN, N. A.; TEIXEIRA, J. C. Turismo cultural: perspectivas para a função turística em bibliotecas do Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 5-21, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi investigar que funções são desenvolvidas nas bibliotecas brasileiras e a sua relação com o turismo. Diante disso, como metodologia, optou-se por trabalhar com as principais bibliotecas das sete capitais brasileiras que, juntas, somam 70% do fluxo turístico brasileiro. Para o levantamento de dados em campo foram encaminhados questionários para os representantes das bibliotecas estudadas. Como resultado de pesquisa, fica claro que todas as bibliotecas desenvolvem novas funções e a visita guiada é a principal atividade que estabelece ligação do turista com o espaço. Foi constatado também que as pessoas que passam por essas bibliotecas, elas, em sua maioria, não estão sendo instigadas a conhecer e a valorizar esse patrimônio cultural e todo o seu entorno. O principal motivo dessa relação negativa tem ligação direta com a falta de políticas públicas locais ligadas ao turismo e/ou com a cultura, que acarreta uma insatisfação demonstrada por parte dos representantes de bibliotecas. Por isso, é defendido, aqui, que as bibliotecas inseridas em cidades com um fluxo de turismo relevante devem considerar a função turística como parte do convívio desse espaço.

Palavras chave: Patrimônio cultural. Bibliotecas. Turismo Cultural. Interpretação patrimonial.

ABSTRACT

This study aimed to investigate which functions are being developed in Brazilian libraries and their relation to tourism. Therefore, as method, it was chosen to work with the main libraries of the seven brazilian state capitals which together sums up for 70% of the Brazilian tourist flow. For each of these seven libraries a questionnaire has been sent to the library staff to answer. As a result of research, it is clear that all the libraries develop new functions and the guided tour is the main activity that establishes the link between the tourist and space. It was also found that most people who go through these libraries are not being urged to know and appreciate this cultural heritage and all its surroundings. The main reason for this negative relation is directly linked to the lack of local public policies related to tourism and / or the culture that leads to the dissatisfaction shown by part of the libraries staff. So it is argued here that the libraries that are embedded in towns with a major tourist flow, should consider the tourist function as part of the daily use of these spaces.

Keywords: Cultural Heritage. Libraries. Cultural Tourism. Heritage Interpretation.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación fue investigar qué funciones se desarrollan en las bibliotecas de Brasil y su relación con el turismo. Por lo tanto, como metodología, se optó por trabajar con las principales bibliotecas de las siete ciudades de Brasil, que en conjunto representan el 70% del flujo turístico brasileño. Para la recogida de datos fueron enviados cuestionarios a los representantes de las bibliotecas estudiadas. Como resultado de la investigación, es evidente que todas las bibliotecas desarrollan nuevas funciones y la visita guiada es la actividad principal que conecta con el espacio turístico. También se encontró que la mayoría de personas que pasan por estas bibliotecas no están siendo instados a conocer y valorar este patrimonio cultural y todos sus alrededores. La razón principal de esta relación negativa está directamente vinculada a la falta de políticas públicas locales relacionadas con el turismo y / o la cultura que da lugar a la insatisfacción mostrado por los representantes de las bibliotecas. Por lo tanto, aquí se argumenta que las bibliotecas que están incrustados en las ciudades con un flujo significativo de turistas, deberían considerar la función turística como parte de la vida en este espacio.

Palavras clave: *Patrimônio cultural. Bibliotecas. Turismo Cultural. Interpretación patrimonial.*

INTRODUÇÃO

A biblioteca de uma cidade faz parte do patrimônio cultural material, auxiliando na compreensão de todo o seu entorno, pois se compreende que a biblioteca mantenha um papel de estímulo das memórias. As bibliotecas se encaixam no conceito de patrimônio cultural da localidade a partir do momento em que, no estabelecimento, se trabalha com o intuito de proporcionar acesso à cultura, de alguma forma, para a população que mora ou que visita aquele lugar.

De acordo com a Fundação Biblioteca Nacional (2000), as bibliotecas desenvolvem funções tradicionais e novas funções, levando em consideração a sua necessidade no universo em que está inserida. Diante disso, consideramos que a principal biblioteca de cada cidade deva ser tomada como uma ferramenta para que o turista possa conhecer um pouco do sentimento daquele lugar. Nesse sentido, surge a seguinte questão: *Têm esses espaços públicos funcionado como ferramenta para o conhecimento e a interpretação do patrimônio local junto aos turistas?*

Para responder a essa questão foram levantadas duas hipóteses. A primeira estabelecia que a relação existente entre as bibliotecas e os turistas é de que esses espaços estão diversificando suas atividades, pensando também no fluxo turístico existente no destino. Esses espaços então trazem também, como objetivo, uma forma de apresentar ao turista mais do que um simples conhecer o espaço e, sim, uma nova forma de o turista ver aquele patrimônio, assim como todo seu entorno. A segunda hipótese levantou o fato de que a relação existente entre biblioteca pública e turista pode se desenvolver de uma forma superficial, onde a biblioteca fornece informações sem a devida interpretação do patrimônio e seu entorno e, o turista, em troca, é mais um número na lista de visitantes da biblioteca. Dessa maneira, como objetivo geral de pesquisa, investigou-se quais eram as funções desenvolvidas pelas bibliotecas das capitais brasileiras de maior fluxo turístico e sua relação com os turistas.

Consideramos haver justificativas claras para o desenvolvimento deste trabalho, pois, atualmente, as bibliotecas procuram desenvolver novas funções para continuarem ativas nas sociedades informatizadas. Assim, aos espaços das bibliotecas, que antes eram destinados apenas a estudos escolares e acadêmicos e à leitura de literatura, hoje são somados recursos de entretenimento e outras manifestações artísticas e culturais. Essas iniciativas ficam claras diante da declaração da Fundação Biblioteca Nacional (2000), a qual afirma que é viável que os dirigentes das bibliotecas observem sua realidade local e assim, se necessário, até façam surgir novas funções.

Assim, a presente pesquisa pode discutir a prática das bibliotecas em se prepararem para receber não só o consulente residente, mas também o turista, podendo fazer com que a própria biblioteca repense a forma como ela se apresenta à sociedade como um todo, incluindo consulentes residentes e não residentes.

É pretensão que a presente pesquisa venha a ser importante no sentido de incentivar iniciativas para promover as bibliotecas também como patrimônios culturais nos termos como o turismo entende esse âmbito, tornando-se, portanto, campo de consulta para os pesquisadores, os acadêmicos e os profissionais dessa área, bem como referência para turistas e para os consulentes locais com interesses turísticos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa possuiu caráter qualitativo, procedendo com esse tipo de abordagem em busca de saber qual é a relação entre bibliotecas e turismo. Para isso, optou-se por estabelecer uma amostra da pesquisa, no caso incidindo sobre as capitais com maior fluxo turístico brasileiro, em função, portanto, de uma maior representatividade sobre o objeto de pesquisa a ser estudado. De acordo com a "Pesquisa Sondagem do Consumidor – intenção de viagem", do Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, as capitais com maior fluxo turístico – elencadas aqui por ordem alfabética de seus nomes – são Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Juntas, essas capitais somam 70% do fluxo turístico brasileiro (BRASIL, 2015).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas técnicas de trabalho, como a pesquisa exploratória, a revisão da literatura e o levantamento de dados em campo. O início da pesquisa exploratória se deu por meio de livros, de artigos, de matérias na mídia, de sites das bibliotecas e do contato direto com esses espaços públicos. Assim, portanto, nesse primeiro momento foram levantados dados preliminares como: noções básicas de patrimônio; bibliotecas; e métodos e técnicas de pesquisa.

A segunda técnica utilizada foi a revisão da literatura, que norteou os seguintes temas: patrimônio, educação patrimonial, interpretação patrimonial, bibliotecas, funcionalidade de bibliotecas, novas funções de bibliotecas e turismo. Os tipos de fontes bibliográficas utilizadas foram primeiramente as publicações de livros, de artigos, de teses, de dissertações e de monografias relacionadas com o tema. Outra fonte utilizada foi a mídia de imprensa escrita.

Posteriormente, foram realizados os procedimentos de pesquisa de campo, para isso se utilizando como técnica para a coleta de dados questionário com 16 questões versando sobre o tema proposto. As bibliotecas que receberam os questionários foram: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (Belo Horizonte – MG); Biblioteca Nacional de Brasília (Brasília – DF); Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – RS); Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (Recife – PE); Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – RJ); Biblioteca Pública do Estado da Bahia/Biblioteca Central dos Barris[1] (Salvador – BA) e Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo – SP).

O questionário foi enviado por e-mail às bibliotecas com a solicitação de que preferencialmente a pessoa responsável pelo espaço respondesse. O objetivo das perguntas foi compreender as atividades que a biblioteca pública em questão proporciona a todos. O foco dos questionamentos visava descobrir como eram as atividades voltadas ao grupo de consulentes turistas. A intenção foi avaliar se essas bibliotecas utilizavam a educação patrimonial para que os turistas pudessem compreender esse espaço e todo seu entorno como um patrimônio cultural da cidade.

Todas as coordenações de bibliotecas receberam e-mail com o link das perguntas no dia 19 de outubro de 2015, porém, algumas necessitaram que o e-mail fosse reencaminhado, o que ocorreu por diversos motivos. A primeira resposta foi recebida no mesmo dia 19 de outubro de 2015 e a última, em 23 de novembro de 2015. Após o recebimento das respostas, foram tabulados os dados com o auxílio da ferramenta *Excel 2010* para organizar os dados em planilhas. Posteriormente à sistematização dos dados, foram então analisadas as respostas qualitativamente com base nos objetivos da pesquisa.

1 Biblioteca Central dos Barris é como a biblioteca é conhecida, por conta de estar no Bairro dos Barris.

EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PERSPECTIVAS PARA O TURISMO

O conceito de patrimônio mudou ao longo do tempo, passando da ideia de aquilo que é particular até a ideia de aquilo que pertence à coletividade. A palavra "patrimônio" vem do termo latino "*patrimonium*" e significava tudo que pertencia ao pai de família (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Patrimônio se limitava, anteriormente, a esse significado particular e familiar. Meneses (2006) explica que o uso da palavra "patrimônio" está no lugar de palavras como "herança" e "legado". Choay (2006), além de citar os pertences ligados à família, coloca também como "patrimônio" as heranças de estruturas econômicas e jurídicas. Para a autora, nesse sentido, os donos do "*patrimonium*" eram aqueles que possuíam poder aquisitivo maior.

Choay (2006) descreve que, ao longo da história ocidental moderna, marcada principalmente pela Revolução Francesa, o entendimento do que seja patrimônio tomou rumos diferentes e atualmente é compreendido como algo público, referindo-se à valorização de um conjunto de pessoas que compartilham de um mesmo passado. Além de valorizar o bem, essa coletividade tem o direito de o utilizar da forma como mais for conveniente a ela, pois o patrimônio histórico e cultural passa a representar a história de um povo e pode ter uma função além da "beleza cênica". Esses bens – que, a partir desse momento, já são considerados bens populares – são o resultado de vários saberes de um determinado povo, de uma determinada cultura.

Quando uma população se identifica enquanto grupo e através de seus costumes, isso se torna atrativo ao olhar dos não residentes, afinal, conforme Urry (2001), é um olhar organizado e sistemático, construído a partir da diferença e que estabelece uma relação de distanciamento, mas onde o turista se interessa por quase envolver-se com os acontecimentos. Portanto, é indispensável afirmar que "São nesses lugares que a gestão da sustentabilidade e dos impactos relativos à prática do turismo estão iminentemente inseridos em um sistema sensivelmente complexo diante das diversidades, singularidades, valores e noções sobre o patrimônio em presença" (OLIVEIRA; TRIGO, 2017, p. 194).

Ao estudar o turista cultural Trigo et al. (2018) afirmaram que as motivações são variadas como relaxar e conhecer novos lugares, porém, o turista cultural busca satisfazer as necessidades de diversidade e curiosidade sobre como as pessoas vivem em locais diferentes do seu de origem. Assim, a valorização do patrimônio local pelos turistas e a busca de uma vivência sensibilizando-se sobre a cultura de determinado lugar estabelecem-se como pontos centrais do Turismo Cultural em que o segmento "compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (BRASIL, 2010, p. 15).

O Turismo Cultural é um segmento do turismo que oportuniza trocas entre as culturas dos turistas e a dos residentes locais. Ao ocorrer esse intercâmbio cultural é possível observar o fortalecimento das identidades locais em razão desse movimento global entre "dominantes" e os "dominados", afinal, "o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas" (HALL, 2011, p. 85).

Conforme Trigo et al. (2018, p. 57) observam, "*[...] una parte del auge del turismo cultural se podría*

deber en buena medida al aumento de visitantes culturales 'ocasionales', que dedican parte de sus vacaciones a visitar lugares culturales [...]". É possível compreender que se há uma relação de mercadoria onde o turismo cultural seja vendido e consumido apenas como um produto, onde não haja uma interação de pessoas de uma maneira adequada, e que desfavoreça todos os atores envolvidos, essa relação estará aquecendo a chamada "indústria cultural". O termo começou a ser utilizado na década de 1940, através de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (ADORNO, 1971). A educação e a interpretação do patrimônio se colocam como importantes ferramentas para a valorização do patrimônio cultural local e para auxiliar no processo de fortalecimento da cultura local pelo turismo, evitando a sua mercantilização por meio da indústria do turismo.

No ano de 1983, no Museu Imperial de Petrópolis/RJ, aconteceu o "1º Seminário sobre o uso Educacional de Museus e Monumentos" e o termo "educação patrimonial" começou a ser utilizado (FLORÊNCIO et al., 2014). Depois de mais de dez anos decorridos desse seminário, foi elaborado o "Guia Básico de Educação Patrimonial", escrito pela museóloga e diretora do Museu Imperial, em parceria com outras duas escritoras. Esse livro é ainda atualmente considerado, pelo Iphan, como o principal material de apoio para as atividades relacionadas à educação patrimonial.

Gomes, Mota e Perinotto (2012) afirmam que a educação patrimonial entra no processo de formação de adultos participativos e conscientes de seu momento histórico. Para Magalhães, Zanon e Branco (2009), são diversas as áreas que estudam e trabalham com a educação do patrimônio, são elas a área de educação – através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) –, a área de arquitetura e urbanismo, a área cultural e a área de turismo, esta com a prioridade de preocupar-se com relações estabelecidas entre o patrimônio cultural local e o turista, sendo "[...] um **instrumento** de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6, grifo do autor).

A educação patrimonial trabalha com a necessidade de conhecer o passado de uma forma dinâmica, proporcionando "[...] situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 8). Com a intenção de transformação do indivíduo, na educação patrimonial "[...] admite-se a retomada de espaços arquitetônicos, sociais e de memórias [...]" (MAGALHÃES; ZANON; BRANCO, 2009, p. 51), ou, de uma forma mais fragmentada, são objetos, monumentos, centros históricos e sítios arqueológicos os locais onde se pode trabalhar com a educação patrimonial, além, claro, do enfoque interdisciplinar (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Uma das ferramentas da educação patrimonial é a interpretação patrimonial. A nomenclatura "interpretação patrimonial" surgiu de Freeman Tilden, com a publicação da obra literária "Interpretingour Heritage"[2], de 1957 (PIRES, 2006). Podemos definir o termo como "[...] um apelo à imaginação do ouvinte e implica uma tentativa de tradução intercultural, pois o património cultural não fala por ele próprio nem sem as pessoas" (PÉREZ, 2009, p. 225).

De maneira objetiva, a interpretação patrimonial tem a intenção de proporcionar tanto entretenimento quanto aprendizagem por meio de recursos visuais, sonoros e interativos com o objetivo de chamar atenção

2 Em uma tradução livre, "Interpretando nossa herança".

do visitante (MURTA, 2009). Assim, a interpretação patrimonial, desenvolvida de maneira apropriada, utilizando-se de referências coerentes, traz benefícios que vão além do destino visitado, proporcionando ao turista levar para o destino emissivo uma nova forma de ver sua cultura local, englobando itens materiais e imateriais.

É importante também levar em consideração o fato de que desenvolver o turismo cultural em uma determinada localidade precisa da "aprovação" e do envolvimento dos moradores do local. A educação e a interpretação patrimonial intentam, portanto, buscar essa valorização do espaço para ambos os lados envolvidos: o dos residentes e o dos turistas. Visto isso, fica compreendido o motivo pelo qual a educação e a interpretação patrimonial são extremamente importantes para o desenvolvimento do turismo cultural.

HISTÓRICO E FUNCIONALIDADE DAS BIBLIOTECAS AO LONGO DOS TEMPOS: FUNÇÕES TRADICIONAIS E NOVAS FUNÇÕES EM UMA PERSPECTIVA TURÍSTICA

A palavra "biblioteca" vem do vocabulário grego, significando ser um local de armazenamento de livros, pois é a junção de *biblion* (livro) e *theke* (armazém, depósito, caixa ou cofre) (MELLO, 1972). Esse espaço surgiu da necessidade de comunidades humanas arquivarem as suas informações. Assim, "a história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem" (MILANESI, 1995, p. 16).

O histórico das bibliotecas se confunde com a história da humanidade e sua evolução, pois esses espaços se tornaram locais onde as populações podiam arquivar seus registros, assegurando, para as gerações futuras, o conhecimento: "a biblioteca é, pois, uma instituição que agrupa e proporciona o acesso aos registros do conhecimento e das ideias do ser humano através de suas expressões criadoras" (FBN, 2000, p. 17). A história da biblioteca sempre esteve atrelada à história da população, pois as funções das bibliotecas na sociedade foram se adaptando de acordo com a necessidade das pessoas:

> A evolução do seu conceito pode ser traçada através dos diversos Manifestos da Unesco publicados ao longo dos anos. A Unesco publicou pela primeira vez o Manifesto da Biblioteca Pública em 1947, destacando sua função em relação ao ensino e caracterizando-a como centro de educação popular. Como resultado da publicação do Manifesto, houve, em várias partes do mundo, um grande movimento para o seu desenvolvimento. (FBN, 2000, p. 19-20).

Esse manifesto foi um marco inicial para as bibliotecas públicas e o destaque dado dentro desse ato foi exclusivo para a educação. Cabe destacar que, até a atualidade, essa é a função primordial das bibliotecas públicas, porém, ao longo dos tempos, foram agregadas outras funções.

No ano de 1972, foi publicado o segundo Manifesto da Unesco, texto no qual a cultura, o lazer e a informação foram somados à função inicial da educação (FBN, 2000). Sabe-se que, nesse período, a função educacional estava dominando as bibliotecas públicas como única, porém, o Manifesto teve a intenção de chamar atenção para abrir novos rumos para esse espaço público. Não se tinha a ideia de fechar as portas para sua função inicial, mas, sim, de abrir novos olhares para outras formas de uma biblioteca estar na sociedade.

Almeida (1997) cita as funções de lazer, de cultura e de informação para a biblioteca pública. Para o

autor, a função de lazer (também chamada de recreacional) está relacionada com os que sentem prazer com a literatura, independentemente do tipo de leitura que o indivíduo goste. Nesse cenário, é dado o exemplo da inserção das histórias em quadrinhos na maioria das bibliotecas públicas. Com relação à função cultural, a crítica vai para a pouca pesquisa na área, por parte de bibliotecários, além de ressaltar o fato de a forma "cultural" estar, ainda, ligada ao que é "erudito".

Na última atualização do Manifesto da Unesco, são elencadas 12 missões da biblioteca pública, missões das quais podemos destacar três delas com a possibilidade de atrelar a atividade turística: "[...] **4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens; 5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; [...] 7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;** [...]" (UNESCO, 1994, grifo nosso).

Embora outros itens da lista possam chamar atenção com relação ao turismo, foram tratados aqui aqueles que mais se destacaram no desenvolvimento deste trabalho. No caso do item 4, é possível, por meio de atividades que dinamizam o espaço da biblioteca, o estímulo da imaginação e da criatividade das pessoas. De acordo com Urry (2001), o "olhar do turista" traz uma valorização ao local visitado fomentando a relação com o objetivo de proporcionar aos visitantes uma forma de demonstrar qual é a história e qual é a herança cultural que aquele monumento (a biblioteca) exerce sobre a sociedade onde estão inseridos. Isso faz com que o público de residentes também seja atingido, auxiliando, assim, a execução do item 5 das missões das bibliotecas públicas. Com relação ao item 7, a atividade turística pode favorecer o diálogo intercultural, isso a partir do momento em que as suas portas estiverem abertas para que outras culturas se aproximem, participando da realidade do espaço, podendo trocar informações e, assim, existindo uma troca considerável sobre esse patrimônio cultural em questão.

No ano de 2013, a matéria intitulada "Na berlinda, bibliotecas se reinventam no Brasil e no mundo", publicada na BBC Brasil, mostra exemplos de bibliotecas que modificaram suas funções, fazendo com que um maior número de pessoas pudesse e ainda possa utilizar o espaço. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro/RJ foi utilizada para demonstrar essa dinâmica diferenciada que está se instalando nas bibliotecas do mundo (IDOETA, 2013). Na Biblioteca Parque do Complexo de Manguinhos é possível emprestar livros e filmes (ou utilizar-se do espaço para deles fazer uso), ouvir músicas e participar de demais atividades culturais (SECRETARIA DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO, 200?).

A futura biblioteca da Dinamarca também foi citada como exemplo, pois a cidade de Aarhus iria passar por um período de revitalização e a biblioteca local, nessa revitalização, passaria a fazer parte do complexo urbano. Havia previsões de que, em 2015, esse complexo estaria concluído (IDOETA, 2013). De acordo com a matéria "A biblioteca do futuro", de novembro de 2015, essa biblioteca, que possui o nome de *Dook1*, já está desenvolvendo atividades para toda a população. Na biblioteca, que funciona 24 horas por dia, é possível emprestar livros, CDs, DVDs, entregar declaração do imposto de renda e emitir carteira de motorista. Há impressora 3D disponível, sala de brincadeiras, sala de leitura, zona de silêncio e um ateliê com máquinas de costura e equipamentos profissionais. O espaço é gratuito para usufruto do público (MUND, 2015).

São diversas as novas funções que podem ser atribuídas às bibliotecas, pois

> O Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública deve servir como fonte de reflexão sobre seu papel e suas funções no mundo globalizado, mas cabe aos dirigentes de bibliotecas priorizar o desenvolvimento de suas funções de acordo com a realidade local e, até mesmo, identificar novas funções dentro de suas comunidades (FBN, 2000, p. 20-21).

E é exatamente nesse sentido que o turismo entra na discussão de utilizar a biblioteca como um atrativo turístico, não desvinculando suas funções primordiais, além daquelas outras que, ao longo dos tempos, foram-se agregando ao espaço. E, se estamos tratando de cidades onde o fluxo turístico é considerado intenso, é preciso preparar essas bibliotecas para receber também o turista, além da comunidade local, objetivando a promoção do patrimônio cultural local. Visto isso, estabelecer a função turística como mais uma funcionalidade para a biblioteca pública é considerado um fenômeno interessante para todos os envolvidos com a relação biblioteca e turismo em uma perspectiva do turismo cultural. Para analisar, portanto, a interpretação do patrimônio por meio das novas funções das bibliotecas e suas relações com o turismo, foram pesquisadas as bibliotecas nacionais apresentadas na metodologia da presente pesquisa.

As bibliotecas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro oferecem atividades literárias, culturais, de informação e visita guiada. A biblioteca de Recife, além de atividades que contemplam a área literária, de cultura, de informação e a visita guiada, acrescenta o curso de línguas. E, por fim, a biblioteca de Brasília não possui atividades diferenciadas, pois as salas disponíveis para esse tipo de atividade estão fechadas por falta de manutenção de equipamento.

Nota-se que todas as bibliotecas pesquisadas desenvolvem atividades que vão além de sua função primordial e que, como foi exposto pela Fundação Biblioteca Nacional (2000), dizem ser necessário que a biblioteca compreenda sua realidade local, para que, se necessário, identifique novas funções. Mesmo com o obstáculo da biblioteca de Brasília, todas as bibliotecas se mostram como um meio de interatividade para a população.

Na segunda versão do Manifesto da Unesco, em 1972, a cultura, o lazer e a informação eram pontos destacados no que tinha a intenção de direcionar o espaço para essas funções adicionais. Utilizando essa amostra com as capitais com maior fluxo turístico, podemos concluir que as novas funções estão atreladas ao cotidiano das bibliotecas brasileiras. Um benefício que podemos destacar nesses espaços é que uma atividade auxilia para que outras atividades sejam conhecidas pela população que frequenta o local. Por exemplo, se uma pessoa tem interesse em participar de um curso de línguas que a biblioteca de Recife oferece, ao frequentar o lugar ela terá conhecimento sobre as outras atividades que o espaço público desenvolve, como o *Bibliotur*.

Com relação aos profissionais que trabalham com essas atividades, as bibliotecas de Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro possuem uma equipe interdisciplinar, mas somente a biblioteca do Rio de Janeiro cita o profissional de turismo neste primeiro momento. Levando em consideração os conceitos de Magalhães, Zanon e Branco (2009), que nos trazem a ideia de que as principais áreas que trabalham com o patrimônio cultural são as áreas de educação, arquitetura, cultura e turismo, nota-se que, nesses espaços, a área educacional está se relacionando de maneira mais ativa na maioria dos espaços e a área do turismo ainda é pouco desenvolvida.

Assim, visto que todas as bibliotecas oferecem atividades que vão além da função tradicional e estão contemplando as áreas de educação, cultura e informação, fica entendido que, quanto mais diversificado for esse quadro de profissionais, maior vai ser a chance de a biblioteca alcançar êxito nessas atividades. Infelizmente, os profissionais da área do turismo aparecem de uma maneira tímida ainda dentro desses espaços.

Esta pesquisa buscou compreender se a biblioteca trabalha com a educação patrimonial e com a interpretação patrimonial. Se a resposta fosse positiva, a intenção era saber como eram desenvolvidos

esses conceitos dentro da biblioteca. As bibliotecas de Belo Horizonte, Brasília e Recife não trabalham com educação e interpretação patrimonial. Na biblioteca de Porto Alegre, essa educação e interpretação patrimonial acontecem por meio das palestras e das visitas guiadas; na biblioteca de Salvador, por meio das atividades e ações culturais; na biblioteca de São Paulo, por meio das visitas guiadas; e, na biblioteca do Rio de Janeiro, além das visitas guiadas, são citadas exposições, mostras, debates, conferências, cursos e eventos em geral.

Mesmo estabelecendo que a maioria das bibliotecas – quatro, de sete – estão trabalhando com os conceitos de educação e interpretação patrimonial, as outras três bibliotecas que não trabalham com esse conceito deixam de atender seu público de uma maneira que beneficie os residentes e os que estão visitando o espaço, pois a educação ambiental pode "[...] proporcionar uma formação voltada para compreender as práticas culturais enquanto referências culturais, auxiliando na preservação do patrimônio, mas principalmente como forma de desenvolver ações que permitam que os sujeitos se reconheçam enquanto sujeitos históricos." (SILVA, 2016, p. 439). Diante disso, essas capitais e suas bibliotecas demonstram um número de estabelecimentos culturais que estão deixando de desenvolver um tipo de trabalho que valorize seus bens e a construção histórica dos sujeitos que por elas passam.

As bibliotecas que trabalham com a educação e interpretação patrimonial, em sua maioria utilizam da visita guiada como um meio de trabalhar com esses conceitos. Nesse caso, essa é uma ferramenta que está sendo utilizada a favor da educação e da interpretação patrimonial, afinal "*valorar el conocimiento y el disfrute de nuestro patrimonio natural y cultural a través de las guías realizadas al efecto, pasa indefectiblemente por la interpretación del mismo*." (OJEDA; MORALES; MEDINA, 2018, p. 87).

Levando em consideração que a atividade de visita guiada tem relação direta com o turismo, observamos a necessidade de profissionais capacitados da área do turismo trabalhando dentro desses espaços públicos para um melhor planejamento dessas atividades e, assim, dinamizar melhor o espaço.

Essa informação de quais bibliotecas não trabalham com a educação e a interpretação patrimonial foi cruzada com a do número aproximado de visitantes que cada biblioteca recebe mensalmente, pois as três bibliotecas que não trabalham com essas ações são as que mais recebem visitantes. Assim, fica estabelecido que, em média, mensalmente, 25 mil pessoas em Belo Horizonte, 20 mil pessoas em Recife e 8 mil pessoas em Brasília que estão frequentando ou passando por esses espaços públicos não têm recebido um atendimento que a elas possibilite trabalhar, de maneira educativa e/ou interpretativa, o espaço da biblioteca em seu contexto como um patrimônio cultural. Assim, fica claro também que, em um panorama geral, a maioria das pessoas que frequenta bibliotecas no Brasil não possui contato direto com ações de educação e da interpretação patrimonial.

Conforme Gomes, Mota e Perinotto (2012), sobre a educação patrimonial como formação da sensibilização de adultos para seu momento histórico, essas bibliotecas que não trabalham com essas atividades deixam, de muitas maneiras, de trabalhar com esse público. Além disso, a educação patrimonial, que diretamente "[...] busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural [...]" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6, grifo do autor), não está sendo aplicada nesses espaços públicos como formas de conhecer, apropriar e valorizar o patrimônio cultural local por residentes e turistas.

Além disso, os conceitos da interpretação patrimonial, que também não estão sendo desenvolvidos nessas bibliotecas, tinham uma função de democratização de conhecimento, de conscientização, de

sustentabilidade, de racionalização, de estímulo ao desenvolvimento local e de sensibilização com relação ao bem cultural (MENESES, 2006). Efetivamente, a interpretação patrimonial, diferente da educação patrimonial, não tem como intenção principal o fato de ensinar, mas, sim, de provocar para estimular o interesse e a curiosidade das pessoas (TILDEN, 1977 apud IEF, 2002). Isso se aplica a residentes e a turistas, pois, diante do fato de que os visitantes estão por um determinado tempo na cidade e não possuem esse equipamento de cultura funcionando como uma ferramenta de educação e interpretação patrimonial da localidade, isso se torna negativo para a relação existente entre o turista e o patrimônio cultural local.

Quando questionados sobre a sinalização dentro da biblioteca, apenas a biblioteca de Porto Alegre diz não haver placas de sinalização. Todas as outras possuem placas sinalizando tanto a infraestrutura básica, como a dos espaços e atrativos. Todas as bibliotecas, porém, inclusive a de Porto Alegre, afirmam que, se uma pessoa visitar a biblioteca sozinha, ela consegue compreender o espaço. Quando questionadas como esses indivíduos podem compreender o espaço, cada biblioteca apresentou formas diferentes, porém, nas bibliotecas de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de Salvador e de Brasília foi mencionada a presença de funcionários para complemento ou como parte da atenção para essa compreensão.

Com relação ao modo como acontecem as visitas dos turistas, apenas duas bibliotecas (Porto Alegre e São Paulo) recebem grupos, que são agendados antecipadamente, pois as demais bibliotecas costumam receber turistas de uma forma espontânea. Todas as bibliotecas oferecem serviço de visita guiada e de forma gratuita, porém, como citado acima, os turistas, na maioria dessas bibliotecas, têm visitado o local de forma espontânea, sem um agendamento prévio de uma visita.

Em todas as bibliotecas, essas visitas são guiadas por um(a) funcionário(a) do espaço e, quando questionadas sobre qual era o cargo e/ou a formação dessa pessoa que acompanha a visita, é possível notar que a maioria das bibliotecas não possui uma pessoa específica para essa atividade. A resposta que vem por parte do responsável pela área de promoção e difusão cultural da biblioteca do Rio de Janeiro é a mais completa, pois foi citado que são guias especializados e com formação nas áreas de história, filosofia, ciências sociais e turismo. Também ficou destacado, nessa última biblioteca, que todos os guias dominam pelo menos um idioma além do português. Nessa última resposta também se percebeu uma preocupação maior com o funcionário que acompanha os visitantes. Nas demais respostas compreendeu-se que várias pessoas podem acompanhar o grupo, mas nenhuma delas tem esse cargo como "especializado". Cabe aqui destacar que a única biblioteca que, aparentemente, dispõe de uma equipe especializada é a biblioteca que recebe turistas como seu principal público.

Compreende-se a visita guiada, assim como Beni (2004) e Rejowiski (2002), como atividade de absorção, interpretação e sensibilização das informações por meio de um "mediador" (sujeito ou instrumento digital) que oferece sentido ao passeio levando o turista a ver, experimentar e compartilhar em um processo interativo. Assim, a existência da visita guiada reforça a presença de novas funções nas bibliotecas. Nesse sentido, profissionais que estejam preparados para de fato mediar essa interação entre o patrimônio e o turista são de fundamental importância.

Levando em consideração os conceitos de educação patrimonial, neles consta que, quando se trabalha com bens imateriais, até mesmo nesse caso é recomendado que, no fim da atividade, se entregue um objeto material no intuito de fazer com que a pessoa sinta que aproveitou melhor a experiência (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Então foi questionado se a biblioteca possuía algum tipo de "lembrança material" que o visitante pudesse levar para a casa, de forma gratuita. As bibliotecas de Belo Horizonte, Recife, Salvador e Brasília oferecem aos visitantes um marca-página da biblioteca, e levando em consideração um dos princípios básicos da interpretação patrimonial exposto por Tilden (1977 apud

IEF, 2002), que diz que a interpretação deve se relacionar com o que está sendo exibido, a utilização do marca-página da biblioteca tem uma relação muito mais direta com o que foi exibido durante a passagem do indivíduo por esse espaço público – já que é muito provável que esse marca-página seja utilizado como uma ferramenta que é a motivação principal das bibliotecas, o livro. Esse objeto faz, assim, com que a sensação vivida na biblioteca seja lembrada frequentemente por seus visitantes.

É necessário destacar, nesse contexto, a biblioteca de Salvador, que oferece o marca-página comemorativo da festa profano-literária "Lavagem da Biblioteca", que acontece anualmente no dia 5 de novembro dentro desse espaço. Essa biblioteca agregou um valor cultural em sua lembrança material, pois, independentemente da época em que a pessoa visite a biblioteca, ao levar esse marca-página, ela terá acesso a uma atividade cultural promovida pela biblioteca, mas que contempla, além dessa atividade, a religiosidade da cidade de Salvador. Se o indivíduo tiver acesso à festa profano-literária "Lavagem da Biblioteca" e ainda puder levar um marca-página de divulgação da festa, essa pessoa terá absorvido melhor aquele evento cultural.

Levando em consideração que estamos tratando de capitais brasileiras com um grande fluxo turístico, buscou-se saber, nesta pesquisa, como é avaliada a relação entre turistas e a biblioteca, isso do ponto de vista desse representante da biblioteca que respondeu ao questionário. Os representantes das bibliotecas de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de Brasília, de São Paulo e do Rio de Janeiro consideram a relação positiva e os representantes das bibliotecas de Recife e de Salvador consideram indiferente esse assunto.

A biblioteca de Porto Alegre, que recebe a maioria dos turistas na forma de grupos agendados, tem as suas visitas atreladas ao programa municipal "Viva o Centro a Pé"[3]. Diante da resposta, fica claro o contentamento com o poder público municipal por incluir a biblioteca nesse roteiro. Com relação à biblioteca de Brasília, onde a conexão entre turista e biblioteca é vista como positiva, há de se notar que há certo descontentamento na resposta, pois o respondente afirma que ela deve ser mais bem explorada. Vale lembrar que essa é a biblioteca que atualmente não pode oferecer atividades diferenciadas a residentes e a visitantes, isso por motivo da falta de manutenção de um equipamento.

Os representantes das bibliotecas de Recife e de Salvador se mostram insatisfeitos com o poder público da área da cultura e da área do turismo, respectivamente. Atrelam a isso ao fato de a biblioteca receber poucos turistas e somente de uma forma espontânea, vale dizer, da iniciativa particular dos visitantes.

Essa mencionada insatisfação deriva, certamente, do fato de os respondentes saberem que o poder público tem grande influência sobre a forma como o turismo acontece. Em se tratando de um estabelecimento que é totalmente público e sua função sempre esteve atrelada ao atendimento de todos, é responsabilidade do mesmo poder público fazer com que haja uma valorização do espaço público em questão. Como exemplo, podemos destacar o fato que Almeida (1997) informa ao citar o caso dos EUA, onde as bibliotecas públicas tiveram início por força de reivindicações das populações, que queriam igualdade de direitos, principalmente quanto ao direito à educação. Fica claro que a relação do poder público com as bibliotecas tem de ser mais ativa, para que haja uma valorização desse patrimônio cultural, pois "[...] esta pode ser uma via que contribua para além do aprendizado, voltado para a decodificação dos símbolos e signos presentes nas referências culturais, mas também para formação em que os sujeitos possam, através do seu saber, utilizá-los como meio de subsistência" (SILVA, 2016, p. 439).

3 Trata-se de "visita guiada" feita a pé pelo centro histórico de Porto Alegre/RS (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, [200?]).

Outra questão abordou o fato de haver ou não bacharéis em turismo na biblioteca e apenas duas delas afirmaram dispor desse profissional no quadro de funcionários. Na biblioteca de Belo Horizonte, esse profissional trabalha no serviço de extensão Caixa-Estante, emprestando acervos a instituições onde as pessoas estão impedidas de se deslocar até a biblioteca, como creches, presídios, asilos, entre outros. Na biblioteca do Rio de Janeiro, por sua vez, esse profissional faz a função de guia especializado, atendimento às visitas e estatísticas de visitação.

É importante destacar que a biblioteca que mais recebe visitantes, que é a de Belo Horizonte, possui bacharel trabalhando nas atividades que são efetuadas fora da instituição. Importante é ressaltar que essa é também uma das bibliotecas que não desenvolvem atividades com os conceitos de educação e interpretação patrimonial.

Mesmo que esse profissional esteja trabalhando em atividades que são fora do ambiente da biblioteca – o que consideramos de extrema importância, pois está havendo uma valorização de um bem imaterial, que é a literatura –, as atividades que são desenvolvidas dentro da biblioteca devem ser trabalhadas com conceitos que valorizem o patrimônio cultural.

Para as demais bibliotecas, que não possuem esse profissional, foi questionado se sentem a necessidade dele. Os representantes das bibliotecas de Recife e Brasília não se posicionaram diante disso, pois não responderam à pergunta. Com relação à biblioteca de Porto Alegre, foi respondido que a falta desse profissional da área do turismo é sentida e que seria um diferencial para o atendimento dos turistas e no acompanhamento das visitas guiadas. Assim, fica claro que o turismólogo é confundido com um guia de turismo e não é compreendido, por parte do responsável pela biblioteca, que esse profissional pode ser planejador e/ou gestor de atividades relacionadas ao turismo nesses espaços públicos.

O responsável pela biblioteca de Salvador cita o fato de o ambiente ser multifuncional e que há várias atividades em que esse tipo de profissional possa atuar. E a representante da biblioteca de São Paulo compreende que é importante ter uma equipe interdisciplinar, mas que, no momento, não há ninguém com esse perfil. Nenhum responsável por essas bibliotecas demonstrou, por meio de suas respostas, a real função desse profissional dentro desse espaço que é a biblioteca.

A última questão era voltada para bibliotecas que não recebem turistas. Foi questionado se o espaço deve receber turistas na opinião do responsável e o motivo de sua resposta. O respondente da biblioteca de Salvador afirmou que o espaço deveria, sim, receber turistas, pois foi a primeira biblioteca totalmente pública do Brasil e da América Latina, já contando com 204 anos de existência. De acordo com o respondente, essa biblioteca se coloca como importante para a história brasileira. A biblioteca atualmente recebe turistas, porém, o fato de a questão ter sido respondida com a associação da informação sobre o valor histórico dessa biblioteca, não apenas para a cidade de Salvador ou para o estado da Bahia, mas para a população brasileira, mostra que deveria ser mais visitada por seus turistas. Vale lembrar que essa é uma das bibliotecas que não estão incluídas em roteiros de turismo da cidade e isso faz com que não seja vista como de valor turístico.

Nesse sentido, nos chamam atenção as considerações de Guzmán, Gálvez e Fernández (2018, p. 74) os quais afirmam que "*In general terms, tourists travel either because they are pushed by internal motives or variables, or because they are pulled by external factors related to the destination*". Portanto, é preciso ressaltar que os fatores internos e/ou externos que podem motivar a viagem ou a decisão em realizar determinado passeio de turistas não podem ser negligenciados pela gestão pública, que de muitas formas

pode estar tirando do fluxo turístico potenciais espaços de sensibilização do patrimônio local como as bibliotecas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento em que se considera a biblioteca de uma cidade ferramenta para que os turistas possam conhecer o sentimento do lugar, esta pesquisa buscou compreender se esses espaços públicos estão colaborando para o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural local por meio de suas funções. Para tanto foram levantadas duas hipóteses. A primeira norteava a ideia de que a relação existente entre turista e biblioteca acontecia de maneira a valorizar o patrimônio local por meio da atratividade de suas novas funções. A segunda hipótese era a de que a relação se tornava superficial, com eventuais turistas frequentando bibliotecas sem adquirir novos conhecimentos sobre o patrimônio cultural local.

Como o objetivo geral de pesquisa foi investigar quais eram as funções desempenhadas nessas bibliotecas e a sua relação com o turismo, ficou evidenciado que todas essas bibliotecas pesquisadas desenvolvem novas funções, ou seja, a função de acesso à leitura não é mais a única dentro desses espaços. Com relação a essas novas funções e a sua atratividade e eficácia para a sensibilização do patrimônio cultural local, confirmou-se a segunda hipótese, pois verificou-se que a maioria das pessoas que frequenta essas bibliotecas não recebe, por meio delas, atendimento atrativo que auxilie no conhecimento e na valorização do patrimônio cultural da cidade.

Observou-se, pelas informações coletadas com os responsáveis dessas bibliotecas, que um dos motivos sobre a ínfima relação entre as bibliotecas e o fluxo turístico local é a pouca atratividade atribuída a esses locais como espaços de interesse para o conhecimento do patrimônio local pelo turista.

Sob o pressuposto de que a atividade turística tem muito a agregar sobre o conhecimento do patrimônio cultural local, notou-se uma insatisfação, por parte de alguns dos respondentes, sobre o olhar que a gestão pública tem apontado para esses espaços, que não recebem atendimento adequado para uma melhor divulgação e estruturação para receber turistas. Essa realidade se evidencia quando o representante da biblioteca de Porto Alegre se posiciona a favor da atividade turística, sabendo-se que essa biblioteca está inserida no roteiro turístico da cidade, mas, em contraponto, os representantes das bibliotecas de Recife e de Salvador se posicionaram de forma indiferente quanto a essa relação, pois não estão inseridas no contexto turístico das respectivas cidades da forma como gostariam.

É importante ressaltar que esses espaços de cultura necessitam que suas atividades estejam atreladas aos conceitos da educação patrimonial e de interpretação patrimonial, para que, assim, haja uma maior compreensão e valorização do patrimônio cultural local. Diante disso, é necessário abrir mais espaço para profissionais da área cultural e do turismo. Afinal, essas áreas aparecem ainda de forma tímida nesses espaços de cultura.

Ficou evidente que a visita guiada (que todas as bibliotecas oferecem) é a que mais se relaciona diretamente com os turistas. As visitas guiadas, independentemente de estar acontecendo com residentes ou com turistas, necessitam ser mais bem valorizadas para desconstruir conceitos preestabelecidos de que bibliotecas são lugares sem atratividade. Na verdade, a visita guiada é procedimento primordial para que a população, local ou visitante, passe a perceber que esses espaços são inestimáveis instituições de educação, de cultura, de informação, de lazer e de entretenimento de cada comunidade humana.

Observou-se que a maioria das bibliotecas recebe turistas que comparecem por iniciativa espontânea dos próprios turistas. Não há, em geral, incentivo público para esse comparecimento. Esse público, por isso mesmo, ainda não é significativo quantitativamente, pois, segundo os respondentes, o incentivo por parte do poder público local é insatisfatório não só em termos de divulgação, mas também quanto a investimentos de melhoria das condições de atendimento aos visitantes e aumento da atratividade desses espaços para os turistas, visto que as atividades regulares da biblioteca se mostram interessantes apenas aos residentes, mas não aos turistas.

Observa-se que a biblioteca necessita estar inserida no contexto geral da cidade para, assim, desenvolver funções que beneficiem todos os envolvidos. É por esse motivo que se defende a ideia da função turística nas bibliotecas que estão inseridas em cidades em que o fluxo turístico é considerado relevante. Cabe aqui também abrir um novo olhar para as atividades desenvolvidas em bibliotecas inseridas em cidades com fluxos turísticos menores. Justifica-se essa afirmação, pois é necessário que qualquer biblioteca esteja inserida como patrimônio cultural da cidade, valorizando, além da literatura, as demais atividades de cultura, podendo, assim, proporcionar atividades de qualidade a seus usuários.

Diante do exposto, observou-se que as bibliotecas são uma ferramenta de conhecimento do patrimônio cultural local que não estão sendo utilizadas com todo o seu potencial. É necessário o desenvolvimento de mais pesquisas que discutam as bibliotecas como ferramentas de valorização dos patrimônios culturais locais relacionadas à atividade turística.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina, PR: Editora da UEL, 1997.

BENI, M. C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 6, n. 3, p. 295-305, set./dez. 2004.

BIBLIOTECA Parque de Manguinhos. **Biblioteca Parque de Manguinhos**. [200?]. Disponível em: ‹http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-parque-de-manguinhos›. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Fundação Getúlio Vargas. **Sondagem do consumidor** – intenção de viagem. Disponível em: ‹http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/conjuntura_economica/sondagem_consumidor_viagem/›. Acesso em: ago. 2015.

CARNEIRO, H. F. Banalização do patrimônio cultural material e consequências perversas para a vida na cidade. In: MARTINS, C. (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. p. 17-29.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

COELHO, T. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CORIOLANO, L. N. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **América Latina**: cidade, campo e turismo. San Pablo: Clacso, p. 367-379, 2006.

FLORÊNCIO, S. R. et al. **Educação patrimonial**: histórico, conceito e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000.

GÁLVEZ, J. C. P. et al. El turista cultural em ciudades patrimonio de la humanidade de Latinoamérica. El caso de Cuenca (Ecuador). **Revista Turismo y Sociedad**, v. x xii, enero-junio 2018, p. 105-124.

GOMES, D. S.; MOTA, K. M.; PERINOTTO, A. R. C. Turismo pedagógico como ferramenta de educação patrimonial: a visão dos professores de História em um colégio estadual de Parnaíba (Piauí, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 5, n.1, p. 82-103, abril de 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IDOETA, P. A. **Na berlinda, bibliotecas se reinventam no Brasil e no mundo**. 25/1/2013. Disponível em: ‹http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130122_biblio tecas_1_tendencias_pai›. Acesso em: dez. 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ministério da Cultura. O **registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. 2006.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Manual de introdução à interpretação ambiental**. Projeto Doces Matas: IEF – Ibama Biodiversitas – GT. Belo Horizonte, 2002. 108 p.

MAGALHÃES, L. H.; ZANON, E.; BRANCO, P. M. C. **Educação patrimonial**: da teoria à prática. Londrina, PR: Editora UniFil, 2009.

MARTINS, C. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, C. (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. p. 39-50.

MELLO, J. B. **Síntese histórica do livro**. Rio de Janeiro: Leitura S.A., 1972.

MENESES, J. N. C. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

MILANESI, L. **O que é bibliotec**a. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MURTA, S. M. Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural. In: CAMARGO, P. de; CRUZ, G. da (Org.). **Turismo cultural**: estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus, BA: Editus, 2009. p. 137-162.

NEVES, B. A. de C. Patrimônio Cultural e Identidades. In: MARTINS, J. C. de O. (Org.). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

OJEDA, A. R.; MORALES, A. G.; MEDINA, C. M. Propuesta metodológica para la confección de Guías patrimoniales: el ejemplo de Santa Lucía de Tirajana (Gran Canaria, España). **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 16, n. 1. p. 87-98. 2018.

OLIVEIRA, L. F. M.; TRIGO, L. G. G. Patrimônio, turismo e desenvolvimento: um estudo sobre a puxada do mastro de São Sebastião em Olivença, Ilhéus, Bahia. **Revista Cultur**, ano 11, n. 3, p. 184-207, out. 2011.

PÉREZ, X. P. **Turismo cultural**: uma visão antropológica. El Sauzal (Tererife, Espanha): Aca y Pasos, 2009.

PIRES, F. M. **A interpretação patrimonial na relação entre o sujeito e o atrativo**: percepções dos turistas e dos moradores sobre a interpretação do patrimônio edificado em Tiradentes. 122 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) – Área: Turismo, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Viva o centro**. [200?]. Disponível em: ‹http://www2.porto alegre.rs.gov.br/vivaocentro/›. Acesso em: dez. 2015.

REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, F. L. L. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galveias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, C. (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. p. 1-16.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Org.) **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 15-24.

SALES, F. de L. **A educação patrimonial e o turismo**: o caso do Programa de Educação Patrimonial do Museu Municipal de Caxias do Sul/RS. 154 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Área de concepção: Desenvolvimento do Turismo. Linha de pesquisa: Turismo, meio ambiente, cultura e sociedade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

TRIGO, J. P. El turista cultural: tipologías y análisis de las valoraciones del destino a partir del caso de estudio de Cuenca-Ecuador. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 16, n. 1, p. 55-72. 2018.

UNESCO. **Manifesto sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: ‹http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm›. Acesso em: dez. 2015.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 2001.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, n. 9, p. 57-74, 1997.

ARTIGO ORIGINAL

Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes:
instrumentos de gestão e potencial turístico

Águas Vertentes Environmental Protected Area: management tools and tourist potential

Área de Protección Ambiental Estadual de las Águas Vertentes: instrumentos de gestión y potencial turístico

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1278

Raquel Faria Scalco ‹ raquel.scalco@yahoo.com.br ›
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, MG, Brasil

Daniella Eloi de Souza ‹ daniella_eloi@msn.com ›
Rede Doctum, Juiz de Fora, Minas Gerais, MG, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 08-maio-2016
Aceite: 30-maio-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SCALCO, R. F.; SOUZA, D. E. de. Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes: instrumentos de gestão e potencial turístico. **Caderno Virtual de Turismo.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 22-43, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

O conhecimento sobre o potencial turístico de uma unidade de conservação é fundamental para se pensar em estratégias de gestão que orientem o planejamento e as ações para criar alternativas de renda para a comunidade. O presente artigo faz uma análise da oferta turística da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes (Apaeav) e de seus instrumentos de gestão, com o objetivo de refletir sobre a realidade e as possibilidades de desenvolvimento da atividade turística. Para alcançar tal proposta, foram utilizados como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; pesquisa de gabinete; análise documental; trabalhos de campo; elaboração de Inventário da Oferta Turística; análise dos dados e elaboração de mapas, tabelas e gráficos. Assim, conclui-se que a principal vocação da Apaeav é para o desenvolvimento do turismo em contato com a natureza, tendo como dificuldades para sua efetiva implementação a precariedade de serviços, equipamentos e infraestrutura. No que se refere à gestão da UC, os maiores desafios estão relacionados à carência de recursos humanos e materiais, bem como o desenvolvimento de ações diferenciadas considerando as características de cada área da APA.

Palavras chave: APA Estadual das Águas Vertentes. Oferta Turística. Gestão.

ABSTRACT

The knowledge about tourist potential of a protected area is very important to think about management strategies that guide the planning and the actions to create alternative sources of income for the community. This paper makes an analysis of the tourist offer in the Águas Vertentes Environmental Protected Area (APAEAV) and its management tools, with the purpose to think about of the reality and the possibilities of tourism development in this protected area. It was adopted different methodological proceedings: bibliographic research, cabinet research, analysis of documents, field works, making the Inventory of Tourist Offer; data analysis and making maps, tables and graphs. Thus, the conclusion is that main vocation for APAEAV is for the development of tourism in contact with nature, and as difficult to effectively implement are the precariousness of services, equipment and infrastructure. In the management of APAEAV greatest challenges are related to the lack of human and material resources and to development of differentiated actions considering the characteristics of each APA area.

Keywords: *APA Estadual das Águas Vertentes. Tourist Supply. Management.*

RESUMEN

El conocimiento acerca el potencial turístico del área protegida es fundamental para reflexionar estrategias de gestión que direccionen la planificación y acciones para la creación de alternativas de ingresos para la comunidad. El artículo hace análisis de la oferta turística del Área de Protección Ambiental Águas Vertentes (APAEAV) y de sus instrumentos de gestión, con el objetivo de reflexionar acerca la realidad y las posibilidades del desarrollo de la actividad turística en esta área protegida. Para lograr la propuesta, fueron adoptados como procedimientos metodológicos: investigación bibliográfica; investigación de gabinete; análisis documental; salidas de campo; elaboración del inventario de la oferta turística; análisis de los datos y elaboración de mapas, tablas y gráficos. Así, se concluye que la principal vocación de la APAEAV es para el desarrollo del turismo en contacto con la naturaleza, intento como dificultades para su efectiva implementación la precariedad de los servicios, equipamientos e infraestructura. En lo que se refiere a la gestión de la APAEAV, los mayores desafíos son la carencia de recursos humanos y materiales e el desarrollo de acciones diferenciadas considerando las características de cada área de la APA.

Palavras clave: *APA Estadual de las Aguas Vertentes. Oferta Turística. Gestión.*

INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes (Apaeav) é uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, criada em 21 de janeiro de 1998, por meio do Decreto n° 39.309, tendo uma área total de 76.310 ha. Essa UC está localizada na região do Vale do Jequitinhonha e na cadeia do Espinhaço, região que apresenta enorme relevância ambiental e turística e é reconhecida como Reserva da Biosfera pela Unesco. Além disso, possui diversas espécies endêmicas do Cerrado e da Mata Atlântica; é área de nascentes de importantes rios que abastecem a região e possui em seu interior uma gama de atrativos capazes de atrair fluxos turísticos e se configurar como importante fonte de renda para as famílias que ali vivem.

No que se refere à atividade turística, a Apaeav apresenta uma grande variedade de atrativos turísticos, ressaltando principalmente seu aspecto natural, porém, tal potencial ainda é pouco conhecido. Por outro lado, destaca-se a precariedade na infraestrutura e nos serviços turísticos da Apaeav. Apesar dessas dificuldades, a área apresenta alguns distritos onde o turismo já acontece e que possuem melhores estruturas no que se refere aos equipamentos e serviços turísticos para atendimento aos visitantes, podendo-se citar Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari, pertencentes ao município do Serro.

A ideia deste trabalho surgiu exatamente desse desconhecimento sobre a oferta turística da Apaeav e da hipótese de que existe um grande potencial turístico na região, que pode se configurar como importante fonte de renda para as comunidades presentes nessa UC. Além disso, partiu-se de uma análise dos instrumentos de gestão da Apaeav que apresentam erros, incoerências e fragilidades e que carecem de maior estudo, aprofundamento e propostas de melhorias para que se efetivem em resultados positivos, tanto para a conservação como para o desenvolvimento do turismo na UC.

Têm-se, então, como objetivos do presente artigo fazer uma análise do potencial turístico da APA das Águas Vertentes, bem como de seus instrumentos de gestão, identificando possíveis gargalos, potencialidades e desafios para a gestão da APA e para o desenvolvimento do turismo na UC.

Assim, foram desenvolvidas duas pesquisas paralelas por membros do Grupo Integrado de Pesquisa do Espinhaço – Gipe e que embasam o presente artigo. A primeira delas refere-se a um projeto de iniciação científica desenvolvido por professores e alunos do curso de turismo da UFVJM e que teve como temática a Análise da Oferta Turística da Apaeav. A segunda foi uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG, tratando dos aspectos socioambientais e da gestão da APA.

Dessa forma, foram realizadas as seguintes etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica, para a formação do arcabouço teórico que sustentou o presente artigo; pesquisa de gabinete, para o levantamento de informações já existentes sobre os municípios pertencentes à Unidade de Conservação, sua oferta turística e seus instrumentos de gestão; análise de documentos relacionados à Gestão da APA, tais como o decreto de criação e os relatórios anuais de atividade; trabalhos de campo, com o intuito de validar dados coletados na pesquisa de gabinete e coletar outros dados necessários; elaboração de Inventário da Oferta Turística, seguindo a metodologia proposta pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2006); análise e processamento dos dados coletados; e elaboração de mapas, tabelas e gráficos.

Com o desenvolvimento das etapas acima descritas, realizadas paralelamente pelas duas pesquisas que subsidiaram o presente artigo, foi produzida uma grande quantidade de informação sólida e fidedigna sobre a Apaeav, tanto no que se refere ao seu potencial turístico como em seus aspectos socioambientais

e de gestão da UC. Destaca-se que a inexistência de tais informações sempre foi um entrave para a gestão e para o desenvolvimento de muitas ações, sendo esses estudos inclusive demandados pelo próprio órgão gestor da UC. Dessa forma, tais pesquisas contribuem para que os objetivos de criação da APA sejam mais facilmente alcançados, servindo de subsídio teórico para o planejamento e a gestão da UC e contribuindo para que a atividade turística se configure como uma possibilidade para o desenvolvimento econômico e social da área abrangida pela Unidade de Conservação.

METODOLOGIA

O presente artigo baseou-se em duas pesquisas desenvolvidas por membros do Gipe e que tiveram como objeto de estudo a APA Estadual das Águas Vertentes. Tais pesquisas possuem caráter qualitativo e se propõem a fazer uma análise descritiva e exploratória da Apaeav. A pesquisa qualitativa, de acordo com Lakatos e Marconi (2007), preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano ou do fenômeno analisado. Já a pesquisa descritiva, de acordo com Gil (1994), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Por fim, a pesquisa exploratória é realizada quando existe pouco ou nenhum material sobre o objeto analisado e o produto final desse processo é um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos sistematizados (GIL, 1994).

A primeira pesquisa que subsidiou este artigo refere-se a um projeto de iniciação científica que contou com a participação de três professores coordenadores do curso de Turismo da UFVJM e com nove alunos bolsistas e voluntários do curso de Turismo, Geografia e Engenharia Florestal da UFVJM. Este projeto foi desenvolvido entre abril de 2013 e outubro de 2014 e teve como temática a Análise da Oferta Turística da Apaeav.

A segunda pesquisa trata-se de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG, desenvolvida entre janeiro de 2013 e agosto de 2014, que teve como temática os aspectos socioambientais e a gestão da APA Estadual das Águas Vertentes.

Assim, o presente artigo é uma compilação de dados obtidos por meio desses estudos de caso sobre a Apaeav, tendo sua sustentação na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e em trabalhos de campo, implicando a coleta de dados primários e secundários.

A primeira etapa tratou-se de uma pesquisa bibliográfica para a formação do arcabouço teórico que sustentou a presente pesquisa, sendo estudados os seguintes temas: turismo, Unidades de Conservação, instrumentos de gestão de UCs e estudo da oferta turística.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa de gabinete para levantamento de informações sobre a Apaeav, sendo coletados documentos nos seguintes órgãos: Prefeituras Municipais dos municípios pertencentes à Apaeav, Instituto Estrada Real, Fundação João Pinheiro, Circuito dos Diamantes, Instituto Estadual de Florestas, UFVJM e UFMG.

Foi então realizada uma análise de tais documentais com o objetivo de compreender os instrumentos que subsidiam a gestão da UC, sendo analisados o Decreto de criação da Apaeav e os Relatórios Anuais de Atividade (2012 e 2013). Além disso, foram analisados os dados dos inventários da oferta turística dos municípios abrangidos pela APA.

Posteriormente, seguiu-se para os trabalhos de campo, com o intuito de validar dados coletados na pesquisa de gabinete e coletar outros dados necessários. Essa etapa ocorreu em todos os municípios pertencentes à Apaeav, possibilitando a elaboração do Inventário da Oferta Turística desta, seguindo-se a metodologia proposta pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2006). Nos trabalhos de campo, além do preenchimento dos formulários, foram feitos registros fotográficos e marcação de pontos e trilhas com o uso do GPS.

Em seguida, foram elaborados mapas, tabelas e gráficos, tendo por base o material coletado em campo e nas pesquisas de gabinete e documental, possibilitando uma sistematização dos dados e melhor entendimento e visualização das informações coletadas.

Por fim, foi feita a análise quantitativa e qualitativa da oferta turística da APA, bem como sobre os instrumentos de gestão utilizados, possibilitando um entendimento sobre o potencial turístico da UC e sobre os gargalos e desafios a serem enfrentados pelo órgão gestor para que o turismo se torne uma atividade econômica importante para a região.

REFERENCIAL TEÓRICO

ECOTURISMO

O turismo possui diversos segmentos, entre eles o ecoturismo. Com isso, a prática dessa atividade está diretamente ligada ao meio natural, proporcionando um contato maior entre o homem e a natureza e, ao mesmo tempo, promovendo a conscientização ambiental.

O ecoturismo surgiu no Brasil como uma proposta de contemplação e conservação da natureza. Os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente atingiram a atividade turística e inseriram uma nova maneira de vivenciar e usufruir dos recursos naturais, vistos como propícios para um modelo de turismo mais responsável.

Esse segmento pode proporcionar experiências enriquecedoras e contribui para a conservação dos ecossistemas, ao mesmo tempo em que estabelece uma situação de ganhos para todos os interessados: se a base de recursos é protegida, os benefícios econômicos associados ao seu uso serão sustentáveis (BRASIL, 2010, p. 13).

Segundo diversas instituições e operadores especializados, esse tipo de turismo vem apresentando um crescimento contínuo no mundo e no Brasil, crescimento este inclusive acima da média de outros segmentos da atividade turística.

Para a Embratur e o Ministério do Meio Ambiente, o ecoturismo:

> [...] é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010, p. 16).

Dessa forma, o ecoturismo é uma atividade realizada em meio natural que visa o aproveitamento do meio ambiente como local de lazer, concomitantemente com a valorização da comunidade local, pautado na busca pelo desenvolvimento sustentável em contraponto ao turismo de massa (FONTOURA;

SILVEIRA, 2008). Ainda pode ser considerado como uma forma de atividade menos predatória, que visa à conservação da natureza e se constitui como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico de localidades menos favorecidas (RODRIGUES, 1999 apud FONTOURA; SILVEIRA, 2008).

Para o Ministério do Turismo (2010, p.17),

> Esse tipo de turismo pressupõe atividades que promovam a reflexão e a integração homem e ambiente, em uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e a história local. Deve ser planejado e orientado visando o envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que se constituem patrimônio (BRASIL, 2010, p.17).

Um dos principais locais onde este segmento do turismo se desenvolve é nas Unidades de Conservação, visando proporcionar ao visitante um contato próximo com o meio natural preservado e ao mesmo tempo contribuir para que os objetivos de conservação das UCs sejam atingidos.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O marco inicial do surgimento de áreas protegidas está relacionado à criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, criado como espaço de conservação e preservação da natureza, e que instigou outros países a adotarem o mesmo procedimento.

No Brasil, especificamente a partir de 1937, começaram a surgir os primeiros parques nacionais, mas somente foram regulamentados em 2000, com a criação da Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Essa lei prevê o manejo e a gestão de áreas protegidas nas diversas escalas.

O Snuc define Unidade de Conservação da seguinte forma:

> [...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, art. 2°).

As Unidades de Conservação integrantes do Snuc dividem-se em dois grandes grupos, com características específicas: grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral e grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Esses dois grupos são subdivididos em categorias específicas, nas quais são proibidas e/ou permitidas determinadas atividades.

São classificadas como Unidades de Conservação de Proteção Integral: a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre. São consideradas Unidades de Conservação de Uso Sustentável: a Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Entre as categorias de Unidades de Conservação especificadas acima, a área de estudo em questão neste trabalho é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, mais especificamente uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Segundo o Snuc (BRASIL, 2000, art. 7°), o "objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais".

Ainda segundo o Snuc, a Área de Proteção Ambiental pode ser definida da seguinte forma:

> É uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, Lei n° 9.985/2000, art. 15)

Ao mesmo tempo em que esse tipo de UC é menos restritivo em relação ao uso dos recursos naturais, a sua criação muitas vezes limita várias atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas comunidades. Isso se deve não só às normas de cada Unidade de Conservação, mas também pela presença do órgão gestor e consequente aumento da fiscalização ambiental no local.

O Snuc (BRASIL, 2000), para assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas, estabeleceu que as UC devem elaborar um plano de manejo, quer dizer, um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelece o seu zoneamento e as normas que devem orientar o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Para que uma UC possa ser utilizada para fins turísticos, faz-se necessária a elaboração de um plano de manejo que inclua medidas para promover a integração da UC à vida econômica e social das comunidades vizinhas, visando subsidiar o planejamento e a gestão da área. Dessa forma, é possível identificar áreas e atividades que devem ser incentivadas com o objetivo de trazer melhorias para as comunidades locais.

O Plano de Manejo é o documento oficial de planejamento das Unidades de Conservação no Brasil. Esse documento deve conter o diagnóstico da UC, assim como propostas de ações a serem implementadas. De acordo com a Lei 9.985/2000, que instituiu o Snuc, o Plano de Manejo é definido como:

> Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000, art. 2°)

Assim, para que o ecoturismo e/ou qualquer outro segmento turístico seja desenvolvido corretamente, faz-se necessário um extenso trabalho de planejamento turístico, visando garantir que os impactos positivos da atividade sejam superiores aos impactos negativos. Esse planejamento torna-se ainda mais importante quando o local é protegido por meio de uma Unidade de Conservação. Nesse sentido, uma das etapas desse planejamento deve ser o estudo da oferta turística do local.

ESTUDO DA OFERTA TURÍSTICA

A oferta turística é considerada como um conjunto de bens/serviços que estão à disposição do turista, ou seja, tudo aquilo que pode ser oferecido aos turistas. Ela deve ser atraente e ter qualidade, a fim de que os visitantes fiquem satisfeitos, retornem e indiquem o destino a outras pessoas.

Inclui-se entre os elementos constituintes da oferta turística os atrativos turísticos, os serviços e equipamentos turísticos, e toda a infraestrutura de apoio ao turismo.

Para Beni (2006, p. 169):

> Pode-se definir a oferta turística básica como um conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamentos, de alimentação, recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa

> determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante. Em suma, a oferta turística pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística.

As categorias que compõem a oferta turística, segundo o Manual de Inventariação da Oferta Turística produzido pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), são: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. De acordo com o manual do Ministério do Turismo, essas categorias são definidas da seguinte forma:

> INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO: Conjunto de obras, de estruturas e serviços que proporciona boas condições de vida para a comunidade e dá base para o desenvolvimento da atividade turística: sistemas de transporte, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, arruamento, sistema de comunicação, sistema educacional, etc.
> SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS: Conjunto de serviços, edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta. Compreendem os serviços e os equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transportes, área de eventos, de lazer e entretenimento, etc.
> ATRATIVOS TURÍSTICOS: Locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. (BRASIL, 2006, p. 10).

Ao processo de levantamento dos dados referentes à oferta turística de um determinado local, dá-se o nome de Inventário da Oferta Turística, definido como "Processo de levantamento, identificação e registro dos Atrativos Turísticos, dos Serviços e Equipamentos Turísticos e da Infraestrutura de apoio ao Turismo como instrumento-base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística" (BRASIL, 2006, p. 10).

A metodologia proposta pelo Ministério do Turismo para Inventariação da Oferta Turística é a forma mais amplamente aceita de se obter todas as informações sobre a oferta turística de determinado local (BRASIL, 2006, p. 10).

A APA DAS ÁGUAS VERTENTES: ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

A Apaeav está localizada a 290 quilômetros de Belo Horizonte/MG, na microrregião Alto Jequitinhonha e se localiza entre as latitudes 18º 10' S e 18º 35' S e entre as longitudes 43º 35' W e 43º 10' W. Essa UC abrange parte dos municípios de Serro, Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas e de Santo Antônio do Itambé, como pode ser visualizado no mapa da Figura 1, abaixo.

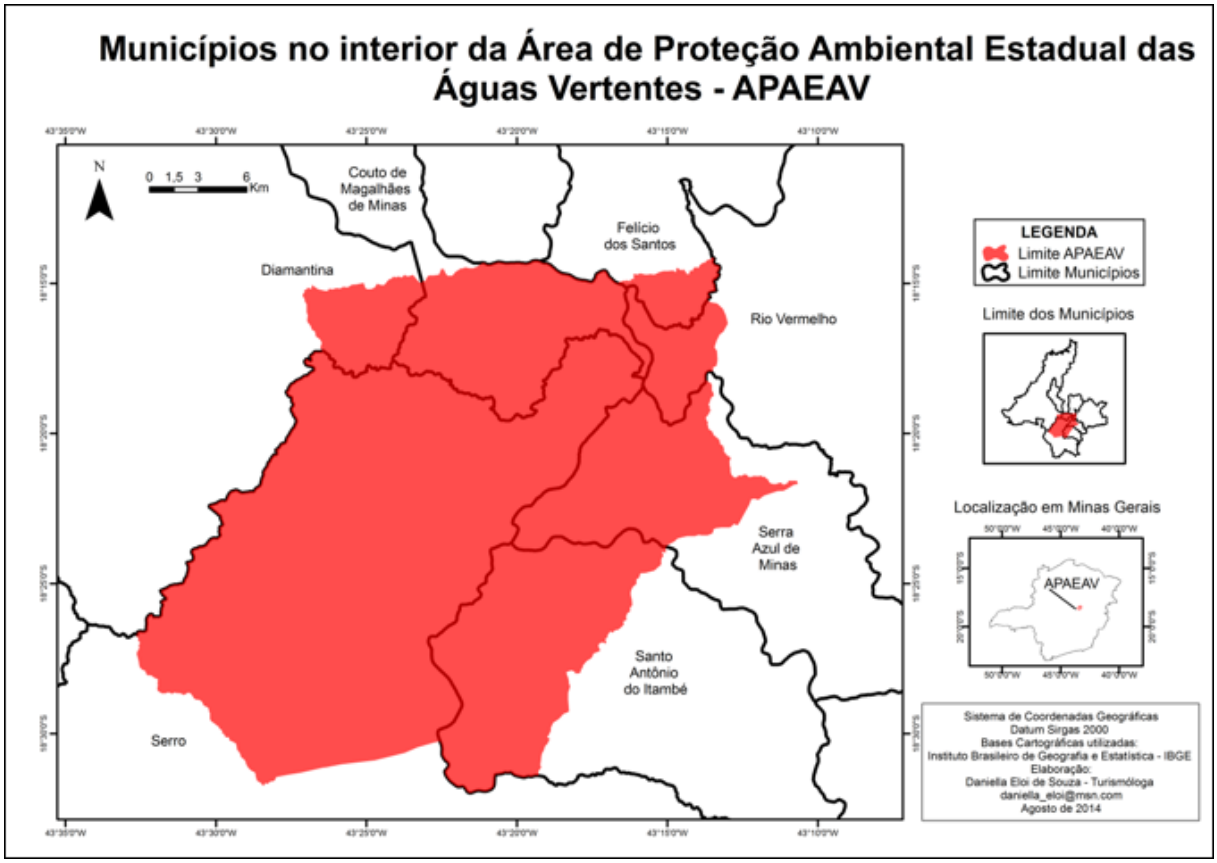


Figura 1 – Mapa dos municípios inseridos na Apaeav.

Fonte: Souza, 2014.

A Apaeav está inserida na Serra do Espinhaço Meridional, o segmento sul da Serra do Espinhaço, que ocupa áreas das regiões Sudeste e Central do Brasil, estendendo-se por cerca de 1.200 km na direção Norte-Sul, desde a porção central do estado de Minas Gerais até o extremo norte da Bahia (ABREU et al., 2006).

Considerando a Serra do Espinhaço de uma forma geral, de acordo com Comig/IGC (1997 apud GONTIJO, 2008), o clima regional é subtropical quente, com microclimas diversos relacionados a fatores topográficos. A temperatura média anual está em torno de 18º C a 19º C e a precipitação anual é de 850 mm a 1.400 mm.

As características peculiares do relevo da Serra do Espinhaço são determinadas, sobretudo, pela natureza quartzítica das rochas que constituem essa serra, rochas que promovem a formação de solos rasos, arenosos e pobres em nutrientes (ABREU et al., 2005).

Destaca-se, ainda, que a Apaeav está inserida no Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral e que em seu interior e entorno estão localizadas outras importantes Unidades de Conservação, como o Parque Estadual do Pico do Itambé (Pepi) e o Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio (Monat), no interior da Apaeav; e os Parques Estaduais do Rio Preto (Perp) e do Biribiri (Pebi), que se encontram em seu entorno. Esse fato ressalta a importância ambiental da região e contribui para a existência de uma paisagem mais exuberante e preservada. A presença do

Mosaico de Áreas Protegidas e das UCs próximas à Apaeav pode ser visualizada no mapa da Figura 2, abaixo.

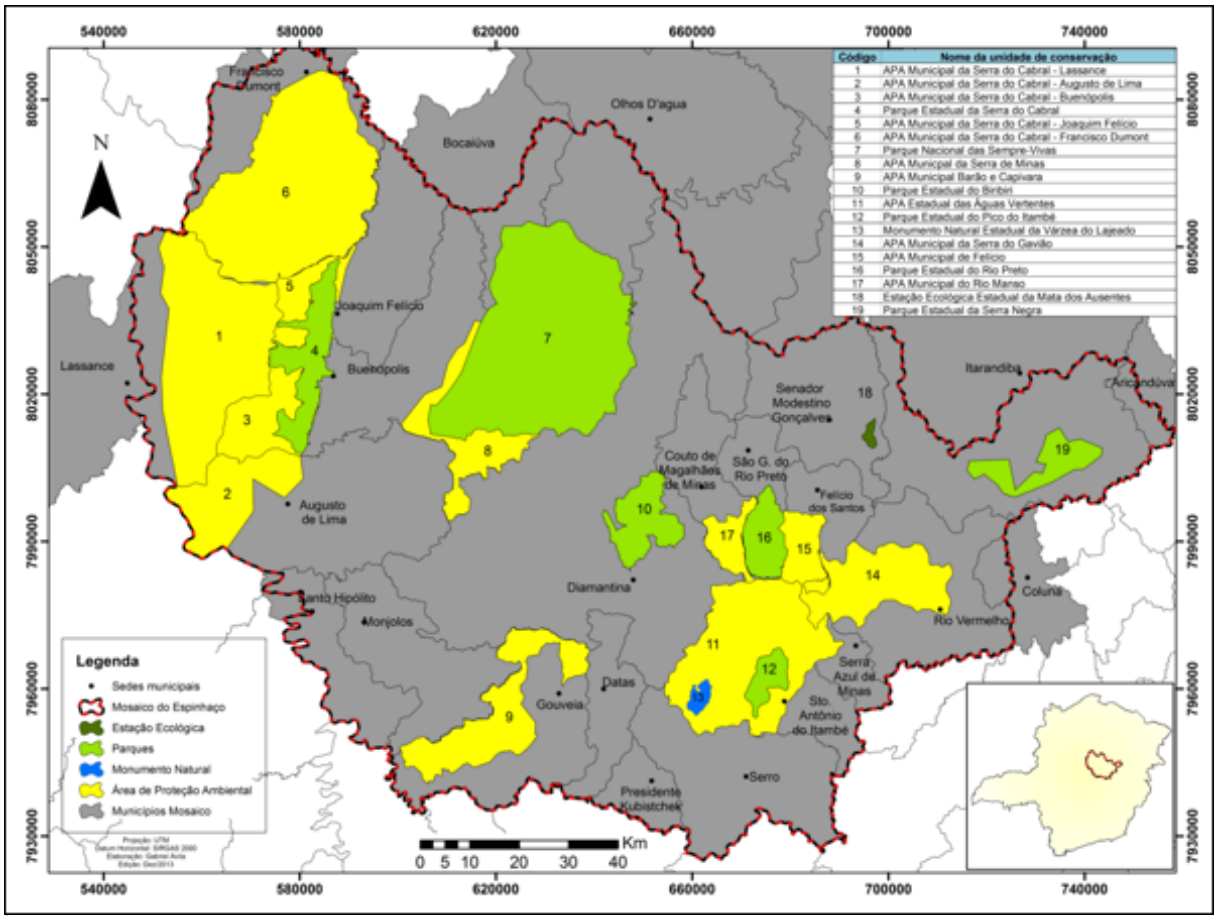


Figura 2 – Mapa do Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha e Serra do Cabral.

Fonte: Ávila, 2014.

A altitude na Apaeav varia de 724 m a 2002 m e sua elevação máxima se dá no Pico do Itambé, com 2.002 m de altitude, ponto mais alto da Serra do Espinhaço, situado na divisa entre os municípios de Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro.

Na Apaeav, duas bacias hidrográficas principais estão presentes: a do Rio Jequitinhonha e a do Rio Doce, sendo que a linha divisória dessas duas bacias situa-se a noroeste da cidade do Serro e estende-se para a Serra do Itambé e Serra Negra, sendo que parte dessa divisão ocorre dentro dos limites da Apaeav (FRAGA et al., 2005).

De acordo com Souza (2014), a Apaeav possui importantes afluentes da sub-bacia do Rio Doce: o Rio do Peixe, o Rio Guanhães e o Rio Vermelho. Já o Rio Jequitinhonha representa o limite sudeste da Apaeav e sua principal nascente está localizada no distrito de Três Barras, no Serro, dentro da Unidade de Conservação.

De acordo com Fraga et al. (2005), na região da Mata dos Crioulos, os Ribeirões Capivari e da Pomba e o Córrego das Pindaíbas, que têm nascentes nos campos de altitude da Chapada do Couto, encontram-se com o Jequitinhonha. Na Ponte do Acaba Mundo, restos de canais construídos por garimpeiros encontram-se ainda preservados e as margens do Rio Jequitinhonha mostram-se arenosas pelo assoreamento causado por essa atividade (FRAGA et al., 2005). É nesse cenário que o imponente Córrego do Soberbo, conhecido popularmente como Jequitinhonha Preto, encontra-se com o Jequitinhonha – ali chamado Jequitinhonha Branco. Outras drenagens presentes na Apaeav são descritas no trabalho por Fraga et al. (2005) e Souza (2014) e demonstram a importância hídrica dessa Unidade de Conservação, o que justifica a referência a esse recurso natural na denominação dessa UC.

Na Apaeav estão presentes as vegetações típicas do Cerrado, de Campo Rupestre e da Floresta Estacional Semidecidual (SOUZA, 2014). A localização na faixa de transição de biomas e bacias condiciona à região significativa biodiversidade de espécies e presença de espécies de fauna e flora endêmicas desse território.

Souza (2014) aponta que a Apaeav possui baixa densidade demográfica, mas que em praticamente todo o território há a presença de uma pequena comunidade. Essa autora identificou 59 localidades em todo o território.

A região, que começou a ser povoada no início do século XVII, quando os colonos fundaram as vilas ao longo dos rios, foi palco da exploração de minério, principalmente diamante e ouro. Porém, essa extração não garantiu o desenvolvimento da região. A mesma autora afirma que os moradores dessa UC são hoje, em sua maioria, de baixa renda e pertencentes à classe social E.

Hoje, o sustento familiar dos moradores locais se dá principalmente pelo complemento de mais de uma atividade econômica: produção rural, comércio, prestação de serviços, venda de produtos artesanais e programas assistencialistas. Ressalta-se que, na região, a agricultura familiar é, além de uma atividade econômica, também, um ofício tipicamente cultural.

Na Unidade de Conservação estão localizadas cinco comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, são elas: Mata dos Crioulos, Ausente, Queimadas, Santa Cruz e Vila Nova. Essas comunidades se autodeclararam como remanescentes de quilombos, porém, ainda não tiveram seus territórios demarcados, processo este que se encontra em andamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA APA DAS ÁGUAS VERTENTES

A Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes foi criada em 1998, mas recebeu sua primeira equipe gestora pelo Estado, especificamente para trabalhos nessa Unidade de Conservação, em 2008. Essa área protegida não possui Plano de Manejo, mas possui outros instrumentos de gestão que são base para a atuação da equipe responsável, como: o decreto de criação da unidade, documentos relativos ao Conselho Gestor, Planos de Ação e Relatórios Anuais de Atividades.

O Plano de Manejo da APA está em processo de elaboração pela empresa licitada STCP Engenharia e Projetos LTDA, de Curitiba/PR. Em função da ausência desse documento, o principal instrumento que

vem sendo utilizado para embasar as ações da unidade são os Planos de Ação Anuais, que são documentos internos. Esses planos são elaborados pela própria equipe gestora e estabelecem metas, objetivos e meios para serem alcançados anualmente. Além destes, a equipe gestora elabora os Relatórios Anuais de Atividades, que são também documentos internos, mas que são divulgados pela equipe da UC ao público em geral, pois são, além de um instrumento de monitoramento das ações realizadas, uma forma de prestação de contas das ações desenvolvidas. Além desses documentos, o decreto de criação da UC dispõe sobre os objetivos e ações a serem realizadas na Apaeav e, portanto, é oficialmente o documento mais importante dessa área protegida.

Como os Planos de Ação não são divulgados publicamente, fez-se uma análise do decreto de criação e dos relatórios anuais de atividades buscando-se identificar quais princípios de gestão e ações desenvolvidas que têm relação com a atividade turística na UC, com objetivo de verificar se as ações têm correspondido ao que foi proposto/pensado para a Unidade de Conservação no que diz respeito ao turismo.

Em seu Artigo 2º, o decreto apresenta os objetivos de criação da unidade, segundo o qual se tem como objetivo geral da Apaeav: "garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regionais". É interessante elucidar a menção à proteção da paisagem. Essa importância dada à paisagem e também à cultura regional, além de ter relação direta com a manutenção dos recursos naturais, está relacionada à manutenção das características visuais do ambiente e práticas dos moradores.

Nesse aspecto, os objetivos da Apaeav podem ser relacionados aos preceitos da categoria da Unesco V – Paisagem protegida. Porém, para Souza (2014), essa categoria faz menção à intrínseca existência de aspectos tradicionais dos moradores, o que, no olhar da pesquisadora, não condiz com as características da Apaeav em sua totalidade.

Por outro lado, esse anseio do objetivo geral da Apaeav pode também ser relacionado com os parques naturais alemães, os quais foram utilizados como base para criação das APAs no Brasil (SCALCO, 2009). Nessa categoria, assim como na Apaeav, a manutenção de aspectos culturais e paisagísticos possibilita seu usufruto para fins recreacionais, como a atividade turística, que pode ser uma das atividades econômicas de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida local, se bem planejada, compatibilizando os benefícios econômicos e a proteção do meio ambiente, por sua vez, como nos parques franceses (CABRAL; SOUZA, 2005).

Além do objetivo geral, o artigo 2º. do decreto de criação da Apaeav apresenta os objetivos específicos, e o artigo 5º., algumas medidas a serem implementadas na Unidade de Conservação. Em essência, esses textos representam os pilares da criação dessa área protegida na forma de intervenções de gestão a serem implementadas.

Entre os cinco objetivos específicos de criação da Apaeav, dois tem relação com a atividade turística. Analisando os Relatórios Anuais de Atividades, foram identificadas as seguintes ações compatíveis com esses objetivos, conforme Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Relação entre Objetivos da Apaeav e ações de gestão, relacionados ao turismo

Objetivo do decreto da Apaeav	Ações compatíveis
IV – Promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região	VI – Reunião com produtores de banana, Reuniões para ordenamento da atividade turística
V – Promover, desenvolver e ordenar o ecoturismo regional.	V – Blitz Educativa em Feriados, Curso Turismo de Base Local, Pesquisa Perfil do Turista em Feriados, Sinalizatur, Identificação de atrativos, Código de Posturas de Milho Verde, Capacitação de Guias em Milho Verde, Encontro Cultural Ambiental de Milho Verde e Levantamento da Oferta Turística da Apaeav.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de MINAS GERAIS (1998); SOUZA (2013); SOUZA (2014); FERNANDES et al. (2014).

A atividade turística tem um apelo econômico e social muito grande na região. Antes mesmo da criação da Apaeav, já era uma atividade localmente desenvolvida e, por isso, esse fenômeno aparece como um dos cinco objetivos da unidade, na forma do segmento de ecoturismo, previsto pelo objetivo V; e, além disso, diante de um planejamento dessa atividade, pode ser visto como um dos caminhos para alcance do objetivo IV, que é a promoção de "atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental".

Os relatórios anuais de atividade não apresentam projetos consolidados de promoção de atividades econômicas para a região. Em consonância ao objetivo IV da unidade, que relaciona-se a essa questão, conforme Quadro 1, foi identificado o apoio ao projeto de produção de banana. Ressalta-se que esse tipo de projeto é potencial para a região, uma vez que não é uma atividade de alto custo, favorece a utilização do produto para consumo, contribuindo para a qualidade de vida dos moradores, mas, também, para sua utilização para manufatura de produtos alimentícios, que podem ser comercializados aos turistas que visitam a região.

Além disso, os Relatórios fazem referência a reuniões para o ordenamento da atividade turística. Porém, não apresentam projetos consolidados nesse sentido.

Com relação ao objetivo V, que prevê o desenvolvimento do ecoturismo na unidade, foram identificadas diversas ações relacionadas à sensibilização, planejamento, capacitação, eventos e pesquisa. Essa diversidade de atividades sinaliza positivamente para uma preocupação da equipe gestora no atendimento a esse objetivo. Porém, nota-se a predominância de atividades pontuais, que ocorrem em dias específicos, como feriados, e também percebe-se que a maioria dessas ações concentra-se em apenas uma região da Apaeav, comunidade de Milho Verde e seu entorno.

Para Souza (2014), a ausência do zoneamento prejudica especialmente o alcance dos objetivos I e II da Apaeav, os quais dizem respeito à proteção e recuperação direta do patrimônio natural. Porém, um olhar mais atento nos mostra que até mesmo para o alcance dos demais objetivos, como o VI e V, a inexistência desse instrumento de gestão é um gargalo, pois a maioria das ações está concentrada em uma determinada região da Apaeav. Além disso, com o zoneamento, seria possível definir áreas preferenciais para a elaboração de determinados projetos de desenvolvimento do turismo.

O ecoturismo é apenas um dos segmentos do turismo que pode ser desenvolvido nas comunidades. Como essa área protegida não tem somente como objetivo a preservação dos recursos naturais, mas também

o desenvolvimento de atividades econômicas, torna-se necessário ampliar o leque de possibilidades de fomento a outros segmentos dessa atividade (como o turismo rural, o turismo cultural, o turismo religioso, entre outros). Alguns desses já ocorrem em algumas localidades e podem ser apoiados pela gestão da UC.

Todavia, é inegável o potencial do ecoturismo na região e é perceptível que esse potencial ainda é muito pouco explorado. Embora haja um número expressivo de turistas que visitam a Apaeav em busca do patrimônio natural, em especial nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, essa visitação nem sempre pode ser considerada como ecoturismo, de acordo com conceitos oficiais da atividade, os quais estão mais relacionados ao respeito, admiração e contemplação da paisagem e dos aspectos naturais (SOUZA, 2013).

Não foram identificadas nos Relatórios Anuais de Atividades (analisados nesta pesquisa, até 2014) outras ações da equipe gestora que condizem com os objetivos específicos da Apaeav instituídos pelo seu decreto de criação e que sejam relacionadas à atividade turística.

Cabe destacar que Souza (2014) ressalta que o grande número de combate a incêndios florestais ocorridos na unidade absorve muito tempo dos funcionários, dificultando o desenvolvimento de outras ações, o que nos parece ser um empecilho para a concretização de projetos mais consolidados.

ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA DA APA ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES

Para que a atividade turística se desenvolva de forma ordenada em um determinado local, é necessário que haja um planejamento dessa atividade e a primeira etapa desse processo é o diagnóstico, que tem como base o Estudo da Oferta Turística. A este documento contendo as características quantitativas e qualitativas da Oferta Turística de determinado local dá-se o nome de Inventário da Oferta Turística.

As categorias que compõem a oferta turística são: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos, conforme conceitos apresentados no referencial teórico.

A partir das pesquisas realizadas, foram identificados aspectos quantitativos e qualitativos referentes à oferta turística da APA das Águas Vertentes. Foi diagnosticado o enorme potencial turístico da área, apresentando 97 atrativos turísticos presentes em todos os municípios abrangidos pela APA. Foram identificados 55 elementos constituintes da infraestrutura de apoio ao turismo, localizados em Serro e Santo Antônio do Itambé; e 140 equipamentos e serviços turísticos distribuídos em sua maioria também entre esses mesmos municípios. Esses locais se destacam em função de serem os municípios com maior percentual de área de abrangência da APA; pelo fato de Santo Antônio do Itambé possuir toda a sua área urbana inserida na APA; e em função de Serro possuir os distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari no interior da UC, que são destinos turísticos importantes e apresentam maior quantidade de atrativos e serviços turísticos. Tais números podem ser visualizados no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Elementos constituintes da oferta turística da Apaeav.

Município	Infraestrutura de apoio ao turismo (A1 a A7)	Serviços e equipamentos turísticos (B1 a B7)	Atrativos turísticos (C1 a C7)	Total por Município
Couto de Magalhães de Minas	-	-	5	**5**
Diamantina	-	-	4	**4**
Felício dos Santos	-	-	4	**4**
Rio Vermelho	-	1	5	**6**
Santo Antônio do Itambé	20	34	20	**74**
Serra Azul de Minas	-	-	1	**1**
Serro	35	105	58	**198**
TOTAL	**55**	**140**	**97**	**292**

Fonte: MOTTA et al. (2014).

Como a Apaeav se encontra predominantemente em área rural, há grande carência de infraestrutura, com exceção de Santo Antônio do Itambé, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras que possuem escolas, bancos, postos de saúde, várias lojinhas de artesanato e outros tipos de serviços de apoio ao turismo. Notou-se também a falta de transporte regular interligando os municípios da Apaeav, falta de equipamentos de saúde e precárias condições das vias de acesso aos municípios, distritos e povoados presentes na APA. Assim, a carência de infraestrutura se torna um inibidor do desenvolvimento turístico da área.

No que se refere aos equipamentos e serviços turísticos, estes também estão concentrados em distritos do Serro e em Santo Antônio do Itambé, sendo possível identificar a falta de equipamentos no restante da APA. Destaca-se que, mesmo nesses locais, os serviços são muito simples, na maior parte das vezes as empresas são familiares e informais. Além disso, percebeu-se a ausência de guias de turismo especializados e a inexistência de roteiros formatados e comercializados para grande parte dos atrativos da UC, o que dificulta e/ou reduz a demanda de visitação aos atrativos.

Em relação à distribuição dos atrativos turísticos em seus tipos e subtipos, destaca-se que a APA apresenta 58% deles relacionados a aspectos naturais, sendo esses atrativos também os que possuem maior qualidade, potencial turístico, singularidade, diferencial e capacidade de atração de fluxo turístico. Os atrativos culturais e eventos permanentes inventariados apresentam-se como oferta complementar para aqueles que já se encontram na região, enriquecendo a experiência do turista. Apesar da importância e beleza cênica dos atrativos naturais presentes na APA, percebeu-se que eles estão pouco ou nada estruturados. As trilhas e estradas de acesso estão malconservadas, e percebeu-se uma ausência de sinalização na maioria dos atrativos.

Apesar de alguns entraves ao desenvolvimento da atividade turística, em função da precariedade dos elementos constituintes da oferta turística da Apaeav, destacam-se os distritos de Serro, em especial, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari, além do município de Santo Antônio do Itambé, que apresentam mais infraestrutura e equipamentos e serviços turísticos do que os demais. Nesses locais, os atrativos se encontram mais bem estruturados, com devida sinalização e alguns guias de turismo. Percebeu-se, também, uma preocupação com o patrimônio histórico cultural, nos quais possuem eventos programados, visando sua valorização e conservação.



Figura 3 – Foto da Cachoeira do Moinho – Milho Verde

Fonte: Acervo das autoras.



Figura 4 – Foto do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio – Milho Verde.

Fonte: Acervo das autoras.



Figura 5 – Foto da Cachoeira do Cadete – São Gonçalo do Rio das Pedras

Fonte: Acervo das autoras.



Figura 6 – Foto do Pico do Itambé – Santo Antônio do Itambé.

Fonte: Acervo das autoras.



Figura 7 – Foto da Cachoeira da Cortina – Serro

Fonte: Acervo das autoras.



Figura 8 – Foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Milho Verde.

Fonte: Acervo das autoras.



Figura 9 – Foto da Ponte do Acaba Mundo – Diamantina

Fonte: Acervo das autoras.



Figura 10 – Foto das Pinturas Rupestres da Serra do Raio – São Gonçalo do Rio das Pedras

Fonte: Acervo das autoras.

GARGALOS, POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A GESTÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA UC

Por meio das pesquisas realizadas foi possível perceber um grande desconhecimento por parte de moradores, dos órgãos públicos locais e pela própria gestão da UC sobre o real potencial turístico da Apaeav e de como o turismo pode ser uma alternativa de geração de emprego e renda. Assim, a divulgação dos resultados da presente pesquisa para a comunidade, para o poder público e para a iniciativa privada é de fundamental importância.

Entende-se que os fatores que contribuem para a limitação na divulgação da UC são os mesmos que dificultam o estabelecimento de projetos bem estruturados e consolidados para o desenvolvimento do turismo na região: número reduzido de funcionários, recursos limitados, inexistência do Plano de Manejo e de outras pesquisas que contribuam para a gestão da UC.

No que se refere ao desenvolvimento do turismo na APA, entende-se que apesar do seu potencial turístico, existe um grande gargalo ao seu desenvolvimento de forma integrada, dada a grande extensão da UC, a escassez de infraestrutura e dificuldades e/ou inexistência de vias de acesso interligando toda a Unidade de Conservação. Assim, o desafio está no desenvolvimento de polos ou regiões onde a atividade possa acontecer, por meio da formatação de roteiros turísticos e travessias que integrem atrativos próximos e, ao mesmo tempo, incentivem o turista a realizar outros roteiros no interior da Unidade de Conservação.

A análise dos relatórios demonstrou que, em geral, são desenvolvidas as mesmas ações e projetos em toda a Unidade de Conservação. Souza (2014) aponta que é necessário se pensar em áreas com características socioambientais semelhantes na Apaeav, onde projetos similares devam ser desenvolvidos. E, por outro lado, considerar que alguns projetos são interessantes para determinadas partes da Apaeav, mas não são compatíveis com outras comunidades. Nesse sentido, também para o desenvolvimento da atividade turística, percebe-se que se deve procurar identificar a partir das pesquisas já realizadas – inclusive o Inventário da Oferta Turística da Apaeav – quais as demandas de projetos de planejamento e ordenamento da atividade turística para cada região da Apaeav. Esse zoneamento de ações é importante, pois possibilita a realização de projetos compatíveis com a realidade de cada região da UC.

A estruturação e manutenção de trilhas com a devida sinalização dos atrativos turísticos também são necessidades prementes e podem ser sanadas por meio de parceria entre os gestores da Apaeav e as comunidades para a elaboração de placas. A sinalização com placas de madeira já é utilizada em várias localidades e atrativos da APA e poderia ser expandida para o restante da área.

Outro desafio é o incentivo à criação e/ou melhoria de serviços e equipamentos turísticos e capacitação de mão de obra. Essa questão relacionada à capacitação deve ser realizada tendo como base dois eixos de atuação. O primeiro eixo seria para aqueles locais que já possuem um fluxo turístico, com oferta de cursos voltados para a melhoria dos serviços daqueles que já trabalham com o turismo. O segundo eixo seria voltado para as regiões que possuem potencial turístico e ausência de serviços turísticos, com oferta de cursos para aqueles que gostariam de trabalhar com o turismo, mas não sabem como fazê-lo.

Há que se pensar também em parceria com operadoras turísticas (Serra Sertão, Veredas do Espinhaço e Andarilhos da Luz) e Universidades (UFMG e UFVJM) que emitem turistas/estudantes para as localidades pertencentes à Apaeav, como forma de geração de fluxo turístico intencional e que viabilizem a sustentabilidade da atividade turística na unidade, proporcionando geração de emprego e complementação da renda para as famílias que comecem a trabalhar com o turismo.

Além disso, é necessário reconhecer a importância dos segmentos de turismo que envolvem a visitação a atrativos naturais, tendo em vista que foi identificado que esse é o maior potencial da unidade. Porém, não diz respeito somente ao ecoturismo, como referenciado no decreto de criação da unidade. Há que se considerar outros segmentos, como turismo de aventura, turismo rural, cultural, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta alcançou o objetivo de realizar uma análise do panorama do turismo e da gestão da Apaeav por meio da compilação de dados das duas pesquisas realizadas na Unidade de Conservação por membros do Gipe. Considera-se que as metodologias propostas foram satisfatórias para o alcance do objetivo, sendo pertinente a realização dessas análises em outras UCs. A análise dos documentos de gestão demonstra a atual situação da unidade, a partir da relação entre o que foi proposto e as ações executadas pela gestão. Por outro lado, a inventariação da oferta turística da Apaeav espacializa o potencial da UC, e, portanto, é essencial para o planejamento do turismo na APA.

Considera-se importante que se busque a ação coletiva e integrada para o desenvolvimento sustentável do turismo na Apaeav. Esse modelo de gestão deve levar em consideração as características de cada área da UC, sendo necessário traçar metas estratégicas de acordo com a realidade observada. Nesse sentido, o zoneamento da APA, que está sendo elaborado com seu Plano de Manejo, será muito interessante, pois fornecerá dados mais aprofundados sobre cada área da unidade. Porém, mesmo sem esse documento, é possível realizar um Plano de Ação de Turismo estratégico a partir das presentes pesquisas realizadas na UC, considerando a diferença entre os locais onde o turismo já é mais estruturado e existe uma demanda efetiva; e os outros locais, onde há um enorme potencial para a atividade, porém, nem mesmo os moradores têm consciência das possibilidades de desenvolvimento do turismo. Busca-se, assim, atender à realidade local e não somente realizar a reprodução de ações pontuais em cada comunidade.

Ressalta-se o enorme campo de pesquisa ainda não explorado na Apaeav, especialmente nas ciências humanas. Cabe destacar, ainda, que os estudos fruto deste artigo foram pioneiros na busca ao atendimento das demandas da própria gestão da UC, pois foram consolidadas a partir do alinhamento entre os pesquisadores e o órgão gestor da Apaeav. Esse tipo de parceria é importante para sanar a carência de documentos, pesquisas e informações sobre a UC, por sua vez, fruto da escassez de recurso humano e financeiro para execução de muitas ações e pesquisas em UCs. Dessa forma, entende-se que a continuidade de pesquisas na Unidade de Conservação, que complementem os estudos já realizados, é de suma importância para contribuir para o desenvolvimento do turismo na região e para o alcance dos objetivos de criação da APA das Águas Vertentes.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. A. A.; FRAGA, L. M. S.; NEVES, S. de C. Geologia. In: SILVA, A. C.; PEDREIRA, L. C. V. S. F.; ABREU, P. Â. A. (Ed.). **Serra do Espinhaço Meridional**: paisagens e ambientes. O Lutador. Belo Horizonte, 2005.

ÁVILA, G. C. de. **Mosaico de áreas protegidas do Espinhaço**: alto Jequitinhonha e Serra do Cabral, Minas Gerais e os desafios para sua efetividade. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências – UFMG. Belo Horizonte, 2014.

BENI, M. C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Projeto Inventário da Oferta Turística**: manual do pesquisador. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. **Área de Proteção Ambiental**: planejamento e gestão de paisagens protegidas. São Carlos: Rima, 2005.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

FERNANDES, T. B. et al. **Relatório Anual de Atividades da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes**. Instituto Estadual de Florestas. Diamantina, 2014.

FONTOURA, L. M.; SILVEIRA, M. A. T. da. **Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial**: um foco no Parque Estadual de Vila Velha/PR. In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Caxias do Sul, 27 e 28 de jun. 2008.

FRAGA, L. M. S.; ABREU, P. A. A.; NEVES, S. de C. Hidrologia e Hidrografia. In: SILVA, A. C.; PEDREIRA, L. C. V. S. F.; ABREU, P. A. A. (Ed.). **Serra do Espinhaço Meridional**: paisagens e ambientes. O Lutador. Belo Horizonte, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GONTIJO, B. M. Uma Geografia para a cadeia do Espinhaço. In: Conservação Internacional/Brasil. **Megadiversidade – Cadeia do Espinhaço**: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação. v. 4, n. 1-2, dezembro de 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAS GERAIS. Decreto nº 39.399, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Publicação – **Diário do Executivo**: Minas Gerais, 22 jan.1988. Disponível em: http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1491. Acesso em: 07 mai. 2014.

MOTTA, A. I. R. da. et al. **Análise da Oferta Turística da APA Estadual das Águas Vertentes**. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. UFVJM. Diamantina, 2014.

SCALCO, R. F. **Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do Mosaico de Unidades de Conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto/MG.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte, 2009.

SOUZA, D. E. de. **Relatório Anual de Atividades da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes**. Instituto Estadual de Florestas. Diamantina, 2013.

_____. **Aspectos Socioambientais e a Gestão da APA Estadual das Águas Vertentes**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências – UFMG. Belo Horizonte, 2014.

ARTIGO ORIGINAL

Análise da produção científica norteada pela abordagem do materialismo histórico dialético:

um recorte temporal de 2004 a 2014 das revistas científicas brasileiras

Analysis of the scientific literature guided by the approach of historical materialism dialectic: a timeframe of 2004 to 2014 in brazilian scientific journals

Análisis de la literatura científica guiada por el enfoque del materialismo histórico dialéctico: un calendario del 2004 al 2014 de las revistas científicas brasileñas

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1329

Luiz Daniel Muniz Junqueira ‹ luiz.junqueira@ifb.edu.br ›
Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasília, DF, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 25-ago-2016
Aceite: 10-mai-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

JUNQUEIRA, L. D. M. Análise da produção científica norteada pela abordagem do Materialismo Histórico Dialético: um recorte temporal de 2004 a 2014 das revistas científicas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 44-62, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

O materialismo histórico dialético é uma abordagem científica que permite ao pesquisador analisar as contradições, fatos históricos da sociedade e a materialidade dos objetos apropriados pelo homem, visando a transformações significativas em seu meio. O objetivo deste trabalho foi analisar a produção científica do turismo que adota essa abordagem como método norteador. Para isso, levantaram-se todos os artigos publicados entre 2004 e 2014 nas principais revistas científicas de turismo brasileiras que manifestavam algum termo que indicava a utilização do método. Adotou-se a análise de conteúdo para analisar os critérios metodológicos utilizados nos artigos. Como resultado, identificou-se apenas 12 artigos que adotaram efetivamente esse método, o que demonstra uma limitação da área para construção da epistemologia do turismo apropriando-se da abordagem dialética.

Palavras chave: Materialismo histórico dialético. Epistemologia do Turismo. Produção científica.

ABSTRACT

Historical materialism dialectic is a scientific approach that allows the researcher to analyze the contradictions, historical facts and the appropriate objects by man, to significant transformations in their midst. The objective of this paper was to analyze the scientific production of tourism that adopts this approach as guiding method. For that, rose all articles published between 2004 and 2014 in major brasilian scientific journals of tourism that demonstrating a term which indicated the use of the method. That was adopted content analysis to examine the methodological criteria used in articles. As a result, identified only 12 articles that effectively adopted this method, which demonstrates a limitation of the area for construction of the epistemology of tourism taking ownership of the dialectic approach.

Keywords: *Historical materialism dialectic. Epistemology of Tourism. Scientific production.*

RESUMEN

Materialismo histórico dialéctico es un método científico que permite al investigador analizar las contradicciones, hechos históricos y los objetos apropiados por el hombre, importantes transformaciones en su medio. El objetivo de este trabajo fue analizar la producción científica del turismo que adopta este método como método rector. Para ello, se levantaron todos los artículos publicados entre 2004 y 2014 en importantes revistas científicas brasileñas del turismo que demostrando un término que indica el uso del método. El análisis de contenido fue adoptado para examinar los criterios metodológicos utilizados en artículos. Como resultado, identificados sólo 12 artículos que efectivamente adoptaron este método, que muestra una limitación de la zona para la construcción de la epistemología del turismo propiedad del enfoque dialéctico.

Palavras clave: *Materialismo histórico dialéctico. Epistemología del Turismo. Producción científica.*

INTRODUÇÃO

A teoria do conhecimento aplicado ao campo do turismo ainda é pequena no que se refere às outras produções científicas de outras áreas das ciências sociais aplicadas, à qual pertence o turismo como ciência (MOESCH, 2002; NICACIO, et al., 2012).

Palhares e Panosso Netto (2012, p. 19) afirmam que a epistemologia do turismo é um assunto que ganhou importância nos estudos turísticos "somente na década de 1990. Isso se deve ao fato de que, em

sua maioria, os investigadores da área estavam mais interessados em questões práticas da atividade, como gestão, planejamento e políticas públicas".

Percebe-se com isso que os estudos específicos da área encontrados nas revistas científicas ainda são poucos no País. Isso faz com que o turismo não tenha o devido reconhecimento acadêmico.

Para todas as ciências, a epistemologia é importante porque estabelece uma revisão do conhecimento de determinado assunto e oferece critérios para a aceitação desse conhecimento (PALHARES; PANOSSO NETTO, 2012). Dessa forma, é preciso fomentar e orientar os pesquisadores e estudantes da área acerca dos procedimentos, técnicas e abordagens para se fazer ciência.

Uma das teorias do conhecimento que se fundamenta como método de investigação científica no turismo é o marxismo (MOESCH, 1999). Segundo Lefebvre (2013, p. 12), a concepção marxista de mundo "recusa em aceitar uma hierarquia exterior aos indivíduos, ou seja, a metafísica. É ciente de realidades que escapam ao exame da consciência individualista: são realidades naturais, práticas, sociais e históricas".

Nesse sentido, pode-se entender que o turismo como ciência é visto a partir das suas atividades e relações sociais que envolvem diversos recursos, entre eles os recursos culturais, econômicos e naturais, com experiência vivida de forma espontânea e promotora de resgates histórico-culturais, além de produzir economia.

Lefebvre (2013) menciona, ainda, que o marxismo rejeita a subordinação prévia, imóvel e imutável dos elementos do homem e da sociedade uns aos outros. Assim como se observa no turismo com sua dinamicidade de acordo com as relações sociais vigentes.

Complementando, Lefebvre (2013) reforça que o marxismo não admite a hipótese de uma harmonia espontânea. O autor constata a existência de contradições tanto no homem como na sociedade humana. O interesse individual (privado) pode opor-se ao interesse comum. Do mesmo modo se percebe na produção da atividade turística, pois existem conflitos de interesses coletivos e particulares, públicos ou privados.

Ao estudar o marxismo como concepção de mundo tomada em toda a sua amplitude, ele se denomina materialismo dialético. Entende-se que sintetiza e unifica dois elementos da ciência e filosofia: o materialismo filosófico (realidade humana) e a dialética de Hegel, isto é, a teoria das contradições (LEFEBVRE, 2013, p. 24).

Ao olhar para o campo do turismo é possível enxergá-lo como objeto material de estudo, apesar das sensações abstratas que ele produz nas pessoas. Por essa materialidade, ou seja, parte da realidade humana e social é que se produz conhecimento por meio das contradições de interesses envolvidos na dinamização da atividade turística.

Para Rejowski (2000), o processo de desenvolvimento do turismo como área do conhecimento está estreitamente ligado à pesquisa e ao ensino. Segundo a autora, essa ligação se dá por meio da dialética na qual a pesquisa fomenta o sistema técnico-científico estabelecendo um fluxo contínuo de conhecimento necessário para o setor.

O marxismo aparece de início como a expressão da vida social, prática e real em seu conjunto, em seu movimento histórico, com seus problemas e suas contradições. Portanto, nele está compreendida a possibilidade de ultrapassar sua estrutura atual (LEFEBVRE, 2013).

A vida social atual proporciona uma exploração imensurável do turismo com traços de sua evolução com o passar dos tempos desde as Revoluções Industriais até a consolidação do sistema capitalista, foco principal da origem dos estudos marxistas.

Entende-se desse modo que a atividade turística relacionada à produção da vida social e todos os seus significados necessita de embasamento epistemológico para compreender as contradições advindas da prática do fenômeno turístico. Com isso, acredita-se ser importante levantar estudos que dizem respeito à abordagem marxista.

Por todo significado que a abordagem marxista por meio do método do materialismo histórico dialético traz à luz da ciência do sistema capitalista vigente e, consequentemente, reflexos no turismo como atividade econômica, social e histórica, definiu-se por propor o objetivo deste estudo nessa epistemologia.

Portanto, este estudo pretende contribuir com informações teóricas marxistas para esse "fazer ciência" no campo do turismo. Para isso, identificaram-se todos os artigos das principais revistas científicas brasileiras de turismo considerando as mais bem qualificadas pelo critério qualis que manifestavam, em qualquer parte do texto, os termos *Marx, marxismo, marxista, dialética, dialético e materialismo*.

O período temporal para esse recorte foi de 2004 até 2014, pois o primeiro artigo levantado datou-se de 2004 e o último, de 2014. As revistas pesquisadas foram o Caderno Virtual de Turismo, Turismo Visão e Ação, Turismo em Análise e Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.

Na perspectiva materialista histórico-dialética espera-se um posicionamento teórico e metodológico convicto por parte do pesquisador que se propõe a exercer uma postura crítica, comprometida com a verdade dos fatos e com a transformação da realidade (SBARDELOTTO; DALAROSA; NASCIMENTO, 2009).

Os artigos selecionados foram estudados a partir da análise de conteúdo na qual buscou-se identificar a aplicação do método do materialismo histórico dialético sob a perspectiva do fenômeno turístico. Com isso, foram avaliadas questões que dizem respeito às técnicas dialéticas de contradições dos fatos e relevâncias históricas construtivistas adotadas por cada autor.

Com a identificação dos artigos que contêm algum dos termos predefinidos a respeito do marxismo, foi possível apresentar um panorama dos estudos epistemológicos na área do turismo baseados na abordagem marxista e sua contribuição metodológica para o campo científico. Assim, cada artigo foi interpretado na sua forma de traduzir o materialismo histórico dialético nos diversos objetos de estudo da atividade turística.

MÉTODO DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Com a finalidade de delimitar a análise de conteúdo para esse estudo, foram consideradas as interpretações da abordagem marxista, as contribuições iniciais de Hegel, o próprio Marx, além de Engels (2001) e Lefebvre (BOTTOMORE, s/d).

Entende-se que a obra essencial que apresentou a concepção do método do materialismo histórico dialético é a de Hegel, pois foi quem originou o conceito e projetou plena luz sobre a importância, a função, a multiplicidade das contradições no homem, na história e até mesmo na natureza.

Pode-se dizer que a abordagem marxista originou-se essencialmente do trabalho. Se não fosse o trabalho não existiria a relação sujeito-objeto defendida por essa visão científica. Com o trabalho, Hegel apresentou a superação dialética. Para ele, a superação dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior (KONDER, 1995).

Entende-se, portanto, que a atividade turística se expressa no trabalho realizado pelos homens modificando a natureza e as relações sociais em torno do capital produzido pelo trabalho.

De acordo com Lefebvre (2013, p. 26), no método dialético "toda discussão e todo esforço para fazer avançar os conhecimentos procedem por meio da confrontação de teses opostas (pró x contra; sim x não; afirmação x crítica)". Esse método mostra que a realidade é constante e dinâmica e é necessário confrontar observações contrárias para se alcançar um novo conhecimento.

No entanto, Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009, p. 73) mencionam que a "contradição não significa um elemento contra o outro, mas sim a ação de elementos diferentes para produzir uma nova realidade, uma forma diferente".

Konder (1995, p. 7) complementa ao dizer que a dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

Nesse sentido, observa-se que o turismo se transforma a cada temporada, a cada momento que surgem novas necessidades criadas pelo sistema capitalista. E essa contradição existe na atividade turística, pois cada vez mais se fala em sustentabilidade da atividade, mas o que vemos é o aumento dos impactos causados pela crescente demanda.

É preciso admitir, segundo Lefebvre (2013, p. 28), que as contradições têm um fundamento "nas próprias coisas e que estas são o ponto de partida, devem apresentar um fundamento objetivo e real. Se existem as contradições é porque as realidades apresentam não somente aspectos múltiplos, mas facetas mutáveis e contraditórias".

Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009, p. 65) corroboram ao mencionar que "a teoria marxiana está baseada na lógica dialética, pois entende a realidade em constante movimento e transformação, enquanto uma totalidade e a partir de suas contradições". Assim como Konder (1995, p. 36) que diz que "para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada".

Desse modo, a aproximação da dialética com a concepção marxista se torna evidente, pois Marx apresenta em seus estudos as contradições da luta de classes que se tornam um movimento constante de interesses conflituosos ao longo da história e que cada mudança se torna o início de outra, mais complexa e desenvolvida.

Konder (1995) apresenta o significado de totalidade citado por Marx quando diz que qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. De certa forma, tudo está interconectado, influencia e sofre influências dos objetos, situações e contextos. A visão do homem é limitada à sua

realidade e, assim, incompleta e insuficiente de afirmações gerais. Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada, prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral.

No entanto, a visão de conjunto também é provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses, o que torna incessante a busca por pesquisas e novos conhecimentos na sociedade. Isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, em uma situação dada. E é essa estrutura significativa, que a visão de conjunto proporciona, que é chamada de totalidade. Portanto, a totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem (KONDER, 1995).

Nos estudos em geral, e mais especificamente no turismo, estamos sempre trabalhando com totalidades de maior ou menor abrangência (KONDER, 1995). Para trabalhar dialeticamente com o conceito de totalidade:

> [...] é muito importante sabermos qual é o nível de totalização exigido pelo conjunto de problemas com que estamos nos defrontando; e é muito importante, também, nunca esquecermos que a totalidade é apenas um momento de um processo de totalização (que, conforme já advertimos, nunca alcança uma etapa definitiva e acabada). Afinal, a dialética – maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana – negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses, recusando-se a revê-las, mesmo em face de situações modificadas (KONDER, 1995, p. 39).

A modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem. Processam-se alterações setoriais, quantitativas, até que se alcança um ponto crítico que assinala a transformação qualitativa da totalidade (KONDER, 1995).

Percebe-se que o processo de mudança é extenso e difícil de identificar em realidades temporais curtas de um determinado objeto observado, podendo variar de acordo com sua complexidade. Konder (1995) complementa afirmando que é a lei dialética da transformação da quantidade em qualidade. Para ele, a modificação do todo é mais complicada que a modificação de cada um dos elementos que o integram.

Konder (1995) vai mais além quando diz que cada totalidade tem sua maneira diferente de mudar; as condições da mudança estariam dependendo do caráter da totalidade e do processo específico do qual ela é um momento.

Nesse mesmo sentido, Lefebvre (2013, p. 37), diz que o método dialético:

> [...] opera considerando o objeto de uma maneira concreta e com uma existência concreta, observando o seu significado. A partir desse ponto, observam-se os determinantes históricos de relacionamento do objeto em sua totalidade. No curso do desenvolvimento histórico avalia-se o que foi incorporado e envolvido no objeto. Analisa, então, o que foi modificado e transformado. A análise permite reencontrar o movimento real em seu conjunto, portanto o expõe e compreende a totalidade concreta vigente na atualidade, isto é, a estrutura atual. O conhecimento dessa totalidade, através de seus movimentos históricos e de seu devir, é um resultado do pensamento.

Nesse momento já é explícita a contextualização histórica que define significados aos objetos. Sendo esse significado fruto de interpretações do homem em seu meio social e suas inter-relações.

Para reconhecer as totalidades em que a realidade está efetivamente articulada, o pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições

concretas e as mediações específicas que constituem o "tecido" de cada totalidade, que dão "vida" a cada totalidade (KONDER, 1995).

De fato, para Lefebvre (2013), é obrigado a buscar a verdade, tatear e avançar passo a passo, confrontando as experiências, as hipóteses, os conhecimentos já adquiridos, com todas as contradições que eles apresentam.

Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009) afirmam que diferentemente do conhecimento apenas empírico, o método materialista histórico-dialético busca o conhecimento da essência e não se limita às representações fenomênicas. A essência é histórica e concreta, portanto, só pode ser apreendida a partir da totalidade. Enquanto o concreto (síntese de múltiplas determinações, considerando que determinação são os resultados que constituem uma realidade no processo pela qual ela é produzida) é real e fundamenta-se na totalidade histórica, o empírico abrange apenas o prático, o fenômeno em si, que pode cair em uma realidade ilusória e irreal na medida em que não é sustentado por uma totalidade histórica.

Konder (1995) apresenta as leis gerais da dialética reduzindo-as, no essencial, a três: 1) lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa); 2) lei da interpenetração dos contrários; 3) lei da negação da negação.

A primeira lei, segundo Konder (1995), se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, "saltos", modificações radicais).

A segunda lei é aquela que diz que tudo tem a ver com tudo. Os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantêm com coisas diferentes. Conforme o contexto que ela esteja situada prevalece um lado ou outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade (KONDER, 1995).

A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém, a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação (KONDER, 1995).

Desse modo, segundo Lefebvre (2013, p. 31):

> O método marxista afirma que a análise suficientemente aprofundada de toda a realidade atinge elementos contraditórios. A realidade a ser atingida por meio da análise e reconstruída através da exposição (sintética) é sempre uma realidade em movimento. Para chegar a esse resultado, eles têm de ser primeiro separados e isolados. Entretanto, desde que a análise tenha sido bem conduzida, ela apenas separa os elementos para descobrir quais são as conexões existentes entre eles, as relações internas que compõem o todo. Deve ter como objetivo atingir sua forma de autotransformação.

As três leis apresentadas são passos metodológicos para compreender a formação do conhecimento a partir do método dialético adotado por Marx, ou seja, das contradições de ideias baseadas nas limitações do saber do homem sobre a realidade.

Da mesma forma Lefebvre (2013) afirma que as teses opostas vêm, em geral, das divergências entre os indivíduos que pensam e derivam de seus erros e da insuficiência de suas reflexões. Atribui, portanto, as contradições do pensamento exclusivamente às deficiências desse pensamento, ao fato de que todo pensamento humano permanece incompleto. No entanto, essa teoria não é suficiente. Algumas vezes as teses que se enfrentam são diferentes, divergentes, opostas ou contraditórias. Deve levar em consideração a discussão sobre a mesma coisa e que haja objetos de determinada classe.

Marx apoiou-se nessa lógica dialética enxergando um contexto materialista, ao contrário de Hegel, que apresentou suas ideias no campo do idealismo. Essa seria a principal diferença entre os dois métodos e o que foi possível concretizar a dialética como um método científico capaz de transformar a realidade, as formas de produção e trabalho, além das organizações sociais e políticas, em vez apenas de filosofar sobre a natureza dos fatos. Esse contexto materialista diz que tudo é matéria ou pelo menos depende dela e o homem deve dominar a natureza, pois é dependente dela para se transformar (PRADO JÚNIOR, 2001).

Para Gorender (1996, p. 7), "ao contrário de Feuerbach, que via na dialética hegeliana apenas fonte de especulação mistificadora, Marx intuiu que essa dialética devia ser o princípio dinâmico do materialismo, o que viria a resultar na concepção revolucionária do materialismo como filosofia da prática".

Os estudos acerca da atividade turística revelam esse viés materialista dos objetos, pois toda contribuição científica na área tem pretensões de modificar as formas de realizar a atividade, seja em uma forma mais responsável, seja em uma forma mais lucrativa. O pesquisador em turismo deve se atentar às contradições existentes nos diferentes momentos históricos.

A compreensão da importância dos fenômenos econômicos, por exemplo, a importância do turismo para a economia de uma região, e a afirmação de que tais fenômenos devem ser realçados por meio de um estudo científico, com pesquisas aplicadas no sistema turístico, racional e metodicamente orientado, embasado em fatos objetivos e determináveis, como oferta e demanda, tudo isso é chamado de materialismo histórico (o alicerce de uma sociologia científica) por Lefebvre (2013).

Silva (1997, p. 73) apresenta as "categorias marxistas (modo de produção, classes sociais, força de trabalho e consciência de classe) ao referencial conceitual weberiano (ação social, conexão de sentido, racionalização, etc.)". Essas categorias são determinadas de acordo com os estudos de Marx a respeito da dialética sobre o sistema capitalista.

O autor complementa seu raciocínio ao afirmar que se tentou uma abordagem analítica dos fenômenos sociais, tendo como parâmetro um referencial histórico-estrutural, ao lado de uma referência sobre a subjetividade (consciência social). De outro modo, entretanto, por dentro da perspectiva histórico-estrutural, moveu-se uma dialética marxista-hegeliana, baseada nas categorias de totalidade, contradição, negação da negação, como também nas de classes sociais, consciência e modo de produção (SILVA, 1997).

A materialidade do método materialista histórico-dialético, segundo Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009) citando Marx e Engels, consiste em ter como pressuposto que o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

A pesquisa seguindo os princípios do método marxista, para atingir a concreticidade, precisa partir do concreto real, ou seja, os pressupostos do objeto e, por meio da análise, chegar às abstrações idealizadas, momento em que o pesquisador possui uma visão caótica do todo. Como esses dados concretos não

podem ser explicados por si só, é preciso passar para as abstrações mais complexas, momento em que se estabelecem as mediações necessárias para se compreender a essência do fenômeno. Chegando nesse estágio, torna-se necessário fazer o caminho inverso e formular os conceitos a partir das abstrações reais e determinações mais simples. Após esse percurso, as determinações mais simples, ou seja, o objeto de estudo do pesquisador, não é mais entendido por si mesmo ou isoladamente, mas como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (SBARDELOTTO; DALAROSA; NASCIMENTO, 2009).

Com esse procedimento, as pesquisas em turismo devem considerar, a priori, a dinâmica dos fatos históricos com seus consensos e contrassensos infinitos e permanentes nas relações sociais.

Fato que se consolida, principalmente, a partir das grandes revoluções industriais, das disputas acirradas entre o tempo de trabalho e não trabalho, do direito ao lazer, o desenvolvimento dos transportes e com o advento do sistema capitalista que, com o percurso histórico percorrido até o momento, podem-se observar diversas mudanças, com um cenário completamente transformado em processos temporais cada vez menores e que a mola propulsora desse devir estão em um constante movimento e conflito de interesses.

Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009, p. 71) dizem que após compreender a dialética do fenômeno

> [...] o homem pode interferir e mudar partes do processo, ou seja, não precisa seguir o curso natural de movimento da natureza, mas pode alterá-la de acordo com as suas capacidades e necessidades históricas. Esse é o princípio da pesquisa e do método científico materialista histórico-dialético: a condição para intervir é conhecer o processo, como era, como é e como tende a ser. Na perspectiva dialética o movimento não é evolutivo – como para a ciência positivista –, mas conforme há mudança, há também mudança na forma da totalidade.

Assim, o marxismo parte do princípio de que as pesquisas científicas só têm sentido amplo a partir do momento em que os resultados encontrados pelos estudos possam ser utilizados a favor do homem, ou seja, que possam modificar o curso da história segundo os interesses da humanidade.

Dando continuidade aos procedimentos da abordagem marxista, Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009) afirmam que para o método materialista histórico-dialético o conhecimento histórico é explicado a partir da síncrese (de um todo caótico), para a análise (abstração), chegando à uma síntese (o todo concreto), ou seja, em um primeiro momento, o pesquisador debruça-se no objeto e entende o que ele explica por ele mesmo. Parte-se do empírico, de como o objeto se apresenta, em uma fase em que a totalidade se mostra caótica e confusa. Entretanto, como essa explicação não é o suficiente, deve-se buscar as determinações mais simples, as abstrações e conceitos que são obtidos por meio da análise (SBARDELOTTO; DALAROSA; NASCIMENTO, 2009).

Para tornar o processo de pesquisa do materialismo histórico dialético mais claro, Benite (2009) apresentou algumas etapas orientadoras, não fixas, não de desenvolvimento único, mas sim como uma contribuição acerca da epistemologia. O autor deixa claro que essas orientações podem e devem ser revisitadas durante todo o desenvolvimento da investigação, pois constituem um processo de adaptação a cada situação de investigação (recursos, limitações, contexto sociopolítico, etc.), isto é, um movimento dinâmico.

Inicialmente, Benite (2009) discorre sobre o tema de investigação, ou seja, a pergunta motivadora do pesquisador. Para ela, essa pergunta emerge do modo de apropriação da realidade do pesquisador e opera a partir de uma realidade de relações já interpretadas em sua historicidade. Não é possível compreender imediatamente a estrutura do objeto a ser investigado, mediante a contemplação ou mera reflexão, mas sim

mediante certa atividade. Essa compreensão se dá por meio do levantamento bibliográfico. No turismo, o recorte bibliográfico deve ir muito além do que encontra publicado especificamente na área, por se tratar de um conhecimento multidisciplinar.

Por conseguinte, Benite (2009) diz que se deve analisar a atividade mediante a qual o fenômeno é compreendido (a essência do fenômeno ou sua lei geral). Essa análise, ao mesmo tempo, deve incluir também o problema da criação da atividade que estabelece o acesso ao "objeto em si mesmo". Essa atividade pode ser descrita como os vários aspectos ou modos de apropriação do mundo pelos homens. É necessário o pesquisador compreender as diversas relações do turismo na sua concepção histórica bem como o objeto é visto na dinâmica social e se materializa pelo homem, nos diversos segmentos e práticas cotidianas.

Em seu estudo, o pesquisador deve analisar os dados coletados por meio de uma explicitação de toda a fala dos sujeitos da pesquisa, admitindo não haver a separação sujeito-objeto de pesquisa e, assim, dessa explicitação são extraídas as interlocuções com as quais o sujeito intervém no mundo podendo surgir as categorias de análise (BENITE, 2009).

Benite (2009) diz, ainda, que é possível realizar duas técnicas de análises de dados, sendo elas a análise do discurso e a análise do conteúdo. A Análise do Discurso representa uma ferramenta para trabalhar com produções textuais (orais ou escritas), e se remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias em que não faltam relações de sentidos, mas também de forças, por sua relação com o poder. Aqui se estabelece o fato social necessário para o materialismo histórico dialético.

A Análise do Discurso busca explorar como se produz o discurso no texto que se insere. Há por detrás do discurso uma teoria previamente escolhida, com uma perspectiva crítica que pode ser transformadora. Então, é necessário o pesquisador ter habilidade para extrair informações da entrevista ou questionário proposto para seu grupo amostral (BENITE, 2009).

Por sua vez, a Análise do Conteúdo é uma técnica que analisa os significados por meio de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo e tem por finalidade a interpretação dessa mensagem. Representa um conjunto de técnicas de análise baseadas em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, em descobrir os diferentes núcleos de sentido que a constituem e, posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias. Pretende analisar o contexto ou o significado de conceitos sociológicos e outros nas mensagens, bem como caracterizar a influência social destas (BENITE, 2009).

Na etapa de Análise dos Dados, Benite (2009) diz que o pesquisador atribui significados a respeito do objeto construído por ele para ser conhecido, na medida em que vai interpretando e tecendo as tramas das compreensões acerca dos resultados e, assim também, os seus significados socioculturais. Esses significados são baseados nas realidades apresentadas e fragmentadas para identificar as contradições e, a partir daí, confrontar as ideias para o desenvolvimento de uma nova tese a respeito do objeto.

Dessa forma, Benite (2009, p. 13) afirma que "a realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesmo, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos de seu movimento", caracterizando, portanto, o aspecto dinâmico e histórico do materialismo dialético em busca de novas realidades e novos conhecimentos.

Com esses procedimentos apresentados por Benite (2009), Konder (1995), Lefebvre (2013), Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009) e Silva (1997) é possível considerar algumas etapas iniciais para orientar a realização de pesquisas marxistas em turismo. É imprescindível que a pesquisa científica em turismo tome forma e comece a explorar cada vez mais as epistemologias existentes no fazer ciência.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM TURISMO NORTEADA PELA ABORDAGEM DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Foram identificados 14 artigos que em algum momento cita qualquer referência à abordagem marxista nas revistas científicas brasileiras de turismo (Tabela 1). Dos estudos identificados no levantamento, um deles não é um artigo propriamente dito, mas uma resenha de um livro que cita o marxismo. Outro artigo, levantado em 2011, apresenta o termo dialética, mas somente faz referência à existência desse método para desenvolver uma pesquisa fenomenológica, portanto, desconsiderado de análise (MEDEIROS; PASSADOR; BECHELENI, 2011).

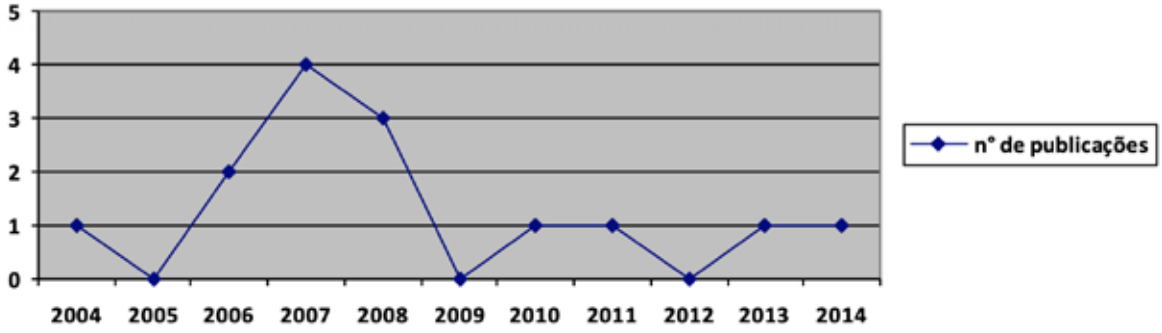
Tabela 1 – Produção científica de abordagem marxista nas revistas brasileiras.

Revista científica	Ano de publicação
Caderno Virtual de Turismo	2006, 2007, 2008, 2010, 2013
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	2007 (três), 2008 (dois), 2014
Turismo em Análise	2004
Turismo Visão e Ação	2006, 2011

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Conforme se observa na Tabela 2, é possível perceber que é pouca a produção e ela caiu em vez de aumentar o número de publicações, talvez pela complexidade metodológica dessa abordagem.

Tabela 2 – Número de publicações com abordagem marxista de 2004 a 2014.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Pode-se dizer que os traços essenciais do método marxista são a retirada dos fatos e ideias de seu aparente isolamento, a descoberta de que tudo se relaciona, o seguimento do movimento conjunto que se esboça através de seus aspectos diversos e a resolução das contradições a fim de atingir (por um súbito

progresso) uma realidade ou um pensamento mais elevados, mais amplos, mais complexos e mais ricos (LEFEBVRE, 2013).

Baseado nessa síntese da abordagem marxista, procurou-se identificar essas proposições metodológicas nos artigos investigados.

O artigo mais antigo identificado (2004) trata de um ensaio sociológico sobre o fenômeno do lazer em Karl Marx e Paul Lafargue. Esse artigo tem a pretensão de contribuir com estudos filosófico-sociais da abordagem marxista apropriando-se da temática lazer. O autor apresenta em seu artigo a relação trabalho, história e modos de produção de forma coerente relacionando a dialética trabalho x lazer. O autor traz a compreensão do desenvolvimento do lazer por meio da história dos meios de produção.

Nesse estudo, Santos Filho (2004) menciona que o modo de produção capitalista continua atual e extremamente útil na busca por determinações que explicam o lazer e o turismo na sociedade contemporânea.

Para ele, pensar o fenômeno do turismo via concepção marxista alimenta outras linhas de pesquisa e torna o objeto de estudo completo em sua dimensão teórica, abrindo novos campos de pesquisa nessa área e tornando o turismo uma preocupação importante no estudo das ciências sociais.

Quando Santos Filho (2004, p. 154) diz que "para entender o lazer e o ócio, temos de compreender, em primeiro lugar, o trabalho em sua dimensão plena de esforço físico e mental aliado à modificação histórica que produz na humanidade", é evidente o conhecimento do método marxista, a dialética histórico-materialista que transforma e determina as relações de lazer, pois, segundo Lefebvre (2013, p. 34), "de cada realidade é preciso capturar as suas contradições particulares, o seu movimento individual (interno), a sua qualidade e as suas transformações bruscas".

Outro contexto que se percebe o método utilizado é identificado quando Santos Filho (2004, p. 154) menciona que ao compreendermos que a lógica do pensamento histórico-materialista tem "como categoria explicativa da existência do ser humano como elemento que atua, modifica, retifica, destrói e constrói a realidade e a si mesmo, percebemos, que a noção de não trabalho (tempo livre) surge de forma concomitante à de trabalho".

Esse artigo apresentado demonstra uma relação da teoria do conhecimento marxista com a área de turismo. No entanto, o que poderia servir de referência para os demais artigos que foram escritos posterior a ele, não foi isso que ocorreu, sendo esse estudo praticamente ignorado pelos demais que surgiram nos anos seguintes.

Dois artigos foram publicados em 2006 que levaram a abordagem marxista em suas linhas de pesquisa. Um deles trata da questão do desenvolvimento sustentável no turismo, o que é extremamente contraditório e dialético por natureza, pois envolvem diversos interesses conflitantes.

No desenvolvimento do artigo, o autor abordou a evolução dos modos de produção, descreveu um breve panorama histórico do turismo, relacionou o sistema capitalista com o turismo e, por fim, discursou sobre a economia ambiental e sustentabilidade (MESQUITA, 2006).

Nesse artigo, o autor teve como objetivo descrever a evolução dos modos de produção e o consequente surgimento do capitalismo, fato importante para a compreensão da consecução do turismo na atualidade. Uma visão correta a respeito da concepção de mundo marxista.

No entanto, as pretensões do autor em criticar o conceito de desenvolvimento sustentável não fizeram com que ele aprofundasse no método do materialismo histórico dialético, restando apenas um resgate histórico e breve apresentação de contradições dialéticas.

O outro artigo publicado em 2006 abordou a temática do planejamento público do turismo e a importância da multidisciplinaridade. A autora não desenvolve a abordagem marxista. Em seu artigo ela apenas cita que é importante a dialética nas pesquisas sociais, mas percebeu-se que o método do estudo se desenvolve mais próximo da teoria geral dos sistemas (FAVERO, 2006).

O ano que mais registrou trabalhos com os termos do marxismo foi 2007. No entanto, um deles se apresenta como uma resenha de livro. O primeiro artigo analisado tematizou a questão do espaço capitalista da natureza e seu (contra)uso turístico. A proposta desse artigo foi realizar um ensaio teórico acerca da dialética da visitação pública em áreas protegidas. Para desenvolver o artigo, o autor pesquisou sobre as Unidades de Conservação e a lógica do espaço-mercadoria e a experiência turística em áreas naturais protegidas.

Percebeu-se que o autor apresentou as contradições do turismo em Unidades de Conservação, delineando uma discussão filosófica sobre os avanços e as possibilidades de sua prática enquanto instrumento mediador de uma possível revisão da relação homem-natureza, a partir de sua inserção no processo de acumulação. Além disso, o autor considerou o turismo como fenômeno social, materializando-se no espaço por meio de um sistema de objetos articulados ao sistema capitalista de produção (BEDIM, 2007).

Para Bedim (2007, p. 76), o turismo é uma forma de intercâmbio "material entre homem e natureza, cuja práxis altera substancialmente a interação homem-natureza, inserindo mudanças qualitativas ao nível das relações de trabalho, tendo em vista que a natureza preservada se configura como um importante atrativo turístico". O que corrobora os princípios expostos por Marx na construção do materialismo histórico-dialético.

Mais além, Bedim (2007, p. 76) complementa sua análise apoiando-se no marxismo ao afirmar que o turismo é, em si:

> Um fenômeno social moderno nascido das contradições da própria maquinaria produtiva da modernidade. O tempo livre a ser gozado pelo turista e personificado nas férias remuneradas, só pôde existir enquanto tal a partir do tempo de trabalho e seus movimentos ao longo da história.

No que diz respeito às transformações sociais ocorridas na dinamicidade histórica, característica da visão marxista, Bedim (2007, p. 77) se aproxima do turismo quando afirma que essa atividade é "produto do processo histórico moderno, se inserindo entre as inúmeras concepções da modernidade e suas tendências econômicas, políticas, culturais e ambientais a transformar o mundo".

Para esse autor, o turismo representa um acréscimo de novas formas de racionalidade ao processo produtivo – a inauguração de uma modalidade de intercâmbio material entre homem e natureza. O turismo transforma uma considerável parcela do espaço "natural" em mercadoria, submetendo-o ao circuito da troca, portanto, o turismo é concebido, aqui, como fenômeno social materializando-se no espaço por meio de um sistema de objetos articulados. A interação visitante *versus* Unidade de Conservação ocorrerá até que haja um salto qualitativo, ou "salto dialético", segundo a lei da transformação da quantidade em qualidade. Mas esse novo estado não dura permanentemente, já que uma nova luta entre opostos terá lugar, e assim por diante, *ad infinitum* (BEDIM, 2007).

Esse artigo faz uma contribuição significativa da visão marxista na ciência do turismo. Relaciona corretamente as características do método com o objeto estudado, definido por ele como sendo as Unidades de Conservação e as relações de sujeito.

O segundo artigo analisado de 2007 pesquisou a respeito da relação souvenir e a lembrança da cidade. Os autores examinaram alguns aspectos da representação turística da cidade do Rio de Janeiro a partir de seus souvenirs. Procuraram refletir sobre a imagem turística da cidade tal como aparece nas "lembranças da terra", nos objetos considerados tipicamente de interesse para turistas, nas próprias palavras dos autores.

Nesse artigo os autores tiveram como foco a dialética entre a massificação e a singularização, entre o local e o global. Segundo eles, a "natureza turística" de um lugar é uma construção histórica e cultural. Esse processo envolve a criação de um sistema integrado de significados por meio dos quais a realidade turística é estabelecida, mantida e negociada, e tem como resultado narrativas a respeito da cidade como destinação turística (FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2007).

Outro artigo publicado em 2007 tratou-se da análise antropológica da construção da memória coletiva. Esse artigo aborda o processo de elaboração da memória coletiva sobre as Missões, na atualidade, em São Nicolau, a partir das narrativas produzidas sobre o seu passado colonial, enquanto imagem mitificada e estereotipada deste, atentando às articulações entre os referentes históricos, arqueológicos e literários em suas utilizações turísticas e políticas, a partir de uma análise antropológica dessas representações (BRUM, 2007).

No que se trata da análise marxista, o autor diz que nas articulações tendentes à elaboração da memória coletiva em São Nicolau, o turismo se apresenta como uma importante fonte para o seu estudo, pois permite perceber um feixe de discursos sobre o passado a ser consumido no presente, através dos pacotes turísticos que se desenvolvem no município.

Percebe-se então que o autor se apoiou no marxismo seguindo as evidências mercadológicas do capitalismo, a partir do resgate do passado a ser comercializado como produto. Além dessa identificação do método, observou, ainda, que o autor apresenta sucintamente a dialética entre preservar ou não o patrimônio histórico.

A resenha de livro que contém um termo a respeito do marxismo identificado nas revistas científicas de turismo é um trabalho da professora Barreto (2007), que tem prestígio e enorme reconhecimento acadêmico no turismo. A professora resenhou o livro de Ricardo Ouriques que tece críticas a respeito da produção do turismo.

O primeiro artigo analisado de 2008 aborda uma discussão crítica acerca do turismo em uma perspectiva materialista histórica. Para o autor, o turismo enquanto prática deve ser entendido a partir da constituição do mundo moderno, além de acompanhar suas transformações. A formação do turismo de massa na Inglaterra, passando por momentos fundamentais como o Estado de Bem-Estar Social, a Guerra Fria e o Neoliberalismo são marcas do mundo contemporâneo. Por fim, o autor acredita que o turismo se desenvolve à medida que o capitalismo se consolida (MAGALHÃES, 2008).

Essa proposta científica de Magalhães está de acordo com o que Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009, p. 65) afirmam como pesquisa científica fundamentada no método materialista histórico-dialético que é aquela que pretende explicitar a realidade com vistas à transformação.

Os trechos que definem a pesquisa de Magalhães (2008, p. 96) como marxista se revelam quando o autor afirma que "o modo como o turismo se insere no mundo do trabalho, tendo em vista que conceitos como ócio, lazer e tempo livre estão presentes nas relações de produção e nos conflitos de classe". E, ainda, quando questiona o "tipo de trabalho que é gerado pelo turismo e qual seu impacto tanto na legislação trabalhista como nas formas tradicionais de produção".

Magalhães faz diversos questionamentos a respeito das contradições do turismo. Com essas indagações, ele instiga futuras pesquisas com viés marxistas. Para ele, deve-se estudar como as interações sociais afetam a prática do turismo.

No entanto, o autor limitou-se a estudar uma perspectiva materialista histórica, em especial no que se refere à relação turismo e trabalho.

Santos Filho é o autor do segundo artigo analisado em 2008. Ele já havia escrito um primeiro ensaio em 2004, conforme analisado anteriormente. Dessa vez, o tema escolhido para seu artigo foi relacionado à hospitalidade. Esse artigo faz parte de um estudo que o autor afirma desenvolver sobre a literatura de escritores estrangeiros do século XVI ao XIX que vieram para o Brasil para compreender assim a história da hospitalidade na América Latina (SANTOS FILHO, 2008).

O autor faz um recorte histórico-temporal do período que o naturalista George Gardner esteve no País apresentando suas impressões e relatos da hospitalidade brasileira. Para tanto, dentro do materialismo histórico, esse artigo contribui para a historiografia brasileira, referente ao fenômeno do turismo e da hospitalidade, pois o fenômeno histórico para a teoria marxiana "só atinge a concreticidade quando é historicizado, ou seja, analisado como verdade construída pelos homens, de acordo com suas possibilidades e seu momento histórico" (SBARDELOTTO; DALAROSA; NASCIMENTO, 2009, p. 65).

O último artigo analisado de 2008 aborda a relação entre atividade turística, apropriação do território e patrimônio. Os autores pretenderam com o artigo contribuir para o planejamento sustentável do turismo na Bahia. O objetivo principal do estudo foi analisar a relação entre a apropriação do território pela atividade turística e seus impactos na cultura e no ambiente, chamando atenção para a necessidade do planejamento sustentável na Costa do Cacau – Bahia (ARGÔLO; BOMFIM, 2008).

Em relação à abordagem marxista nesse estudo, os autores comentam a questão da materialização capitalista do espaço produzido pelo turismo e possível sustentabilidade da atividade por meio de um desenvolvimento regional e/ou local. Ressaltam, ainda, a importância da identidade e memória do local a ser trabalhado nessa dialética.

O artigo de 2010 pesquisou o turismo e as vicissitudes do desenvolvimento. A proposta é analisar as expectativas dos proprietários de barracas de praia no litoral areia-branquense, do Rio Grande do Norte (COSTA; SOUZA, 2010).

O artigo apresenta uma discussão conceitual sobre turismo e desenvolvimento local, contextualiza o turismo na cidade de Areia Branca/RN e faz uma discussão sobre as expectativas de uma classe específica diante do desenvolvimento do turismo.

Para caracterizar a abordagem marxista, os autores consideraram a pesquisa baseada no materialismo histórico-dialético visando compreender as expectativas dos barraqueiros a partir de sua existência material. Dessa forma, caracteriza uma classe social perante as modificações estruturais de uma realidade.

De acordo com Ferreira (2002), na prática, o mundo ainda materializa uma realidade constituída pela supremacia de uma classe minoritária e de seus interesses, em detrimento de condições dignas de vida para a maioria. Assim, por serem as teses marxistas associadas à crítica dessa condição de existência, elas continuam representando a melhor teoria já elaborada para pensar sobre essa realidade.

Portanto, quando se pretende pesquisar sobre interesses e conflitos de classes sociais, o marxismo apresenta as bases científicas capazes de contextualizar historicamente, assim como revelar particularidades para poder transformar a realidade.

Em 2013 o artigo publicado pesquisa sobre a transversalidade da questão social nas políticas públicas setoriais. Realizou um ensaio sobre as políticas públicas de turismo. O artigo se desenvolve com o debate das políticas públicas sob a óptica da dialética materialista, a questão social pautada no trabalho e as políticas públicas de turismo, considerando os limites e possibilidades para a inclusão pelo trabalho.

O artigo é fundamentado na dialética marxista sobre as categorias Estado, Política Pública e Questão Social. As autoras abordaram a dialética do papel do Estado perante a sociedade.

A pesquisa traz traços do marxismo quando De Paula e Moesch (2013) afirmam que as políticas públicas analisadas são apreendidas como um "momento da totalidade" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 40), e por isso devem ser assimiladas em sua pluricausalidade e funcionalidade, inseridas no espaço concreto da sociedade capitalista burguesa, portanto possuidoras de um lugar histórico e não naturais e óbvias a qualquer sociedade e/ou modo de produção.

Esse ensaio é um artigo que deve ser referenciado nos estudos futuros para aqueles que pretendem investigar as políticas públicas de turismo, pois metodologicamente é uma contribuição coerente da corrente filosófica marxista no campo do turismo.

O método científico para Sbardelotto, Dalarosa e Nascimento (2009), além de ser um pressuposto teórico e metodológico, é um posicionamento político, uma visão de mundo e concepção de realidade.

A reflexão teórica sobre a realidade tem o objetivo de conhecê-la para transformá-la, portanto, o método de pesquisa se caracteriza enquanto práxis, a unidade entre teoria e prática que busca tanto formular novos conhecimentos para a compreensão da história, quanto desencadear a transformação. E é essa contribuição que De Paula e Moesch pretendem dar com seu artigo publicado em 2013.

Por fim, o último artigo publicado (2014) e analisado atentou-se para discutir o papel das fotografias da cidade de Natal concatenadas com a atividade turística, buscando o que há de específico que contribuiu para a construção de paisagens turísticas na cidade de Natal e analisando os elementos ideológicos que motivaram sua materialização nos espaços da cidade.

As autoras citam Lefebvre quando afirmam que ele usa de maneira criativa o materialismo histórico-dialético para análise da categoria espacial. Busca revelar como o espaço é vivido, percebido, praticado, concebido, pensado, significado, produzido e reproduzido (SILVA; ALVES, 2014).

Portanto, pode-se dizer que o artigo contribui para a ciência marxista quando afirma que o que existe é uma representação, uma memória fragmentada das situações, o devir do fluxo e em fluxo, passíveis de interpretações contínuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas científicas de turismo encontradas nas principais revistas científicas da área, que abordam o método marxista do materialismo histórico-dialético, em geral, apresentam traços da concepção de mundo apresentada por Marx e alimentada por diversos pensadores que contribuíram dialeticamente para a formação do conhecimento que temos hoje sobre esse método.

É preciso entender que o pesquisador define sua totalidade a ser investigada reconhecendo suas limitações para, após compreendê-lo, poder aprofundar uma análise entre as partes que compõem o objeto podendo estabelecer as contradições do turismo.

As temáticas apresentadas nos artigos foram diversificadas, o que demonstra e reforça a ideia de que o campo de investigação do turismo é imenso e, também, que o método dialético pode conversar em diversos segmentos do setor.

O que se observou ao levantar, estudar e analisar cada artigo que adotou alguma característica do método marxista foi que aos poucos a academia vai contribuindo para o fazer ciência no turismo.

No entanto, foram poucos artigos identificados. Apenas 14, sendo que um é uma resenha de livro e outro teve que ser descartado por não abordar o marxismo como método de análise.

Portanto, 12 artigos publicados entre 2004 e 2014 adotaram o método do materialismo histórico-dialético. Então, se em dez anos encontramos apenas 12 artigos que adotou esse método podemos afirmar que a pesquisa científica em turismo não está motivada a utilizá-lo.

Desses 12 artigos que adotaram realmente o método, ou pelo menos manifestaram isso, poucos demonstraram pleno domínio da abordagem. As formas utilizadas do método envolveram as descrições do histórico da sociedade, do Estado e da política, relacionando-as com as transformações do turismo e a hospitalidade na sociedade, a teoria da luta de classes, por meio do conflito de interesses, trabalho e lazer e, por fim, o capital evidenciado no turismo.

Nas pesquisas das ciências sociais aplicadas muito se investiga os sujeitos e suas relações com objetos. Especificamente no turismo, deve-se considerar toda intervenção do homem para que, com essas informações, seja possível apresentar variáveis de análise individuais para, consequentemente, realizar a análise da totalidade.

A abordagem marxista como método científico em turismo pode investigar, profundamente, os conflitos de interesses entre comunidades locais x turistas, setor público x setor privado, sustentabilidade x desenvolvimento, preservação x apropriação, entre outras infinitas possibilidades que podem ser enxergadas na produção plena da atividade. O aprofundamento da discussão dialética de ideais contraditórios no turismo só tem a enriquecer a atividade, que, historicamente, é fruto do contexto revolucionário capitalista da humanidade.

Portanto, os pesquisadores em turismo devem se preocupar em responder às demandas por planejamento da atividade turística; capacidade de carga em locais sensíveis à ocupação humana, minimizando seus impactos; melhoria na distribuição de renda advinda da produção do turismo; formas de valorizar culturas locais, promovendo o intercâmbio cultural; promover a inclusão participativa no processo de desenvolvimento local, entre outros diversos assuntos.

Quanto mais se produz adotando diversos princípios epistemológicos, mais se concretiza a ciência sobre determinado assunto. No turismo, a realidade das pesquisas científicas não é tão favorável para ser digna de reconhecimento acadêmico. Pelo menos não por enquanto.

O papel dos novos pesquisadores em turismo e dos cursos de pós-graduação da área deve ser o de contribuir para que esse quadro se reverta e que tenhamos cada vez mais publicações com diversas abordagens e perspectivas.

Este estudo pretende contribuir demonstrando essa realidade na área do turismo e, também, mostrar como pesquisadores de outras áreas orientam o método marxista de fazer pesquisa.

Acredita-se que essa orientação sirva para estimular novos pesquisadores a adotarem esse método, pois a dialética tende a ser transformadora da realidade, e é isso que a sociedade e a atividade turística esperam da academia.

REFERÊNCIAS

ARGÔLO, D. S.; BOMFIM, N. R. Relação entre atividade turística, apropriação do território e patrimônio: uma contribuição para o planejamento sustentável do turismo na Bahia. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 3, p. 41-53, nov. 2008.

BARRETO, M. Turismo e turismologia em xeque. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 1, n. 1, p. 136-139, set. 2007.

BEDIM, B. P. O espaço capitalista da natureza e seu (contra)uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas - um ensaio teórico. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2007.

BENITE, A. M. C. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 50/4 – 25 de septiembre de 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Zahar. s/d.

BRUM, C. K. Turismo, Arqueologia e Literatura: análise antropológica da construção da memória coletiva em São Nicolau/RS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 1, n. 1, p. 54-83, set. 2007.

COSTA, J. H.; SOUZA, E. B. O turismo e as vicissitudes do desenvolvimento: uma análise preliminar acerca das expectativas dos proprietários de barracas de praia no litoral areia-branquense, RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2010.

DE PAULA, A. T.; MOESCH, M. M. Pela transversalidade da questão social nas políticas públicas setoriais: um ensaio sobre as políticas públicas de turismo. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.183-198, ago. 2013.

ENGELS, F. **Anti-duhring**. Edição: Ridendo Castigat Mores. 2001. Disponível em: ‹http://boletimef.org/biblioteca/597/Anti-Duhring›. Acesso em: julho 2015.

FAVERO, I. M. R. A necessária multidisciplinaridade no planejamento público do turismo. **Turismo Visão e Ação**, v. 8, n. 1, p. 141-152, jan./abr. 2006.

FERREIRA, M. O. L. A crise dos paradigmas e o marxismo entre os pesquisadores em trabalho e educação em universidades brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, set./out./nov./dez. 2002.

FREIRE-MEDEIROS, B.; CASTRO, C. A cidade e seus suvenires: o Rio de Janeiro para o turista ter. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 1, n. 1, p. 34-53, set. 2007.

GORENDER, J. Os economistas. In: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. v. I, Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, SP: 1996.

KONDER, L. **O que é dialética**. 25. ed. Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1995.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Tradução de Willian Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

MAGALHÃES, L. H. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2008.

MEDEIROS, M. L.; PASSADOR, J. L.; BECHELENI, D. G. A fenomenologia e a pesquisa em turismo: reflexões para aplicação com base no turismo gastronômico. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 13, n. 1, p. 20-34, jan./abr. 2011.

MESQUITA, W. S. Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2006.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Construção metodológica dialética**: por uma epistemologia do turismo. Mídia, imagem & cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 1, 1999.

NICACIO, A. T. B. et al. Representações sociais sobre epistemologia: o turismo com foco na cidade de Maceió. VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Turismo e Paisagem: relação complexa. **Anais**... Universidade Caxias do Sul. Caxias do Sul. 16 e 17 de novembro, 2012.

PALHARES, G. L.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2. ed. Editora Aleph: São Paulo, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. Edição: Ridendo Castigat Mores. 2001. Disponível em: ‹http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/caio.pdf›. Acesso em: jul. 2015.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas/SP: Papirus, 2000.

SANTOS FILHO, J. Ensaio sociológico sobre o fenômeno do lazer em Karl Marx e Paul Lafargue. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 150-165, nov. 2004.

_____. Hospitalidade no Brasil Império: a visão do naturalista George Gardner. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 2, p. 3-19, jul. 2008.

SBARDELOTTO, D. K.; DALAROSA, A. A.; NASCIMENTO, M. I. M. Apontamentos teórico-metodológicos da pesquisa em história da educação: o método materialista histórico-dialético. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 11, n. 1, p. 57-77, maio 2009.

SILVA, L. F. A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d'O Capital. **Estudos de Sociologia**. Departamento de Sociologia, n. 3, Unesp – FCL, 1997.

SILVA, S. K. M.; ALVES, M. L. B. Fotografias da "Cidade do Sol": um registro de revelações e ocultações. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 8, n. 3, p. 456-475, set./dez. 2014.

ARTIGO ORIGINAL

A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos:

a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais

The ideological function of Embratur and its role in building a market of symbolic goods and services: the exploitation of brazilian woman's image in institutional tourist advertisements

La función ideológica de Embratur y su papel en la construcción de un mercado de bienes y servicios simbólicos: la explotación de la imagen de la mujer brasileña en los anuncios turísticos institucionales

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1341

Mariana Conceição Alves ‹ mariana.sp15@hotmail.com ›
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, MG, Brasil

Alan Faber Nascimento ‹ alanfaber@uol.com.br ›
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, MG, Brasil

Thamiris Oliveira Freitas ‹ missmiris14@hotmail.com ›
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, MG, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 12-out-2016
Aceite: 25-maio-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ALVES, M. C.; NASCIMENTO, A. F.; FREITAS, T. O. A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.63-78, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de exploração da imagem da mulher brasileira com base no papel desenvolvido pela Embratur, de modo a investigar como os discursos produzidos pela instituição contribuíram tanto para criar uma ideologia que neutralizasse os ataques políticos à ditadura militar quanto para estruturar um mercado de bens e serviços simbólicos. Mais precisamente, busca-se problematizar como a divulgação do "Brasil destino", por meio de uma sistemática exploração imagética, se vincula a necessidades dialeticamente combinadas tanto em nível político quanto econômico-estrutural, porquanto, ao fetichizar a mulher brasileira, o governo militar não só resolvia os impasses políticos e ideológicos instaurados pelo regime quanto criava condições para o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, na qual estavam incluídos o turismo e o lazer.

Palavras chave: Embratur. Ditadura militar. Mulher.

ABSTRACT

This study aims to analyze the image scanning process of Brazilian women based on the role played by Embratur in order to investigate how the discourses produced by the institution contributed so much to create an ideology that neutralize the political attacks on the military dictatorship as to structure a market of symbolic goods and services. More precisely, the aim is to discuss how the disclosure of the "Brazil destiny" through a systematic imagery exploitation, is linked to needs combined dialectically both at the political level as economic and structural, because, the fetishism Brazilian women, the military government not only solve the political and ideological deadlocks introduced by the regime as creating conditions for the development of culture industry in Brazil, which were included tourism and leisure.

Keywords: *Embratur. Military dictatorship. Woman.*

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar el proceso de exploración de la imagen de la mujer brasileña basada en el papel desempeñado por Embratur con el fin de investigar cómo los discursos producidos por la institución contribuyeron tanto para crear una ideología que neutralizar los ataques políticos contra la dictadura militar como a la estructura un mercado de bienes y servicios simbólicos. Más precisamente, el objetivo es discutir cómo la divulgación del "Brasil destino" a través de una explotación sistemática de imágenes, está vinculada a las necesidades combinadas dialécticamente tanto a nivel político como económico y estructural, ya que, las mujeres brasileñas fetichismo, el gobierno militar no sólo resolver los puntos muertos políticos e ideológicos introducidas por el régimen como la creación de condiciones para el desarrollo de la industria de la cultura en Brasil, los cuales fueron incluidos el turismo y el ocio.

Palavras clave: *Embratur. Dictadura militar. Mujer.*

INTRODUÇÃO

Crescemos em uma nação em que as pessoas dizem ser o País do futebol. Crescemos em um País no qual as pessoas são conhecidas por terem uma maneira muito peculiar de resolver as coisas, um jeito que o historiador Sérgio Buarque de Holanda definiu de maneira clássica em seu *Homem Cordial*. Em nossa infância líamos histórias em quadrinhos do Zé Carioca, personagem malandro, cheio de ginga, que, no exterior, se tornou um estereótipo do brasileiro. Ouvimos, também, músicas que exaltam o nosso

exotismo e nos abençoam com seus refrãos: "moro em um país tropical abençoado por Deus e bonito por natureza".

Porém, diante de todos esses predicados, nenhum causa tanta inquietação quanto a exaltação da mulher brasileira. Os gestos, os movimentos e a sensualidade dela foram eternizados naquele que talvez seja o principal cartão-postal do País, o samba. O seu corpo está presente em pincéis e cinzéis de nossos melhores artistas, e sua sensualidade explorada em propagandas e publicidades dos mais diferentes produtos e mercadorias.

Há que se considerar, no entanto, que, nesse caso, a inquietação deriva menos do predicado em si do que de seus efeitos, caso da prostituição e do turismo sexual, que, apesar das iniciativas relativamente recentes de combate, continuam persistentes. Será preciso recordar que, por ocasião da Copa do Mundo de 2014, o que não faltou foram exemplos de exploração da imagem da mulher?

Lembremo-nos do caso da propaganda feita por uma das principais empresas de material esportivo do mundo em que na estampa de suas camisetas, especialmente lançadas para o evento, figurava um coração no formato de nádegas com a frase "eu amo o Brasil". Recordemo-nos de um apresentador da televisão brasileira convidando em rede social brasileiras a encontrar um marido em meio à horda de turistas que chegavam ao território nacional[1]. O fato é que a imagem da mulher brasileira, atraente, sensual, e que muitos arriscam afirmar a mais bela do planeta, historicamente, transmutou-se nos discursos dos anúncios turísticos como um dos atrativos que compõem o "destino Brasil".

Argumenta-se, em discordância que, hoje, mais do que no passado, a consciência do problema e a criação dos meios para combatê-lo transformarão o turismo sexual em uma questão marginal para o desenvolvimento do turismo no País. De fato, há um esforço institucional para reverter a imagem que o Brasil possui no exterior, como as campanhas contra o turismo sexual realizadas pelo Ministério do Turismo (MTur) e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Tais campanhas estão ideológica e teoricamente fundamentadas na crítica ao modelo massificante de turismo, em consonância com o paradigma da sustentabilidade e do desenvolvimento local.

Por outro lado, como compreender o seguinte paradoxo: o Estado que hoje se posiciona contra o turismo sexual, ontem, contribuiu, sistematicamente, com a exploração de uma imagem estereotipada da mulher brasileira. A Embratur que, em 2014, repudiou veementemente o apelo sexual dos produtos da fabricante Adidas, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, se utilizou de um imaginário erotizado para camuflar a repressão militar e vender o Brasil no exterior.

Dessa forma, ainda que o tema do turismo sexual no Brasil não seja objetivo específico deste artigo, investigar o passado, não importa sob qual prisma, sempre ilumina expressões sociais, políticas e culturais do presente, sobretudo em suas persistências. Daí porque o que se segue, malgrado suas limitações nessa temática, possa contribuir para outros trabalhos e pesquisas.

1 Esses episódios se referem, respectivamente, à empresa de material esportivo Adidas e ao apresentador de televisão, Luciano Huck. Tais episódios foram, amplamente, divulgados pela mídia nacional. A título de ilustração, ver Lima e Silva (2014).

MÉTODOS

O método de trabalho utilizado para a realização desta investigação se baseou na revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica foi dividida em três momentos, a saber: a) identificação e análise de material bibliográfico que versasse sobre a criação e os propósitos da Embratur durante a ditadura militar; b) revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil; c) identificação de material promocional idealizado pela Embratur durante o período da ditadura militar, de 1966 a 1985.

No tocante ao terceiro momento, a revisão bibliográfica ocorreu pela via digital, por meio do serviço on-line de buscas da Google, utilizando-se das seguintes palavras-chave: Embratur, imagem e corpo feminino. O material obtido pela revisão é derivado de dois trabalhos, quais sejam: *A imagem do Brasil no Exterior: análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até os dias atuais, de Kelly Akemi Kajihara; Embratur: formadora de imagens da nação brasileira*, de Louise Prado Alfonso. As informações e imagens obtidas pela revisão bibliográfica foram cotejadas pelo material intitulado *Embratur 40 anos*, obtido por solicitação feita no portal eletrônico do Ministério do Turismo (MTur), por meio da Lei de Acesso à Informação. Feitos o cadastro e o requerimento no Sistema Eletrônico de Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), decorrido o prazo de resposta, obtivemos o material supracitado em maio de 2015.

Foram colhidas 44 propagandas turísticas do período assinalado. Para verificar indicações de erotização da mulher, utilizamos as seguintes variáveis: espacialidade, período, raça e posição do corpo. A variável espacialidade se baseia na necessidade de aferir clichês próprios da propaganda turística, como o exotismo e o tripé do turismo de massas baseado em sol, praia e mar. A variável período foi escolhida para tentar identificar uma possível correlação entre a erotização do corpo da mulher, as etapas características da ditadura militar e a produção de propagandas turísticas pela Embratur. As etapas são: o início do regime, de 1966 a 1968, o período considerado pela historiografia como o de maior repressão, de 1969 a 1973, e o período de transição do regime (1974-1985). A variável raça se justifica para identificar sinais de erotização da mulher brasileira ditados pelo imaginário criado em torno do corpo bronzeado, da mulataria e da mulher negra – que em parte guarda significado com o corpo escravizado e objeto de lascívia do senhor de escravo. E a variável posição pretende observar, nos anúncios, de que maneira a mulher é representada: de costas ou de frente; se o rosto aparece; e qual parte do corpo é dada ênfase.

A FUNÇÃO IDEOLÓGICA DA EMBRATUR DURANTE A DITADURA MILITAR

Na década de 1970, em plena ditadura militar, a mineira Zuleika Angel Jones, mais conhecida como Zuzu Angel, consolidava sua carreira de estilista no Brasil e no mundo, após um desfile de sua coleção na cidade de Nova York. Enquanto isso, seu filho Stuart Angel se engajava como militante estudantil em um movimento insurgente contra o regime militar. O auge na carreira cede lugar ao desespero, quando Zuzu Angel recebe uma carta de um dos companheiros de militância de seu filho, contando a captura e a morte dele pela repressão. A partir de então a vida da estilista se transforma em uma estafante jornada em busca do paradeiro de Stuart.

A história acima, convertida recentemente em longa-metragem pelas mãos do cineasta Sérgio Rezende, é mais um dos casos de repressão que ocorreram durante o período da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. Assim como Stuart Angel, inúmeras pessoas durante o regime foram arbitrariamente presas, torturadas e mortas por questionarem a política imposta pelos militares, exercida com base em atos institucionais e supressão dos direitos constitucionais. Aos que sobreviveram e escaparam da prisão, restou-lhes deixar o País rumo ao exílio, onde desenvolveram importante ação política, denunciando as atrocidades que ocorriam no Brasil.

Como resposta à atuação política dos exilados no exterior, era imprescindível, para os militares, desenvolver um sistema de contrapropaganda oficial, com o fito de disputar política e culturalmente a hegemonia dos discursos produzidos, tanto em âmbito interno quanto internacional. É interessante observar que, logo nos primeiros anos do regime, foram criados o Instituto Nacional de Cinema (INC), o Conselho Nacional de Cultura, a Embrafilme – que apoiou a produção cinematográfica das chamadas pornochanchadas, que, embora infringissem valores e comportamentos morais conservadores, eram toleradas pelos militares –, e a Embratur, denominada, à época de sua criação em 1966, Empresa Brasileira de Turismo.

No caso específico da Embratur, ainda que, formalmente, sua função primeira fosse a definição de uma política nacional para o turismo, a empresa desempenhou papel-chave para blindar a imagem negativa feita por aqueles que lutavam contra o regime. Em essência, a empresa assumiu a função de mostrar para o mundo a imagem de um país rico por natureza, sintetizada na ideologia do verde-amarelismo, e multirracial, onde índio, negro e branco se miscigenaram harmoniosamente, convertendo, desse modo, conclusões sociológicas do pensamento conservador brasileiro em atrativo turístico.

A esse propósito, é oportuno observar, na história política do Brasil, o uso do turismo como meio de propaganda para governos autoritários. Na década de 1930, em pleno Estado Novo, a ditadura varguista criou, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cuja seção voltada para o turismo se incumbia de divulgar e promover os recursos naturais do País (SANTOS FILHO, 2008). Ideologicamente, tal atribuição se explicava pela necessidade de forjar uma identidade nacional que unificasse o País, haja vista o esgarçamento do *ethos* comunitário da tradição pela indústria e pelo urbano.

Exemplo disso é a criação dos primeiros parques nacionais, caso do Parque Nacional do Itatiaia e da Serra dos Órgãos, e a elevação da capoeira a patrimônio nacional – manifestação cultural negra que até o fim da Primeira República era reprimida pela polícia. Tratava-se, em tese, de uma operação ideológica, na qual o Estado, por meio de mediadores simbólicos (intelectuais, políticos e artistas), buscava na heterogeneidade do popular a argamassa necessária para cimentar a homogeneidade do nacional (ORTIZ, 2006).

Além disso, à semelhança do que ocorreria em 1964, Getúlio Vargas instrumentalizou as diferentes formas de lazer para a programação do cotidiano da população. Se, no regime militar, o ensino da Educação Física desempenhou papel fundamental para docilizar corpos e incutir nos jovens valores de disciplina e hierarquia, o Estado Novo procurou ajustar o tempo livre de uma mão de obra egressa do rural aos ritmos e tempos do relógio da indústria. Enquanto alguns lazeres eram incentivados; outros, considerados subversivos, como as rinhas de galo, de canário e as fogueiras de São João, foram sistematicamente reprimidos, em nome do "novo homem brasileiro" (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011). Outra coincidência com o regime militar é a repressão exercida pelo Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais, que atuava na repressão contra os grupos que contrariavam a ideologia estadonovista, entre os quais se destaca o anarquismo trazido pelos imigrantes europeus.

Em outros quadros históricos e geográficos também ocorreu o uso do turismo para fins de propaganda política e doutrinação ideológica. Note-se que, na Itália fascista de Benito Mussolini, foi criada, em 1925, a *Opera Nacionale Dopolavoro* – OND (Obra Nacional depois do Trabalho), encarregada de planejar as atividades relacionadas ao tempo livre da população italiana, caso do fim de semana fascista. Exemplo similar se sucedeu na Alemanha. O nazismo de Adolf Hitler implantou a *Kraft durch Freude* – KDF (Poder por alegria), responsável pelos assuntos turísticos no país e que funcionava como um instrumento de propaganda dos feitos do *Führer*, além de oferecer viagens a preços acessíveis para os operários alemães (GAMA, 2009).

No entanto, em que pesem todas essas semelhanças, há um aspecto que singulariza a criação da Embratur no regime militar que se iniciou a partir da deposição do presidente João Goulart. Referimo-nos a uma necessidade de âmbito econômico-estrutural do desenvolvimento do capitalismo brasileiro: a transformação da cultura em um campo de acumulação capitalista. Historicamente, se é possível identificar formas culturais mercantilizadas em um cotidiano que começava a se modernizar, o fato é que, até o golpe de 1964, o mercado cultural brasileiro era incipiente, distante daquilo que a Escola de Frankfurt chamou de indústria cultural.

O PAPEL DA EMBRATUR NO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CULTURAL BRASILEIRA

Ao rememorar a sua descoberta pela literatura, o crítico literário Antônio Cândido de Souza e Mello costuma contar uma anedota dos tempos de sua infância na cidade de Poços de Caldas, localizada no sul do estado de Minas Gerais. O autor do clássico *Parceiros do Rio Bonito* recorda que, apesar de interiorana, a Poços de Caldas dos anos 1920 era cosmopolita e frequentada por muita gente de fora. Vinham essas pessoas em busca dos balneários que marcavam o imaginário sobre saúde e lazer à época, permanecendo na região durante 21 dias, à moda da antiga tradição romana dos banhos termais. E era durante essas temporadas que o trem a vapor abastecia a biblioteca local com as últimas novidades do mundo literário.

Sem dúvida, circunstâncias históricas e geográficas tornavam a literatura objeto de interesse em uma sociedade em que boa parte da população, todavia, era analfabeta. Apesar de a novidade tecnológica do rádio de ondas longas amparar a criação de um espaço nacional de circulação de mercadorias, seria equivocado supor que o quadro relembrado se repetia no País como um todo: em 1890, enquanto o romance de Lewis Carroll, *Alice do País das Maravilhas*, alcançava a tiragem de 150.000 cópias vendidas, os analfabetos no Brasil representavam 84% da população; e em 1920, 75% (CANCLINI, 2008). A produção cinematográfica, por seu turno, apesar das companhias de cinema criadas no período Vargas, como a Veracruz e Atlântida, apresentava baixo desempenho. Entre 1957 e 1966, a produção média de longas-metragens foi de 32 filmes anuais (ORTIZ, 2006). E mesmo a quantidade de televisores nos lares brasileiros, passada quase uma década de sua chegada pelo engenho de Assis Chateaubriant, era exígua. Em 1960, contava-se em uso somente cerca de 600 mil televisores preto e branco (NOVAIS; MELLO, 1998).

Os números pouco significantes explicam por que os órgãos criados pela ditadura militar são concebidos sob uma nova orientação em relação ao campo da cultura. À diferença das instituições culturais até então criadas, administradas por uma intelectualidade bacharelesca e cuja missão se baseava na preservação

da memória nacional e do folclore brasileiro, esses novos órgãos, dirigidos por uma burocracia de perfil empresarial, passam a ter uma nova atuação na esfera cultural, pautada pelo incentivo à produção, à distribuição e à comercialização dos bens culturais – tanto que umas das primeiras providências, tomadas pelo Instituto Nacional do Cinema (INC), para racionalizar a produção cinematográfica nacional, foi a criação do ingresso padronizado e do borderô (ORTIZ, 2006).

De fato, apoiando-se em Fernandes (1975), Ianni (1979), Kowarick (1976) e Ortiz (2006), nesse momento, a superestrutura da sociedade brasileira passava por importantes mudanças, em razão de modificações igualmente profundas na infraestrutura econômica nacional e global: "pode-se afirmar que, no período em que a economia brasileira cria um mercado de bens materiais, tem-se que, de forma correlata, se desenvolve um mercado de bens simbólicos ligados à área da cultura" (ORTIZ, 2006, p. 81). Longe de se inferir uma relação linear e causal entre o mundo simbólico-cultural e o plano material-econômico, o fato é que no Brasil as ações modernizantes foram levadas a cabo por governos autoritários (MARTINS, 2013).

Foi no período Vargas que a industrialização tomou a hegemonia do setor agrário-exportador no Produto Interno Bruto nacional; e foi a partir do golpe de 1964 que o capitalismo brasileiro atingiu formas mais avançadas. Em nossa história social e política, a mão forte do Estado, reiteradamente, se ocupou em abrir e pavimentar o caminho para as novas frentes de expansão do capital, seja por meio de subsídios e incentivos fiscais, seja pela instalação de infraestrutura, ou por meio da criação de aparatos institucionais, tal como ocorreu com a agropecuária na Amazônia, com a indústria da pesca, e, também, com a indústria do turismo no litoral nordestino (OLIVEIRA, 1981).

Sintomático disso é o aumento das produções cinematográficas, que, nos anos 1967 e 1968, ainda no governo do general Médici, considerado o de maior repressão, registram uma média de 50 películas realizadas – o que, posteriormente, leva o Brasil à posição de quinto maior produtor cinematográfico do mundo, quando, em 1976, são produzidas 85 películas. Sem dúvida, uma ascensão expressiva, se levarmos em conta que, em fins da década de 1950, a média girava em torno de 30 filmes realizados (ORTIZ, 2006). Acresce-se que em 1960 a tiragem de periódicos era de 3.951.584 cópias, ao passo que, em 1976, o total salta para 1.272.901.104 diários. E nos anos 1975 e 1976, o País já ocupava, respectivamente, o quinto lugar na indústria fonográfica mundial e a sexta posição no mercado publicitário (ORTIZ, 2006).

Nesses diversos setores da indústria cultural, o Estado assumiu o protagonismo das ações modernizadoras. Houve, por exemplo, maciços investimentos na criação de infraestrutura para as redes nacionais de comunicação, caso da Rede Globo de Televisão. Para o regime militar, além de atuar como uma ferramenta de integração nacional, a televisão seria utilizada como um meio para estimular o mercado consumidor e unificar os padrões comportamentais com base nas novidades vindas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O governo, inclusive, subsidiou a compra de televisores, medida que provocou um aumento de 48% na venda de aparelhos em relação ao ano de 1967. Ato contínuo, a televisão se converteu em um poderoso meio de propaganda, e o lucro gerado pela publicidade televisiva criava condições para investimentos em programas de conteúdo nacional, massificando as audiências (FERNANDES, 2013).

O turismo foi outro setor que contou com a mão forte do Estado. Ainda que desde a década 1930 o setor já ocupasse a atenção da política governamental, inclusive de forma anedótica nos conselhos de Alzira Vargas a seu pai (PEIXOTO, 1960), a modernização da atividade turística, materializada no turismo receptivo de massas, ocorreu entre os anos 1960 e 1980, notadamente a partir da criação da Embratur em 1966.

Note-se que os primeiros presidentes da Embratur foram empresários ou membros de associações comerciais, a começar por Joaquim Xavier da Silveira, membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e pelos que o sucederam, a exemplo de Paulo Manoel Protásio, representante das empresas comerciais exportadoras; de Said Farhat, empresário e antigo proprietário da revista União; e de Hermógenes Teixeira Ladeira, empresário do setor de bebidas (AGUIAR, 2010).

Um dos primeiros objetivos da Embratur foi o desenvolvimento da infraestrutura hoteleira no País. Com esse intuito, foram criados o Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) que concediam incentivos fiscais para a construção de hotéis. Prova do esforço governamental é que, ao final do governo do general Médici, 542 novos projetos de construção de empreendimentos hoteleiros já tinham sido aprovados. A isso se somam, na década de 1970, a chegada ao Brasil do primeiro hotel de uma rede internacional, o *Hilton* São Paulo, a instalação do *Novotel* em 1976 e do *Club Mediterranée* em 1977, bem como a criação de redes de hotéis nacionais, como a rede Tropical de Hotéis, *Horsa* e Eldorado (MULLER et al., 2011). Vale destacar, ainda, que o desenvolvimento do setor hoteleiro levou a Embratur a elaborar, em 1975, o Regulamento Geral para a Classificação dos Meios de Hospedagem Brasileiros.

Concomitante aos objetivos prementes, a Embratur concedeu subsídios e desenvolveu programas para o desenvolvimento de outras áreas ligadas à atividade turística. Durante a gestão do presidente Joaquim Manoel Xavier da Silveira, de 1967 a 1971, foram concedidos novos incentivos, como a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) para restaurantes e casas noturnas no Rio de Janeiro. Nessa gestão, também foi criado o Programa Turismo, encarregado de fazer proposições para os empreendimentos turísticos e zonas balneárias (EMBRATUR, 2006).

Na gestão de Carlos Alberto Andrade Pinto, no ano de 1971, prorrogou-se a isenção fiscal para hotéis em construção e, mais importante, criou-se o Fungetur. Sob a gestão de Paulo Manoel Protásio, entre 1972 e 1975, teve início o Programa Nacional de Empreendimentos Turísticos, responsável por legalizar e conceder incentivos fiscais para hotéis, pousadas e *campings*. O pacote de incentivos incluía operações de desconto de imposto de renda em negócios turísticos e benefícios fiscais maiores para as áreas prioritárias do governo, a saber: as regiões Norte e Nordeste do País. Além disso, foi criado o Sistema Nacional de Turismo, responsável por incentivar a atividade por meio de programas como *Conheça o Brasil e Programa Nacional de Turismo*, bem como pelos voos do turismo doméstico (EMBRATUR, 2006).

Na gestão de Said Farhat, de 1975 a 1979, a Embratur investiu na construção de balneários e iniciou o processo de classificação dos hotéis. Implantou, também, com base na Lei 6.513/77, que definiu as primeiras áreas de preservação do equilíbrio cultural e natural, a inventariação de bens culturais e naturais, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), além de criar o prêmio *Rosa dos Ventos* em parceria com o grupo Rede Globo, que laureava as agências de viagens que se destacassem no cenário nacional. E durante a presidência de Miguel Colassuono, entre os anos 1979 e 1984, período que compreende a crise do regime militar e o início da redemocratização do País, foram concebidos os programas *Portões de Entrada no Nordeste, Financiamento de Turistas para o Brasil e Brasil Turístico*, bem como os voos charters para os mercados da Europa e dos Estados Unidos (EMBRATUR, 2006).

Um caso emblemático que a modernização do setor gerou foi o desenvolvimento do turismo de massas na Amazônia. A mobilidade do capital em âmbito nacional, os incentivos e desonerações fiscais, e a ideologia da integração nacional despertaram o interesse de grupos empresariais na região – à semelhança do que ocorrera com o setor agropecuário, quando empresários do Sudeste, atraídos por benesses fiscais para as sedes de suas empresas, começaram a formar fazendas em plena floresta.

As primeiras tentativas de organização do espaço turístico amazônico surgiram no governo de Castelo Branco, conforme se infere dos discursos proferidos pelo general em eventos como na *I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia,* em que a região passou a ser vista como dotada de capacidades econômicas que poderiam promover o crescimento regional e a diminuição das desigualdades. Posteriormente, no governo Médici, o impulso para o turismo veio com a rodovia Transamazônica. A abertura da via influenciou a instalação de equipamentos voltados para a atividade turística, como hotéis e restaurantes – historicamente concentrados, em virtude de barreiras naturais e geográficas, na capital Manaus.

Em síntese, o que se observa ao longo do período foi um esforço da Embratur em converter os bens naturais e culturais do País em novas mercadorias, destravando, assim, formas mais avançadas de acumulação e reprodução do capital. Não surpreende que data do período a chegada ao mercado brasileiro de grupos empresariais de capital estrangeiro, como *Pan American, Hilton, Air France, Othon, Accor, Sheraton, Holliday Inn e Club Mediterranée*. Explica-se, igualmente, por que órgãos ligados às atividades patrimoniais passassem a inventariar bens da União, com o intuito de concedê-los à exploração econômica pelas companhias hoteleiras, caso da Fundação Pró-Memória, ou a razão pela qual casas de cultura popular no Nordeste se associassem a empresas turísticas (ORTIZ, 2006).

Nesse processo, o que desperta atenção é que, à semelhança da produção cinema-tográfica, notabilizada pelas pornochanchadas, a orientação do Estado para venda dessas mercadorias se apoiou no imaginário do exotismo e da sensualidade em terras tropicais, consagrado por múltiplas fontes, desde os cronistas coloniais aos meios de comunicação de massa modernos. Na prática, isso significou a exploração da imagem da mulher brasi-leira como signo pelo governo autoritário para vender e comercializar pacotes turísticos no exterior.

ANÁLISE DO MATERIAL PROMOCIONAL DA EMBRATUR DE 1966 A 1985

A revisão bibliográfica do material promocional idealizado pela Embratur durante o período da ditadura militar proporcionou a identificação de 44 propagandas turísticas. Do universo coletado, em 30 propagandas não se identifica a exploração da imagem da mulher, ante 14 propagandas em que essa situação ocorre.

À primeira vista, a discrepância sugere a relatividade do problema. Ressalta-se, no entanto, que isso expressa em parte o desinteresse pela Embratur na conservação do material promocional do período. Em pesquisa documental nos arquivos da Embratur, Alfonso (2006) relata que, ao entrar em contato com os funcionários do Instituto, foi informada que os arquivos haviam sido doados à Universidade de Brasília, mais precisamente, ao Centro de Excelência em Turismo. No Centro, continua a autora, a tarefa da investigação não foi fácil, pois o material não possuía sequer uma classificação e, grosso modo, era formado por 200 caixas de papelão que continham materiais promocionais e apostilas de cursos: "cheguei mesmo a ser questionada por um alto funcionário do Instituto acerca das razões do meu interesse em preservar documentos relativos a um passado de resultados pouco significativos" (ALFONSO, 2006, p. 33).

No tocante à variável espacialidade, observa-se que a mulher é retratada, em 80% das imagens, em uma praia – embora não se consiga identificar a exata localização geográfica. Em 13% dos anúncios, a mulher é representada no carnaval e em 7%, em florestas. Em comum, o que se verifica é o apelo à tropicalidade e à sexualidade, com a utilização de imagens de mulheres de biquíni, do mar, da areia e de coqueiros.

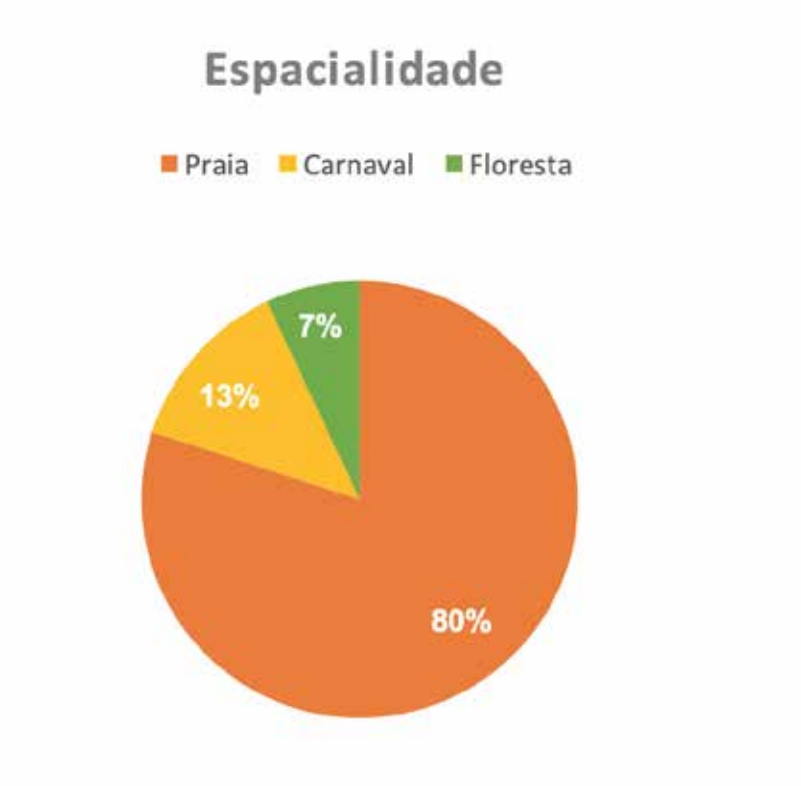


Figura 1 – Propagandas em que se identificam imagens da exploração da mulher brasileira segundo a variável espacialidade

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

De acordo com Brune (1981 apud PADILHA, 2006), a publicidade moderna exerce sete funções ideológicas, quais sejam: o reduzir, frustrar, erotizar, alienar, recuperar, condicionar e infantilizar. A redução de nossos problemas cotidianos é induzida pela publicidade por meio da promessa de satisfação e felicidade. O frustrar alimenta o sentimento de vazio que é importante na lógica de consumo, pois induz o consumo e a vontade de querer mais e mais. O alienar, além de promover o sentimento de perda de personalidade, leva as pessoas a se importarem mais com o olhar do outro do que consigo próprio, reeditando o dilema narcísico. O condicionar está relacionado ao complexo de castração exposto por Freud. O infantilizar torna indistinguível a vida adulta da infância. E o sexualizar nos faz acreditar que a sexualidade humana é algo passível de consumo, em um processo intencional em que o desejo sexual se reduz ao desejo de compra.

Ao vender o Brasil, por meio de praias, carnaval e mulheres sensuais, os anúncios turísticos reforçam a concepção paradisíaca de uma terra fértil, onde "tudo se dá". Em linguagem pós-moderna, cria-se, inclusive, uma aproximação entre a imagem de Brasil Paraíso com as cartas escritas na época do Descobrimento – as descrições do Brasil com referências à selva amazônica e ao paraíso selvagem se assemelham ao conteúdo

das cartas de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, Dom Manuel, à lenda do Eldorado e às narrações bíblicas do Velho Testamento, caso de Adão e Eva no Gênesis (BIGNAMI, 2005).

Acresce-se que não apenas a mulher, mas o próprio cenário é sexualizado pela propaganda turística. O carnaval não é divulgado como uma manifestação cultural, e sim como um evento que provoca a loucura, a libertinagem sexual – em suma, uma festa em que tudo é possível (BIGNAMI, 2005). Em duas propagandas, nas quais se verifica que o cenário é o carnaval, as mulheres são mostradas em desfiles de escolas de samba, com fantasias de carnaval pequenas e corpos bronzeados, sempre dançando e sorrindo[2].

Tomando agora como referência os períodos em que as propagandas foram produzidas: início do regime (1966-1968), período de maior repressão (1969-1973) e o período de transição do regime (1974-1985), observamos que não há nenhuma referência a propagandas da Embratur na década de 1960, mais precisamente no período do início do regime militar (1966-1968). A dificuldade em encontrar material desse período se deve ao fato de que, apesar de ter sido criada em 1966, a Embratur inicia o processo de estruturação do material publicitário somente a partir da década de 1970 (ALFONSO, 2006).

Com relação ao período de maior repressão, foram encontradas apenas 03 propagandas. Porém, apesar de a maioria das propagandas encontradas serem do período de transição, cumpre apontar que 10 propagandas são da década de 1970, década do milagre econômico, em plena hegemonia do regime militar. Na bibliografia sobre o tema, a atuação da Embratur na década de 1970 é caracterizada pelo tripé: carnaval, Rio de Janeiro e mulheres – a cidade do Rio de Janeiro foi a mais divulgada durante o período, com seus atrativos naturais e culturais, e o Cristo Redentor transformado em um ícone. Além disso, no período, houve um grande esforço em aproveitar a conquista da seleção brasileira no campeonato mundial de 1970 disputado no México (ALFONSO, 2006).

No período de transição, entre outras características, as ações promocionais da Embratur passam a se concentrar em 11 mercados: Estados Unidos e Canadá, na América do Norte; Chile e Venezuela, na América do Sul; Alemanha, Suíça, Inglaterra, Escandinávia, França, Itália e Espanha, na Europa. Em 1983, a empresa inicia a campanha Fly To Brazil, que tinha como símbolo uma borboleta colorida. O material promocional possuía um design moderno e com publicação em diversos idiomas (ALFONSO, 2006). Contudo, apesar do processo de abertura do regime e redemocratização, a imagem da mulher brasileira continuava a ser explorada pelos anúncios turísticos: "devido sua beleza multicolor, a borboleta é o emblema da mulher no Japão. Na mitologia grega, a personificação da alma é representada por uma mulher com asas de borboleta" (KAJIHARA, 2008, p. 50).

Ademais, na década de 1980, por causa da implantação de grandes projetos de infraestrutura rodoviária no Nordeste, há um interesse destacado pela promoção turística da região, caso dos projetos Linha Verde, no estado da Bahia, e Cabo Branco, no estado da Paraíba (KAJIHARA, 2008). Atrelado ao modelo rodoviarista para a circulação de mercadorias no espaço nacional, das quais se destaca a mercadoria automóvel, é curioso notar ações voltadas para o turismo doméstico, caso do Brasil Turístico, que objetivava mostrar as vantagens de viajar pelo Brasil, dando ênfase para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Por último, é importante reforçar que, de 1984 a 1986, no momento de abertura do regime militar, a Embratur passou por uma crise financeira, que afetou demasiadamente a promoção turística do Brasil. Daí que somente a partir de 1986 as campanhas voltaram a ser significativas (ALFONSO, 2006).

2 Interessante notar que a sexualização do carnaval foi sistematicamente trabalhada pelo mercado publicitário à época. Em um anúncio feito pela agência DPZ, representado por cinco mulheres nuas com belos corpos e tarjas pretas tapando a região pubiana e os seios, lia-se: "Carnaval do Rio. De 12 a 15 de fevereiro. 96 horas contínuas de diversão, mulheres bonitas, homens bonitos, prazeres [...], sexo seguro e samba. E por final, mas não menos importante sem as tiras" (CAETANO, 2004, sem paginação).

Tabela 1 – Propagandas em que se identificam imagens da exploração da mulher brasileira segundo períodos da ditadura militar no Brasil

Ano	Quantidade	Período
1973	03	Período de maior repressão (1968-1974)
1975	02	Período de Transição do regime (1974-1985)
1976	02	
1977	01	
1978	01	
1979	01	
1984	03	
1985	01	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

No que concerne ao critério racial, das 14 propagandas selecionadas, 73% dos anúncios utilizam mulheres pardas, ao passo que apenas 14% são negras e 4%, índias. Não foram identificadas mulheres brancas, tampouco amarelas (orientais). E em 9% das imagens não foi identificada a raça das mulheres, apenas as silhuetas – o que enfatiza o uso instrumental e o apelo sexual das imagens. Além disso, as mulheres são representadas segundo um estereótipo associado às mulatas: mulheres com seios fartos, cintura fina e quadris largos.

A sobrerrepresentação das mulatas, também, se explica ideologicamente. Referimo-nos à função que o mulato tem desempenhado como agente conciliatório na sociedade brasileira, notadamente nos momentos mais agudos de sua modernização. O cronista colonial, André João Antonil, já dizia que o Brasil era o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos (DaMATTA, 2015). Mas foi durante o Estado Novo varguista que a ideologia da mestiçagem alcançou a política estatal, posto que livre das amarras do racismo científico e reelaborada pela sociologia de Gilberto Freyre. É interessante notar que o mesmo Estado que reprimia os movimentos negros da época, a exemplo da Frente Negra Brasileira, apoiava as raízes sincréticas e afrodescendentes da identidade nacional (SKIDMORE, 2001).

Esses mecanismos de conciliação se repetem durante o regime militar. No caso dos anúncios turísticos, se, por um lado, a imagem da mulata é explorada sexual e comercialmente; por outro, era uma forma de escamotear a realidade política do País no exterior, bem como acomodar as tensões sociais internas produzidas pelo regime.

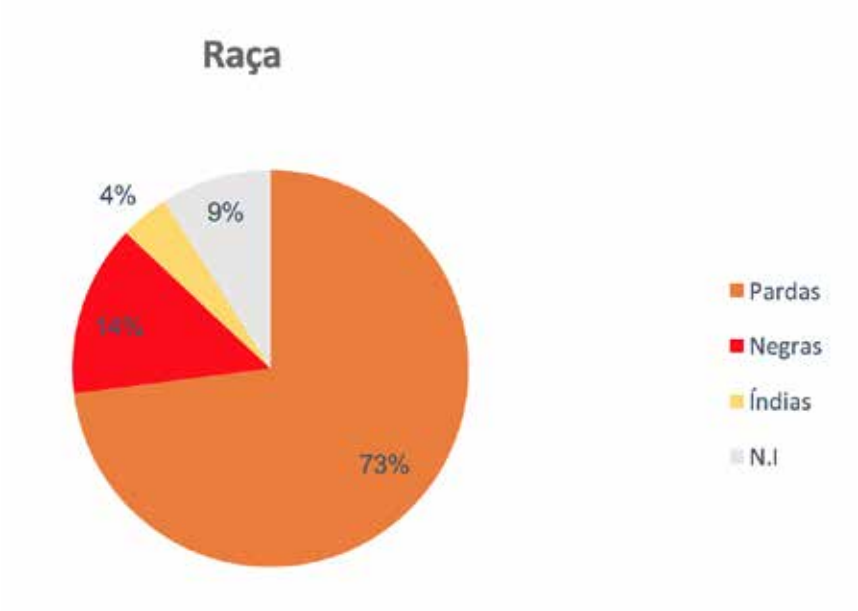


Figura 2 – Propagandas em que se identificam imagens da exploração da mulher brasileira segundo a variável raça

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

Já em relação ao critério posição, em 59% dos anúncios as mulheres aparecem de frente, ante 18% em que aparecem de costas e 23%, de perfil. Chama atenção o fato de que, em algumas propagandas, não é possível identificar o rosto da mulher, o que reforça a imagem da mulher-objeto.

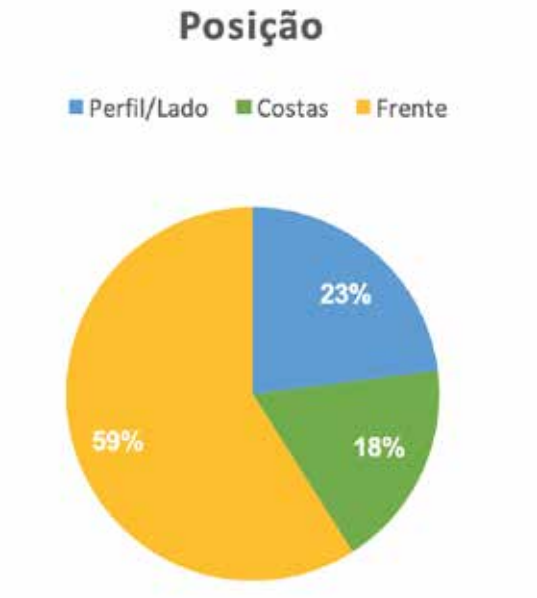


Figura 3 – Propagandas em que se identificam imagens da exploração da mulher brasileira segundo a variável posição

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

Em síntese, a análise do material promocional produzido pela Embratur durante o regime militar evidencia a sistemática exploração da imagem da mulher brasileira. A nosso ver, o fato de esses anúncios representarem uma terça parte do total identificado pela pesquisa bibliográfica não reduz a validade da conclusão, pelo contrário, com base nos critérios adotados, nas 14 imagens em que a aparece a figura feminina, identificamos, em todas, elementos de objetificação e sexualização. Como dito, a exploração do corpo da mulher nesses anúncios turísticos não reflete apenas os interesses político-ideológicos do regime militar, mas fundamentou o modelo de desenvolvimento do turismo no País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos históricos possuem a vantagem metodológica de expressar a realização concreta dos fenômenos sociais. Ao contrário da perspectiva sistêmica que busca a homogeneização, na tentativa de apreender o conceito, a perspectiva histórica, ao atentar para o processo, tende a suscitar as desigualdades de um dado fenômeno social em suas variadas dimensões, seja como prática social, atividade econômica, ou fenômeno cultural e político.

No Brasil, historicamente, é durante o período militar que se identifica a consolidação daquilo que os *frankfurtianos* conceituaram de indústria cultural. Assim, apesar de os anos 1930 terem contado com o rádio para amparar a criação de um espaço nacional de circulação de mercadorias, é na ditadura que se forma um espaço nacional de circulação de capital – no qual passam a concorrer diversas frações, notadamente o capital internacional, até então não hegemônico no arco de posições montado pelo varguismo.

O desenvolvimento do turismo em nossa realidade se insere nesse quadro histórico. O que, sem dúvida, singulariza o fenômeno. Tal como ocorreu com outros setores da economia nacional, a atividade dependeu em larga medida da mão forte e autoritária do Estado. Aqui, pela *manu militari*, a ideologia da segurança nacional e a ameaça do comunismo garantem a rentabilidade dos investimentos turísticos, assegurando-lhes uma taxa média de lucro, como condição de sua modernização.

Ademais, se é verdade que o desenvolvimento do turismo no litoral nordestino responde à mesma lógica dos atrativos dos principais destinos internacionais. Afinal, a lógica reprodutiva do capital está presente tanto em uma estada à beira mar como em um passeio ao museu do Louvre. Por outro lado, aqui, ao contrário da França, a forma-mercadoria, para se realizar, retirou o conteúdo de sua linguagem na erotização da mulher brasileira – historicamente derivada de múltiplas fontes, dos cronistas coloniais aos meios de comunicação de massa modernos. Apropriado, sistematizado e reproduzido por aquela que durante décadas foi a principal instituição responsável pela atividade no País, o imaginário do erótico se associou ao turismo e, transformado em atrativo turístico, incluiu o produto destino-Brasil na rota do turismo sexual.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. B. Estado, Turismo, Cultura e Desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER, 6., São Cristóvão. **Anais**... São Cristóvão, 2010.

ALFONSO, L. P. **Embratur**: formadora de imagens da nação brasileira. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. **O lazer no Brasil**: de Getúlio Vargas à Globalização. São Paulo: Phorte, 2011.

BIGNAMI, R. **A imagem do Brasil no turismo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2005.

CAETANO, R. A publicidade e a imagem do produto Brasil e da mulher brasileira como atrativo turístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., São Paulo. **Anais**... São Paulo: Intercom, 2004.

CANCLINI, N. **Culturas Híbridas**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

EMBRATUR. **Embratur 40 anos**: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília: MTur, 2006.

FERNANDES, A. M. N. A política cultural à época da ditadura militar. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 173-192, jan.-jun. 2013.

FERNANDES, F. A **Revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GAMA. G. L. G. Turismo e ditaduras: a construção de imagem através das políticas de turismo. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 6., 2009, São Paulo. **Anais**... São Paulo: UAM, 2009.

IANNI, O. **Estado e Planejamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KAJIHARA, K. A. **A Imagem do Brasil no Exterior**: análise do Material de Divulgação da Embratur desde 1966 até os dias atuais. 2008. 97 f. Trabalho de conclusão de curso – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KOWARICK, L. Estratégias do Planejamento Social no Brasil. **Cadernos Cebrap**, n. 2, 1976.

MARTINS, J. S. **A Sociologia como aventura**: memórias. Contexto: São Paulo, 2013.

MULLER, D. et al. O Despertar do Turismo no Brasil: a década de 1970. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 1., 2011, Algarve. **Anais**... Algarve: Book of Proceedings, 2011. p. 692-700.

NOVAIS, F.; MELLO, J. M. C. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F.; SCHWARCZ, L. (Org.) **História da vida privada no Brasil**, v. 4. São Paulo: Companhias das Letras, 1998. p. 559-659.

OLIVEIRA, C. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 3. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1981.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PADILHA, V. **Shopping Center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEIXOTO, A. V. A. **Getúlio Vargas, meu pai**. Porto Alegre: Globo, 1960.

SANTOS FILHO, J. Ditadura utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. **Revista Espaço Acadêmico**. Universidade Estadual de Maringá – UEM, n. 84, p. 01-09, maio de 2008.

SILVA, P. L. Luciano Huck oferece brasileiras para gringos e revolta fãs. **Revista Veja**, São Paulo, 2014. Disponível em: ‹http://veja.abril.com.br/entretenimento/luciano-huck-oferece-brasileiras-para-gringos-e-revolta-fas/›. Acesso em: jun. 2016.

SKIDMORE, T. **O Brasil visto de fora**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

O mercado de trabalho para o profissional da hotelaria na cidade de Limoeiro do Norte – CE

The job market for the hospitality professional in Limoeiro do Norte city – CE

El mercado de trabajo para el profesional de la industria de la hospitalidad en la ciudad de Limoeiro do Norte – CE

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1342

Edvanda Maria Melo Maia ‹ edvandamel@gmail.com ›
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Limoeiro do Norte, CE, Brasil.

RESUMO

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 13-out-2016
Aceite: 02-jul-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

MAIA, E. M. M. O mercado de trabalho para o profissional da hotelaria na cidade de Limoeiro do Norte – Ceará. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 79-92, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

O presente artigo pretende conhecer o mercado de trabalho para o profissional da hotelaria na cidade de Limoeiro do Norte – Ceará. Este tem como objetivo principal analisar a empregabilidade do aluno egresso do curso de Tecnologia em Hotelaria oferecido pelo Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil na referida cidade. Entre os objetivos específicos, inclui-se o de investigar o perfil do profissional de hotelaria requerido pelos meios de hospedagem da cidade e o de verificar as possibilidades de trabalho para os alunos egressos do curso no setor hoteleiro do município. Ao final do estudo, pôde-se concluir que os alunos egressos do curso não têm encontrado colocação nos empreendimentos hoteleiros da cidade e da região como um todo e que esses estabelecimentos não exigem uma formação técnica ou acadêmica na área como requisito para contratação de sua mão de obra. Essa mesma realidade foi verificada em outros estudos sobre o tema. A maioria destes constatou que isso ocorre devido à falta de sintonia entre as instituições de ensino superior e o mercado de trabalho, que têm expectativas divergentes no tocante à formação que deve ser ofertada ao profissional da área.

Palavras chave: Mercado de trabalho. Perfil profissional. Qualificação profissional. Hotelaria.

ABSTRACT

This work intends to explore the job market for the hospitality professional in Limoeiro do Norte city – in Ceará. Its main goal is to analyze the employability of the graduate students from the Tecnologia em Hotelaria course offered by Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil in the previous mentioned city. As for the specific goals, there is the investigation of the hospitality professional profile required by the hosting sites of the cities. In addition, to verify the job possibilities for the course graduate students in the hotel sector in the city. By the end of this study, it was possible to conclude that the course graduate students have not found jobs in the hotel sites in the city and the region as a whole; and these establishments do not demand a technical or academic graduation in the area as a requirement for hiring their workmanship. This same reality was verified in other studies concerning the theme. Most of them has shown that this happens due to a lack of tune between the higher education institutions and the job market, which have divergent expectations concerning the qualification that should be provided to the professional in this area.

Keywords: *Job market. Professional profile. Professional qualification. Hospitality.*

RESUMEN

El presente artículo pretende conocer el mercado de trabajo para el profesional de la hostelería en la ciudad de Limoeiro do Norte – Ceará. Este tiene como objetivo principal analizar la empleabilidad del alumno egresado del curso de Tecnología en Hotelería ofrecido por el Polo de Apoyo Presencial de la Universidad Abierta de Brasil en la referida ciudad. Entre los objetivos específicos, se incluye el de investigar el perfil del profesional de hotelería requerido por los medios de hospedaje de la ciudad y el de verificar las posibilidades de trabajo para los alumnos egresados del curso en el sector hotelero del municipio. Al final del estudio, se pudo concluir que los alumnos egresados del curso no han encontrado colocación en los emprendimientos hoteleros de la ciudad y de la región como un todo y que esos establecimientos no exigen una formación técnica o académica en el área como requisito para contratación de su mano de obra. Esta misma realidad se verificó en otros estudios sobre el tema. La mayoría de éstos constató que esto ocurre debido a la falta de sintonía entre las instituciones de enseñanza superior y el mercado de trabajo, que tienen expectativas divergentes en cuanto a la formación que debe ser ofrecida al profesional del área.

Palavras clave: *Mercado de trabajo. Perfil profesional. Cualificación profesional. Hospitalidad.*

INTRODUÇÃO

De acordo com o *World Travel & Tourism Council* (2018), o turismo foi responsável pela injeção de R$ 520,5 bilhões no Brasil em 2017, o equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano. O valor representa o crescimento de 7% em relação ao ano anterior. O setor gerou 6,59 milhões de postos de trabalho no mesmo período, sendo 2,33 milhões de empregos diretos.

Em estudo realizado pela Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2017), o impacto do turismo no PIB do estado saltou, no período de 2006 a 2016, de 9,4% para 11,7%. A renda gerada pelo setor também evoluiu, passando de 4,5 bilhões de reais para 9,6 bilhões de reais, o que representa um aumento de 120,2%. No mesmo período, a demanda hoteleira teve um crescimento anual de 5,2%.

Conhecido como um povo acolhedor, o cearense se sobressai no quesito hospitalidade, cativando os seus visitantes, de modo que estes se sentem atraídos a retornar sempre que possível. No entanto, o conceito de hospitalidade é mais complexo do que apenas "o jeito de ser de um povo". É necessário que haja, ao mesmo tempo, investimentos na qualificação dos profissionais da área, uma vez que esse mercado tem se mostrado cada vez mais competitivo, exigindo, acima de tudo, a excelência dos serviços ofertados.

Nesse sentido, os prestadores de serviços turísticos, como agências de viagem, organizadoras de eventos, meios de hospedagens, entre outros, precisam se adaptar rapidamente às demandas dos novos consumidores. É sabido que esse público, como relatado anteriormente, vem exigindo a oferta de produtos e serviços de boa qualidade.

É nesse novo contexto que os meios de hospedagens passam a ocupar uma posição de destaque dentro da cadeia produtiva do turismo, uma vez que são os responsáveis por acolher o turista durante a sua estada em um *habitat* diferente do seu. Esses empreendimentos têm uma importante missão: fazer com que seus hóspedes se sintam em casa, mesmo não estando nela.

No intuito de municiar o mercado cearense com profissionais qualificados, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituiu o Curso de Tecnologia em Hotelaria na modalidade a distância. E no ano de 2007 deu-se início à primeira turma do Curso de Tecnologia em Hotelaria oferecida pelo polo de apoio presencial da UAB em Limoeiro do Norte.

Limoeiro do Norte, município situado a leste do estado do Ceará, na macrorregião Vale do Jaguaribe, localiza-se a cerca de 162,0 quilômetros de Fortaleza e foi incluído pelo Ministério do Turismo (MTur) no Mapa do Turismo Brasileiro 2013, documento que apresenta as regiões e municípios consagrados como destinos turísticos no País, bem como os municípios com potencial para o desenvolvimento da atividade turística. Outras três cidades da região também foram incluídas nesse mapa: Jaguaribara, Jaguaribe e Morada Nova.

Diante desse contexto, o presente estudo visa conhecer o mercado de trabalho para o profissional da hotelaria em Limoeiro do Norte, tendo como objetivo principal analisar a empregabilidade do aluno egresso do curso de Tecnologia em Hotelaria existente na cidade. Entre os objetivos específicos, estão: investigar o perfil do profissional de hotelaria requerido pelos meios de hospedagem da cidade e verificar as possibilidades de trabalho para os alunos egressos do curso no setor hoteleiro do município.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa qualiquantitativa de caráter exploratório, executada por meio da realização de entrevistas com os proprietários de quatro meios de hospedagens locais, além da aplicação de 18 questionários semiestruturados com os alunos egressos do curso de Tecnologia em Hotelaria do polo Limoeiro do Norte.

A necessidade da realização do estudo surgiu a partir da inquietação de muitos concludentes do referido curso, ainda no ano de 2010 (ano em que a primeira turma colou grau), em relação à possibilidade ou não de ingressarem no mercado de trabalho local por meio da qualificação conferida pela graduação. Desde então, os alunos do curso se questionam se os hotéis e similares da cidade estariam dispostos a absorver a mão de obra qualificada disponível.

Destarte, a execução desta pesquisa se torna relevante na medida em que oferece aos alunos egressos e aos que pretendem ingressar no curso um panorama atualizado da realidade local desse setor produtivo. Com isso, esse público poderá se adequar às exigências dos meios de hospedagens e do mercado de trabalho, tendo a oportunidade de, assim, aumentar sua empregabilidade.

QUALIFICAÇÃO: A CHAVE PARA O SUCESSO?

É consenso entre os autores que se dedicam ao estudo do Turismo que a qualificação da mão de obra empregada em um empreendimento do setor é um fator decisivo para a sobrevivência deste em um mercado tão competitivo e globalizado.

Para Robledo, Arán e Pérez-Aranda (2015), o empregado é a chave para a percepção da qualidade do serviço por parte dos clientes, devendo seu conhecimento ser considerado um recurso estratégico para o empreendimento. Assim, investir na qualificação desse profissional, principalmente daqueles que entram diretamente em contato com o hóspede, é imprescindível para garantir a rentabilidade e a vantagem competitiva da empresa hoteleira, uma vez que a excelência do serviço prestado está diretamente relacionada com a qualificação das pessoas que o executam.

Beni (2001) acrescenta que a qualidade também se alicerça no comportamento do homem ao qual é confiada a responsabilidade pelo serviço. Para o autor, é no homem e no local onde o serviço é prestado que está o perigo de a expectativa da demanda não ser satisfeita.

Para Caon (2008 apud CONCEIÇÃO; FRAGA, 2016), a falta ou insuficiência da qualificação dos profissionais que atuam no contato direto com o cliente impacta no nível de satisfação deste em relação ao serviço prestado.

De acordo com Fu, Yang e Chu (2014 apud SANTOS; SILVA, 2015), a qualificação assume papel decisivo no ciclo de vida, na produtividade e competitividade de empresas hoteleiras, visto que um capital humano melhor capacitado é capaz de elevar seus resultados operacionais, administrativos e financeiros.

Broncano e Andrés (2009) salientam que o trabalhador não deve ser visto como um mero executor de regras e procedimentos prescritos pela administração e sim como interlocutor direto entre a empresa e o cliente e como o único capaz de, ao identificar suas necessidades, oferecer-lhe um serviço personalizado e de excelente qualidade.

Porém, não basta investir somente em programas de capacitação técnica para se atingir a excelência do serviço, é preciso atentar também para a satisfação do funcionário em seu ambiente de trabalho.

Robledo, Arán e Pérez-Aranda (2015) destacam que, para se conseguir a fidelização do cliente, as empresas devem manter satisfeitos primeiramente seus colaboradores, pois só assim eles estarão motivados a oferecer o serviço com a qualidade esperada.

Percebe-se, assim, que a qualificação do capital humano é condição sine qua non para manter a rentabilidade e a competitividade das empresas que prestam serviços, principalmente serviços turísticos/hoteleiros. O profissional qualificado pode ser considerado responsável, em grande parte, pelo sucesso ou fracasso de tais empresas.

Destarte, algumas indagações se mostram essenciais: quais características definem o profissional qualificado? Qual é o perfil do profissional procurado pelas empresas que prestam serviços turísticos, especialmente pela hotelaria? Sendo mais específico ainda, qual o perfil do profissional requerido pelos meios de hospedagem da cidade de Limoeiro do Norte?

PERFIL DO PROFISSIONAL DE HOTELARIA

Não existe um perfil predefinido de um profissional qualificado para atuar na hotelaria. Na verdade, esse perfil depende, em grande parte, da realidade local, do perfil do cliente atendido pelo empreendimento e de outras características que tornam cada meio de hospedagem único.

A existência dessas peculiaridades torna praticamente impossível traçar um perfil único e homogêneo para esse profissional, o que pode dificultar no momento da escolha de um curso de capacitação ou de ingresso no mercado de trabalho.

Ademais, existem outros atores que precisam ser considerados no momento da busca pela definição de um perfil para o profissional que atuará na área: as instituições de ensino, que são responsáveis pela oferta de qualificação técnica, e o próprio profissional que deve ter seus anseios levados em conta.

Todavia, esses agentes nem sempre estão em consenso, é o que mostra estudos como o de Pimentel et al. (2018). Segundo os autores, as instituições de ensino possuem uma visão voltada para aspectos teóricos e pouco ligados ao mercado de trabalho, o que leva os empresários a apontarem a pouca ou nenhuma relação entre a formação e a atividade de seus estabelecimentos comerciais, acreditando, muitos deles, que essa formação é desnecessária.

Essa é a mesma conclusão a que chega o MTur (2015). Para o órgão, há uma forte inadequação dos cursos superiores de Turismo em face das reais demandas do setor. Ele acrescenta que uma formação excessivamente generalista do turismólogo, com deficiências em gestão e pouco espírito prático, é o motivo para a baixa absorção desse profissional no mercado de trabalho.

A entidade ainda aponta para a necessidade da realização de diagnósticos que proporcionem a identificação das reais necessidades mercadológicas do setor e da reformatação dos cursos superiores de Turismo e Hotelaria no intuito de supri-las.

Gaio e Fernandes (2006) acrescentam que os cursos superiores de Turismo vêm capacitando seus estudantes para assumirem cargos gerenciais, ao passo que, como demonstrado também por Pimentel et al. (2018), a maioria dos postos ocupados por profissionais de turismo relaciona-se com áreas operacionais, principalmente operações ligadas à venda.

Eurico, Silva e Vale (2012) chamam atenção para a necessidade de se instaurar uma relação mais estreita entre a comunidade empresarial, as instituições de ensino superior e os diplomados/profissionais de turismo no sentido de traçar estratégias para o atendimento das reais necessidades dos diferentes atores envolvidos.

Os autores acrescentam que a formação acadêmica, por si só, não é garantia de sucesso e progressão profissional do diplomado em Turismo. Ao estudar o sistema produtivo de Portugal, eles apontam sua incapacidade em assimilar os crescentes contingentes de diplomados, resultando em um crescimento do desemprego qualificado.

Hoerner e Sicart (2013 apud PIMENTEL et al. 2018), ao analisarem as necessidades do turismo da França e da Inglaterra, chegam à mesma conclusão. Eles afirmam que cerca de 80% dos egressos dos cursos superiores de Turismo não atuam no mercado de trabalho do setor. O que os leva a escolherem outras áreas do conhecimento para dar sequência à sua vida profissional.

Posto isso, percebe-se não ser tarefa fácil traçar um perfil que sirva para nortear o profissional formado, ou que planeje se formar, na área. Nem se pretende encerrar aqui a discussão sobre o tema, o qual demonstra ser demasiado complexo e necessita de uma coalizão de forças para a busca de uma direção que aponte para a solução dessa problemática.

No entanto, alguns autores dão sua contribuição para o debate ao listar algumas competências/habilidades consideradas desejáveis para os que atuam na atividade turística/hoteleira.

De acordo com Fornari (2006 apud MOTA; SILVA, 2013), atributos e qualidades pessoais precisam estar aliados ao processo de qualificação e capacitação continuada.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) formulou uma série de normas técnicas nas quais são descritos os conhecimentos, habilidades e atitudes/atributos (CHA) esperados de algumas profissões ligadas à atividade turística. Esse conjunto de normas foi editado para garantir a qualidade e segurança para o setor, servindo como importante referencial na estruturação do País para a Copa do Mundo FIFA de 2014.

Com base nessas normas técnicas, Mota e Silva (2013) identificaram o perfil profissional requerido pelos meios de hospedagens, agências de viagens e por órgãos públicos oficiais do turismo na cidade de Fortaleza, Ceará. Para as autoras,

> um bom gerente na área deve apresentar competências para comunicar, planejar e gerir o setor onde atua, além daquelas específicas da profissão, destacando-se, principalmente: a multifuncionalidade, o domínio de línguas estrangeiras e o conhecimento teórico-prático da profissão (MOTA; SILVA, 2013, p. 25).

As autoras acrescentam ainda que na visão dos gestores de hotéis e afins e da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) Ceará, as competências que merecem destaque são: domínio de línguas estrangeiras, conhecimento teórico-prático, habilidades interpessoais e habilidades técnicas específicas da área, em nível operacional e gerencial.

Outros autores como Fornari (2006 apud MENDES; SANTOS, 2009) listam competências necessárias para que o profissional do setor hoteleiro participe do mercado de trabalho de maneira competitiva. Destacam-se as seguintes: ser criativo, ter capacidade de adaptar-se às mudanças; ser consciente de sua responsabilidade social e política; ser ético; ter iniciativa; saber trabalhar em equipe; possuir raciocínio lógico para analisar e diagnosticar situações; ser líder; saber tomar decisões com dinamismo; saber utilizar novas tecnologias e equipamentos; ter conhecimentos técnicos e ter domínio de idiomas.

Mendes e Santos (2009) relacionam os aspectos mais importantes na visão de gestores de meios de hospedagem e que mais são levados em consideração em três fases distintas: na pré-seleção, na contratação e na promoção de seus colaboradores. Na pré-seleção, assim como na contratação, os aspectos considerados os mais importantes são: experiência anterior na área e formação acadêmica na área, seguida de fluência em idiomas, formação em qualquer outra área e a indicação. Na promoção, os quesitos vistos como mais importantes foram habilidades técnicas, seguidas de habilidades interpessoais e habilidades pessoais.

Também levando em consideração a opinião de gestores de meios de hospedagem, Paiva, Santos e Lacerda (2014) apontam as seguintes competências como fundamentais: compreender a si mesmo e aos outros, comunicar-se eficazmente e contribuir para o desenvolvimento dos empregados; gerenciar projetos, planejar o trabalho e gerenciar de modo multidisciplinar; e trabalhar de modo produtivo, fomentar um ambiente de trabalho produtivo e gerenciar o tempo e o estresse (próprio e da equipe).

Já Melo e Gonçalves (2015), ao investigarem quais competências diretores de cursos de ensino superior de Turismo consideram elementares, assinalam o domínio dos conceitos de gestão aplicada; conhecimentos sobre contabilidade, gestão de recursos humanos, marketing e conceitos relacionados ao turismo; capacidades linguísticas e comunicacionais; conhecimentos sobre a realidade social, econômica e cultural do universo profissional que os aguardam; conhecimento sobre protocolos; saber conversar com as pessoas; domínio das tecnologias e habilidade com os recursos digitais; capacidade de comunicação oral e escrita em duas ou mais línguas estrangeiras; ser flexível e capaz de satisfazer os novos tipos de clientes com novas necessidades.

Como é possível perceber, não é somente a formação técnico-científica que é considerada na hora de se determinar quais competências são fundamentais para o profissional de turismo/hotelaria. Conforme Silva (2005 apud PEQUENO, 2012. p. 103), "o mundo globalizado exige profissionais com diversas habilidades e competências, tais como: multifuncionalidade, eficiência, criatividade, visão de futuro, entre outros".

Por se tratar de uma profissão que envolve o desempenho de atividades em diversos níveis, desde o operacional até o estratégico, bem como exige o contato, muitas vezes direto, com outras pessoas, demanda-se uma educação multidisciplinar, que proporcione ao profissional conhecimento das diversas áreas que compõem a empresa, além de habilidades interpessoais, sociais e vivências profissionais ao longo de sua formação.

Como dito anteriormente, devido à heterogeneidade característica do setor turístico/hoteleiro, não é possível se delimitar um perfil único, universal do profissional que nela atuará. Há que se levar em conta todas as características inerentes a essas atividades e principalmente considerar a realidade na qual o empreendimento está inserido.

É possível que determinado meio de hospedagem, falando agora especificamente do setor hoteleiro, exija boa parte dessas competências/habilidades elencadas acima na hora de selecionar seu colaborador, do mesmo modo que é compreensível que outro (de menor porte, por exemplo) exija poucas ou nenhuma

delas, isso vai depender das idiossincrasias de cada empreendimento. Cabe ao seu gestor, montar o perfil do profissional que satisfaça as necessidades de seus clientes.

METODOLOGIA

A realização do presente estudo, que se deu entre os meses de março e junho de 2014, surgiu da necessidade de avaliar a situação de empregabilidade dos alunos concludentes do curso de Tecnologia em Hotelaria, ministrado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir de estudos iniciais, foi traçado o objetivo principal deste trabalho: analisar a empregabilidade do aluno egresso do referido curso na cidade de Limoeiro do Norte. Além disso, buscou-se traçar o perfil do profissional de hotelaria requerido pelos meios de hospedagem da cidade e verificar as possibilidades de trabalho para os alunos egressos do curso no setor hoteleiro do município.

Após a escolha do tema e definição dos objetivos, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica relacionada ao tema, que permitiu fundamentar a estrutura teórica da pesquisa e adequar os objetivos e a metodologia de trabalho, envolvendo teoria e prática. Foram analisados, ainda, documentos e dados referentes ao desenvolvimento do setor de turismo, tanto em nível nacional como em nível local, no sentido de fomentar a relevância da pesquisa. Esta revisão bibliográfica baseou as considerações apresentadas ao longo da pesquisa, bem como auxiliou na elaboração dos questionários e na realização das entrevistas.

Em seguida, foi realizada visita aos quatro meios de hospedagem da cidade para a realização de entrevistas e aplicação de questionários. O universo da pesquisa foi dividido em dois grupos distintos. O primeiro é formado pelos responsáveis pelo setor de contratação dos meios de hospedagens existentes na cidade, que, na atualidade, resumem-se a apenas quatro estabelecimentos, e o segundo, por 18 alunos egressos do curso de Tecnologia em Hotelaria do polo Limoeiro do Norte.

Com os empresários do setor hoteleiro, foi realizado um questionário semiestruturado com 16 perguntas (abertas e fechadas) referentes ao estabelecimento e ao nível de qualificação de seus funcionários. As perguntas dirigidas a esses entrevistados tinham como finalidade identificar os tipos de estabelecimentos hoteleiros existentes na região e traçar um breve perfil dos funcionários, levando em conta alguns aspectos, tais como escolaridade e qualificação profissional. Buscou-se, ainda, saber quais exigências são levadas em consideração no momento de contratação. Nesse sentido, os interrogados foram questionados acerca do interesse na admissão de alunos egressos do curso de Tecnologia em Hotelaria.

Por sua vez, o questionário endereçado aos ex-alunos que concluíram satisfatoriamente o referido curso, além de traçar um perfil resumido desses profissionais, buscou enfatizar a questão da empregabilidade, procurando identificar as percepções dos alunos quanto às contribuições do curso para o seu currículo e as dificuldades encontradas na busca pela inserção e manutenção no mercado de trabalho, tanto nos estabelecimentos da região como de outros locais.

RESULTADOS

ALUNOS EGRESSOS DO CURSO DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA

De acordo com informações obtidas no polo de apoio presencial de Limoeiro do Norte, até o momento da finalização da pesquisa, 30 alunos haviam concluído o curso de Tecnologia em Hotelaria. No sentido de viabilizar a pesquisa com esse grupo, foi enviado um questionário através de correio eletrônico (e-mail) para todos os alunos que haviam logrado êxito nessa graduação.

Desse total, 18 enviaram o questionário respondido. Na tentativa de obter as respostas dos 12 alunos restantes, foi efetuado contato através de telefone e das redes sociais, porém, não se obteve nenhum retorno satisfatório. Assim, esse grupo foi formado por uma amostra equivalente a 18 alunos egressos, 60% do total de alunos formados pelo referido curso.

Dos respondentes, seis afirmaram ter escolhido cursar Tecnologia em Hotelaria somente para obter um diploma de ensino superior. Uma parcela igual sinalizou ter escolhido o curso porque sempre quis trabalhar na área de turismo/hotelaria. Do restante, apenas três alegaram que os outros cursos oferecidos na região não os interessavam e outros três apresentaram outras justificativas, como o interesse em aprender outras línguas presentes na grade curricular do curso e o fato de trabalhar na Secretaria de Cultura e Turismo da cidade de Limoeiro do Norte.

Embora alguns alunos tenham afirmado possuir interesse em atuar no ramo do turismo e/ou hotelaria, apenas um deles afirmou trabalhar na área, mais especificamente ministrando um curso no segmento de turismo e hotelaria no Serviço Nacional do Comércio (Senac) do estado de Pernambuco. A maior parte, 17 alunos, não encontrou colocação nos meios de hospedagens da própria região, nem de outras localidades.

Quando indagados sobre o motivo pelo qual não estão trabalhando na área de hotelaria do município e de seu entorno, dez afirmaram ter conseguido um emprego em outra área de atuação. Cinco afirmaram que os meios de hospedagens da região não estão dispostos a contratar a mão de obra recém-qualificada. Dois alegaram que não possuem interesse em trabalhar na área, sem especificar o motivo. Outro aluno mencionou a falta de vagas de emprego nos hotéis e similares da região, o que o impulsiona a busca por ocupações de trabalho em outras áreas.

Dos ex-alunos entrevistados, 15 afirmaram nunca ter trabalhado na área e apenas três haviam exercido (ou exerciam no momento da entrevista) alguma atividade relacionada à área. Entre os que conseguiram inserção no mercado turístico/hoteleiro, um já apresentava alguma experiência antes de ingressar no curso de Tecnologia em Hotelaria e somente dois conseguiram ocupações após a conclusão do referido curso.

Quando interrogados acerca do motivo de não estarem mais exercendo atividade na área do turismo/hotelaria, os alunos alegaram ter conseguido um emprego melhor, tendo em vista que a remuneração financeira e as condições de trabalho oferecidas pelos hotéis e similares da região não são consideradas atrativas. Um dos entrevistados alegou ter se distanciado do setor para ingressar em um curso de pós-graduação.

De todos os alunos que responderam ao questionário, apenas um afirmou ter ido a algum meio de hospedagem em busca de inserção no mercado de trabalho. Para ele, no entanto, o estabelecimento não demonstrou interesse em sua contratação, talvez por não ter condições de pagar um salário compatível

com a sua formação. Essa é a percepção da maioria dos alunos egressos, mesmo daqueles que ainda não buscaram emprego nos hotéis da região.

É consenso entre os entrevistados que os donos dos meios de hospedagens da região não estão dispostos a remunerar adequadamente os profissionais formados. Alguns acrescentaram que, pelo fato de configurarem-se na categoria de pequeno porte, os hotéis da região não oferecem boas oportunidades de emprego e as condições de trabalho não são satisfatórias. Outros afirmaram que os donos desses estabelecimentos preferem contratar amigos e parentes e que falta o reconhecimento por parte dos empresários do setor de que o aluno egresso da academia está apto a entrar no mercado de trabalho.

Quando questionados sobre a importância do curso para a sua vida profissional, 17 responderam que o curso de Tecnologia em Hotelaria não contribuiu para que eles pudessem ser inseridos no mercado de trabalho na área do turismo/hotelaria da região e 13 afirmaram que o curso também não contribuiu para que pudessem conseguir colocações em outras áreas. Apenas um afirmou que o curso ajudou a obter emprego na área e cinco informaram que o curso ajudou a conseguir emprego em outros setores.

HOTELEIROS DA CIDADE DE LIMOEIRO DO NORTE

Após uma consulta ao banco de dados do setor de tributação da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte, verificou-se que cinco meios de hospedagens da cidade possuíam cadastro no órgão. Entretanto, apenas quatro estavam ativos. Um estava inativo e já não existia mais. Todos eles foram visitados para a aplicação do questionário, que foram direcionados às pessoas responsáveis pela contratação dos funcionários. Em geral, verificou-se que esse profissional ou era o próprio empregador, dono do local, ou algum de seus familiares.

Os quatro empreendimentos pesquisados empregam, ao todo, 38 funcionários, ou seja, uma média aproximada de dez funcionários por hotel. Esse número não varia muito ao longo do ano, visto que o público-alvo desses estabelecimentos são representantes comerciais que visitam a cidade e região a trabalho ao longo de todo o ano.

Os empregados desses estabelecimentos ocupam os cargos de recepcionistas, camareiras, lavadeiras, cozinheiros, vigias, auxiliares de manutenção, copeiros, governantas e gerentes.

Vale ressaltar que estes dois últimos cargos, considerados de chefia e, consequentemente, de confiança, são ocupados pelos proprietários do empreendimento ou por algum parente. Os demais cargos, considerados operacionais, são preenchidos mediante a contratação de profissionais que não fazem parte do círculo familiar do proprietário.

O instrumento mais utilizado para se realizar essas contratações é a indicação: todos mencionaram fazer uso dessa ferramenta para selecionar seus funcionários. Além disso, dois afirmaram também receber currículos para análise e apenas um declarou já ter recorrido aos bancos de emprego, sem obter, entretanto, o resultado esperado.

Quando indagados sobre o nível de escolaridade dos funcionários, alguns não tiveram certeza ao responder, porém, afirmaram que a maioria possuía o ensino médio, principalmente os recepcionistas. Já os cozinheiros e camareiras, em geral, possuem apenas o ensino fundamental, muitas vezes incompleto. Foi informado, ainda, que dos 38 funcionários, dois estavam cursando o ensino superior. As áreas escolhidas

não possuem envolvimento direto com a cadeia produtiva do turismo: um está cursando enfermagem; o outro, contabilidade. Com ensino superior completo foi identificado apenas um funcionário, que possui graduação na área de educação.

Ao serem questionados se a formação acadêmica era um fator levado em consideração na hora da contratação, três afirmaram que esse não era um fator relevante. Utilizando a palavra de um dos entrevistados, resume-se o pensamento da maioria da seguinte forma: "basta que a pessoa tenha disposição para trabalhar". Para eles, este se caracteriza como único requisito para atuar na área.

Dos quatro interrogados, apenas um afirmou exigir escolaridade mínima para contratação de funcionários. Este alegou que para os cargos de camareira e cozinheira, exigia-se, pelo menos, ensino fundamental completo, enquanto que para os cargos de recepcionista, exigia-se comprovação de conclusão do ensino médio.

Por outro lado, metade dos entrevistados afirmou não ser necessária nenhuma formação complementar para se trabalhar na área, enquanto a outra metade afirmou que seria interessante que seus funcionários procurassem aprender uma segunda língua, principalmente o inglês, mas essa formação não se constitui como requisito obrigatório para trabalhar no estabelecimento.

Ao serem indagados acerca do conhecimento sobre a existência do curso de Tecnologia em Hotelaria na cidade, todos afirmaram já ter ouvido falar do referido curso e ter recebido alguns alunos para a realização de capacitação e de visitas técnicas. Porém, quando perguntados se já haviam contratado algum aluno egresso do curso, três responderam negativamente e apenas um respondeu positivamente, nesse caso, o referido aluno se tratava da filha do dono do hotel que ainda estava concluindo o curso.

Quando interrogados sobre o motivo pelo qual não se realizou a contratação de nenhum aluno egresso, dos três que responderam negativamente, um afirmou que nenhum aluno havia procurado emprego no hotel, destacando, ainda, que o curso não oferecia o conhecimento necessário, pois os alunos egressos não possuíam experiência na área. Outro alegou que o curso não se faz necessário diante da realidade local e que o estabelecimento não tem condições de pagar um salário compatível com a formação de um profissional tão qualificado. Por fim, o último afirmou que, por se tratar de um negócio familiar, a formação no curso em questão se torna desnecessária.

Sobre a disponibilidade em receber alunos que ainda estão frequentando o curso de Tecnologia em Hotelaria para a realização de estágios, três dos entrevistados afirmaram que poderia receber esses alunos e apenas um alegou que o hotel não tem interesse na atividade. Em relação à modalidade do estágio, todos ressaltaram que este poderia ser remunerado ou não, e que o valor dessa remuneração poderia ser negociado na hora da contratação, sem mencionar nenhum valor específico.

DISCUSSÃO

Pode-se concluir, após a finalização deste estudo, que os alunos egressos do curso de Tecnologia em Hotelaria do polo Limoeiro do Norte da Universidade Aberta do Brasil, em sua quase totalidade, não encontraram oportunidade de inserção no mercado de trabalho da hotelaria da região, embora muitos tenham demonstrado interesse em atuar no setor.

Nota-se também que são poucas as possibilidades de trabalho para o profissional formado na área na cidade, e que as vagas ofertadas nos estabelecimentos são apenas de nível operacional, ficando os cargos de nível tático e estratégico reservados aos donos dos estabelecimentos e/ou seus familiares.

Esse fator pode explicar a falta de interesse, por parte do aluno graduado, em procurar emprego nesses estabelecimentos. A percepção de que estes não estão dispostos a remunerar sua mão de obra de forma adequada, fato comprovado por um dos entrevistados, também pode justificar esse comportamento.

Outra conclusão a que se pode chegar é a de que os donos dos meios de hospedagens da cidade não exigem uma formação técnica ou acadêmica específica na área de hotelaria e/ou turismo. Em alguns estabelecimentos, o responsável pela contratação não exige sequer a comprovação de um grau mínimo de escolaridade.

No entanto, essa realidade não é exclusiva da cidade estudada. Nos estudos utilizados como referencial para este artigo, verifica-se que ela é recorrente no Brasil e também em outros países, como mostra os estudos feitos por Hoerner e Sicart (2013 apud PIMENTEL et al., 2018) e Eurico, Silva e Vale (2012).

Pode-se inferir, com isso, que essa condição é sintomática do distanciamento entre a coordenação do curso e do polo de apoio presencial e os meios de hospedagem locais e da região, que ao longo desses anos não têm firmado parcerias, como foi possível verificar através da aplicação dos questionários.

Contudo, a maioria dos hotéis demonstrou interesse no diálogo ao manifestar a disponibilidade em receber os graduandos para a realização de estágio, item que não consta na grade curricular do curso, nem como disciplina obrigatória nem como eletiva.

Em conformidade com o que diz o projeto pedagógico do curso de Tecnologia em Hotelaria na modalidade a distância, os coordenadores de polo devem celebrar convênios e/ou acordos de colaboração com instituições/empresas locais, em localidades próximas e em Fortaleza para a realização das práticas profissionais.

Compete à coordenação do curso, junto com o coordenador do polo de apoio presencial e os tutores presenciais, criar um ambiente propício para que essa parceria realmente se efetive e seja realizada da maneira adequada, criando oportunidade para a inserção dos alunos egressos do curso no mercado de trabalho local/regional.

A realização dessa atividade pode servir como meio de aproximação entre esses dois agentes, fazendo com que se estabeleça cooperação entre ambos no intuito de mudar essa realidade.

Caso isso não ocorra, cabe aqui um questionamento sobre a viabilidade da continuidade da oferta desse curso no município, uma vez que este não tem atingido seu objetivo, que é o de formar profissionais para assumir funções administrativas e tático-operacionais na área de hospedagem, sala bar e comercial dos meios de hospedagem.

Será que o dinheiro público empregado na manutenção desse curso não estaria sendo melhor empregado na oferta de outro curso ou de outra atividade dessa instituição de ensino? Não seria mais prudente fazer um estudo sobre as reais necessidades do mercado de trabalho local e formar profissionais de áreas que tenham a possibilidade de serem absorvidos em nível local/regional?

REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo**. Brasília, 2015. Disponível em: ‹http://www.turismo.gov.br/images/pdf/DNQT_Diretrizes_Nacionais_Qualificacao_03_03_2015.pdf›. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRONCANO, S. G.; ANDRÉS, M. R. El factor humano en los sistemas de gestión de calidad del servicio: un cambio de cultura en las empresas turísticas. **Cuadernos de Turismo**, Espanha n. 23, p. 129-147, apr. 2009. ISSN: 1139-7861. Disponível em: ‹www.redalyc.org/articulo.oa?id=39811874007›. Acesso em: 01 jun. 2018.

CARVALHO, M. A. **Educação superior em hotelaria**: um exercício de aproximação das diretrizes curriculares brasileiras à realidade do mercado de trabalho em São Paulo. 2003. 180 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação, Área de Concentração, Turismo e Lazer) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

CEARÁ. Secretaria de Turismo. **Evolução recente do turismo no Ceará 2006/2016**. Disponível em: ‹http://www.setur.ce.gov.br/images/PDFs/ESTUDOS-PESQUISAS/indicadores-turismo-2010-2016-02.pdf›. Acesso em: 31 mai. 2018.

CONCEIÇÃO, R. D. P.; FRAGA, T. F.; CONCEIÇÃO, M. P. Qualificação profissional: um panorama comparativo entre hotéis e pousadas de Petrópolis-RJ. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 27, n. 1, p. 178-206, apr. 2016. ISSN 1984-4867. Disponível em: ‹http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/114849›. Acesso em: 01 jun. 2018.

EURICO, S. T. ; SILVA, J. A. M.; VALLE, P. O. Recursos humanos qualificados no turismo: factores de diferenciação nos polos de desenvolvimento turístico do oeste e de Leiria-Fátima. Encontros Científicos – **Tourism & Management Studies**, n. 8, 2012. ISSN-e 2182-8466. Disponível em: ‹https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4789078›. Acesso em: 01 jun. 2018.

GAIO, C.; FERNANDES, L. R. **Perfil do bacharel em turismo**: a disparidade entre a realidade da formação profissional e a necessidade do mercado de trabalho. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 7 e 8 de jul. de 2006. Caxias do Sul. 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Tecnologia em hotelaria**: projeto pedagógico do curso. Fortaleza, 2013.

MELO, A.; GONÇALVES, M. Que competências para a formação superior em gestão hoteleira? A perspectiva de diretores de curso do ensino superior politécnico em Portugal. **Tourism and Hospitality International Journal**, Portugal, v. 5 n. 1, p. 88-107. set. 2015. ISSN: 2183-0800. Disponível em: ‹http://hdl.handle.net/10773/17825›. Acesso em: 04 jun. 2018.

MENDES, B. C.; SANTOS, R. S. **A empregabilidade no setor de hotelaria**: uma análise preliminar. Disponível em: ‹http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2009/paper/viewFile/153/14›. Acesso em: 30 jan. 2014.

MOTA, K. C. N.; SILVA, A. R. **Competências para o mercado de trabalho em turismo e hotelaria**: perfil dos profissionais requerido em Fortaleza. Conexões: Ciência e Tecnologia. Fortaleza/CE, v. 7, n. 1, p. 9-30, mar. 2013.

PAIVA, K.; SANTOS, A.; LACERDA, M. Competências gerenciais e sua gestão na hotelaria: um estudo com gestores brasileiros. **Tourism & Management Studies**, Faro, v. 10, n. 2, p. 84-93, jul. 2014. Disponível em: ‹http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-84582014000200011&lng=pt&nrm=iso›. Acesso em: 02 jun. 2018.

PEQUENO, E. A. **Ensino superior em turismo**: uma análise da relação dos cursos acadêmicos de turismo da cidade de Natal-RN e o mercado de trabalho na percepção dos egressos nos anos de 2009 e 2010. 2012. 151 p. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PIMENTEL, T. D. et al. Definição de Competências Laborais em Turismo: implicações sobre o perfil profissional. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 63-69, maio 2018. ISSN 2448-198X. Disponível em: ‹https://rlaturismologia.ufjf.emnuvens.com.br/rlaturismologia/article/view/97›. Acesso em: 02 jun. 2018.

ROBLEDO, J. L. R.; ARÁN, M. V.; PÉREZ-ARANDA, J. Gestión del conocimiento y orientación al marketing interno en el desarrollo de ventajas competitivas en el sector hotelero. **Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa**. Espanha, v. 21, n. 2, p. 84-92, mai./ago. 2015. ISSN: 1135-2523. Disponível em: ‹http://www.elsevier.es/es-revista-investigaciones-europeas-direccion-economia-empresa-345-articulo-gestion-del-conocimiento-orientacion-al-S1135252314000203?redirectNew=true›. Acesso em: 01 jun. 2018.

SANTOS, R. A.; SILVA, L. P. Princípios e valores organizacionais: a questão do treinamento e a excelência dos serviços hoteleiros. Um estudo de caso na JW Marriott Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 422-441, set./dez. 2015. ISSN: 1982-6125. Disponível em: ‹https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/876›. Acesso em: 01 jun. 2018.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Travel & Tourism Economic Impact 2018 – Brazil**. 2018. Disponível em: ‹https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2018/brazil2018.pdf›. Acesso em: 06 jun. 2018.

ARTIGO ORIGINAL

Turismo de experiência:
L'Arte Ceccato Vila Flores

Experiential Tourism: L'Arte Ceccato Vila Flores

Turismo de Experiencia: L'Arte Ceccato Vila Flores

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1351

Erly Maria Carvalho Silva ‹ erlymars@gmail.com ›
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

Fabia Trentin ‹ fabiatrentin@gmail.com ›
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 27-out-2016
Aceite: 11-maio-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SILVA, E. M. C.; TRENTIN, F. Turismo de Experiência: L'Arte Ceccato Vila Flores. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 93-107, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

O turismo de experiência tem se desenvolvido em muitas regiões turísticas brasileiras, entre elas está a Região Uva e Vinho que tem sua principal atratividade turística vinculada ao patrimônio cultural relacionado à imigração europeia e à vitivinicultura. Nessa região, se encontra o Atelier L'Arte Ceccato, proporcionando um tipo de turismo de experiência que explora os sentidos em uma mediação entre espaço e cognição pessoal. Nesse sentido, é crucial o papel do provedor, que, por meio das atividades propostas, cria oportunidades para o despertar de sensações que irão compor a experiência do visitante. Assim, o objetivo da investigação é verificar como o provedor se posiciona em relação às situações que possibilitam a aquisição de experiências pelo visitante e como desfruta da interação entre ambos. Utilizou-se a pesquisa qualitativa descritiva, com uso da observação participante e entrevista. Os resultados indicam que, por parte do provedor, o sentimento é de alegria por compartilhar sua cultura. Em relação aos visitantes, a conexão com a atmosfera do lugar e as sensações com o que veem, sentem e experimentam permanecerão em suas memórias.

Palavras chave: Turismo de experiência. Provedor. L'Arte Ceccato.

ABSTRACT

Experiential tourism has found fertile field in many Brazilian tourist regions, especially those maintain strong cultural tradition. The Grape and Wine Region has its main tourist attractiveness linked to the cultural and immaterial heritage related to European immigration. In this region it is the Atelier L'Art Ceccato, which provides a kind of tourism experience that explores human senses in a mediation between space and personal cognition. On this subject it is crucial the role of provider, that creates opportunities for awakening sensations that will mark the visitor´s experience. So, the objective of this investigation is to verify how the provider is positioned in relation to supply situations, allowing the visitors' acquisition of experiences, as well as he can enjoy this interaction between them. As a methodological approach, it was chosen a descriptive and qualitative research. The results indicate the provider's feeling is of joy for having shared his culture and for awakening the visitors' emotions, such as the connection with nature, involvement in the immigrants' saga and feelings of peace and enchantment which probably will remain unforgettable in their memories.

Keywords: *Experiential tourism. Provider. L'Art Ceccato.*

RESUMEN

El turismo de experiencia se ha desarrollado en varias regiones turísticas en Brasil como la Región de Uva y Vino que tiene como principal atractividad turística vinculada al patrimonio cultural relacionado a la inmigración europea y a la viticultura. En esa región, se encuentra el Atelier L'Arte Ceccato proporcionando un tipo de turismo de experiencia que explora los sentidos en una mediación entre espacio y cognición personal. En ese sentido es importante el rol del proveedor que, por medio de actividades ofertadas, crea oportunidades para el sentir sensaciones que irán a componer la experiencia del visitante. Así, el objeto de la investigación es verificar como el proveedor posicionase en relación a las situaciones que posibilitan la adquisición de experiencias por el visitante y cómo él disfruta de la interacción entre ambos. La investigación es cualitativa descriptiva, con uso de la observación participante y la entrevista. Los resultados indican que de una parte el proveedor siente alegría por compartir su cultura. Por parte de los visitantes, la conexión con la atmosfera del lugar y las sensaciones con lo que ven, sienten y prueban permanecerán en sus memorias.

Palavras clave: *Turismo de experiencia. Proveedor. L'Art Ceccato.*

INTRODUÇÃO

O turismo de experiência tem sido utilizado para se referir a uma forma distinta de o visitante se relacionar com as realidades que lhe são oferecidas no destino turístico. Para melhor compreendê-lo, é necessário entender as nuances do termo "experiência": é preciso recorrer às diversas formas linguísticas de a ele se referir. A língua portuguesa, como a inglesa, possui uma única palavra para "experiência", o que não ocorre na alemã, na sueca e na finlandesa, em que, segundo Rãikkõnen (2014), há maneiras diferenciadas: a) com sentido neutro e amplo para designar qualquer tipo de experiência; b) um sentido específico, mais estreito e preciso, referindo-se à experiência mais subjetiva, emocional e mais significativa. Em português, a palavra "experiência" origina-se do latim *experientia*, constituída pelas partículas "ex" – fora, "peri" – limite e "entia" – ação de conhecer. Literalmente significa ato de aprender ou conhecer além dos limites.

Cutler e Carmichael (2010) diferenciam o termo experiência em dois sentidos: a experiência do momento-a-momento na vida diária e; a experiência avaliada, que é sujeita à reflexão e a uma significação prescrita. Esta última é o foco dos estudos na área do turismo, com o sentido de engajamento da pessoa em um evento, em um nível físico, espiritual ou intelectual, resultando em impressões memoráveis.

Para Caru e Cova (2003), o termo experiência transcende todas as línguas e tornou-se um amplo vocábulo para descrever os sentimentos e os encontros que uma pessoa tem durante toda sua vida.

Smith (2006) registra o uso da expressão "turismo experiencial" para descrever uma tendência rapidamente emergencial, na indústria do turismo, em um relatório australiano, publicado em 2001, para se referir ao "novo turismo" do final da década de 1990, em oposição ao "turismo de massa" dos anos de 1980. Embora o adjetivo "experiencial" esteja registrado na língua portuguesa, com o sentido de "aquilo que se obtém através de experiências; de vivenciar algo; experimentar algo" e pareça à primeira vista ser mais adequado para qualificar o tipo de turismo que se popularizou como "turismo de experiência", a literatura, em geral, não o adotou. Talvez devido à força das publicações pioneiras nesse campo.

O turismo de experiência tem encontrado campo propício em muitas regiões turísticas brasileiras, especialmente naquelas que ainda mantêm forte tradição cultural com as raízes imigratórias de alemães, italianos, finlandeses, entre outros.

No estado do Rio Grande do Sul, a região da Serra Gaúcha tem desenvolvido diversas nuances do turismo de experiência, ligado à cultura italiana dos colonos que lá chegaram e se estabeleceram, influenciando o desenvolvimento da região.

Para este estudo, escolheu-se um desses lugares, Vila Flores, mais precisamente o *atelier* L'Arte Ceccato que oferece um tipo de turismo de experiência que explora os sentidos em uma mediação entre espaço (que se torna lugar) e cognição pessoal. Nesse aspecto, o ambiente que se lhe é apresentado pode diferir do ambiente que é vivenciado. A partir do estímulo às sensações, constrói-se e compõe-se o que é intuído como um todo, em uma mescla de percepções.

Tradicionalmente, a sensação visual isoladamente permanece como responsável pelo modo costumeiro que o turista usa para dizer que "conheceu" determinado lugar. O fato de a visão ser tida como o sentido mais nobre parece fazer com que os outros sentidos sejam ignorados (MIDDLETON, 2014). No entanto, audição, tato, paladar e olfato são sentidos extensores que integram e completam a vivência de um ambiente. A evocação de um cheiro ou de um som, por exemplo, desperta memórias afetivas e traz de volta sensações experimentadas, quer sejam em nível consciente ou inconsciente.

O turismo de experiência vivenciado no atelier L' Arte Ceccato coloca em evidência o papel do provedor, que, por meio das histórias contadas e do guiamento da visita, procura despertar sensações que irão, certamente, fazer parte da memória, não apenas a respeito do lugar, mas, principalmente, das sensações que foram despertadas.

Assim, o objetivo central desta investigação consiste em verificar como o provedor se posiciona em relação à oferta de situações que possibilitem a aquisição de experiências pelo visitante e como desfruta dessa interação entre ambos. Os objetivos secundários consistem em discutir as diversas conceituações e características do turismo de experiência e relatar depoimentos de visitantes a respeito das sensações despertadas pela visita ao *atelier* L'Arte Ceccato.

Como procedimentos metodológicos, foram adotados os enfoques da pesquisa qualitativa, descritiva, desenvolvidos em duas etapas: o levantamento bibliográfico para construção do referencial teórico e a pesquisa de campo, utilizando as técnicas de observação participante, de entrevista com a provedora da atividade turística e de recolha de depoimentos de visitantes.

A observação participante se deu pela visita das autoras ao atelier, realizando as atividades que são oferecidas ao turista, usufruindo das sensações estimuladas pelo jardim de flores e ervas, ouvindo histórias sobre os pioneiros imigrantes italianos que povoaram aqueles sítios, apreciando a arte que surge do barro pelas mãos experientes da artista.

A entrevista semiestruturada, realizada *in loco* com a provedora da experiência, destinou-se a colher informações sobre os múltiplos papéis que desempenha, quer seja como personagem/contadora das histórias, como artista do barro, ou como estimuladora do afloramento das sensações que serão vivenciadas pelo visitante.

Para compreender como os turistas experimentavam essas situações, foram feitos contatos com alguns deles, via e-mail, solicitando-lhes que se expressassem a respeito de como vivenciaram a experiência que lhes foi propiciada.

TURISMO DE EXPERIÊNCIA: DIFERENTES OLHARES

Constitui lugar comum ao se abordar o tema do Turismo de Experiência remeter-se à obra de Rolf Jensen (1999), como contribuição para o estabelecimento da discussão que posteriormente viria fundamentar esse segmento. Na realidade, trabalhos abordando turismo e experiência são encontrados desde a década de 1960, relacionados à recreação, interação anfitrião-hóspede e em associação com a questão de autenticidade (ZÁTORI, 2013).

O foco do trabalho de Jensen voltava-se para o mercado publicitário, especialmente para os produtos midiáticos destinados à venda, vistos sob nova perspectiva: o elemento emocional.

Ao se sentir atraído por um produto, não é apenas o aspecto material que ele encerra que o torna atraente. De certa forma, representa a possibilidade de obtenção dos sonhos que nele se agregam e que se imagina tornar reais com sua aquisição. Possui valores que vão além do objeto concreto, que fazem parte do mundo imaginário de quem o compra, subentendido nas histórias que o promovem, na busca por sua autenticidade. Assim, ao se decidir entre dois ou mais produtos, o consumidor irá escolher o que contém a melhor história, aquele que lhe desperta mais sentimentos.

Ainda dentro do campo do marketing, no sentido da valorização da experiência, encontram-se os estudos de Pine II e Gilmore (1999) e Schmitt (1999), para os quais a experiência ocorre quando uma empresa, intencionalmente, usa seus serviços como palco e suas mercadorias como adereços de cena, a fim de provocar no consumidor a criação de um evento memorável. Assim, cada experiência deriva da interação entre o que se desenrola no palco e o estado emocional individual. Por sua vez, Schmitt (1999) entende a experiência como um evento pessoal, privado, que ocorre em resposta a vários estímulos, que envolve a pessoa como um todo, pois a experiência abarca os sentidos, o afeto, a cognição, o comportamento e a interação com o grupo ou com a cultura.

Trigo (2013, p. 35) observa que a experiência a ser vivenciada deverá ser distinta da que comumente se faz: "precisa superar a banalidade, os aspectos triviais, estereotipados e convencionais e estruturar-se como uma experiência que nasça da riqueza pessoal do viajante em busca de momentos e lugares que enriqueçam sua história".

Por sua vez, Panosso Netto (2010) argumenta que "experiência pode alargar o conhecimento humano, pode modificar de forma positiva o modo de pensar; é um processo intelectual" (p. 46), relacionando, dessa forma, as construções mentais resultantes da interação da pessoa com o local visitado.

Do ponto de vista psicológico, Pine II e Gilmore (1998) observam que a experiência não é um construto amorfo. Ela existe na mente da pessoa que se engaja em um nível emocional, físico, intelectual e mesmo espiritual. Esse engajamento pode acontecer, no mínimo, de dois modos: em nível de absorção ou imersão e; em participação passiva ou ativa. Conectar-se em um contínuo de imersão se dá quando a pessoa se envolve física ou virtualmente como parte do evento ou do próprio desempenho, enquanto a absorção capta a atenção da mente do indivíduo. Quanto à participação passiva, ela não afeta diretamente ou influencia a atuação, ao passo que a ativa faz com que se tenha a *performance* afetada ou influencie a experiência proporcionada pelo evento (PINE II; GILMORE, 1998). Além do mais, a mente opera holisticamente e cada componente torna-se um conjunto de relações dinâmico e dependente.

O turismo é um setor de serviços e criação de experiência, fenômeno complexo que pode ser considerado e interpretado de múltiplas maneiras. A literatura registra essas visões diferenciadas de experiência no campo do turismo. Zátori (2013) esboça um panorama dos estudos ao longo dos últimos 50 anos, sendo os primeiros os já citados da década de 1960. Relata que nos anos 1990 surgem trabalhos conectando experiência a teorias motivacionais e posteriormente pesquisas reportando pensamentos e sentimentos a partir de diários de turistas. O novo milênio trouxe a discussão de vários conceitos relacionados à experiência, como, por exemplo, referindo-se ao aspecto organizacional, psicológico, social, entre outros.

Murray, Foley e Lynch (2010) agrupam as diversas tendências de conceptualização do turismo de experiência, encontradas na literatura, em temas-chave, tais como: enfoque das ciências sociais e gestão do marketing; elementos emocionais e inclusão social; envolvimento e incorporação da experiência na memória de longo prazo.

As ciências sociais tratam a experiência do turista do ponto de vista da experiência culminante (estalos intuitivos, sensação de intensa felicidade, experiência transcendental ou mística), segundo a qual o turista procura escapar do dia a dia de sua existência, e, assim, mesmo situações já vivenciadas e até convencionais, proporcionam sentimentos e emoções diferenciados daqueles de sua vida rotineira. Por outro lado, o enfoque do marketing recai sobre o consumo da experiência, ciente de que cada indivíduo irá reagir à sua maneira perante os eventos e estímulos, e se a eles for agregada uma história ou um tema, a experiência

se tornará mais significativa. Daí a criação de representações verbais e virtuais que se possam traduzir em experiência positiva para o turista (MURRAY; FOLEY; LYNCH, 2010).

O turista procura os destinos por diferentes motivos, especialmente aqueles que lhe estimulam emoções ou que prometem estimulá-las e lhe possibilitam interagir socialmente com nativos ou outros turistas, durante suas viagens. Experiências turísticas memoráveis são identificadas como compostas de positivo engajamento com outras pessoas e com aquisição de novos conhecimentos (ARNOULD; PRICE, 1993). Experiências consideradas como positivas tendem a ser atribuídas a fatores pessoais enquanto aquelas tidas como negativas são delegadas a causas externas.

O envolvimento do turista se dá, de acordo com Urry (2001), não apenas com a incorporação da paisagem, por exemplo, mas com os vários sentidos que ela desperta e vão compor a sua experiência. O nível de envolvimento do turista em um determinado evento ou situação aumenta sua habilidade de se lembrar da experiência passada e armazená-la de forma mais vívida.

Ryan (1997) chama atenção para o fato de que o turismo é uma atividade multifatorial, que envolve não apenas os cinco sentidos do turista, mas provoca sensações da pessoa como um todo. Quanto mais sentidos a experiência envolver, mais efetiva e memorável ela pode ser.

O turismo lida com memórias, de certo modo ele é uma apropriação de memórias. As experiências do turista que incluem expectativas, eventos e emoções significativos são fortemente gravados na memória de longo prazo, uma vez que são permeados de situações que fogem do cotidiano e se tornam marcas de recordações significativas, nas quais estão incluídos sentimentos de excitação, alegria e prazer. De certa maneira, a memória pode ser entendida como mecanismos de filtragem que ligam a experiência aos resultados emocionais e perceptíveis de um evento turístico (OH; FIORE; JEONG, 2007). Uma experiência memorável ajuda a consolidar e reforçar a lembrança das memórias prazerosas experimentadas em um destino.

A experiência pode ser dividida em três estágios: a) pré-experiência; b) a experiência em tempo real e; c) pós-experiência. O primeiro estágio envolve as expectativas criadas pelo provedor, pelo "boca a boca" e pela experiência anterior do turista. O segundo representa a experiência vivenciada em tempo real. O terceiro diz respeito às percepções do turista, o valor que ele atribui à experiência e a satisfação que ela lhe proporcionou (KNUTSON; BECK, 2004). Dessa forma, a experiência começa antes da viagem, quando o interesse e as expectativas são despertados e podem durar para sempre na memória, artefatos e práticas.

Para que uma experiência seja rotulada como extraordinária, ela precisa ser, como observa Mossberg (2003): um processo ativo e dinâmico; frequentemente conter uma forte dimensão social; possuir significados e sentimentos de alegria como componentes integrados; gerar envolvimento por meio de absorção e controle pessoal; depender de um contexto imprevisível e novo; e ser incorporado à satisfação de vida.

Zátari (2013) sugere que a definição de experiência turística contemple: a existência de um caráter pessoal; a presença de construto multidimensional, abarcando fatores externos e internos; além da predisposição e aptidão para envolvimento na experiência.

A propositura de uma teoria que defina o significado e a extensão da experiência turística ainda não pode ser encontrada na literatura, embora existam tentativas de formulação de modelos para tal. O fato é que a experiência turística é um processo psicológico complexo que abrange uma variedade de elementos

envolvendo emoções, sentimentos e memórias relacionadas a lugares, cujas particularidades funcionam como palco de experiências no qual os turistas desempenham o papel de protagonistas dessa prática.

Em brevíssima síntese cronológica das diversas posições teóricas abordadas, poder-se-ia resumi-las conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Cronologia das posições teóricas predominantes a respeito do turismo de experiência

Cronologia	Enfoque
De 1960 a 1990	Enfoque na recreação e interação entre hóspede e anfitrião
De1991 a 2000	Sociedade dos sonhos Produtos midiáticos destinados à venda – inclusão de elemento emocional Evento pessoal Conexão com teorias motivacionais
A partir de 2001	Inclusão de componentes organizacionais, psicológicos e sociais.

Fonte: Elaboração própria

É importante destacar que essas posições conceituais (Quadro 1) não são excludentes. Elas indicam um fluxo determinado de aportes teóricos encontrados na literatura específica, referentes a determinados marcos temporais.

TURISMO DE EXPERIÊNCIA E O PROVEDOR

Na criação da experiência, Pine II e Gilmore (1999) destacam o gerenciamento como ferramenta estratégica e operacional. Enumeram quatro campos de experiência que se diferenciam em termos de estratégia e participação: entretenimento, educação, escapismo e estética. Entretenimento (envolve sentir) e estética (envolve apenas estar lá) não implicam engajamento ativo e isoladamente não interferem de forma expressiva no resultado da experiência. Por outro lado, as dimensões educação (envolve aprender) e escapismo (envolve fazer) abarcam o turista como elemento-chave no processo e de certa maneira influenciam a *performance* do provedor ou do negócio. As quatro dimensões combinadas formam uma experiência significativa.

Na sociedade dos sonhos, o produto não vale apenas por si mesmo. Seu valor reside principalmente nas histórias e emoções que agrega. O homem pós-moderno está em busca de algo mais que consumo; o aspecto material já não satisfaz suas necessidades. Ele não compra simplesmente produtos ou serviços, mas benefícios e experiência que provêm desses produtos e serviços. Além do tangível, busca-se o intangível, pois este é mais significativo para acessar sonhos e emoções, experimentar sensações que transportam para uma realidade diferente do cotidiano conhecido.

Os atributos que são criados no turismo de experiência, ofertados pelos provedores e percebidos pelos turistas, podem ser conjugados em cinco grupos: tema, atmosfera, memória significativa, interações e serviço (GAO, [s.d.] apud SCOTT; DIN, 2013.). Os quatro últimos atributos se combinam para formar o

tema.

Uma vez posto o tema, cada provedor procurará trabalhar com cada um dos atributos de maneira a prover uma experiência holística. É nesse aspecto que um turismo de experiência se difere do de massa, por exemplo, pois os atributos terão um arranjo próprio, genuíno, aptos a despertar sensações e emoções diferenciadas.

Na Sociedade dos Sonhos, conforme preconizado por Jensen (1999), o mercado dos sentimentos sobrepujaria a busca pelos produtos tangíveis. Se isso se mostra verdadeiro, o poder conferido ao contador de história garantiria a procura pela mercadoria intangível que ele oferece.

Mudam-se os tempos, muda-se a história, mas o fascínio que esta exerce sobre as pessoas permanece. À medida que a narrativa vai se desenrolando, narrador e ouvinte vão se enredando e empaticamente comungam e dividem sentimentos. O intérprete, especialmente quando personagem da história relatada, é percebido como fonte fidedigna e merecedor de apreço e confiança. O ouvinte, no caso do turista, deixa-se transportar para aquele cenário descrito ou "experimentado". Cabe, pois, ao ofertante do produto e/ou contador da história, o gerenciamento da forma como a situação experiencial será oferecida.

Mellon (2006) chama atenção para o papel do ritmo impresso no ato de se contar uma história:

> O ritmo básico das histórias possui profunda conexão com os batimentos do coração humano, que regularmente apresenta três expansões e contrações até que uma circulação completa seja realizada. Não importa o tamanho da história, ela pode ser sentida como uma sinfonia composta por palavras, circulando pelos átrios de um coração que se expande com alegria (p. 42).

Assim, uma vez contagiado física e psicologicamente pela história, envolvido pela atmosfera, a interação ocorrerá espontaneamente ou estimulada pelo provedor que ainda deverá buscar, por meio do serviço, tornar aquela experiência memorável. Não basta apenas satisfazer o turista. Aquela experiência deverá ser considerada inesquecível para que a lembrança das sensações despertadas tenha um registro permanente.

Ao provedor do turismo de experiência, que vai atuar diretamente com o turista, cabe avaliar se este está apto a se envolver no que lhe é proposto, se o que lhe é oferecido é capaz de estimular-lhe o interesse em engajar-se, se existem situações ambientais que lhe despertem os sentidos, fazendo com que a atividade seja percebida holisticamente, se há espaços para o desenvolvimento de interação social, se lhe são oferecidos produtos típicos, espaços para fotos e recordações que posteriormente lhe ajudarão a manter aquela experiência na memória, se lhe provê de histórias significativas sobre a cultura do local visitado.

Ao vivenciar o turismo de experiência ofertado na Região Uva e Vinho e em especial no atelier L'Arte Ceccato, pode-se afirmar que o provedor e os que atuam diretamente com o turista são os principais responsáveis pelo envolvimento do visitante naquilo que eles propõem como experiência.

TURISMO DE EXPERIÊNCIA: REGIÃO UVA E VINHO, VILA FLORES E L'ARTE CECCATO

O turismo de experiência desenvolvido na Serra Gaúcha é majoritariamente ofertado por descendentes dos vênetos, trentinos e lombardos, quando estes, fugindo da grande crise agrária do final do século XIX, atravessaram o Atlântico e ali fundaram uma "nova Itália".

A Região Uva e Vinho se localiza a nordeste do estado do Rio Grande do Sul e é composta por 24 municípios, sendo Bento Gonçalves o maior da região, que atua também como um irradiador do fluxo turístico, desenvolvendo o papel de destino indutor regional que lhe foi atribuído a partir do Estudo de Competitividade.

A atratividade principal da região está vinculada ao patrimônio cultural material e imaterial relacionado à imigração europeia, à cultura da uva e à produção de vinhos, de modo que o turismo cultural e gastronômico, com destaque para o enoturismo e o turismo de experiência, constituem os principais produtos turísticos local e regional.

O Projeto Economia da Experiência, desenvolvido na Região Uva e Vinho (RS), como piloto, entre 2006/2007, contemplava os princípios defendidos nos escritos de Jensen, Pine II e Gilmore, com objetivo de "encantar, emocionar e transformar a sensibilidade dos turistas, marcar suas almas proporcionando experiências inesquecíveis e gerando o desejo de vivenciá-las, indicar a outros, indo além do sentimento de satisfação" (MANUAL, 2010).

Entre as atrações dos vários roteiros de turismo de experiência desenvolvidos na Região Uva e Vinho está L'Arte Ceccato, em Vila Flores.

Vila Flores é um município da Serra Gaúcha cujo nome é uma homenagem à família Fiori, uma das primeiras que ali se estabeleceram. Sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, é de 3.363 habitantes, formada basicamente por descendentes de imigrantes italianos e sua economia é voltada para a agricultura e pecuária, cerâmicas produtoras de tijolos e metalúrgicas.

A família Ceccato, Senhor Jacir, Senhora Benedita e a filha Makielen, em sua quarta geração trabalhando com cerâmica, criou em Vila Flores, o atelier L'Arte Ceccato, onde fabrica e comercializa peças feitas com cerâmica. São obras confeccionadas com a matéria-prima do tijolo: a argila. As peças retratam a cultura italiana e o trabalho dos primeiros imigrantes.

O turista ao visitar o atelier não apenas contempla as peças expostas, mas a ele é oferecido o barro para que crie sua própria peça e experimente com suas mãos a maciez da argila e solte sua imaginação na criação da forma que lhe aprouver.

Antes, porém, de ter essa experiência, ele é convidado pela proprietária e artista, senhora Benedita

Ceccato, a fazer um circuito pelo sítio. Nessa visitação há, segundo a Senhora Benedita,[1]

> uma experiência e vivência com oito pontos importantes da história da família. Nosso objetivo é encantar com um modo de vida muito simples, mas intenso, que veio dos desbravadores desta terra. O caminho foi traçado com muita paz, amor e sabor. Em cada ponto, pequenas surpresas despertam diferentes sensações nos visitantes. Queremos passar adiante o legado dos que nos precederam e que hoje ainda vivenciamos.

Nesse circuito, enquanto ouve as histórias das famílias imigrantes que ocuparam aquelas terras, o visitante vai sendo envolvido em seus sentidos: é convidado a sentir o perfume das flores; ouvir o cantar dos pássaros ou os sons da natureza; conhecer alguns instrumentos agrícolas usados pelos ancestrais; sentir o sabor e o aroma de certas folhas de ervas medicinais; experimentar sucos típicos da região, bem como algumas guloseimas próprias da gastronomia tradicional italiana, tudo planejado para que o visitante se deixe envolver pela paz e pelas emanações que se permita sentir naquele ambiente.

A proprietária, artista e contadora de histórias, afirma que seu desejo é "causar empatia em quem ali chegar para que possa levar aprendizados para a vida, visto que pequenos ensinamentos podem ensejar grandes transformações".

Depois de ter sensibilizado o visitante, ele é convidado a participar da história da família no trato com o barro, esse mesmo barro que era utilizado pelos imigrantes para fazer os tijolos e pequenos objetos utilitários e agora lhe é repassado para que solte a imaginação e crie suas peças, sob a orientação da artista, cuja motivação para trabalhar com o barro diz ter surgido desde criança ao esculpir figuras e peças do presépio natalino com "pedra mole".

A paixão pelo barro, pela arte e o entusiasmo pela história de vida da família levaram a artista a formatar um produto turístico, que existe desde 7 de abril de 2008, que cativa pela simplicidade e pela veracidade da experiência compartilhada. Como afirma a Senhora Benedita, "o turista reage com curiosidade, alegria, nostalgia, surpresa e, acima de tudo, com gratidão".

Grupos de visitantes se sucedem para ouvir e sentir as histórias contadas na visita ao *atelier* L'Arte Ceccato, especialmente de professores que serão os multiplicadores, sensibilizadores e incentivadores do respeito à natureza e à tradição cultural.

Do ponto de vista de quem oferece a experiência sobrevêm a troca de conhecimento, de cultura, de vivências, de histórias e a criação de novos laços de amizade que se conservam muito além da visitação.

O turismo é uma atividade essencialmente voluntária que acontece em resposta ao despertar de uma vontade de experimentar uma situação nova ou já vivenciada. Para esse ponto de partida é preciso que haja conjugação entre o que é ofertado e a motivação para sua consumação. É o que parece acontecer em Vila Flores, no atelier L'Arte Ceccato.

Assim, para sentir e integrar-se à atmosfera de um lugar não basta contemplar, visualizar e assistir. É preciso sentir-se envolvido pela magia do local, pelos mitos e histórias que o singularizam. Jensen (1999) destaca que a história fala diretamente ao coração antes de falar ao cérebro. Em uma sociedade absurdamente tecnológica, pragmática e de busca de resultados rápidos, as emoções proporcionadas pelas narrativas e histórias retomam o valor que tinham nas sociedades ancestrais.

A narrativa feita pela Senhora Benedita Ceccato, auxiliada por seu esposo, enquanto se faz a visitação,

1 Entrevista concedida aos autores em maio de 2016.

vai dando vida aos acontecimentos, transportando-os de forma significativa para o tempo presente. Na tessitura de seu discurso, as palavras são polifônicas, abrigando sentidos múltiplos que podem ser escolhidos pelo ouvinte e colocados dentro de um contexto que lhe diga respeito, isto é, que possa ser relacionado às suas vivências.

Contar história é, antes de tudo, uma arte. É um ato de entrega coletiva, um exercício do encontro e um ato agregador. Por meio da criação de intimidade entre o contador e o ouvinte, permite-se a partilha de emoções, a reelaboração emotiva e a ressignificação do acontecido. A história contada de viva voz é uma história humanizada, sobretudo se o contador tem seus sentimentos mobilizados e é parte integrante dela, uma vez que a afetividade e o carisma do contador contagiam as emoções dos que a ouvem.

A história relatada na visita dirigida pela Senhora Benedita não é uma história individual, é a história de um determinado grupo, de uma comunidade específica que, afinal, representa todo grupo de italianos de Vila Flores. No entanto, ao mesclá-la com ingredientes que podem ser vistos e sentidos pela experiência que proporciona ao percorrer o circuito idealizado para a visita, sela-se o vínculo entre passado e presente, permitindo o surgimento da experiência individual.

A experiência do visitante se enriquece ao adentrar o atelier de arte. Ali, mais que contemplar as obras que agora, após o cumprimento do circuito, adquiriram mais significado por serem representativas da saga de imigrantes, os visitantes podem realmente "colocar a mão na massa", e dar asas à imaginação. Não importa o talento artístico de cada um. O que está em jogo é a possibilidade de experimentar sensações novas, saborear momentos que irão fazer parte de suas memórias, colorir suas recordações da visita ou ainda despertá-lo para outras vivências singulares.

Para o visitante, o despertar de sentimentos e a vivência proporcionada pela mistura de sentidos – visão, audição, tato, olfato – provocam respostas afetivas que fazem dessa experiência um momento de encantamento e reflexão, que certamente irá compor o arquivo das memórias, como relata esta visitante:

> Quando fui ao local não imaginava nem um centésimo do que se passaria e vivenciaria nesta casa, no entanto, pelas fotos já tinha gostado antes de conhecê-la. Na entrada, um casal trajado com roupas que não sabia ainda o porquê. Ao ar livre, fui ao encontro de uma cultura diferente, e o local e as vestes começaram a fazer sentido, era a história deles, dos seus antepassados, contada em detalhes que pareciam reviver com orgulho (sensações). O chá denominado amargo descia doce e suave (percepções) entre contação de histórias e crenças populares. Uma experiência de percepção sensorial, singular; de sensações agradáveis e uma forte conexão com a Mãe Terra "criadas" pelo ambiente harmonizado (ar livre, barro, produtos da terra produzidos ali). Uma experiência em que cada um doa de si o que possui de melhor e evoca o que tem de melhor no outro.

Pelas palavras da visitante, percebe-se o envolvimento dos sentidos, gerando reflexões e incitando-a a procurar dentro de si valores que façam eco à harmonização experimentada no contato com formas singulares consoantes à natureza. O depoimento deixa transbordar a emoção experimentada e sumariza as percepções desenvolvidas na realização do roteiro proposto.

Outro depoimento expressa o respeito que desperta o compartilhar da história, carregada de tradições familiares, interpretada por personagens reais, que, segundo a percepção da visitante, vem carregada de afeição "que embrulha cada gesto" que é ofertado de forma genuína ao visitante e lhe estimula a passar adiante "esses ensinamentos".

> Em um mundo em que cada vez mais somos escravos do tempo e somos convidados ao mais restrito individualismo, parece mais difícil ir ao encontro do outro, ouvir com interesse as suas histórias, sentar para compartilhar conhecimento.
>
> A vida de uma família é uma história. E a história só tem valor quando a reconhecemos, a respeitamos e enquanto

> dermos continuidade a ela.
>
> Para a família do L'Arte Ceccato, as tradições familiares são expressadas com nuances de carinho; a afeição que embrulha cada gesto que ganhamos de presente ao longo da caminhada expressa a vontade de passar os ensinamentos.
>
> Terra é vida; cerâmica é arte... Peças únicas, nas quais a Senhora Benedita imprime de maneira belíssima suas características, produz emoções e expressa seus sentimentos!

"Terra é vida; cerâmica é arte". A fusão desses dois elementos cria um produto único, na visão da depoente. Esse produto está potencialmente carregado de emoção, apto a ser "consumido", mas, paradoxalmente, cada um o consumirá de uma forma, dependendo de seu engajamento emocional e intelectual e de sua predisposição para absorver o que lhe é oferecido.

A empatia do visitante com o lugar, a conexão com a natureza, a capacidade de desligar-se do alarido da vida contemporânea, desejos da proprietária ao realizar o roteiro, parecem ser alcançados, como se pode observar no depoimento seguinte:

> A L'Arte Ceccato é um espaço mágico e aprazível, onde se pode sentir uma ligação direta com a natureza.
>
> A beleza e o paisagismo se fundem com a história e a cultura de uma família fazendo tudo e todos terem mais sentido.
>
> A espiritualidade se revela nos cuidados com a natureza, com o corpo e com a vivência de manusear a argila.
>
> É paz, tranquilidade e encantamento.

O que atrai o visitante para um lugar, uma experiência, não são apenas os elementos concretos que o compõem. Há valores nele submersos que são individualmente esperados ou percebidos, que vão além da materialidade, pois, conforme a visitante, "faz[em] bem à alma":

> Sempre que penso em Vila Flores algumas imagens vem à mente... A L'Arte Ceccato é um desses espaços. Lá se vive experiências memoráveis, começa com o privilégio de conviver com Bene e Jacir, figuras carismáticas que dão vida ao empreendimento.
>
> Tudo é feito com muito amor, que se traduz no cuidado com a propriedade, na paixão pelo barro que se transforma em obras, nas curiosidades do relógio medicinal, enfim, um lugar encantado que faz bem à alma.

Examinando esses depoimentos espontâneos de visitantes, percebe-se que as pessoas foram contagiadas pela magia do lugar visitado, pelo carisma dos provedores da experiência, pelas histórias contadas, pelo manuseio do barro, pelos sons e visões de que usufruíram e tudo isso certamente irá tornar memorável a experiência vivenciada.

Por fim, recuperando os quatro campos da experiência de Pine e Gilmore (1999), entretenimento, educação (aprender), escapismo (fazer) e estética (estar lá), infere-se que o turismo de experiência oferecido no L'Arte Ceccato contempla esses parâmetros (Quadro 2).

Quadro 2 – Campos de experiência proporcionados pela visita ao atelier L'Arte Ceccato

Parâmetros	Atividades
Entretenimento	Sentir aromas, sabores, sons e tato
Educação	Conhecer parte da história dos imigrantes italianos na região Sensibilizar-se com ações de sustentabilidade Vivenciar a espiritualidade
Escapismo	Envolver-se na confecção de suas próprias peças de argila
Estética	Usufruir do momento e se envolver na atmosfera local.

Fonte: Elaboração própria

Ao oferecer experiências, por meio das atividades desenvolvidas no atelier L'Arte Ceccato, o provedor, de certa maneira, consegue atender às necessidades distintas dos visitantes, fazendo com que liberem emoções, perfazendo ações, que, apesar de simples, despertam-lhes a sensibilidade e os colocam em conexão com a arte, com a natureza, com a história e com a espiritualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conceptualização e categorização do turismo de experiência, podem ser percebidos dois tipos de abordagens: os que provêm do marketing e da gestão e os que advêm dos aportes das ciências sociais. Para o primeiro, a experiência é tida como um tipo de produto ou serviço; para o segundo, a experiência possui significado emocional para aquele que a vivencia. Pode-se relacionar ainda o enfoque da psicologia cognitiva para o qual a experiência turística é influenciada pelas expectativas e pelos acontecimentos, construindo-se as memórias subjetivas.

O turismo de experiência ofertado na Região Uva e Vinho contempla os diferentes olhares teóricos sobre esse segmento/nicho: é um processo dinâmico; possui dimensão social; gera envolvimento; desperta sensações inusitadas; incorpora-se à memória; sobrepuja-se a produtos tangíveis; provoca participação; tem caráter pessoal, entre outros.

O papel do provedor é elemento-chave nesse processo da criação da experiência cujos atributos devem contemplar o tema, a atmosfera, a memória significativa, a interação e os serviços/produtos oferecidos.

Na Sociedade dos Sonhos, o valor de um produto reside principalmente nas histórias e emoções que agrega. Na contação de história premia-se o bom contador e este seguramente obedece ao ritual do autoconhecimento, da observação do outro, da disponibilização de uma chave que servirá para abrir o imaginário de cada ouvinte e o fará se envolver na emoção do contador, atribuindo-lhe credibilidade.

Em Vila Flores, no atelier L'Arte Ceccato, a história da família se entrelaça à saga dos imigrantes italianos do começo do século XX. Contada com naturalidade e emoção, traça um panorama da construção de um país e de uma região. No entanto, não é apenas isso. Vai muito além. Mescla a história familiar, que, na verdade, é a história da identidade de uma região com sensações individualizadas, estimuladas pela atmosfera repleta de imagens, cheiros, gostos e tatos.

"Terra é vida; cerâmica é arte". Essa frase dita por um visitante resume bem a experiência que é propiciada em Vila Flores. A vida dos imigrantes se faz presente naquela terra, e o barro que cada visitante recebe é uma forma de expressar, por meio da cerâmica, o sentimento que a visita àquela terra lhe desperta.

Quanto ao provedor, o sentimento é de alegria por ter compartilhado sua cultura, sua identidade, saber-se responsável pelo despertar de emoções e ter certeza de que fará parte das memórias que registrarão para sempre a visita à família Ceccato.

Em relação aos visitantes, a ligação com a natureza, o envolvimento na saga dos imigrantes, a conexão

com a atmosfera do lugar, a interação com o ofertante da experiência, as sensações de paz e o encantamento com o que vê, sente e experimenta são responsáveis por tornar inesquecível a visita à Vila Flores, tornando memorável sua experiência.

REFERÊNCIAS

ARNOULD, E. J.; PRICE, L. L. River magic: extraordinary experience and the extended service encounter. **Journal of Consumer Research**, v. 20, n. 1, p. 24-45, 1993.

CARU, A.; COVA, B. **Consuming experiences**. London: Routledge, 2003.

CUTLER, S. Q.; CARMICHAEL, B. A. The dimensions of the tourist experience. In: MORGAN. M.; LUGOSIAN, J. R.; RITCHIE, B. J. R. (Ed.). **The tourism and leisure experience**: consumer and managerial perspectives. Bristol • Buffalo • Toronto: Channel View Publications, 2010. p. 3-27.

GAO, L. **Customer value of a designed experience**: attributes of memorable tourist experiences in Zhouzhuang, China. (Doctoral Dissertation) – University of Queensland. Brisbane, Austrália. Disponível em: ‹http://espace.library.uq.edu.au/view/UQ:299514›. Acesso em: 2 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio Grande do Sul. Vila Flores. 2015. Disponível em: ‹http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432330&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas›. Acesso em: 28 maio 2016.

JENSEN, R. **The dream society**: how the coming shift from information to imagination will transform your business. New York: McGraw-Hill, 1999.

KNUTSON, J. B.; BECK, A. J. Identifying the dimensions of the experience construct: development of the model. **Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism**, v. 4, n. 3 /4, p. 23-35, 2004.

MANUAL Tour da experiência 2010. Disponível em: ‹http://www.tourdaexperiencia.com›. Acesso em: 2 abr. 2016.

MELLON, N. **A arte de contar histórias**. Tradução de Amanda Orlando e Auly de Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

MIDDLETON, M. C. Exploring space, the senses and sensitivities: spatial knowing. IN: SHARPLEY, R.; STONE, P. R. **Tourist experience**: contemporary perspectives. New York: Routledge, 2014.

MOSSBERG, L. A marketing approach to the tourist experience. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 7, n. 1, p. 59-74, 2007.

MURRAY, N.; FOLEY, A.; LYNCH, P. **Understanding the tourist experience concept**. Full Paper. Shannon College. School of Business, Waterford Institute of Technology, 2010. Disponível em: ‹http://www.shannoncollege.com/wp-content/uploads/2009/12/THRIC-2010-Full-Paper-N.-Murray-et-al2.pdf›. Acesso em: 21 abr. 2016.

OH, H., FIORE, A. M.; JEONG, M. Measuring experience economy concepts: tourism applications. **Journal of Travel Research**, v. 46, p. 119-32, 2007.

PANOSSO NETTO, A. Experiência e turismo: uma união possível. In: _____; GAETA, C. (Org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2010.

PINE II, B. J.; GILMORE, J. H. **The experience economy**: work is theatre & every business a stage. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

_____. Welcome to the experience economy. **Harvard Business Review**, July-August, 1998.

RYAN, C. **The tourist experience**. A new introduction. London: Casell, 1997.

SCOTT, N.; DIN, P. **Tourism experience design**: some recent research. School of Tourism. The University of Queensland, Australia. 2013. Disponível em: ‹http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.lyxk.com.cn/fileup/PDF/2013-1-9.pdf&gws_rd=cr&ei=adUkV76sAciLwgTmi6roCw›. Acesso em: 20 abr. 2016.

SMITT, B. H. **Experimental market**. How to get customers to sense, feel, think, act, and relate to your company and brands. New York: The Free Press. 1999.

SMITH, W. L. **Experiential tourism standard**: the perceptions of rural Kansas tourism providers. International Journal of Services and Standards, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2006.

TRIGO, L. G. G. **A viagem**: caminho e experiência. São Paulo: Aleph, 2013.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Estúdio Nobel/Sesc, 2001.

ZÁTORI, A. **Tourism experience creation from a business perspective**. Ph.D Thesis. Department of Economic Geography and Future Studies. Competence Center for Tourism. Corvinus University of Budapest, Budapest, 2013.

ARTIGO ORIGINAL

Os paradoxos do acolhimento em Minas no século XIX de acordo com a literatura de viagem:

hospitalidade e hostilidade[1]

The paradoxes of host at Minas in the 19th century according to the travel literature: hospitality and hostility

Las paradojas del acogimiento en Minas en el siglo XIX de acuerdo con la literatura de viaje: hospitalidad y hostilidad

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1359

Leandro Benedini Brusadin ‹ leandrobrusa@hotmail.com ›
Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Ouro Preto, MG, Brasil

1 Artigo fruto de Pesquisa de Pós-Doutorado realizado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo com recursos tipo custeio do CNPq.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 10-out-2016
Aceite: 28-mai-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BRUSADIN, L. B. Os Paradoxos do Acolhimento em Minas no Século XIX de acordo com a Literatura de Viagem: hospitalidade e hostilidade. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 108-122, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

Este estudo, baseado na teoria da dádiva de Mauss (2008), posiciona como determinadas sociedades trocavam entre si e com os que eram considerados forasteiros. A hospitalidade pode ser inserida nesse contexto, ao ser definida como diversas formas e interpretações do ato do acolhimento humano, na relação de trocas com o outro em diferentes tempos e espaços. O objetivo deste trabalho é refletir sobre as práticas de acolhimento no Brasil, no século XIX, especificamente em Minas Gerais, sob a perspectiva dos viajantes naturalistas estrangeiros. A metodologia utilizada consiste na análise de fontes primárias referentes aos relatos presentes na Literatura de Viagem. Os viajantes estrangeiros registraram, sob um olhar eurocêntrico e de forma paradoxal, o processo de afetividade e alteridade em espaços distintos da hospitalidade, tais como no domínio comercial (hospedarias), no ambiente doméstico (casas e fazendas) e nos espaços públicos (vilas e cidades). Conclui-se que a sociedade mineira oitocentista ofereceu dádivas simbólicas aos viajantes estrangeiros em um processo de trocas assimétricas entre anfitriões e hóspedes com relações de hospitalidade e hostilidade.

Palavras chave: Acolhimento. Viajantes naturalistas. Minas Gerais. Hospitalidade. Hostilidade.

ABSTRACT

This study is based on the theory of gift from Mauss (2008) explain how some societys exchange with each other and with who were considered outsiders. The hospitality can be inserted in this context, to be conceived as various forms and interpretations of the human act of host, in relation of exchange with the other in different times and spaces. The goal of this paper is to think over on practices of host in Brazil in the 19th century, specifically in the State of Minas Gerais, from the perspective of the foreign naturalists travelers. The methodology used consists in the analysis of primary sources of the reports being at the Travel Literature. Foreign travelers registered, under a eurocentric and paradoxical perspective, the process of affectivity and otherness in distinct spaces, such as, in the business domain (hostels), in the domestic place (homes and farms) and in the public locals (towns and cities). It is concluded that the mineira society of the 19th century offered symbolic gifts to foreign travellers on affective involvement in an asymmetric exchange process between hosts and guests with hospitality and hostility.

Keywords: *Host. Travellers, naturalists. Minas Gerais. Hospitality. Hostility.*

RESUMEN

Este estudio basado en la teoría de la dádiva de Mauss (2008) explica como algunas sociedades actúan entre sí y con aquellos que eran considerados a extranjeros. La hospitalidad puede ser insertada en este contexto, pues estabelecela en variadas formas e interpretaciones del acogimiento humano, en la relación con el otro en distintos espacios y tiempos. El objetivo de esta investigación es reflexionar sobre las prácticas del acogimiento en Brasil en el siglo XIX, específicamente en la Provincia de Minas Gerais, sob la perspectiva de los viajeros naturalistas extranjeros. La metodología utilizada consiste en las análisis de fuentes primarias de la Literatura de Viajes. Los viajeros extranjeros registraran, desde su perspectiva eurocéntrica y de forma paradójica, el proceso de afectividad y alteridad en distintos espacios de hospitalidad, como en lo domínio comercial (albergues), en el entorno doméstico (hogares y haciendas) y en los espacios públicos (ciudades y pueblos). Se concluye que la sociedad minera del siglo XIX ofreció dádivas simbólicas a los viajeros extranjeros de forma afectiva en un proceso de intercambios assimétricos entre anfitriones y huéspedes con relaciones de hospitalidad y hostilidade.

Palavras clave: *Acogimiento. Viajeros naturalistas. Minas Gerais. Hospitalidad. Hostilidad.*

INTRODUÇÃO

O pressuposto teórico deste trabalho parte do princípio que a superação de uma boa parte dos impasses que embaraçaram as ciências sociais, os debates da filosofia moral e a própria vida cultural passa pela exploração metódica das descobertas de Mauss (2008), contida na obra *Ensaio sobre a Dádiva* publicada originalmente entre os anos de 1923 e 1924. A tríplice ação relacionada pelo autor denominada "dar, receber e retribuir", enquanto fenômeno social total, pode constituir o universo antropológico sobre o qual foram construídas as sociedades antigas e que ainda contribui com a análise da cultura social de outras épocas. Mauss (2008, p. 217) entende que estudos desse tipo permitem "entrever, medir e ponderar os diversos motivos estéticos, morais, religiosos, econômicos e os diversos *factores* materiais e demográficos cujo conjunto funda a sociedade".

Sob a óptica da dádiva, a vida material e espiritual funciona sob uma forma de troca desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Mauss (2008, p. 106) analisa que essa obrigação exprime-se de maneira mítica, imaginária, simbólica e coletiva, assumindo o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: "estas não estão nunca completamente desligadas aos seus agentes de troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis". O social surge, assim, sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade que não são explicáveis nem pela ótica do interesse individual, nem da burocracia estatal, mas sim, pelo paradoxo do dom. Desse modo, o termo paradoxal presente neste estudo possui o intuito de romper com dicotomias sociais por vezes entendidas ora como fruto de uma ação planificadora do Estado, ora movidas espontaneamente pelo mercado, ambas inseridas em contextos unilaterais da sociedade.

Pressupõe-se, neste artigo, que essa relação paradoxal se fez presente nas práticas de acolhimento realizadas entre os hóspedes viajantes naturalistas e os anfitriões brasileiros no século XIX. Considera-se que, por mais que houvesse o interesse econômico e mercantil de um com o outro, ocorreram práticas de sociabilidade que significaram atos de hospitalidade entre práticas de alteridade presentes nesse processo. Diante desse pressuposto, insere-se a importância de analisar as relações entre os viajantes estrangeiros e o povo mineiro no século XIX sob o caráter simbólico das coisas trocadas, fundamentalmente no que tange à hospitalidade e à hostilidade. Tais contrapontos foram relatados por diversas vezes nos diários de viagem entre os espaços de acolhida.

Entretanto, ressalvam-se as limitações dessa prerrogativa teórico-metodológica com as palavras de Lévi-Strauss (1988) quando detalha sua pesquisa etnográfica com várias comunidades da selva amazônica brasileira, de modo que diz, em seu diário de bordo, compreender a paixão e a loucura dos relatos de viagens, uma vez que por mais honesto que seja o narrador, não consegue descrever os fatos de forma autêntica. Ademais, o viajante do século XIX se colocava como alguém superior à realidade vivida e narrava os fatos com uma alteridade exacerbada.

Ainda assim, os viajantes têm sido convocados a dar conta de uma parte significativamente grande do nosso passado e de seu discurso sobre o "outro", em um contexto colonialista, não suficiente como um instrumento de dominação, pois toda representação se faz como veículo de expressão e manifestação de uma cultura (LEITE, 1996).

Os viajantes do século XIX também tinham um interesse pessoal de viajar ao Brasil que variava entre a ambição de estudos e pesquisas, aquisição financeira, vontade própria de diversão e lazer, além do exercício e pregação da fé religiosa. Obviamente que, para além dos interesses pessoais dos viajantes,

existia a lógica institucional dos financiadores independentes e governamentais relacionada à exploração de recursos naturais, à conquista de mercados para os produtos industrializados, investimento de capitais e ao aumento da riqueza e da soberania nacional. Não obstante, havia o interesse do público leitor europeu dos diários de viagem, visto que o viajante se preocupava em estimular a curiosidade do leitor o qual divulgava e legitimava a relevância daquela obra.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, o qual passou a ser sede administrativa do império português, iniciou-se a ruptura do antigo sistema colonial e o País abriu-se ao conhecimento do mundo. A partir daí os viajantes chegaram a Minas Gerais através do Rio de Janeiro em trajetos longos, médios ou curtos a depender do objetivo da viagem que, em comum, tinham o tom de registro histórico por um lado e, por outro, elaboravam uma imagem eurocêntrica, revelando interesses norteados em contextos de exploração colonial. De acordo com Torres (1980), houve no primeiro momento a influência exclusivista portuguesa (século XV ao XVIII), no segundo, a influência europeia permitida pela abertura dos portos, sobretudo da Inglaterra, devido à sua participação na transferência da Corte (século XIX) e, no terceiro momento, a influência norte-americana por sua inserção no sistema global (século XX).

Perante a esta proposta do estudo dos relatos dos viajantes, sob a prerrogativa do sistema da dádiva, vê-se a problemática principal desse trabalho: como era interpretada a hospitalidade em Minas a partir dos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX sob a óptica da teoria da dádiva? As práticas simbólicas de doação, recepção e retribuição nos auxiliam a compreender as relações assimétricas[2] de poder estabelecidas entre os estrangeiros europeus e o povo mineiro daquele período nos diferentes espaços.

LITERATURA DE VIAGEM: DELIMITAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DAS FONTES HISTÓRICAS

Antes de penetrar no conteúdo dos relatos dos viajantes é preciso relativizar que, naquele quadro social da realidade brasileira, o escritor viajante estrangeiro construiu no Brasil, durante o século XIX, uma representação a partir dos seus pressupostos, de suas categorias e de seus preconceitos. O viajante europeu adentrou, assim, no complexo jogo da alteridade cultural quando acaba por olhar não somente para o novo, mas também espelhando-se no outro, olha para si refletindo sobre si mesmo, fazendo emergir uma relação de trocas de hospitalidade e hostilidade com o povo que o acolhia.

> O uso da literatura dos viajantes como fundamentos empíricos de explicações sociológicas, históricas, antropológicas etc., sem a sua devida relativização em relação ao colonialismo, ao racismo e ao etnocentrismo, acaba por efetivá-los, ou seja, reproduz, no interior de trabalhos que pretendem ser críticos, as ideias que tentam superar (LEITE, 1996, p. 230).

Diante dessa perspectiva histórica e etnográfica dos relatos dos viajantes, Augustin (2009, p. 10) assevera que "os estudos dos relatos dos viajantes permitem avaliar se seu conhecimento alimentou o imaginário brasileiro do mito fundador, da visão do paraíso, da natureza pura tropical ou até que ponto seus olhares contribuíram para diferenciar uma imagem estereotipada e dicotomizada".

2 O termo assimétrico utilizado no texto refere-se à diferença de níveis da coisa dada e retribuída entre os protagonistas da relação de dádiva (GOTMAN, 2009). Dessa forma, não representa simetria ou equilíbrio de poder entre o viajante estrangeiro e o anfitrião brasileiro na sociedade daquele período (século XIX).

Desse modo, identifica-se que o culto ao outro exerceu um verdadeiro fascínio entre os viajantes, reproduzido nessas publicações de viagem a lugares exóticos as quais circulavam entre os intelectuais na Europa. O significado simbólico das descrições de viagem revela uma necessidade por parte do viajante do século XIX de romper a diferença entre lugares e temas desconhecidos e entre valores culturais distintos. A preocupação e o interesse pela natureza e suas fontes de recursos fizeram com que muitos se tornassem naturalistas, porém, existia, ainda, uma abordagem geral sobre temas variados e exóticos, tais como o lazer, o comércio e a própria hospitalidade com a descrição de cenas da vida social cotidiana.

Fato é que o material escrito e iconográfico dos viajantes naturalistas estrangeiros do século XIX, no Brasil, tem servido como sustentação das mais diferentes teorias acerca dessa população, especialmente a de Minas Gerais. Tais viajantes e seus diários de viagem tornaram-se peça-chave na contextualização histórica e antropológica daquele período.

Os viajantes estrangeiros organizaram parte do material empírico e chegaram a observações tão argutas, mas tão expressamente enlevadas que, não por mera casualidade, firmaram os pilares para a construção imaginária da própria hospitalidade mineira. O processo de acolhida tinha para eles grande força sedutora, tornando-se capaz de criar espantos, alimentar emoções e de promover identificações. Arruda (1990, p. 22) diz que "a adesão mítica abriu as portas de entrada para um plano de vida superior e os homens julgaram encontrar o repositório da sua identidade". Para essa mesma autora, o gosto pelo ganho fácil e sem muito dispêndio de energia assustava bastante os viajantes, uma vez que para aqueles homens formados na ética do trabalho, tornara-se incompreensível o fato de ninguém querer ganhar dinheiro.

Os diários de viagens a Minas Gerais no século XIX, analisados em seu sentido etnográfico, literário e histórico, constituem-se textos de fronteira, reafirmados de dentro da experiência do ser estrangeiro. Importante ressalvar que cada viajante constrói o texto sistematizando fragmentos da experiência da viagem de outros, de suas vivências, expectativas e frustrações. Surgem daí infinitas possibilidades de representar que transformam a análise de tais diários em uma experiência de viagem de diversas armadilhas (LEITE, 1996).

Diante dos relatos dos viajantes, considera-se que as representações sobre o outro nasceram de um processo de comparação, classificação e ordenação das experiências das viagens. A produção científica sobre o Brasil daquele período, especialmente pelos viajantes estrangeiros, é fruto das exigências impostas pela expansão do capitalismo no sentido de revelar aos interesses europeus a potencialidade do País. De acordo com Augustin (2009), esse fato foi o principal gerador de um ciclo de viagens e expedições científicas que se estenderam por todo o século XIX.

Os dados acumulados por essas viagens se tornaram nacionais e internacionais mesmo que sujeitos aos discursos científicos e utilitaristas dos viajantes que se julgavam superiores diante dos demais. No século XIX, o olhar quantificador da economia pressupõe a percepção da natureza e das relações sociais de modo que tais fatos estão contidos nos diários de viagem na forma de estatística e na descrição numérica dos fenômenos. De qualquer forma, os textos dos viajantes estrangeiros textualizam seus olhares e as imagens percebidas, combinados com suas situações pessoais e acontecimentos internos brasileiros. A premissa teórica da hospitalidade, à luz da teoria da dádiva, permite compreender o processo de trocas estabelecidas entre os viajantes e os mineiros daquele período.

Entretanto, de acordo com Brusadin e Panosso Netto (2016, p. 538) "la idea de hospitalidad no implica la inexistencia de hostilidad y no deja de lado las formas arbitrarias de dominación y manipulación". Assim, importa, para este artigo, o olhar paradoxal contido nesses relatos em que tratam da natureza humana em sua dimensão material e imaterial, em um viés espiritual e simbólico do poder das coisas trocadas entre os viajantes que chegavam e os brasileiros que os recebiam de forma livre e obrigatória ao mesmo tempo.

OS VIAJANTES NATURALISTAS E O ESPÍRITO DA HOSPITALIDADE EM MINAS: PARADOXOS DO PROCESSO DE ACOLHIMENTO

Os relatos dos viajantes que vieram ao Brasil no século XIX perpassam análises paradoxais sobre o comportamento do brasileiro e do próprio viajante em suas perspectivas social, econômica e política. Nesse sentido, é possível revelar a visão controversa da sociedade europeia sobre esse povo e sobre si mesma. Por isso, a partir desse momento, nos pautamos nos relatos de alguns viajantes que estiveram em Minas, especificamente em Vila Rica, antiga capital da Província denominada posteriormente como Ouro Preto, os quais traçam o que se considerava fator de hospitalidade e hostilidade para o estrangeiro naquele período. Torna-se imprescindível analisar as fontes primárias que registram as dádivas trocadas em tais relações as quais foram expressas simbolicamente no trato com o outro.

Entre os relatos dos viajantes quanto à hospitalidade antiga em Minas, é comum encontrar orientações aos outros viajantes quanto ao que poderiam se deparar em terras brasileiras. Nesse sentido, situam-se os escritos de Pohl[3] (1976, p. 103) o qual aconselhava aos demais visitantes: "devemos tolerar, por serem habitantes de um lugar pouco frequentado por viajantes, a curiosidade e uma certa importunação que ela origina". Caldcleugh[4] (1825, p. 203) comenta que "em Vila Rica um mulato entra cheio de cumprimentos e admira as minhas roupas finas. Pede mil perdões e se apresenta como alfaiate da Vila e quer copiar o modelo de minhas roupas". Ainda assim, Mawe[5] (1978, p. 132) narra a sua acolhida ao dizer que "o administrador do Conde nos forneceu animais, a mim e ao meu companheiro, e o Senhor Lucas, o Juiz, teve a amabilidade de providenciar para tudo quanto ao necessário a nossa viagem". Outro viajante, Wells[6] (1886, p. 84-85) disse que "os negros eram excelentes anfitriões".

Nesse sentido, os viajantes Spix e Martius[7] (1981, p. 189) dizem o seguinte ao se aproximarem de Vila Rica:

> O acolhimento amável, verdadeiramente patriarcal que nos deram no alto da montanha solitária, numa quinta isolada, a Fazenda do Córrego dos Pinheiros, condizia com a nossa disposição de espírito. Parecia que aqui se estava acostumado à sociedade dos vizinhos, e cada qual, a quem o dono da fazenda tinha dado licença de descarregar, hospedava-se na fazenda, sem ser permitido pagar qualquer coisa a não ser o milho necessário às bestas cargueiras. Esse costume hospitaleiro e igual bondade encontra-se em grande parte de Minas.

3 O mineralogista, botânico e médico Johann Emanuel Pohl era austríaco e viajou pelo Brasil entre 1817 e 1821. Seus diários de viagem registram aspectos da história econômica e social brasileira (POHL, 1976).
4 O naturalista Alexandre Caldcleugh era inglês e viajou pelo Brasil em 1821 e pretendeu um relato científico por mais que tenha privilegiado circunstâncias políticas (CALDCLEUGH, 1825).
5 O comerciante John Mawe era inglês e viajou pelo Brasil entre 1809 e 1818. Registrou aspectos da Mineralogia e da Geologia, apesar de vir ao País visando o seu próprio enriquecimento (MAWE, 1978).
6 O naturalista James Willian Wells era inglês e viajou pelo Brasil em 1885 relatando principalmente aspectos da economia e da geografia (WELLS, 1886).
7 O zoólogo Johann Baptist Von Spix e o botânico Karl Friedric Philipp Von Martius são alemães e visitaram várias regiões do Brasil entre 1817 e 1820 para uma missão científica. Registraram aspectos da Geologia, Botânica, Zoologia, Climatologia, Etnologia, Música, Política e Economia (SPIX; MARTIUS, 1981).

É possível observar que o tempo de permanência do viajante em Minas, mesmo quando curto, consolidava o vínculo afetivo entre visitante e anfitrião, desdobrando-se em diversos ritos de hospitalidade e hostilidade. Recebidos pelos fazendeiros e administradores das minas, os viajantes eram atendidos pelos escravos que serviam as casas, porém, os negros e as negras não foram registrados como pertencentes à entidade doméstica, típico de uma sociedade escravista e patriarcal.

Diante dos relatos da hospitalidade fornecida aos viajantes que passaram por Minas Gerais, no século XIX, todos destacaram a espiritualidade, a dança e a música como traços característicos da cultura dos negros africanos e seus descendentes. Por outro lado, a associação com ausência de racionalização do trabalho e com o trato das coisas públicas é frequente na literatura de viagem. É preciso levar em conta que os relatos dos viajantes não se mostram apenas contraditórios em si, mas reprodutores de controvérsias existentes na sociedade que retratam.

Desse modo, são raras as descrições imanentes de compreensão da riqueza cultural de um ritual, ou de uma dança ou de uma festa, já que predomina o horror causado pelo que os viajantes denominariam selvajaria. Tais viajantes são testemunhas dos mitos fundadores da nacionalidade brasileira, tais como, sagração da natureza, indistinção entre o público e o privado, enfraquecimento da lei, imagem de boa sociedade na qual os conflitos e as contradições são sinônimos da desordem e cultura senhorial que considera a elite como a mais nobre. Os viajantes trataram, assim, de mitos, de crenças, de representações, em suma, de discursos nos quais simbolizavam para eles próprios a hospitalidade daquela sociedade.

Durante sua estada em Vila Rica, outro viajante, Freyress[8], encontrou dificuldades para fixar relações com as pessoas que ali viviam, pois "é necessário conhecer bem os costumes exteriores da vida, da religião, etc., para viver bem com a população" (ARRUDA, 1990, p. 84). Isso já identifica um dos paradoxos da hospitalidade mineira, posto que o pressuposto da afetividade não pressupunha, necessariamente, a abertura ao "outro", tal como no conceito explorado por Derrida (2004) em sua hospitalidade infinita. De qualquer forma, já era possível observar que os mineiros tinham no tratamento pessoal uma questão afetuosa de sua personalidade, formalizando uma tradição que seria a marca da sua hospitalidade.

O vínculo estabelecido com o lugar e com as pessoas era revestido por dois aspectos fundamentais: a "transitoriedade" marcada pelo fato de ser de fora podia significar o aumento ou a diminuição da confiança e a "indeterminação" que consistia na possibilidade de manter o vínculo com pessoas de várias posições sociais. A ambiguidade dessas relações aparece nitidamente nos textos dos viajantes forjados ao seu critério, de acordo com os limites da diferença com o outro. Outro exemplo dessa narrativa tem-se na percepção dos viajantes de que, além da procedência e da cor da população negra, que indicavam a inferioridade natural, o negro era diferente por seu trabalho e por sua (falta de) cultura. O escravo atraía o viajante pela sua capacidade de realizar o trabalho e por sua cultura desconhecida, tendo em vista que o estrangeiro se colocava como representação do senhor (LEITE, 1996).

É importante situar os diferentes tipos sociais daquela sociedade hierárquica. Durante todo o século XIX, a maioria dos viajantes que chegava a Minas se defrontava com o grande número de negros, escravos e libertos, em comparação com os brancos, entendidos exclusivamente como europeus, independente da procedência étnica. Os mulatos aparecem como um grupo derivado pela miscigenação, inclusive com índios.

8 O viajante Georg Wilhelm Freyress era alemão e esteve no Brasil entre 1814 e 1815 e relatou aspectos da cultura brasileira e as características da natureza do País (LEITE, 1996).

Apesar de os relatos narrarem o comportamento afetivo do povo mineiro, vê-se que a sociedade daquele período não se traduzia necessariamente por elementos pacificadores. A opressão foi relatada pelos viajantes como muito mais cruel em Minas, provocando a rebeldia que culminou na Inconfidência Mineira, fazendo emergir a figura de Tiradentes. O viajante Burton[9] (1976, p. 291) descreve esse movimento classificando-o como uma embrionária tentativa de estabelecer a república: "É evidente o caráter democrático da insurreição que o governo chamou de Conjuração ou Levante de Minas, e que hoje é conhecido popularmente como Inconfidência e tornou-se tão 'sagrado'".

Nessa construção mitificada de Minas é comum encontramos o imaginário do drama de Tiradentes e a pluralidade regional integrada, já que sua unidade advém do fato de haver recolhido e guardado pedaços do Brasil. A construção mítica é atemporal, pois os movimentos do tempo – passado, presente e futuro – convivem harmonicamente, encontram-se mesclados e indiferenciados. Em Minas, essa construção "engendrou uma sociabilidade específica que se inclina à mitificação" (ARRUDA, 1990, p. 128). O termo mitificação se refere à construção de mitos que buscaram fornecer uma suposta coesão social da formação da identidade brasileira a partir de imaginários que representassem a cultura do povo mineiro e de sua identidade.

Ademais, o hibridismo cultural se entrelaçava na sociedade mineira, pois a relação entre senhores e escravos, brancos e negros, fazendas e vilas faria emergir questões sociais complexas que não se explicam somente pelas práticas de opressão étnico-racial ali exercidas. As relações entre os viajantes e o povo mineiro do século XIX traduzem, na prática, as problemáticas discutidas no trato com o outro em um processo de trocas realizadas que tiveram um cunho paradoxal, pois tal hibridismo não se fundou no caráter democrático no sentido étnico e social.

Identifica-se tal aspecto nos diários de viagem de Burton (1976, p. 307) ao relatar a sua estadia em Ouro Preto: "o ligeiro contato com a sociedade deixou-nos muitas impressões agradáveis, e custa-nos a compreender aqueles viajantes que se queixam de que 'não é o estilo das coisas a que estão acostumados'". Entretanto, Burton (1976, p. 335) diz que outro viajante, Saint-Hilaire , se tornou quase um mineiro de modo que

> sentiu falta de cordialidade quando saiu de Minas. Minha experiência foi ao contrário. O paulista, embora reservado, sente-se mais à vontade com os estrangeiros do que seu primo; este último pode ser descrito como acanhado. [...] Ambas as províncias são igualmente hospitaleiras, ambas não gostam de reservas excessivas.

Esse mesmo viajante diferencia a hospitalidade dos paulistas e dos mineiros no trato com o outro e descreve a seguinte situação:

> Na estrada, porém, o paulista tira o chapéu, dá um bom dia cordial e responde de boa vontade a todas as perguntas. O mineiro nos olha bem antes de tirar o chapéu, muitas vezes sua mão fica suspensa entre a sela e a cabeça, imaginando, infantilmente, se o estranho irá, ou não, corresponder ao cumprimento. Algumas vezes olhavam para mim de maneira hostil, as mulheres "fechavam a cara" e os homens davam uma resposta ríspida, que cortava toda a esperança de intercâmbio (BURTON, 1976, p. 335).

O fato de os mineiros supostamente preferirem ficar à toa, em vez de usufruir um lazer que lhes custou caro com o esforço do trabalho, também foi relatado pelos viajantes. Arruda (1990, p. 54) afirma que "os simples pares ócio-hospitalidade, ócio-paternalismo e ócio lazer são primorosos nesse sentido". A

9 O orientalista Richard Francis Burton era inglês e viajou pelo Brasil no ano de 1868. O escritor relatou aspectos naturais e antropológicos da sociedade brasileira daquele período (BURTON, 1976).

hospitalidade dispendida na atenção aos viajantes estrangeiros foi entendida como uma estranha forma de tempo ocioso gasto com o outro, já que os homens brancos não eram obrigados a tal.

Burton (1976) nos remete a outra questão paradoxal da antropologia social do mineiro. O viajante diz que o mineiro é um homem religioso, mas um católico displicente, entretanto possui certo horror de tudo aquilo que não é católico. Tem-se em vista que a presença barroca nas Minas teve conexões com o quadro de sociabilidade híbrida desenvolvido nas cidades da capitania. Em Vila Rica, no século XVIII, havia grande densidade populacional que possibilitou o surgimento de variadas atividades econômicas. A dramatização barroca amolda-se àquela sociedade que buscava ritualizar a necessidade de permanência das diferenças no todo em que a Igreja mineira tornara-se o instrumento de diferenciação de vários grupos. O apego ao passado e à família representava a identidade do mineiro porque as memórias significam a tentativa de recuperação no imaginário social da antiga posição econômica da família ou mesmo da fantasia social que se criou pelo ato de acolher o estrangeiro.

Apesar disso, é preciso considerar que as relações sociais em Minas se davam, naquele período, por meio de uma relação estritamente racial fruto de hierarquia imposta pelo Império e por uma sociedade eurocêntrica. Cada tipo físico tinha sua função no processo de acolhimento e, obviamente, cabia aos negros as funções desprestigiadas a fim de que os brancos pudessem expor sua forma de poder para os visitantes que eram recebidos tanto no meio rural quanto no meio urbano. A hospitalidade a estrangeiro era realizada a partir de uma hostilidade aos negros. Fato é que as relações de trocas estabelecidas naquela sociedade tinham os pressupostos de tais obrigações, todavia, exercia o culto pelo outro diante da alteridade situada em diversos gestos que estiveram presentes no ato material e espiritual de cada acolhida simbolizada em forma de dádivas enquanto exercício de poder.

A dádiva constituiu sistema de relações propriamente sociais enquanto práticas irredutíveis e das relações de interesse econômico ou de poder (MAUSS, 2008). Entretanto, a perspectiva fluída das relações sociais estabelecida entre os viajantes e o povo mineiro daquele período se entrelaça com a teoria da dádiva visto que "o dom é a alternativa da dialética do senhor ao escravo. Não se trata de dominar os outros, nem de ser dominado; nem de domesticar a natureza, nem de ser enganado por ela; mas de pertencer a um conjunto mais vasto, de restabelecer a ligação, de se tornar membro", assinala Godbout (1999, p. 313).

Assim, vê-se que a sociedade brasileira do século XIX representou simbolicamente atitudes paradoxais de dádiva as quais não se explicam isoladamente pela disputa de poder entre o europeu dominador e o brasileiro explorado, já que se deu, também, pela essência do espírito humano em trocar um com o outro enquanto sociedade. Veremos como isso ocorreu na lógica do acolher, essencialmente, entre o alimentar e o hospedar.

AS PRÁTICAS DE HOSPEDAGENS E A ALIMENTAÇÃO EM MINAS NO SÉCULO XIX: HOSPITALIDADE E HOSTILIDADE

Nos relatos de viagem pelas Minas do século XIX identificam-se as práticas de acolhimento representadas pela hospedagem e alimentação oferecidas, algumas vezes em formas de dádivas, essencialmente no que tange ao ambiente doméstico e público.

Quanto à hospitalidade comercial, a maioria dos pousos estava somente preparados para oferecer uma refeição de feijão, farinha e carne seca ao viajante, além de milho para o seu animal. Com o decorrer dos anos, surgiram mais estalagens ou hospedarias as quais eram compostas de três ou quatro quartos de terra batida, teto sem forro, jiraus com colchão e travesseiros de palha de milho, quando não eram simples esteiras no chão.

Nesse intuito, Lashley (2015, p. 75) apresenta o vínculo entre a noção de hospitalidade comercial e o passado das religiões judaico-cristãs que "desenvolveram uma forte consciência da necessidade de oferecer hospitalidade e de dar alimento, bebida e hospedagem aos estrangeiros e necessitados" de forma distributiva. Nesses termos, Camargo (2004) se questiona: onde estaria o sacrifício na hospitalidade comercial e se esta traz consigo elementos do sistema do dom.

Em Minas, esse espaço de hospitalidade se dava nos pousos dos bandeirantes ou em pontos das paradas de tropas as quais foram responsáveis por fazer surgir as cidades. Nesses locais, diferentemente das fazendas, a acomodação era cobrada, sendo quatro vinténs por noite a cada viajante, de modo que os tropeiros dormiam em redes e preparavam sua própria refeição. Ainda assim, divertiam-se cantando e tocando violão, fato o qual esboça a sociabilidade fundada no apogeu do ouro e, posteriormente, na crise da mineração.

Ao viajar do Rio de Janeiro para Ouro Preto por 18 dias, o viajante Bunbury[10] (1981, p. 63) relata que "por toda a extensão desta estrada, contudo, achei os vendeiros, em geral, muito mais corteses do que daquela pela qual voltei para o Rio; e nunca me faltou comida". Mesmo assim, o viajante diz que leite e pão obtinham-se raras vezes e vinho quase nunca. Algumas hospedarias eram tão sujas e desconfortáveis que faziam com que os viajantes saíssem de madrugada, de modo que esse mesmo viajante recomendou que era necessário levar consigo sal, sabão, duas marmitas, um chifre para água e um guarda-chuva como objetos indispensáveis.

Para os viajantes, era difícil suportar as picadas de insetos de modo que Pohl (1976, p. 40) relata, em sua experiência, que "entrando a noite chegavam os verdadeiros mosquitos [...] que eu fiquei inteiramente inchado e como se sofresse de uma erupção cutânea". Saint-Hilaire (1975, p. 73), ao tratar de sua passagem por Vila Rica, diz que "os estrangeiros nem sequer têm o recurso de aí encontrar uma hospedaria suportável".

É preciso levar em conta que o viajante acaba por fazer uma observação um tanto exagerada sobre a hospitalidade comercial, doméstica e pública dos mineiros daquele período tendo em vista o seu olhar eurocêntrico. No caso da alimentação, por exemplo, Saint-Hilaire (1975, p. 81) testemunha o seguinte: "os mineiros não costumam conversar quando comem. Devoram os alimentos com uma rapidez que, confesso, muitas vezes me desesperou [...]. Depois da refeição, os comensais se levantam, juntam as mãos, inclinam-se, rendem graças, fazem o sinal da cruz e, em seguida, saúdam-se reciprocamente". Esse mesmo viajante foi quem mostrou a cozinha como um espaço especificamente feminino.

As dádivas feitas na forma de comida no ambiente doméstico, realizadas por meio de convites para jantares, possuíam um papel de grande importância para obtenção de prestígio e para ostentação da suposta riqueza das famílias locais ao passo que serviam, ao mesmo tempo, para ofertar alimentação em abundância dos produtos locais para os viajantes estrangeiros.

10 O naturalista Charles James Fox Bunbury era inglês e viajou pelo Brasil entre 1833 e 1835. Registrou aspectos da botânica e da mineralogia, além de apontar os costumes políticos do País (BUNBURY, 1981).

> Se dermos as coisas e as retribuirmos é porque nos damos e nos retribuímos respeitos – dizemos ainda mais delicadezas. Mas também que damos a nós mesmos aos darmos aos outros, e, se damos a nós mesmos, é porque devemos a nós mesmos – nós e o nosso bem – aos outros (MAUSS, 2008, p. 121).

Com tais intuitos, Pohl (1976, p. 386) foi recebido pelo Governador-Geral e foi convidado para almoçar aos domingos em sua casa em Ouro Preto. Após ser instalado em uma bela residência, a qual fora cedida a ele, afirma o seguinte:

> Eu devia essa excelente acolhida à bondade e amizade do senhor von Eschwege, que ainda se encarregou pessoalmente de reorganizar a minha tropa com animais descansados, obter-me novos criados e atender às minhas necessidades durante a minha prolongada permanência nesta cidade.

Assim, a partir do relato do viajante europeu é possível analisar que as relações do "bem receber" das famílias na região das Minas no ambiente doméstico já eram uma tradição no século XIX, fato este vinculado a fatores religiosos, políticos e socioafetivos. Por isso, crê-se que os interesses utilitaristas não explicam esse processo de acolhida como um todo, pois a satisfação em receber dados hóspedes poderia representar, naquele período, tanto o desejo da convivência social quanto da exposição de um dado prestígio. Tem-se como exemplo o relato de Mawe (1978, p. 145) ao se despedir de um pouso fornecido e analisar a acolhida: "ao despedir-me do cavalheiresco velho, não pude conseguir que, por sua bondade, aceitasse alguma recompensa. Respondeu a meus agradecimentos assegurando-me que ficara muito contente com minha presença".

Mas é a comida mineira que expressa o arcabouço mais preciso das relações de alteridade entre os viajantes naturalistas e o povo mineiro. Os rituais essencialmente simbólicos estendem para além do ato material de alimentar-se. Nesse sentido, Saint-Hilaire (1975, p. 96) relata sobre a experiência dos alimentos e seus sabores em Minas:

> Galinha e porco são as carnes que se servem mais comumente em casa dos fazendeiros da Província de Minas Gerais. O feijão preto é indispensável na mesa do rico, e esse legume consiste quase na única iguaria do pobre. E a esse prato grosseiro ainda se acrescenta alguma coisa, é arroz, ou couve, ou outras ervas picadas [...] como não se conhece o fabrico da manteiga, é substituída pela gordura que escorre do toucinho que frita.

O estilo da cozinha mineira revela-se no complexo do milho, na carne de porco, no café e na aguardente de modo que o espaço da cozinha era um lugar importante para o mineiro que, passada a série de crises, alimentava-se bem e melhor do que a maioria dos brasileiros:

> [...] nos grandes dias queria assentar-se com a família e os amigos em torno das grandes mesas, às vezes com 3 metros de comprimento, mesas algo rústicas, mas sólidas. [...] Quanto ao menu este brilha pela quantidade: tutu de feijão com lingüiça, leitão assado, pernil de porco assado, goiabada com queijo, cobu de fubá, e mais uma infinidade de pratos, todos tendo por sinal comum o serem maciços e fortes (TORRES, 1980, p. 496).

Entretanto, o olhar dos viajantes para a Minas daquele período diagnosticava o espaço da cozinha com condições precárias de higiene, tanto na casa dos ricos quanto na dos pobres. Ainda assim, muitas dessas tradições da comida mineira viriam compor futuramente o cenário turístico das cidades tidas como históricas, e seus pratos típicos tornaram-se fator de hospitalidade para os futuros viajantes.

Nessa perspectiva, os viajantes estrangeiros, ao seu modo e chocados com os novos hábitos, forneceram depoimentos acerca dos costumes à mesa do mineiro. Relatam que a organização dos alimentos à mesa não fazia parte da preocupação dos mineiros. Mawe (1978, p. 138) afirma que os mineiros "colocam tudo amontoado na mesa e aí põem também um prato de feijão cozido; cada um serve à vontade, há apenas

uma faca, da qual não fazem uso". Apesar disso, nesse mesmo trecho o viajante diz que "a farinha de milho, alimento principal, me pareceu de tão paladar e tão nutritiva que tive a curiosidade de conhecer seu preparo". Nota-se que esse tipo de visão paradoxal da alimentação já preconizava um ato de acolher que, embora distinto para os viajantes, passou a ser registrado como prática da hospitalidade mineira.

Entre as diversas análises sobre essa temática, situa-se Magalhães (2009, p. 139) quando conclui que "as dádivas feitas na forma de comida possuíam um papel de grande importância para obtenção de prestígio, servindo também para uma ostentação de riqueza. Riqueza que, verdadeira ou falsa, muitas vezes exibia no aparato da chamada 'mesa mineira'". Em sentido dialógico do tempo, comparamos que os viajantes apontavam como "comida dos escravos" o que constitui hoje, no ramo turístico, a comida mineira típica: feijão, angu e couve.

Outro caráter analisado pelos viajantes, em Minas, foram as festas as quais serviam como uma espécie de "desforra" para compensar os poucos dias de abundância de modo que essa prática somente era possível para as pessoas mais abastadas. Tal fato demonstra que a confraternização, tradicionalmente vinculada aos mineiros, era possível somente a um determinado segmento e em contextos sociais específicos. Já no meio rural, constituído por grandes fazendas produtivas, as acolhidas eram generosas e a função simbólica e social dos alimentos era considerada superior ao seu valor nutritivo.

Lembremo-nos de Mauss (2008, p. 200) quando afirma que "podemos e devemos voltar ao arcaico, reencontrar motivos da vida e da *acção* conhecidos ainda por sociedades e classes numerosas; a alegria de dar em público; o prazer da despesa artística generosa, o prazer da hospitalidade e da festa privada e pública".

As festas dos mineiros eram os festejos públicos, no meio das praças com sentido burguês, e as festas particulares no seio da família patriarcal com sentido moral. A vida familiar mineira no século XIX era mais citadina com uma melhor posição da mulher na sociedade. Outros fatos históricos ocorreram naquele período, tais como: transformação dos mestiços em classe média urbana e o lirismo nas relações amorosas, paradoxalmente, em um sistema escravocrata em que muitos mestiços se libertaram dos senhores.

Nesse retrospecto, é importante lembrar que o processo de diversificação social nas Minas foi, também, condicionado pelas flutuações da economia mineratória cujo povoamento possibilitou grande afluxo de mercadores à região: fixos (vendeiros, lojistas e taberneiros) e não fixos (tropeiros, mascates e boiadeiros). De acordo com Magalhães (2004), naquele período, as mulheres negras exerciam papel nas atividades comerciais de suma importância, tais como: cozinheiras, doceiras e fiandeiras, além de se destacarem no comércio como vendedoras, apesar de essa prática ser combatida pelo governo, sendo punidas com confiscos, prisões, fianças e açoites em praça pública. Com o tempo, as mulheres em Minas Gerais, normalmente forras ou escravas, passam a ter um considerável controle das vendas, o que demonstra sua amplitude na participação social no período.

Tem-se nisso que muitas famílias mineiras do século XIX, inclusive em Vila Rica, foram chefiadas por mulheres. Ao historicizar essa questão, Luciano Figueiredo (1995, p. 140) relaciona que "se para a Igreja a atuação feminina em determinadas funções domésticas parecia ultrapassar os limites desejáveis da moral cristã, é necessário situar a importância da associação entre o trabalho feminino e a economia doméstica". Tal associação ficava ainda mais evidente quando o ambiente doméstico era vinculado a um pequeno comércio, pois a mulher dividia os papéis com os parceiros administrando vendas e o domicílio. O mesmo autor conclui que a família popular mineira traduzia-se, no espaço, por excelência em solidariedade e,

mesmo que intitulada por indisciplinada e promíscua, estabeleceu padrões de um cotidiano coletivo em que os afetos eram exagerados e onde, sob difíceis condições de vida, a prostituição pôde conviver ao lado da estrutura familiar. Tal estudo histórico se opõe à ideia da Tradicional Família Mineira como exemplo de papéis conservadores e modelo patriarcal.

Na contramão desse processo, os viajantes estrangeiros apenas se referiam à mulher "branca", a senhora de escravos que os hospedava, como sendo a brasileira; negando, assim, à negra e à mulata alguma visibilidade. No entanto, os relatos revelam muito mais sobre o pensamento quanto ao gênero daquele período, inclusive seus preconceitos em relação à condição feminina. Nas instâncias de trabalho doméstico (limpar, lavar, cuidar das crianças, costurar, bordar e servir de dama de companhia) e extra-doméstico (agricultura, mineração e comércio ambulante) existiam mulheres escravas e não escravas, sempre de origem africana.

Os relatos tendenciosos, por serem escritos por homens, dizem respeito a uma classificação da mulher em que a branca seria para casar, mas não encarnava nem a sedução, nem a imagem do trabalho; a negra podia ser usada sexualmente, não servia para casar, mas apenas para o trabalho; a mulata servia como trabalhadora e até como amante, mas nunca como esposa. A exploração das negras e negros era utilizada no processo de acolhida dos viajantes naturalistas para demonstrar o poder dos senhores os quais prestigiava-os com dádivas diversas para a operacionalização da viagem, além da alimentação e hospedagens. Os políticos mineiros ainda concediam aos viajantes soldados para acompanhar durante a viagem, tratos dos animais e passaporte com amplas prerrogativas (FIGUEIREDO, 1995).

Situa-se, nesse caminho, Mauss (2008) quando diz que a "coisa dada" não é uma coisa inerte: a prestação total não somente obriga a retribuir os presentes recebidos, mas também supõe as obrigações de dar, por um lado, e a de receber, por outro. Surge daí a importância que o ser humano dá para as relações com o outro na representação de ser generoso, útil e importante. Diante disso, os sentimentos de gratidão emergem mesmo que inconscientemente. Assim, a troca de presentes na sociedade mineira daquele período resulta na produção da abundância de riquezas enquanto trocas voluntárias e obrigatórias de dádivas em uma lógica de poder.

Vê-se, desse modo, a ótica paradoxal dos viajantes referente às práticas de hospitalidade doméstica, comercial e pública nas Minas oitocentista, pois de um lado foi relatada a hostilidade das instalações das hospedarias e das práticas alimentares, por outro, foi exaltado o caráter hospitaleiro do povo mineiro no ato de acolher, e as "bondades" concedidas a eles nas fazendas e nas vilas. Saint-Hilaire (1975, p. 77) situa essa última característica na região de Mariana ao relatar que "ia percorrer uma região pacífica e hospitaleira". Ao se despedir de Vila Rica, Mawe (1978, p. 141) assevera sobre o caráter afetuoso da hospitalidade que lhe foi fornecida: "com tudo pronto para a minha partida, despedi-me dos vários habitantes, agradecendo-lhes suas gentilezas para comigo, e recebendo deles as maiores demonstrações de amizade e de boa viagem". O viajante conclui que "diante das péssimas estradas, hospedarias miseráveis, má comida e acomodações ainda piores, servia de exemplo ao adágio que 'com o coração alegre tudo está bem'".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Minas Gerais, no século XIX, os viajantes naturalistas gozavam de um prestígio social que possibilitava-os obter abrigo privilegiado nas fazendas de uma elite brasileira escravocrata. A hospitalidade doméstica

mineira oitocentista era movida pela troca posta entre um anfitrião que buscava a importância social de receber o estrangeiro europeu e um hóspede que se utilizava de instalações domésticas mais adequadas ante as hospedarias. Essa relação foi situada em um regime de dádivas as quais se sobrepunham ao caráter puramente material, pois havia também um dado espírito afável na coisa trocada. Temos como exemplo o fato interesseiro no qual era honroso e motivo de prestígio acolher o viajante europeu e, ao mesmo tempo, era desinteresseiro no que tange à abertura dos laços sociais familiares domésticos sem dispêndio financeiro para tal. Tais atitudes eram dadivosas porque eram livres e obrigatórias, ao mesmo tempo, tal como nas sociedades antigas estudadas por Mauss (2008) em que havia um espírito da coisa dada.

Considera-se que a hospitalidade dos mineiros daquele período, na forma de servir grande quantidade de alimentos aos viajantes, funcionava como reforço da ideia de abundância e prosperidade. A fartura de víveres do meio rural possibilitava essa hospitalidade e, por vezes, até o esbanjamento, dando a ideia de recursos ilimitados. Apesar disso, entre os mineiros, essa abundância de gêneros servia também para esquecer as duras privações vivenciadas nos primeiros anos de povoamento do território. Essa precariedade vivida anteriormente foi simbolizada pela oferenda de dádivas exacerbada aos viajantes na forma de oferecer comida. Nessa perspectiva, Mauss (2008, p. 170) diz que "está na natureza do alimento ser partilhado; não o partilhar com outro é matar a sua essência, destruí-la para si e para os outros".

Essa relação é entendida como uma dádiva assimétrica, já que não havia necessariamente igualdade entre a coisa ofertada e a coisa retribuída. Tal fato, estritamente simbólico, expressa a assimetria das trocas realizadas pelos envolvidos no processo de acolhida e suas práticas de poder sobre o outro de forma ambígua, ou seja, livres e obrigatórias ao mesmo tempo. Entretanto, é importante ressalvar que as relações de hospitalidade e hostilidade foram descritas pelos viajantes europeus do século XIX à sua maneira e servindo a seus interesses. O poder das coisas dadas, expressas nos relatos da literatura de viagem, sempre permaneceu de forma paradoxal entre os anfitriões mineiros e os hóspedes viajantes estrangeiros, pois havia, por um lado, a abertura de suas casas e da exposição de suas relações familiares, e, por outro lado, existia uma questão introspectiva e desconfiada da personalidade dos habitantes das Minas.

Portanto, o regime das coisas trocadas na hospitalidade mineira oitocentista estabeleceu, em determinados espaços sociais e em um dado período do tempo, relações da tríade dar-receber-retribuir com as quais os agentes protagonistas, anfitriões e visitantes sentiram-se imbricados uns aos outros, de forma obrigatória e livre, em atos que simulam atitudes simbólicas de generosidade social com o outro, muito embora repletas de preconceitos por parte dos estrangeiros os quais se vinculavam às estruturas de poder do sistema escravocrata e patriarcal daquele período da história do Brasil. Destaca-se, por fim, que a hospitalidade aos viajantes estrangeiros era realizada a partir da hostilidade a outros grupos sociais, tais como os negros e as mulheres. A aparência afetiva dos anfitriões e as trocas com os estrangeiros não significavam apaziguamento social com os demais grupos.

Conclui-se que o olhar do viajante estrangeiro fez emergir representações e práticas paradoxais da hospitalidade mineira em uma narrativa eurocêntrica construída entre a ausência de racionalidade e o envolvimento afetivo. Apesar da alteridade no olhar para o outro, as relações foram permeadas com trocas assimétricas. A mitologia da mineiridade foi assim constituída pela oferta de dádivas no processo de acolhida ao outro em uma lógica de poder.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A. N. **Mitologia da mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AUGUSTIN, G. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BRUSADIN, L. B.; PANOSSO NETTO, A. La dádiva y el intercambio simbólico: supuestos sociológicos y filosóficos para la teoría de la hospitalidad en las sociedades antiguas y modernas. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 25, n. 4, 2016.

BUNBURY, C. J. F. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais**: 1833. 1835. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

BURTON, R. F. **Viagem do Rio de Janeiro ao Morro Velho**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia,1976.

CALDCLEUGH, A. **Travels in South America during the years 1819-20-21**: containing an account of the present state of Brazil, Buenos Aires and Chile. London: John Murray, 1825.

CAMARGO, L. O. de L. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

DERRIDA, J. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FIGUEIREDO, L. R. A. **Barrocas famílias**. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas,1999.

GOTMAN, A. O comércio da hospitalidade é possível? **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. VI, n. 2, jun./dez. 2009.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LASHLEY, C. Hospitalidade e Hospitabilidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. XVII, nº. especial, mai. 2015.

LEITE, I. B. **Antropologia da viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1988.

MAGALHÃES, S. M. **A mesa de Mariana**: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1751-1850). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MAWE, J. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

POHL, J. E. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

SPIX, J. V. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820 / Spix e Martius. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

TORRES, J. C. O. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lemi, 1980.

WELLS. J. W. **Three thousand Miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão**. London: [s.n.], 1886.

ARTIGO ORIGINAL

Compassos e descompassos do planejamento e da política de turismo no estado de Goiás (1991 a 2014)[1]

Matches and mismatches of the planning and policy of tourism in the state of Goiás – Brazil (1991 to 2014)

Avances y retrocesos de la planificación y de la política de turismo en Goiás (1991-2014)

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1362

Giselia Lima Carvalho ‹ giselialimacarvalho@gmail.com ›
Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus Goiânia, Goiânia, GO, Brasil.

1 Artigo resultante das discussões levantadas na tese de doutorado da autora intitulada "A política de turismo no estado de Goiás: um estudo sobre as escalas institucionais de intervenção", orientada pelo professor Eustógio Wanderley Correia Dantas e auxiliada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) em parceria com a Capes, no Programa de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 17-nov-2016
Aceite: 11-jun-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

CARVALHO, G. L. Compassos e descompassos do planejamento e da política de Turismo no estado de Goiás (1991 a 2014). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 123-138, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

Este artigo pretende completar uma análise já realizada outrora[2] sobre o processo histórico de constituição da política de turismo no estado de Goiás. O recorte que se priorizou compreende os anos de 1991 a 2014, envolvendo as gestões dos governadores Iris Rezende, Maguito Vilela, Marconi Perillo e Alcides Rodrigues. Mais que relacionar a política estadual às diretrizes da política nacional, importa tratar de como esses diferentes governos assimilaram a atividade turística no estado e como ela foi sendo traduzida em um período reconhecido como aquele que registrou os maiores avanços no âmbito do planejamento turístico brasileiro.

Palavras chave: Política estadual de turismo. Planejamento. Estado de Goiás.

ABSTRACT

This articles aims to complete an analysis already made once (CARVALHO, 2015) about historical process of the constitution of the policy of tourism in the state of Goiás. The time cutout from 1991 to 2014 involves the management of the governors Iris Rezende, Maguito Vilela, Marconi Perillo and Alcides Rodrigues. More than relate the state policy to the national policy guidelines, it matters to treat how these governments assimilated the tourism activity in the state and how it was being translated in a period recognized as the one that registered the major progresses in the scope of the planning of Brazilian tourism.

Keywords: *State policy of tourism. Planning. State of Goiás.*

RESUMEN

Este artículo tiene la intención de completar un análisis realizado en outro trabajo (CARVALHO, 2015) que analiza el proceso histórico de formación de la política de turismo en el estado de Goiás (Brasil). El marco de tiempo abarca los años 1991-2014, correspondiente a las gestiones de los gobernadores Iris Rezende, Maguito Vilela, Marconi Perillo y Alcides Rodrigues. Más que hacer una investigación entre la política estatal y la política nacional, es importante tener en cuenta cómo estos diferentes gobiernos han asimilado la actividad turística en el estado y cómo esta actividad fue traducida en un período reconocido cómo el que ha registrado los mayores avances en el ámbito de la planificación del turismo brasileño.

Palavras clave: *Política estadual de turismo. Planificación. Estado de Goiás.*

INTRODUÇÃO

Uma das características do processo de constituição da atividade turística no Brasil é a sua estreita relação com as ações de cunho público-governamental, aliada à expectativa quanto aos seus desdobramentos sobre os territórios turísticos locais. Tendo em vista essas máximas, este artigo esforça-se para compreender o processo histórico que engendrou a política de turismo no estado de Goiás, articulando as escalas de intervenção federal, estadual e municipal. Para essa investida, priorizou-se o recorte temporal entre 1991 e 2014, percorrendo as gestões de quatro governadores estaduais, de modo a verificar como se deu a participação do ator Estado e o modo como os diferentes governos assimilaram a atividade turística no estado de Goiás.

2 A análise que antecede a esta está publicada no Boletim Goiano de Geografia, v. 35, n. 3, p. 507-529, set./dez. 2015, sob o título "Mapeamento e trajetória político-institucional do turismo no estado de Goiás entre 1961 e 1990".

Com o intuito de identificar claras e tácitas evidências de ações que concorreram para edificar uma agenda de preocupações para o turismo conduzida pela mão do poder público, a pesquisa pautou-se no levantamento da legislação goiana voltada para o turismo e na identificação e análise dos planos e programas voltados para o turismo estadual e no diagnóstico dos investimentos para o setor.

A análise percorre uma trajetória de um pouco mais de duas décadas do processo de constituição da política do turismo goiano. Basicamente delimitado por três períodos, discute-se, primeiramente, a política estadual ressaltando a efervescência do processo de descentralização do turismo e do debate ambiental. Na sequência, procura-se demonstrar um importante momento da política no estado, cuja ferramenta do planejamento teve seu maior esplendor, estimulado pela exigência do chamado PPA (Plano Plurianual). Com o avançar da análise, verifica-se um processo de avanços e retrocessos, de compassos com a política nacional e de descompassos em relação à intencionalidade da política de turismo, verificando-se, nos anos mais recentes, uma perda de papel e de norteamento do órgão máximo do planejamento do turismo no estado. Nessa trajetória de não linearidade do planejamento do turismo goiano, uma tese se confirma: o turismo goiano, no contexto nacional, ainda está à margem, com peso econômico sutil, e, quando posto no contexto da própria economia do estado, não é capaz de concorrer com as atividades produtivas ligadas à indústria, à agricultura e à pecuária.

A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO DO TURISMO E A TÔNICA AMBIENTAL (1991-1998)

Para a política de turismo no Brasil, a década de 1990 representou um marco regulatório, após a redefinição do papel do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e de sua responsabilidade na execução de uma política nacional setorial. É a partir daqui que se começa a pensar em políticas públicas para o turismo, conforme defende Cruz (2000). Em sintonia com o melhor desempenho das diretrizes nacionais, algumas mudanças repercutiram também no estado de Goiás.

No referido contexto, o então governador Iris Rezende (1991-1994), sob o estímulo do *Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste* (BRASIL, 1986), da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, tenta aumentar o fluxo de recursos e de financiamentos para projetos turísticos nos estados e funda a Diretoria de Turismo[3] com ações bastante pontuais como um fundo especial destinado à construção do Centro de Cultura e Convenções Dona Gercina Borges Teixeira, atual Centro de Cultura e Convenções de Goiânia.

Animado pela tônica ambiental vivida no mundo após a Eco-92, constituiu-se uma comissão para conduzir, gerenciar e apreciar o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Goiás,[4] considerando a "imensa riqueza e a enorme importância do bioma do Cerrado, que ocupa a quase totalidade do território goiano" (GOIÁS, 1993). Aliás, o setor turístico, na década de 1990, energizou-se pela questão ambiental mundial e nacional que atingiu a escala dos estados e colocou em evidência as regiões Centro-Oeste e Norte, dado o potencial ecológico de ambas. No caso de Goiás, Almeida (2002) aponta dois projetos de

3 Lei nº 11.655, de 26 de dezembro de 1991 (GOIÁS, 1991).
4 Esse mesmo documento foi reapresentado no governo de Maguito Vilela via Decreto nº 4.496, de 18 de julho de 1995 (GOIÁS, 1995b), o que demonstra a não exequibilidade do primeiro.

maior envergadura para a consolidação do turismo: o Projeto de Execução Descentralizada (PED), que instituiu os Polos de Ecoturismo, e a atuação do Sebrae na promoção de atividades diversas pertinentes ao turismo.

Considera-se o PED uma das estratégias de descentralização da Política Nacional do Meio Ambiente nos estados que representou a primeira experiência de desenvolvimento sustentável do governo brasileiro e se efetivou no estado de Goiás por meio dos chamados Polos Irradiadores de Ecoturismo Microrregional. Os municípios beneficiados (Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos) foram contemplados por um vasto plano de ações que envolviam diagnóstico, formatação de produtos, organização institucional local, regulamentação, capacitação e, sobretudo, medidas de proteção ao patrimônio, executadas entre 1994 e 1998. Este período compreendeu a gestão do governador Luiz Alberto Maguito Vilela (1995-1998), quando, exatamente, constatou-se um arrefecimento no turismo por parte da iniciativa do governo estadual.

No diagnóstico levantado, assiste-se a um descompasso na política turística e ambiental entre os níveis federal e estadual. Quanto às mudanças organizacionais administrativas, o governador tomou uma medida que depreciava ainda mais a função do órgão oficial de turismo: a Empresa de Turismo do Estado de Goiás (Goiastur)[5] deu lugar à Empresa Estadual de Eventos e Promoções, órgão máximo do turismo goiano. Com base nos dados levantados, essa empresa atentaria mais para a promoção de eventos e convenções que propriamente para o planejamento e desenvolvimento do setor como um todo, sem mostrar uma preocupação explícita com a Política Estadual de Turismo. Conforme estipulado no objetivo desse novo órgão, caberia a ele

> [...] fomentar o desenvolvimento do turismo no estado de Goiás, bem como o processo socioeconômico, cultural e técnico-científico, atraindo para os municípios goianos e sediando, em suas dependências, convenções, feiras, exposições, congressos, seminários, conferências e outros eventos de caráter local, regional, nacional e internacional, atendendo particularidades setoriais de acordo com a estrutura e vocação de cada município. (GOIÁS, 1995a).

De fato, a opção de desenvolver o turismo no estado foi da política de "promoção", sobretudo sem a devida coordenação de um plano. Nessa linha, uma intervenção verificada foi a efetivação do Centro de Cultura e Convenções Dona Gercina Borges Teixeira, em Goiânia, onde já se concentravam mais de um milhão de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1996) e um setor de serviços, negócios e eventos em evidência – isso pode justificar a opção de criar a Empresa Estadual de Eventos e Promoções, que parecia existir em função da cidade de Goiânia.

No primeiro *Plano Plurianual – 1996/1999 (*GOIÁS, 1996), referente a essa gestão, consta o montante de R$ 71.300.000,00 para atender aos objetivos de:

- Elaborar o Anuário Turístico de Goiás;
- Elaborar estudos para dotar as áreas verdes de infraestrutura;
- Apoiar as festas religiosas, Rio Araguaia e o Carnaval temporão;
- Implantar terminais turísticos nas cidades-polos;
- Implantar albergues da juventude;

5 Na administração do governador Leonino Caiado, em 1972, foi definida, à luz do contexto nacional, a Política Estadual de Turismo, que criou o Conselho Estadual de Turismo (Contur) e a Empresa de Turismo do Estado de Goiás (Goiastur), vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio, com natureza de empresa pública e a finalidade de executar a Política Estadual de Turismo, conforme a Lei nº 7.540, de 12 de setembro de 1972.

- Implantar pórticos de entradas nas cidades turísticas;
- Capacitar as empresas de turismo;
- Construir o polo estadual de Cachoeira Dourada e Buriti Alegre;
- Divulgar o turismo goiano em nível nacional e internacional.

Na óptica federal, o programa implementado nos estados era o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que foi desenvolvido em todos os estados brasileiros desde 1995 e se encerrou em 2001, sendo esta a principal ação para o desenvolvimento do turismo na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Em 1999, foi criado o Comitê Executivo do Estado de Goiás para o PNMT, com as finalidades de I – coordenar as ações de implantação do programa; II – acompanhar e avaliar o desenvolvimento dessas ações; III – coordenar a divulgação em nível estadual.[6] De certo modo, os polos de ecoturismo tinham bastante relação com as ações desse programa, haja vista que representaram uma linearidade de intervenções nos municípios, asseguraram a continuidade de uma metodologia de descentralização das estratégias e foram executadas pelo mesmo agente, o Sebrae (EMBRATUR, 1999a).

Como o PNMT se baseava em adesão voluntária, o estado de Goiás contou com uma média de 70 municípios, classificados como Municípios Turísticos (MT) e Municípios com Potencial Turístico (MPT). Diga-se de passagem, uma conta alta, tendo em vista que a maioria desses municípios não havia alcançado nenhum estágio de preparação para o turismo. A participação estava relacionada a uma inscrição do município no programa e a seu interesse em atualizar ou não as informações que deveriam ser repassadas por meio dos Relatórios anuais do Rintur, não ao peso real que o turismo poderia representar no local. O conjunto dos mapas (Figura 1) mostra a evolução desse programa no estado, entre 1997 e 2002.

6 Por meio do Decreto nº 5.049, de 18 de maio de 1999 (GOIÁS, 1999a).

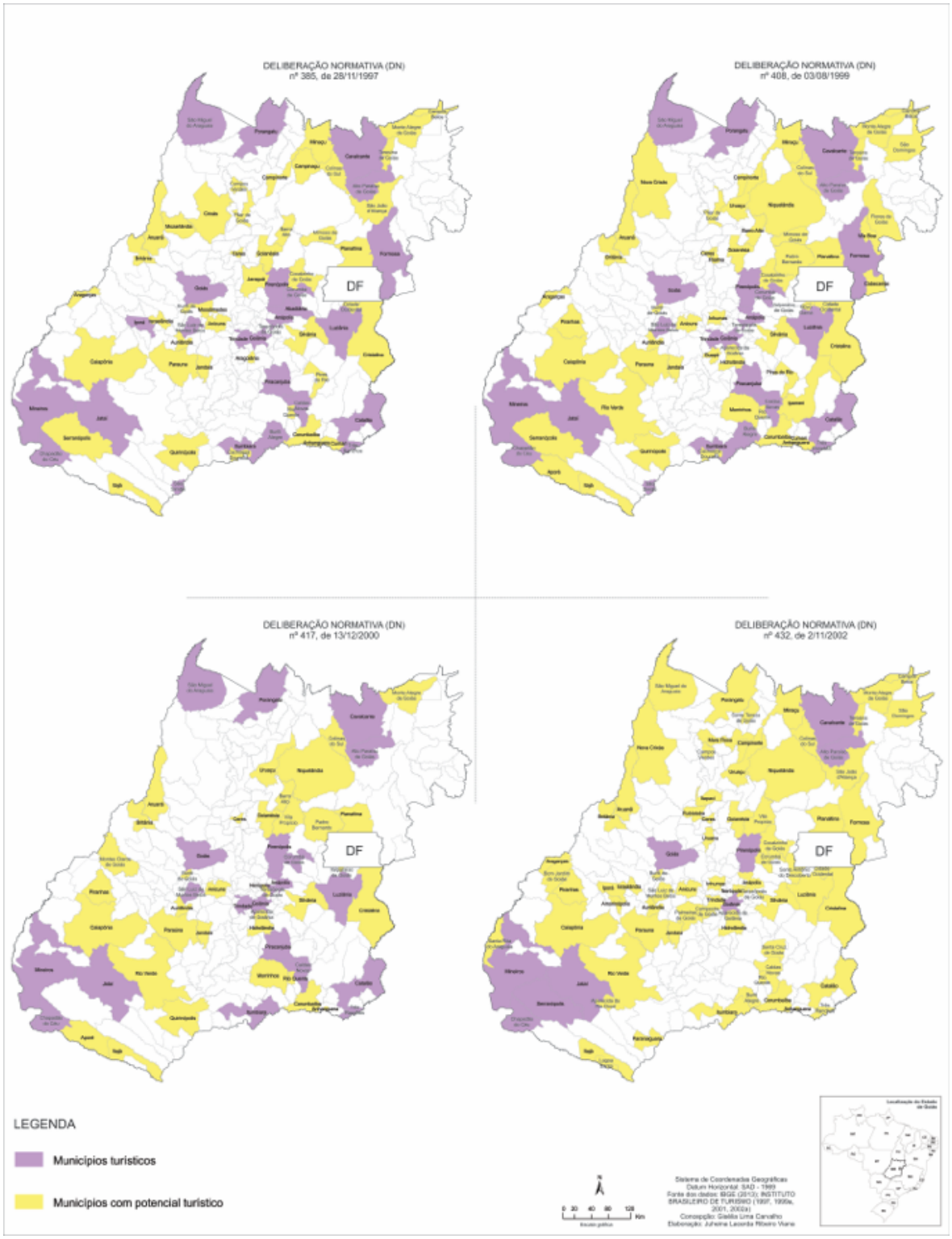


Figura 1 – Política de turismo no estado de Goiás: Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) – 1997 a 2002

Fonte: Embratur (1997, 1999b, 2000 e 2002).

Os frutos do PNMT em Goiás foram essenciais para a importância do turismo no estado, sobretudo quanto à autonomia dos municípios turísticos, que adotaram outra natureza de gestão. Adicionalmente, ocorreu maior socialização das informações, o que permitiu maior exequibilidade de mensuração de impactos das políticas em todos os setores. Segundo Flávia de Brito Rabelo, então gerente de Planejamento e Pesquisa da Agência Estadual de Turismo (Agetur), o PNMT é considerado um programa bem relevante para o estado de Goiás. Ela assinalou a importância de um plano que fortalecesse a gestão política e que criasse uma governança local, fundamental para as próximas etapas do planejamento. Do ponto de vista da gestão política, o PED e o PNMT foram os embriões do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Na opinião de João Lino, gerente de Projetos de Produtos Turísticos da Goiás Turismo: "A política foi disponibilizada pra todo mundo, mas quem soube trabalhar, amadureceu como destino".

O FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO NA ESFERA ESTADUAL E MUNICIPAL (1999-2010)

Embora tenha sido feita uma referência ao Plano Plurianual 1996/1999, este representou um mero ensaio para o planejamento do estado de Goiás, uma vez que não foi disponibilizado ao público, já que não foi votado. Pode-se afirmar que as experiências mais frutíferas de gestão e planejamento via PPA em Goiás se deram nas duas gestões consecutivas de Marconi Ferreira Perillo Júnior (1999-2006).[7] Como afirma Salgado (2010), somente no final da década de 1990 é que esse modelo de intervenção regional, baseado nas diretrizes do planejamento estratégico, passou a integrar a agenda de preocupação do governo estadual.

Diversos fatores atrelados a essas duas gestões do governo de Marconi Perillo levam-nos a julgá-lo particular quanto ao tratamento da política turística no estado, entre eles: a) a efetiva adoção de uma ferramenta de planejamento com traçados mais claros (PPA); b) a sequência de gestão que, grosso modo, asseguraria maior possibilidade de continuidade dos programas e c) a existência de um contexto jamais visto de gestão nacional do turismo, considerando a criação do MTur em 2003.

A marca da administração desse gestor é a renovação na forma de governar. Assim, ele tratou de reorganizar toda a estrutura administrativa do Estado na tentativa de modernizá-lo. No tema que nos interessa, muitas transformações ocorreram no sentido de extinguir ou redefinir órgãos criados pelos governos anteriores. Um dos exemplos foi a transformação, em 1999, da Empresa Estadual de Eventos e Promoções na Agetur.[8] Algumas dessas mudanças parecem ter favorecido o turismo, com a recriação de um órgão estadual próprio e com função ampliada, o que indicou uma política estadual para o setor:

> Art. 2º - É missão da Agetur propiciar o fortalecimento e crescimento do turismo do Estado de Goiás, visando intensificar sua contribuição para geração de renda, ampliação do mercado de trabalho, elevação dos padrões do bem-estar social, integração nacional e valorização do patrimônio natural, cultural e técnico-científico. (GOIÁS, 1999b).

A situação vivida pelo turismo em todo o País era ainda de intensa mobilização dos estados para a inserção de seus municípios no PNMT. O governo de Goiás criou, nesse contexto, o Comitê Executivo do

7 Perillo ainda retornou para outros dois mandatos, em 2011 e 2014, completando 16 anos à frente da gestão do governo estadual.
8 Entidade autárquica criada pela Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999 (GOIÁS, 1999c), e regulamentada pelo Decreto nº 5.090, de 20 de agosto de 1999 (GOIÁS, 1999b).

Estado de Goiás para o acompanhamento do programa (GOIÁS, 1999a),[9] e assim definiu a Política Estadual de Turismo como "o conjunto de diretrizes e normas ligadas ao planejamento e à execução das iniciativas públicas, particulares e da sociedade organizada, concernentes ao turismo, desde que interessem ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado de Goiás" que deveria ser "orientada de maneira sistêmica e harmônica com a Política Nacional de Turismo" (GOIÁS, 2000a).[10]

No contexto de seu planejamento global estratégico, o primeiro plano da gestão de Marconi Perillo foi o *Plano Plurianual 2000/2003*: *Goiás século XXI*, [11] cujo objetivo geral era a "inserção de Goiás na economia nacional e internacional para garantir seu crescimento em termos de progresso econômico, social e de qualidade de vida" (GOIÁS, 1999d). Essa abordagem se refletiu, no âmbito do turismo, em seis modalidades de programas com orçamento próprio de R$ 117.649.920,00 para o exercício, os quais indicaram o fortalecimento da política de turismo no estado, com proposição de seis (6) Programas de Desenvolvimento Turístico para as regiões já definidas pelo Mtur.

Nessa perspectiva, verifica-se uma diferença crucial quanto ao processo de planejamento estratégico estatal, que promoveu ações mais bem definidas, com programas e orçamentos específicos e de dimensão mais ampla, considerando a diversidade do estado sob a denominação de "polos". Um ponto a destacar do referido PPA é que alguns municípios, considerados polos turísticos, receberam maior atenção por parte dos programas, sem desconsiderar a necessidade de estimular e desenvolver as vocações de outros municípios.

Na segunda gestão de Marconi Perillo, o *Plano Plurianual 2004/2007: Plano Goiás século XXI – Avançar Mais*, constituído por seis macroestratégias não setorizadas nos órgãos de planejamento do estado, inseriu o turismo no polo Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional. Um dos desafios do plano era desenvolver a competitividade goiana por meio de estratégias que potencializassem as forças econômicas do estado, com sólida superação dos entraves ao seu desenvolvimento e aprofundamento da modernização administrativa. Todavia, dada a inserção dos temas de inclusão social no Brasil, o plano também destacava a importância da redução das desigualdades sociais, por meio da formulação e implementação de políticas que assegurassem vida digna para todos.

Sob o favorecimento do recém-criado MTur, a temática ambiental, melhor dizendo, a sustentabilidade teve maior trânsito em todo o País, o que não foi diferente para o estado de Goiás, em que o resultado foi a instituição da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável no Estado de Goiás,[12] destinada aos territórios onde havia recursos naturais e patrimônio cultural que fossem objeto de visitação e turismo, sob responsabilidade do Poder Executivo, em parceria com as prefeituras municipais.

Quanto ao aspecto específico aqui tratado, dois programas marcam esse plano. O Programa Mostra Goiás tinha como escopo "[p]romover o estado em nível regional, nacional e internacional, transformando Goiás em um dos principais destinos turísticos e gerando emprego e renda para as comunidades envolvidas no processo" (GOIÁS, 2003). O Programa Infraestrutura Turística, por sua vez, objetivava "oferecer infraestrutura turística adequada a cada região de forma a atender às necessidades de orientação e conforto dos visitantes e da comunidade" (GOIÁS, 2003), e suas principais ações incluíam a implantação do Centro de Convenções em Caldas Novas e de centros culturais, como a Vila Cultural Teatro Goiânia e o

9 Decreto nº 5.049, de 18 de maio de 1999.
10 Decreto nº 5.300, de 18 de outubro de 2000 (GOIÁS, 2000a).
11 Lei Complementar nº 13.570, de 28 de dezembro de 1999 (GOIÁS, 1999d).
12 Lei nº 14.769, de 12 de maio de 2004 (GOIÁS, 2004).

Museu Internacional Art Dèco e Centro Cultural Oscar Niemeyer, todos inseridos no orçamento de 2005. As ações, que constavam no exercício do referido PPA, com orçamento previsto de R$ 139.634.325,00, foram executadas, exceção feita ao Museu Internacional Art Dèco.

Já em relação às intervenções federais, foi celebrado um convênio entre Agetur e MTur a fim de descentralizar as ações para a execução do Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos. Esse convênio só veio a ser executado na gestão do governador Alcides Rodrigues Filho (2007-2010), já que teve contrato firmado por cinco anos. O PPA 2008/2011 (GOIÁS, 2008b)[13] tinha a orientação para um projeto de desenvolvimento que culminasse em um Estado de Qualidade de Vida, conforme se extrai do documento. Na proporção inversa aos anteriores, mas seguindo as diretrizes nacionais, o plano pretendia reafirmar o planejamento como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico.

Em uma abordagem mais voltada para o nosso objeto, pode-se dizer que o principal instrumento estratégico que mais se aproximava da política estadual para o desenvolvimento do turismo em Goiás foi a elaboração do primeiro e único Plano Estadual de Turismo, em 2007, alinhado às diretrizes do *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem à inclusão.* No Plano Estadual de Turismo: Goiás no caminho da inclusão (GOIÁS TURISMO, 2007), as nove regiões turísticas foram mantidas e 46 municípios foram definidos, segundo os critérios de classificação nacionais. Para cada uma dessas regiões, o plano traçou diretrizes de diferentes graus e necessidades de intervenção e agentes responsáveis, respeitando as especificidades e os níveis de desenvolvimento da atividade em cada município. Após o PNMT, a filosofia em voga era a de regionalização do turismo, com a continuidade das ações descentralizadas. Subentende-se que o PNMT foi uma preparação importante para os municípios turísticos e que estes, a partir de então, deveriam ser organizados por regiões contempladas nas políticas de escalas nacional e subnacional.

No âmago das regiões, os municípios foram classificados como "diamante", "esmeralda" e "cristal". A prioridade das políticas deveria ser aqueles municípios com maior grau de turistificação, dado o potencial reconhecidamente existente e as ações ocorridas desde o governo de Mauro Borges Teixeira (1961-1964), quando se verificou as primeiras intervenções estatais ordenadas por meio de um plano com objetivos e metas que incluíram o turismo.

Fato novo na história do turismo goiano, contido nas diretrizes estaduais, foi o estímulo à pesquisa sobre o turismo que se seguiu à criação do Instituto de Pesquisas Turísticas do Estado de Goiás (IPTur)[14], instituído com o objetivo de implantar um sistema de informação turística baseado na organização e geração de dados, análises e estudos estratégicos de forma continuada, conforme consta em seu site.

A Agetur teve uma nova alteração de nomenclatura e de função. Agora com a denominação de Goiás Turismo, o órgão passou a ter um papel aparentemente mais amplo, de concepção mais sistêmica e com capacidade de enxergar e mensurar a diversidade do estado. Sua responsabilidade foi assim definida:

> [...] execução da política estadual de turismo, compreendendo identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais turísticos do Estado; execução de ações relacionadas com o turismo; captação de recursos; prestação de serviços técnicos, monitoramento de impacto socioeconômico, ambientais, culturais e qualificação de profissionais relacionados com turismo. (GOIÁS, 2011a, grifo nosso).

13 Lei nº 16.193, de 29 de janeiro de 2008 (GOIÁS, 2008a). Revista pela Lei nº 16.871, de 4 de janeiro de 2010 (GOIÁS, 2010a).
14 Lei nº 16.828, de 11 de dezembro de 2009 (GOIÁS, 2009).

A Política Estadual de Turismo, por sinal, em boa parte da sua trajetória, pôde ter confirmada uma vinculação com a matriz nacional, embora sem o reforço de grandes programas de financiamento. Do ponto de vista orçamentário, mesmo com a criação do MTur em 2003, o turismo goiano foi mais impactado a partir de 2008, tendo significativos avanços no aumento dos recursos em 2010, 2011 e 2013, consoante às informações da Sefaz/GO (GOIÁS TRANSPARENTE, [2015]). Em 2008, os recursos estaduais destinados ao turismo mais que quadruplicaram e continuaram a crescer nos anos seguintes, chegando a ultrapassar 170 milhões de reais em 2013, conforme revela a Figura 2[15].

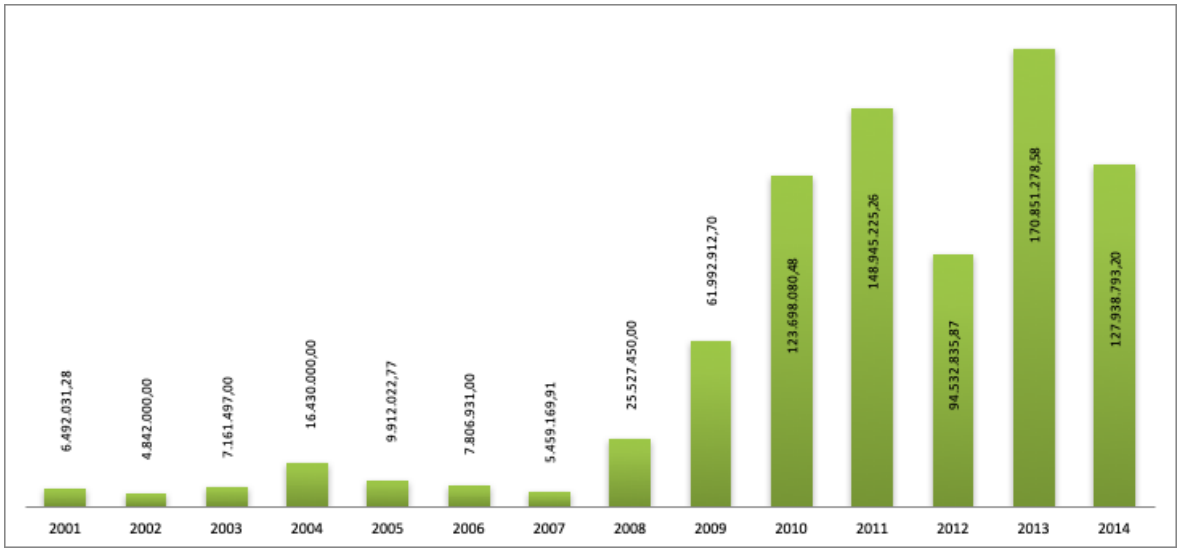


Figura 2 – Execução orçamentária em Reais do turismo pelo governo estadual (2001 a 2014)

Fonte: Goiás Transparente [2015].

Os impactos positivos, do ponto de vista político, nunca antes sentidos pelo setor do turismo no estado, podem estar associados, em âmbito geral, ao que Salgado (2010) apontou como a marca do PPA 2008/2011, ou seja, o aperfeiçoamento da prática de planejamento no estado, os avanços em relação à apresentação do documento e à participação dos municípios na elaboração e redefinição de prioridades de investimentos. Em pormenores, a alteração do quadro pode estar relacionada ao período da gestão do secretário estadual de Turismo Barbosa Neto, durante a qual não só aumentaram os recursos mas também foram lançados outros projetos, como a Casa do Turismo, a Vila Cultural e o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Goiás (Prodetur Goiás), além da criação do IPTur. Para o representante da Goiás Turismo, João Lino, o fato está ligado à situação particular vivida pelo MTur nessa época: "Eu me lembro que em 2007 eu estava no MTur e aquele período registrou o maior orçamento da história do turismo, e começa a mostrar sua importância, assim como a atividade turística no País. Depois passou-se a restringir os recursos".

Nos moldes de outros programas existentes no Brasil, mas de natureza díspar de tudo antes projetado, o Prodetur Goiás, aprovado em 2010,[16] deveria ser executado com recursos oriundos da Linha de Crédito Condicional (CCLIP), segundo contrato de empréstimo firmado entre o MTur e o BID, e transferidos

15 Segundo informações da Goiás Turismo, os recursos foram tantos nesse período que o órgão não conseguiu executá-los em sua totalidade.
16 Lei nº 17.140, de 1º de setembro de 2010 (GOIÁS, 2010b).

mediante contrato de empréstimo a ser celebrado entre o governo estadual e o BID. A operação de crédito externo contratado foi de até o limite de US$ 80.000.000,00. A distribuição dos recursos entre o programa abrangeria cinco polos e 22 municípios, conforme os relatórios dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Pdits.

Conforme declarações da coordenadora técnica, Cristiane Ricci Mancini, que esteve envolvida no programa desde que ele era só um projeto, em 2007, muitos fatores foram impeditivos para a execução do Prodetur Goiás, entre eles está o fato de o governo estadual não ter liberado o recurso referente à sua contrapartida (10% do valor do convênio para o governo estadual, 30% para o MTur e 60% para o BID).

Situação semelhante ocorreu com o Programa Estadual de Incentivo à Aviação Regional (Voe Goiás),[17] o qual objetivava estimular a implantação e/ou expansão de linhas aéreas regionais e nacionais (domésticas) regulares, com a construção de 34 aeroportos estrategicamente localizados no estado de Goiás. No decreto ficou instituído que a Goiás Turismo cuidaria do programa. No entanto, iniciada a nova gestão, com o *Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI) 2012-2015* (GOIÁS, 2012), na terceira gestão de Marconi Perillo, a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) é que ficou responsável pela execução dessa política, reduzindo a importância do órgão oficial do turismo.

A POLÍTICA DE EVENTOS E O ENFRAQUECIMENTO DA POLÍTICA DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO ESTATAL (2011-2014)

Pelo que foi constatado anteriormente, a terceira gestão de Marconi Perillo (2011-2014) não deu a devida atenção à pasta do turismo, além do fato de suas metas e programas terem sido redigidos sem o conhecimento da Goiás Turismo, segundo informações de representantes do órgão.

Esse e outros aspectos organizacionais e, acima de tudo, políticos, permitem-nos concluir que não só houve o enfraquecimento da Goiás Turismo, como também foi interrompido o desenvolvimento da política para o turismo no estado, desmanchando a própria política outrora delineada por ele mesmo. O reflexo disso é sentido na desmotivação do pessoal envolvido nas atividades de gestão nas escalas dos municípios turísticos, como pode ser notado no desabafo de um secretário de Turismo:

> Posso dizer que as reuniões do fórum foram mais fortes antes de 2012. Era pra estar mais ativo [...]. É uma demanda do governo federal, mas a gente sente pouco apoio do governo estadual recentemente. Houve uma perda de importância do papel da Goiás Turismo, enquanto estrutura, houve uma decadência nos últimos dois, três anos (ele se refere a 2013-2015), com perda de pessoal, diga-se de passagem, um pessoal bem preparado. (entrevista com o secretário de Turismo de Pirenópolis, em março de 2015).

No entendimento do então gerente de Projetos de Produtos Turísticos da Goiás Turismo, João Lino, sobre o andamento da política nacional no estado, o desempenho do PRT funcionou muito bem entre 2003 e 2012. Em termos de planejamento, a política foi completa, mas em termos de se tornar produto, faltou fechar um ciclo.

Com a nova reestruturação administrativa promovida pelo Estado, ao que tudo indica, à Goiás Turismo ficou reservado o papel de executora da política de eventos. Fabiana Pulcineli (2013) trouxe

17 Decreto nº 7.351, de 25 de maio de 2011 (GOIÁS, 2011b).

à tona no jornal *O Popular* o montante de recursos que o governo do estado tem derramado sobre a categoria eventos, principalmente os shows de música sertaneja.[18] Em 2011, conforme denuncia o jornal, foram gastos com shows R$ 7,5 milhões; em 2013 esse valor subiu para R$ 21,18 milhões e, somente nos primeiros sete meses de 2014, o estado, sob a coordenação da Goiás Turismo, já havia patrocinado 306 shows, alcançando o valor de R$ 22,3 milhões. Em nossa busca no site do órgão, dos 58 convênios expostos ao público, fechados entre a Goiás Turismo e municípios ou instituições, todos foram exclusivamente destinados à realização de eventos. Tudo isso é plenamente justificável nas palavras do então secretário de Assuntos Estratégicos do estado de Goiás, Luiz Alberto de Oliveira:

> O dinheiro do povo tem de ser gasto onde o povo deseja. Shows são reivindicações populares. Eles querem aquilo. Às vezes, mesmo que o governo esteja apertado, dá um jeito de atender, porque as pessoas também têm direito ao lazer (PULCINELI, 2013).

Admite-se que os eventos, na interescalaridade, passaram a assumir um papel de destaque no desenvolvimento turístico, configurando-se como uma das principais estratégias de promoção de destinos. Entretanto, a demasiada prioridade que o órgão passou a ter nos últimos anos, curvando-se para essa modalidade, reflete uma ausência de planejamento mais integral do turismo no estado, redundando na falta de uma política para o setor. Além disso, essa estratégia deliberada e orientada tem a ver com uma forma de fazer política conhecida por todos como a velha "política do pão e circo", alimentada pela falta de informação do povo romano que, não tendo interesse por assuntos políticos nem preocupação com suas reais necessidades, priorizava a diversão. Isso é seguramente o que vem ocorrendo no estado, pela mão da Goiás Turismo.

Convém anotar o que representou essa instituição ao longo do seu processo histórico. Mesmo que o turismo goiano não tenha feito parte do cartão-postal do destino Brasil, o governador Leonino Di Ramos Caiado[19] ousou ao fundar uma das primeiras secretarias estaduais para o setor no País, em 1972, à frente de outros estados considerados de alto potencial turístico, como Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Santa Catarina.[20] Durante suas quatro décadas de existência, muitas transformações ocorreram, às vezes somente no âmbito da nomenclatura, mas, sobretudo, no que tange à redefinição de atribuições, à dimensão, retração ou ampliação de seu papel, o que refletiu em diferentes formas de tratar a atividade turística na agenda dos governos, aliadas ainda às frequentes mudanças político-partidárias e às crises político-econômicas, mormente na década de 1980. Permeada ora por avanços, ora por retrocessos, a trajetória não linear de representação desse organismo público estadual seguramente afetou o desempenho da política de turismo no estado, a exemplo do que ocorreu em outros estados (SOLHA, 2004). A percepção dos diferentes governos sobre o que deveria compreender essa estrutura pública, sobre o nível de responsabilidade que deveria ter, vai incidir diretamente sobre o desenvolvimento ou não da atividade turística no estado, refletindo o seu nível de prioridade no conjunto da política estadual.

Reconhece-se aqui que, depois de 1999 – quando a Lei nº 13.550/1999 recria uma nova estrutura para coordenar a política estadual de turismo, por meio da Agetur e do PPA, que também se estende ao turismo

18 Não é desconhecida a larga ajuda do estado de Goiás para seus artistas sertanejos. Consoante informações de O Popular (PULCINELI, 2013), de todos os contratados para shows, os artistas que mais receberam em 2014 foram Israel e Rodolfo (R$ 1.874.095,00), Leonardo (R$ 1.080.000,00) e João Neto e Frederico (R$ 1.000.000,00), todos sertanejos e goianos.

19 Nesta gestão foi criada a Empresa de Turismo do Estado de Goiás (Goiastur), via Lei nº 7.540, de 12 de setembro de 1972. Para mais entendimento sobre a Política Estadual de Turismo que antecede os anos 1990, consultar o estudo de doutorado da autora intitulado (2015).

20 Solha (2004) relata que o primeiro órgão público de turismo fundado em nível municipal, o de Salvador, surgiu em 1953, e que, dos 21 organismos estaduais, sete foram criados na década de 1970, sete na década de 1990 e os outros sete somente entre 2000 e 2003.

–, o setor passa a ter traçados mais claros e uma pasta mais sólida. O panorama no País, como ressalta Solha (2004), é de retomada do desenvolvimento turístico, de acaloramento de ânimos dos empresários, de criação de cursos superiores e de impressão de maior confiança no setor pela sociedade. Isso foi o que ocorreu em Goiás e perdurou por uma década. No entanto, não se pode deixar de destacar que, atualmente, sente-se novamente um esmaecimento da vontade política, um apagar de luzes, sobretudo quando se trata do papel que deveria desempenhar o organismo público estadual nos tempos hodiernos de descentralização de ações e responsabilidades.

Em entrevistas realizadas com os secretários de Turismo de alguns dos principais municípios turísticos do estado, apreendeu-se uma falta de prioridade ou um ambiente de incerteza quanto à existência de uma política estadual de turismo no presente. Os secretários de Caldas Novas e Pirenópolis assim definiram a situação do turismo no estado:

> O turismo não chama tanta atenção do governo no ambiente de agropecuária consolidado. Essas frentes são muito poderosas. Você tem que espernear muito pra conseguir algo. Por que o Nordeste é muito poderoso? Ele tem, no turismo, o seu melhor produto. Nós temos outras frentes bem consolidadas no estado. (Entrevista com o secretário de Turismo de Caldas Novas, em maio de 2015).
>
> Nós trabalhamos acompanhando a política nacional e a estadual. O estado não tem nenhuma política específica atualmente, a gente sente que falta muito. A gente não responde pelo que tá ou não sendo feito pela Goiás Turismo. Quem impacta aqui, de fato, em termos de políticas públicas, é o governo federal, sem sombra de dúvida. [...] Do estado a gente recebe apoio na divulgação. O que já é de grande importância para o município. (Entrevista com o secretário de Turismo de Pirenópolis, em março de 2015).

Como confirma Solha (2004), verifica-se, porém, grande dificuldade para tornar realidade a participação dos estados na condução de uma política de fato do turismo, principalmente quando faltam ações que estimulem e criem um ambiente propício para provocar a independência dos organismos estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados da década de 1990, o desenvolvimento do turismo no estado de Goiás foi dirigido, sobretudo, por programas do governo federal como o PED e o PNMT, cujas estratégias de gestão permitiram descentralizar as ações, repassando as decisões aos municípios turísticos e dando uma nova configuração para a política de gestão. Esses programas ajudaram a qualificar e formatar destinos goianos com perfil para o ecoturismo, algo que passou a ser uma identidade para o turismo estadual dali por diante. Já a fase do PRT coincidiu com uma maior racionalidade na gestão pública do turismo e a construção relativa da autonomia no planejamento e na gestão do turismo pelos municípios, fruto do amadurecimento do PPA como ferramenta.

A despeito das intervenções federais no turismo goiano nesse período retratado e da inserção de quatro destinos goianos na composição dos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo regional, a atividade turística goiana não reverberou alterações significativas quanto ao seu valor econômico e aumento dos fluxos para o estado e a região, de modo a alcançar a desejada desconcentração da atividade turística no Brasil.

No que tange ao nível de organização do sistema de gestão estadual de turismo, ficou clara a perda recente do papel desempenhado pela Secretaria Estadual de Turismo, a Goiás Turismo, que levou à desmotivação da participação dos secretários municipais nos fóruns regionais. Notou-se uma crise institucional vivida

pelo órgão de regulação máxima da atividade no estado, crise essa que resultou na perda de orientação de uma política integral para o turismo, uma vez que o órgão concentra seus esforços e recursos na realização de eventos, justificados pelas intercorrências do fator estacional da maior parte dos destinos turísticos do estado, o que confirma o descompasso da política de turismo.

Um dos maiores desafios na condução da Política Estadual de Turismo que se apresentou nessa trajetória de 23 anos, certamente, está associado ao fato de o turismo não representar uma área prioritária de investimentos no estado, sobretudo quando se considera o peso de outros setores produtivos, como o da indústria e da agropecuária, mesmo constatando-se que ocorreram mudanças importantes desde meados de 1990, capazes de significar um diferencial nas questões relacionadas ao planejamento estadual e municipal do turismo goiano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. Políticas públicas e o delineamento do espaço turístico goiano. In: _____ (Org.). **Abordagens geográficas de Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 2002. p. 197-222.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). **Plano de desenvolvimento da Região Centro-Oeste**. Brasília, DF, 1986.

CARVALHO, G. L. Mapeamento e trajetória político-institucional do turismo no estado de Goiás entre 1961 e 1990. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 507-529, Set./Dez. 2015.

CRUZ, R. de C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

GOIÁS. **Lei nº 7.540, de 12 de setembro de 1972**. Define a política estadual de Turismo, o Contur e a Empresa de Turismo do Estado de Goiás e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1972. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1972/lei_7540.htm›.

GOIÁS. **Lei nº 11.655, de 26 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Poder Executivo e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1991. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1991/lei_11655.htm›.

GOIÁS. **Decreto nº 4.112, de 14 de dezembro de 1993**. Institui a Comissão para Condução, Gerenciamento e Apreciação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Goiás. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1993. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/1993/decreto_4112.htm›.

GOIÁS. **Lei nº 12.612, de 17 de abril de 1995**. Cria a empresa estadual que especifica. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1995a. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1995/lei_12612.htm›.

GOIÁS. **Decreto nº 4.496, de 18 de julho de 1995**. Institui a Comissão para Condução, Gerenciamento e Apreciação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Goiás. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1995b. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/1995/decreto_4496.htm›.

GOIÁS. **Plano Plurianual 1996/1999**. Goiânia: Seplan, 1996.

GOIÁS. **Decreto nº 5.049, de 18 de maio de 1999**. Cria o Comitê Executivo do Estado de Goiás, para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1999a. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/1999/decreto_5049.htm›.

GOIÁS. **Decreto nº 5.090, de 20 de agosto de 1999**. Aprova o Estatuto da Agência de Turismo do Estado de Goiás – Agetur. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1999b. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/1999/decreto_5090.htm›.

GOIÁS. **Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999.** Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1999c. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1999/lei_13550.htm›.

GOIÁS. **Lei Complementar nº 13.570, de 28 de dezembro de 1999**. Estabelece o Plano Plurianual para o período 2000-2003 e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 1999d. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1999/lei_13570.htm›.

GOIÁS. **Decreto nº 5.300, de 18 de outubro de 2000.** Dispõe sobre a política estadual de turismo e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2000a. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2000/decreto_5300.htm›.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2000/2003**: Goiás século XXI. Goiânia: Seplan, 2000b.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2004/2007**: Plano Goiás século XXI – Avançar Mais. Goiânia: Seplan, 2003.

GOIÁS. **Lei nº 14.769, de 12 de maio de 2004**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável no Estado de Goiás. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2004. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2004/lei_14769.htm›.

GOIÁS. **Lei nº 16.193, de 29 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2008a. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2008/lei_16193.htm›.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2008/2011:** Goiás, estado de qualidade de vida. Goiânia: Seplan, 2008b.

GOIÁS. **Lei de nº 16.828, de 11 de dezembro de 2009**. Cria a unidade básica, altera a nomenclatura e topologia das unidades complementares que especifica, da Goiás Turismo – Agência Estadual de Turismo – e altera a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2009. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2009/lei_16828.htm›.

GOIÁS. **Lei nº 16.871, de 4 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2008/2011, instituído pela Lei nº 16.193, de 29 de janeiro de 2008, para vigorar no biênio 2010/2011. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2010a. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2010/lei_16871.htm›.

GOIÁS. **Lei nº 17.140, de 1º de setembro de 2010**. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no âmbito da Linha de Crédito do Prodetur, e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2010b. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2010/lei_17140.htm›.

GOIÁS. **Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2011a. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2011/lei_17257.htm›.

GOIÁS. **Decreto nº 7.351, de 25 de maio de 2011.** Institui o Programa Estadual de Incentivo à Aviação Regional – Voe Goiás – e dá outras providências. Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 2011b. Disponível em: ‹http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2011/decreto_7351.htm›.

GOIÁS. **Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI) 2012-2015**. Goiânia: Segplan, 2012.

GOIÁS TRANSPARENTE. **Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.** [2015]. Disponível em: ‹http://www.transparencia.go.gov.br/pagina.php?id=19›.

GOIÁS TURISMO. **Plano Estadual de Turismo**: Goiás no caminho da inclusão. Goiânia, 2007.

GOIÁS TURISMO. **Dossiê de ações:** Prodetur Goiás – jul./2011 a out./2012. Goiânia, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População:** 1996. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: ‹http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem›.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Deliberação Normativa nº 385, de 28 de novembro de 1997. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Seção 1, n. 236, 5 dez. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Procedimentos do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)**. Brasília, DF, 1999a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Deliberação Normativa nº 408, de 3 de agosto de 1999. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Seção 1, n. 154, 12 ago. 1999b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Deliberação Normativa nº 417, de 13 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Seção 1, n. 13, 18 jan. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Deliberação Normativa nº 432, de 28 de novembro de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Seção 1, 3 dez. 2002.

PULCINELI, F. Crescem gastos com shows. **O Popular,** Goiânia, 18 ago. 2013. Caderno Cidades.

SALGADO, T. R. **Planejamento e regionalização:** análise dos Planos Plurianuais elaborados pelo Governo do Estado de Goiás entre 1999 e 2007. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SOLHA, K. T. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil.** 2004. 168 f. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ARTIGO ORIGINAL

Reflexiones en torno a la construcción social del conocimiento turístico:
un acercamiento crítico epistemológico

Reflections on the social construction of tourism knowledge: an epistemological critical approach

Reflexões sobre a construção social do conhecimento do turismo: uma abordagem crítica epistemológica

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1366

Florencia Viviana Moscoso ‹ moscoso.florencia@gmail.com ›

Instituto de Investigaciones en Turismo, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de La Plata, Argentina

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 26-nov-2016
Aceite: 10-jul-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

MOSCOSO, F. V. Reflexiones en torno a la construcción social del conocimiento turístico: un acercamiento crítico epistemológico. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 139-153, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMEN

A partir de la segunda mitad del Siglo XX, el rápido y estable crecimiento que experimento el turismo, atrajo el interés por el desarrollo de las primeras investigaciones y estudios en turismo orientadas a la indagación de cuestiones comprobables, medibles y verificables (visión económica y mercadológica). Esta mirada respecto al conocimiento turístico ha sido catalogada de reduccionista, en la medida que no que entiende al turismo como un fenómeno atravesado por distintas dimensiones sociales. Resulta así esencial repensar el fenómeno turístico como objeto de estudio, destacando la importancia de lo social en la generación y construcción del conocimiento. En este sentido, tomando como referencia el pensamiento y aporte del enfoque crítico (Teoría Crítica y Fenomenología), el presente artículo intenta analizar de manera reflexiva el desarrollo de la epistemología del turismo. A través de la revisión y análisis de bibliografía, el trabajo tiene por objetivo abordar los siguientes aspectos: (1) Definición del turismo y su objeto de estudio, (2) Evolución de las investigaciones en turismo; (3) el enfoque crítico en la investigación turística; y (4) la importancia de la comunicación, diálogo e intersubjetividad en la producción de conocimiento. Por tanto, la investigación turística requiere de una actitud crítica e interpretativa que derive en el desarrollo de nuevos modelos cognoscitivos y nuevas formas pensar y actuar en la realidad.

Palavras clave: Turismo. Epistemología. Conocimiento. Enfoque crítico.

ABSTRACT

Since the last half of XX century, tourism has experienced a steadily growth. This fact tempted the interest in the development of verifiable and measurable investigations with an economic and marketing view. This view regarding tourism knowledge has been catalogued as reductionist; insofar it does not consider tourism as a social phenomenon. For this reason is essential to rethink the tourist phenomenon as an object of study, highlighting the importance of the social in the generation and construction of knowledge. In this sense, taking in consideration the thought and contribution of the critical approach (Critical Theory and Phenomenology), the present article tries to reflectively analyze the development of tourism epistemology. Through the review and analysis of bibliography, the work attempt to address the following aspects: (1) toruism definition and its object of study, (2) Evolution of tourism research; (3) the critical approach in tourism research; and (4) the importance of communication, dialogue and intersubjectivity in the production of knowledge. Therefore, tourism research requires a critical and interpretative approach that leads to the development of new cognitive models and new ways of thinking and acting in reality.

Keywords: *Tourism. Epistemology. Knowledge. Critical approach.*

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, o crescimento rápido e estável experimentado pelo turismo atraiu o interesse no desenvolvimento da primeira pesquisa e estudos do turismo, inquérito, questões testáveis, mensuráveis e verificáveis (visão econômica e marketing). Esse olhar sobre o conhecimento do turismo foi classificado como reducionista, na medida em que o turismo não é entendido como um fenômeno por meio do qual intervêm diferentes dimensões sociais. Assim, é essencial repensar o fenômeno do turismo como um objeto de estudo, destacando a importância do social na geração e construção do conhecimento. A esse respeito, tomando como referência a contribuição e a abordagem do pensamento crítico (Teoria Crítica e Fenomenologia), este artigo tenta analisar reflexivamente o desenvolvimento da epistemologia do turismo. Da mesma forma, por meio de revisão da literatura e análise, o trabalho tem como objetivo abordar as seguintes questões: (1) Definição de turismo e seu objeto de estudo; (2) Evolução da pesquisa em turismo; (3) Abordagem crítica na pesquisa em turismo; e (4) Importância da comunicação, do diálogo e da intersubjetividade na produção de conhecimento. Portanto, a pesquisa em turismo requer uma atitude crítica e interpretativa resultando no desenvolvimento de novos modelos cognitivos e novas formas de pensar e agir na realidade.

Palavras-chave: *Turismo. Epistemologia. Conhecimento. Abordagem crítica.*

EL TURISMO COMO OBJETO DE ESTUDIO

El gran crecimiento y desarrollo que ha experimentado el turismo en el marco de la investigación científica, ha llevado al planteamiento de ciertos interrogantes por parte de referentes académicos, entre ellos: ¿Cómo se construye el conocimiento en turismo?, ¿Cuál es la delimitación del objeto de estudio? ¿A partir de qué metodologías se puede abordar? Sin embargo, los estudios existentes han desarrollado y respondido de manera superficial y poco profunda estos interrogantes, centrando su foco en el debate del status del turismo como ciencia.

Es por eso que en todo nuevo campo de investigación, así como en aquellos ya legitimados, es importante el reconocimiento, construcción y (des) construcción de la variable epistemológica por parte de los distintos agentes que hacen a la formación y constitución de dicho campo. De igual manera, la forma de hacer y concebir una disciplina, en este caso el turismo, se encuentra mediada por la variable espacio-temporal, permitiendo analizar y comprender el desarrollo y la construcción del conocimiento a partir de los discursos científicos imperantes, las temáticas investigadas y los modelos cognoscitivos de una determinada época (ASCANIO, 2010; KORSTANJE, 2013).

Antes de ahondar en los estudios sobre el conocimiento, es preciso definir qué se entiende por turismo. En la actualidad no existe un consenso respecto a una única definición del turismo sino que son varias las definiciones de acuerdo a la visión que prime sobre su análisis. Así, algunos autores enfatizan su carácter de actividad económica mientras que otros, como Panosso Netto, hacen hincapié en concebirlo como un fenómeno "de experiencias vividas […] y con propósitos diferentes por los seres involucrados, tanto por lo que se dicen turistas como por los que trabajan en el sector" (2008, p. 25) En este artículo el turismo será abordado bajo este último enfoque, teniendo en cuenta su carácter eminentemente social.

A continuación se desarrolla brevemente la evolución del turismo como objeto de estudio y las distintas miradas respecto a la construcción del conocimiento.

HACIA UNA BREVE HISTORIA DE LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN TURISMO

A lo largo de la historia, la epistemología ha tenido como principal objetivo responder a interrogantes tales como ¿Qué es el conocimiento?, ¿Cómo accedemos a él? ¿Cuál es nuestra relación con la realidad estudiada?, ¿Descubrimos el conocimiento o lo construimos?, entre otros. Esto ha dado lugar a distintas perspectivas y metodologías al momento de describir e intervenir la realidad, en busca de ese conocimiento. El turismo no ha quedado ajeno a este hecho, constituyendo hoy en día un importante campo de investigación abordado por distintas corrientes y posturas filosóficas.

LOS ALBORES DE LA INVESTIGACIÓN EN TURISMO

El rápido y estable crecimiento que experimentó el turismo, a partir de la segunda mitad del Siglo XX, llevo a que sea catalogado como un fenómeno generador de grandes beneficios para los países. Esto ha atraído la atención de distintos sectores y grupos de interés, quienes a partir de este contexto han buscado

dar cuenta de los impactos positivos que trae consigo la actividad, desarrollando una definición y corpus teórico desde una concepción mercadológica y sumamente economicista. Así los primeros estudios en turismo se orientan a la indagación de cuestiones comprobables, medibles y verificables; siendo el positivismo y la empírea el pilar de los mismos.

El positivismo, nace como perspectiva epistemológica y modelo de validación de las Ciencias Naturales y Exactas, respondiendo a cuestiones prácticas, utilitarias, funcionales y objetivas respecto de las necesidades que impone universalmente la modernidad, sustituyendo así la reflexión del sujeto y reduciendo "los hechos sociales a dimensiones externas, observables y mensurables" (SANTOS, 2009, p. 28). Las teorías positivistas suponen la existencia de un monismo metodológico al momento de abordar la realidad, llevando a la neutralidad del sujeto que la busca comprender y del dato resultante.

Si bien esta corriente ha tenido una fuerte impronta en el estudio de la naturaleza, en lo que respecta a la producción de conocimiento en las Ciencias Sociales constituye una mirada reduccionista, al no tener en cuenta la existencia e influencia de variables como la experiencia, los pensamientos, los discursos, la cultura, las contingencias históricas, las relaciones de poder, entre otros (CATON, 2012). No es menor la influencia que ha tenido en el campo del turismo condicionando los estudios a "la aplicación de procesos sistemáticos en lo teórico y metodológico" (JIMENEZ; NECHAR, 2016, p. 50) y dejando relegada la investigación de numerosas temáticas vinculadas a dimensiones sociales que atraviesan el fenómeno turístico.

De manera análoga la visión científica positivista ha perseguido un conocimiento libre de valores, no comprometida e independiente de las consecuencias sociales que puede generar tanto en el hombre como en su entorno (CATON, 2012; SANTOS, 2009). Sin embargo, el conocimiento ha demostrado que no se encuentra desprovisto de las connotaciones sociales que lo atañen, siendo innegable la influencia de discursos, conceptos y pensamientos de un contexto determinado en su producción y desarrollo. Como expone Mardones: "la razón humana está imbricada explícitamente con el interés" (2003, p. 47).

Ante estos argumentos es preciso preguntarse ¿constituye el positivismo el método por excelencia para abordar el fenómeno turístico? La respuesta es "No", ya que como se dijo en el apartado anterior, el turismo constituye un proceso social complejo, cuyo conocimiento precisa ser abordado a través de modelos cognoscitivos reflexivos y críticos. Esta nueva mirada respecto a la forma de producir conocimiento, se contrapone a los postulados del pensamiento positivista lógico, en la medida inserta al sujeto como ser crítico de la realidad que se busca explicar y comprender; analizando la realidad desde una postura intersubjetiva y a partir de la utilización de distintos principios metodológicos adecuados al objeto de estudio. Si bien son muchos los enfoques anti-positivistas propuestos a lo largo de la historia de la ciencia, muy pocos han llegado a ser analizados en el turismo pero han constituido un gran aporte hacia una comprensión más holística del fenómeno. En este sentido, el presente artículo intentará dar el puntapié inicial en el desarrollo de las principales características de dos enfoques: el enfoque crítico (Primera y Segunda Escuela de Frankfurt), tomando como referencia a Jürgen Habermas, y los aportes desde la sociología fenomenológica de Alfred Schütz.

Resumiendo, la forma de producir conocimiento en turismo ha evolucionado desde sus primeras etapas, pasando de un pensamiento simple y lineal a un pensamiento complejo de lo social (CAMPODÓNICO; CHALAR, 2010). La importancia de este último radica en el contexto dinámico en el cual está inmerso el turismo, atendiendo a nuevos cambios socioculturales y económicos que se dan en el entorno. Es por eso que al ser un fenómeno primero práctico y luego teórico se precisa de no solo de un corte cientificista sino

de incorporar un pensamiento filosófico-reflexivo que lleve a una (des)construcción y (re)significación de los criterios epistemológicos y de responsabilidad que hacen a la construcción del conocimiento y pensamiento en turismo.

En este sentido Tobar Bustamente et al exponen que "la importancia de la filosofía en el estudio del turismo implica reformular su proyecto como teoría humana, social y política, al conjuntar reflexión del pensar con los discursos ideologizados y el análisis empírico de las experiencias" (2015, p. 42) De igual manera García Valencia (1999) manifiesta que es "necesario replantear de aquí en adelante la actividad filosófica con una responsabilidad social como respuesta a los problemas del mundo, que ya no se resuelven desde una razón objetiva, sino que se solucionan en el encuentro de múltiples puntos de vista." (p. 1).

Lo desarrollado hasta aquí constituye una primera aproximación hacia la investigación epistemológica en turismo. Donde se entiende al turismo como proceso social implicado en un territorio determinado e influenciado por múltiples dimensiones. Asimismo, a lo largo de esta sección se han identificado y desarrollado brevemente las principales características del turismo para su indagación a partir de cuestiones fenomenológicas y críticas, enfoques que se profundizaran a continuación.

HACIA UN ENFOQUE CRÍTICO EN TURISMO

La teoría crítica, surge como propuesta de la Primera Escuela de Frankfurt (Adorno, Horkheimer) frente a la necesidad de pensar un conocimiento distinto al que se venía desarrollando. Esta perspectiva toma como eje fundamental la emancipación del conocimiento, no desde la reproducción de datos objetivos y cosificación de la realidad, sino como una hermenéutica intersubjetiva, de reflexión, comprehensiva, donde el sujeto pasa a tener un papel activo interviniendo la realidad y no solo reconociéndola. Al mismo tiempo, considera que el bagaje de valores que hacen al científico social tiene una influencia directa en el objeto de estudio que observa e interviene (SANTOS, 2009).

Como miembro de la segunda generación de la Teoría Crítica, Jürgen Habermas (1982) advierte que la modernidad ha llevado a una racionalización del saber y de conocimientos que sirven a una razón instrumental, donde la reflexión crítica termina quedando a un lado. Es así, que esta visión desafía los límites puestos por el positivismo, buscando plantear la cuestión de valores éticos y morales en nuestra de manera de percibir y actuar en el mundo.

La crítica puede ser entendida como un "método constructivo-interpretativo del conocimiento" (JIMÉNEZ; NECHAR, 2016, p. 51) a partir del cual se (des)construye una realidad dada (re)significándola bajo nuevas miradas. En otras palabras, se busca romper con estructuras convencionales y permitir, no solo a los investigadores sino a los actores sociales, reflexionar acerca de las ideas, pensamientos y conocimientos que se tienen como dados, buscando una transformación contextual de la realidad que se vive. (BUSTAMANTE et al., 2015).

Por su parte, Tribe (2006) destaca que una de las principales características de la teoría crítica es su interés por las relaciones de poder, identificando cuál o cuáles son las influencias ideológicas que presenta un determinado trabajo de investigación y preguntándose a qué intereses particulares responde.

La cuestión crítica del turismo reside en despojarnos de estructuras y convencionalismos hegemónicos, para poder comprender, (re) explicar y (re) significar el fenómeno desde una reflexión, interpretación y comunicación intersubjetiva. En palabras de Nava Jiménez y Castillo Nechar es de importancia la generación de "contenidos crítico-reflexivos que procuren una praxis turístico-social emancipatoria" (2016, p. 52).

Tribe (2007) ha observado la falta producción de conocimiento crítico en turismo destacando algunos factores que obstaculizan su desarrollo como lo son los paradigmas, las ideologías, los discursos, las disciplinas y tradiciones. Sin embargo, en los últimos años, se destaca un aumento de las investigaciones críticas y de importantes redes a nivel mundial que tienen como foco estos estudios tales como la Association for Tourism and Leisure Education and Research (atlas); Estudios Críticos en Turismo (escritur) y Critical Tourism Studies Asia-Pacific Consortium (ctsap). De igual manera, dentro de este enfoque se identifican corrientes menores de abordaje del turismo entre las que se encuentras aquellas posturas de género-feministas y posmarxistas.

A continuación, profundizaremos en la indagación de aspectos crítico-reflexivos, que nos permitan llegar una visión comprehensiva del fenómeno turístico desde un enfoque social.

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DEL CONOCIMIENTO, ACCIÓN SOCIAL E INTERSUBJETIVIDAD

El pensamiento positivista ha tenido una importante influencia dentro de las Ciencias Naturales, desarrollando un conocimiento objetivable, práctico y funcional de la realidad a partir de una metodología empírica reducida a cuestiones medibles y cuantificables. Sin embargo la relevancia de este pensamiento en el campo de las Ciencias Sociales ha sido diferente, haciendo necesario (re)plantear los siguientes interrogantes ¿Qué es el conocimiento? ¿Cuál es metodología para acceder a ese conocimiento? ¿Es válido en cualquier contexto? ¿Cuáles son los factores que legitiman su validez? ¿El sujeto forma parte del objeto de estudio?

Dada la complejidad de las Ciencias Sociales, el conocimiento para a ser entendido como una construcción social por parte de distintos sujetos, quienes a partir de su valores y conceptos, intervienen de forma activa el objeto de estudio. Asimismo, su condicionamiento a la variable espacio-tiempo, le otorgan un carácter dinámico y dialectico (VALENCIA, 1999).

Al respecto De Sousa Santos manifiesta lo siguiente:

> (…) se puede afirmar hoy que el objeto es la continuación del sujeto por otros medios. Por eso, todo el conocimiento científico es autoconocimiento. La ciencia no descubre, crea, y el acto creativo protagonizado por cada científico y por la comunidad científica en su conjunto ha de conocerse íntimamente ante que conozca lo que con él se conoce de lo real. Los presupuestos metafísicos, los sistemas de creencias, los juicios de valor no están antes ni después de la explicación científica de la naturaleza o de la sociedad. Son parte integrante de esa misma explicación. (…) La ciencia es así autobiográfica." (2009, p. 52)

Ahora bien, ¿a qué hace referencia el autor con la frase "todo el conocimiento científico es autoconocimiento"? En nuestros días, la ciencia posmoderna pasa a dialogar con un nuevo tipo de conocimiento: el conocimiento del sentido común, vulgar y práctico. Dicho conocimiento orienta y da

sentido a nuestras acciones en el mundo, caracterizándose por ser transparente y evidente, indisciplinario y ametódico, retórico y metafórico, y reproducido en la vida cotidiana.

En relación a este planteamiento, el sociólogo y filósofo Alfred Schütz desarrolla y profundiza el concepto de sentido común como conocimiento pre-científico llevándolo al campo de la acción social. Schütz propone, en su teoría, el concepto del Mundo de la Vida (*Lebenswelt*), definiéndolo como el mundo de la vida cotidiana (experiencias), donde el sujeto se desarrolla en contacto con la naturaleza y en relación con las subjetividades de otros. Para la teoría social es relevante el Mundo de la Vida donde se desenvuelve el sujeto. Cabe preguntar ¿Cómo se constituye fenomenológicamente este mundo social? Según el autor su constitución se da a partir del mundo socio-histórico concreto de cada sujeto y de las percepciones e interpretaciones (significados) que le confieren los actores.

El foco radica en la importancia de las experiencias y en la realidad histórico-contextual en la que se desenvuelve cotidianamente el sujeto. En cuanto a las experiencias, estas constituyen la matriz del conocimiento del sentido común, la cual a su vez determina el esquema de referencia del sujeto al momento de actuar en el mundo. Este tipo de conocimiento no es cuestionado, es algo implícito y heredado. Al igual que las experiencias, el "aquí y ahora orientan las acciones y el ordenamiento y estructuración del significado que se le asigna a ciertos objetos o fenómenos, estos son los ejes para situarse y orientarse en el mundo social, son las coordenadas de la matriz social" (SALAS, 2006, p. 188) En otras palabras, la biografía (experiencias y contexto) de cada sujeto permite la ubicación y materialización de sus acciones en el mundo.

Continuando con el razonamiento, es importante señalar, que el sujeto no solo actúa en función de sus experiencias y el contexto, sino que también lo hace en función de las interpretaciones que hace de las acciones y sensaciones del "otro". Así, el Mundo de la Vida se caracteriza por ser social y compartido. Ahora bien, la interpretación del mundo desde el conocimiento del sentido común no es igual para todos, no nos relacionamos de la misma manera con todos los sujetos y nuestras intencionalidades no siempre coinciden. En este sentido el concepto de intersubjetividad y comunicación son fundamentales (SALAS, 2006).

De la interpretación, relación e intercambio de conocimientos entre los sujetos se hace posible la intersubjetividad y acción social. La intersubjetividad hace referencia a la relación cara a cara entre dos sujetos. Esta relación permite generar un proceso de aprendizaje, donde el conocimiento del sentido común es verificado y modificado, adquiriendo nuevas experiencias mediante la comunicación (HERNÁNDEZ; GALINDO, 2007). En lo que se refiere a la acción social, esta se encuentra siempre dotada de sentido y de intencionalidad y se constituye, en parte, de la intersubjetividad que se da en el Mundo de la Vida.

A modo de resumen la teoría propuesta por Schütz radica en la manera de interpretar y actuar en el Mundo de la Vida, a partir del sentido que le conferimos a las acciones y de nuestra relación y comunicación con otros.

EL "MUNDO DE LA VIDA" EN EL CONOCIMIENTO CIENTÍFICO

El conocimiento del sentido común constituye un conocimiento pre-científico, donde "las experiencias de toda una comunidad científica, las experiencias de otros como yo" pueden ser traspoladas al hecho científico (SCHÜTZ, 1932 apud SALAS, 2006, p. 171). Asimismo es importante entender que "la ciencia

social misma solo es posible y concebible dentro de la esfera general de la vida en el mundo social" (SCHÜTZ, 1932 apud SALAS, 2006, p. 171).

El aspecto central de los aportes de Schütz radica en la existencia de que la acción social así como la investigación científica, se encuentra influenciada por el lenguaje, el diálogo y la comunicación intersubjetiva.

Dicho lo anterior, es de importancia destacar que la configuración histórica del momento permite analizar y comprender el desarrollo y la construcción del conocimiento, así como los discursos científicos utilizados, las temáticas investigadas y los modelos conceptuales y mentales respecto a la forma de concebir y hacer de la ciencia. Sobre este aspecto Michael Foucault (1980) afirma que el objeto y sujeto del conocimiento, al igual que el criterio de "verdad", se constituyen históricamente en función de las relaciones entre seres humanos, de la época y de las relaciones de poder. Agrega, que incluso la ciencia es una forma de discurso y, como tal, determina las condiciones de lo que puede entrar en el campo de lo verdadero, de lo que se debe hablar, y sobre los instrumentos y técnicas que se pueden utilizar. En otras palabras se trata de un mecanismo de producción de discursos que al mismo tiempo limita otros.

EL CONOCIMIENTO DE LO SOCIAL EN EL TURISMO

Como se ha mencionado anteriormente, el fenómeno turístico se destaca por su carácter eminentemente social, abarcando diversos aspectos y variables que hacen a su entendimiento y práctica. En este sentido, el turismo se inserta y desarrolla en un territorio atravesado por múltiples procesos sociales conformando lo que se conoce como Destino Turístico. El mismo, es entendido como un espacio físico mediado por la relación entre la construcción social por parte de la comunidad local (procesos sociales e históricos), los intereses de los actores vinculados en la práctica y el imaginario del turista. Como se puede observar, los destinos, conllevan relaciones entre sujetos y actores. Dichas relaciones pueden tener mayor o menor grado de vinculación, pero todas ellas presentan el aspecto de la intersubjetividad y la comunicación como eje fundamental.

Remitiéndonos a Panosso Netto, es importante destacar que el turismo conlleva las experiencias vividas por el turista y por todos los actores involucrados, de esta manera "cada ser vive e historiza de manera diferente su experiencia en turismo" (2008, p. 25). Este punto presenta una profunda relación con el Mundo de la Vida de Schütz, desde el simple hecho de que somos seres sociales experienciales, donde nuestra historia de vida orienta nuestras perspectivas e interpretaciones de la realidad vivida por nosotros y por otros semejantes.

Las variables mencionadas a lo largo de esta sección como las experiencias, los valores, las interpretaciones, el contexto histórico – espacial, la comunicación intersubjetiva, forman parte también de construcción y producción de conocimiento en turismo. Tribe (2006) analiza la existencia de un campo-fuerza del conocimiento (Knowledge Force Field) que influye directamente en la manera de interpretar comprender y explicar la realidad del fenómeno turístico a partir de la teorización. En otras palabras trata de explicar cómo determinadas fuerzas dan lugar a distintas maneras de construir conocimiento. Asimismo estos factores pueden llevar a legitimar algunas investigaciones por sobre otras, promoviendo o restringiendo algunos temas y determinando relaciones de poder y discursos sobre lo que es o debería ser el turismo. Este proceso puede ser esquematizado de la siguiente forma:



Figura 1 – El proceso de construcción de conocimiento

Fuente: Elaboración propia a partir de Tribe (2006)

El autor identifica cinco fuerzas interdependientes que influyen en la manera producir conocimiento turístico:

- Sujeto
- Reglas
- Posición
- Finalidades

Para Tribe (2006) el sujeto se encuentra implicado en la producción de conocimiento, en la medida, que a partir de su mirada orienta la investigación. Se encuentra relacionado con los puntos de autobiografía y autoconocimiento tratados anteriormente.

Las reglas consisten es aquellos acuerdos y convenciones que los investigadores adoptan para trabajar. Dentro de las mismas se incluyen las disciplinas, los paradigmas, las tradiciones, discursos y metodologías. En muchos casos el conocimiento estuvo sujeto a tendencias de estandarización de metodologías. En el caso del turismo, la investigación ha sido abordada desde distintas disciplinas, llevando a traspolar sus reglas y objetos de estudio.

A partir de este aspecto se pueden abordar nuevos modelos de producción del conocimiento, entendiendo que las reglas pueden construirse a través de paradigmas. Para Kuhn (1970) el paradigma representa "un logro científico consensualmente adoptado por una comunidad científica como guía sistemática para la realización de sus tareas" (KLIMOSVKY, 1994, p. 345). De esta manera los paradigmas establecen las reglas y terminan definiendo los límites de lo aceptable en el conocimiento así como en la práctica de investigación.

En el caso del turismo, los paradigmas no operan de la misma manera que en otras disciplinas debido a la inexistencia de una fuerte delimitación del objeto de estudio. Sin embargo, las tradiciones, entendidas como escuelas de pensamiento, constituyen un aspecto que podría ser adoptado por el turismo, ya que a diferencia de los paradigmas estas coexisten con otras tradiciones y corrientes.

Otro rasgo a destacar son los discursos. Se definen como un grupo de declaraciones sobre determinados temas, mediadas por el lenguaje. Cabe señalar que las formaciones discursivas incluyen, excluyen y legitiman determinados conocimientos. A modo de ejemplo en el turismo, el concepto de sustentabilidad,

ha sido concebido desde una visión técnica, asociada solamente a un único aspecto como el ambiental, sin la comprensión que constituye un fenómeno integral atravesado por múltiples dimensiones socioculturales, económicas e institucionales. Asimismo, este concepto ha tenido un debate a nivel mundial siendo abordado en función de los intereses de un grupo de actores y sesgado a una visión particular.

Continuando con los factores, la posición, hace alusión al espacio donde el científico se sitúa para desarrollar sus investigaciones. Es decir la universidad, el instituto, la comunidad científica a la que pertenece, el lenguaje utilizado, etc.

Por su lado, las finalidades constituyen los propósitos del conocimiento y las verdades que se persiguen encontrar. En la ciencia moderna el conocimiento tenia por finalidad responder a problemas y demandas asociadas al progreso, mientras que la Teoría Crítica busca generar una reflexión crítica que permita transformar la realidad.

Sobre este punto Habermas (1978) destaca que toda finalidad perseguida por el conocimiento se encuentra en función de tres tipos de intencionalidades:

- El interés técnico: busca el control y la predicción.
- El interés práctico: persigue el entendimiento y la comprensión.
- El interés emancipatorio: busca la trasformación.

Conforme a estos intereses, Tribe (2006) manifiesta que se estructuran distintos modelos al momento de abordar el conocimiento. Por ejemplo el positivismo se ha centrado en el interés técnico, mientras que la teoría crítica busca el interés práctico de reflexión.

En el caso del turismo, la mayor parte de las investigaciones han perseguido un interés técnico guiado por una visión economicista y de negocios, atendiendo a las necesidades de la demanda y los recursos, sin dar cuenta del turismo como fenómeno social.

Finalmente la ideología, como un conjunto de creencias explicitas que guían el pensamiento y la acción, debe ser tenida en cuenta al momento de analizar las diferentes perspectivas de estudios en turismo. En referencia a esto MacCannell manifiesta que "el turismo no es sólo un componente adicional de las actividades meramente comerciales, sino que también es un marco ideológico de la historia, la naturaleza y la tradición, un marco que tiene la capacidad de readaptar la cultura y la naturaleza a sus propias necesidades." (2011, p. 11).

Lo dicho hasta aquí nos permite manifestar que la construcción de conocimiento en turismo, se encuentra influenciada por muchos factores como lo son los intereses, las interpretaciones, la situación espacio-temporal del investigador, los procesos sociales, las experiencias, y la posición académica del mismo.

LENGUAJE, DIÁLOGO Y COMUNICACIÓN EN LA CONSTRUCCIÓN DE CONOCIMIENTO

Actualmente, la búsqueda de conocimiento en las Ciencias Sociales debe considerar no solo su relación con el Mundo de la Vida sino el desarrollo de una postura crítica, de reflexión y transformación

de la realidad. Así las comunidades científicas no deben limitarse "a la reflexión sobre los enunciados dados, métodos y aparatos conceptuales, sino que es crítica del objeto en su totalidad social, del de que dependen diversos momentos, sujetos, comunidades y ciencia organizada" (BUSTAMANTE et al., 2015, p. 41) En otras palabras, la crítica implícita dentro de lo social busca comprender la intersubjetividad, la comunicación e interpretación como conceptos fundamentales en su estructuración.

Siguiendo la idea de una realidad social y subjetiva, De Sousa Santos establece que "la lógica existencial de la ciencia posmoderna es promover la "situación comunicativa" tal como Habermas la concibe" (2009, p. 47). En este sentido cabe preguntar ¿Cómo contribuye la comunicación a la interpretación y estudio de la realidad? ¿Cuál es la relación entre la acción social, el mundo de la vida y la comunicación? ¿Qué papel juega la comunicación en la construcción del conocimiento?

Como se desarrolló en apartados anteriores la acción humana no se encuentra exenta de intereses, todas poseen, en alguna medida, un grado de intencionalidad; y estos intereses persiguen distintos fines que preceden al "Mundo de la Vida" (técnicos, prácticos y emancipadores) En este sentido, para poder analizar la acción humana y la realidad que nos rodea, se precisa de interpretación en clave de lenguaje y comunicación con otros. Respecto a esto, el pensamiento Habermasiano constituye un importante exponente en cuanto a la profundización y desarrollo de una teoría comunicativa comprehensiva de lo social. En palabras de Vergara (2011), el autor "analiza las condiciones de la racionalidad de la acción social a partir de la interacción basada en el uso del lenguaje, apoyado en el principio de que la razón subyacente en la acción de los sujetos es una propiedad de las estructuras de comunicación, mas no de los individuos por si solos." (p. 4).

Este enfoque une dos visiones: la pragmatista, tomando en cuenta los trabajos desarrollados por Hegel y Marx; y la crítica ampliando los preceptos elaborados por la primera Escuela de Frankfurt.

Uno de los ejes fundamentales de la teoría Habermasiana reside en el concepto de praxis. Si bien toma los aportes hechos por Marx, argumenta que el autor posee una mirada reduccionista respecto al concepto, sólo teniendo en cuenta al trabajo (técnico e instrumental) como tal. Por el contrario, Habermas lo lleva al plano de lo social con una fuerte impronta comunicativa definiéndolo como "la interacción social mediada por el lenguaje" (VERGARA, 2011, p. 10).

Para el desarrollo de su teoría vincula las nociones de "Mundo de la Vida" y "Sistemas" elaborados por otros autores como Schütz y Luhnmann. Por un lado, el autor analiza la acción social a partir de tres aspectos que componen al "Mundo de la Vida": la cultura, la sociedad y la personalidad de los individuos. Por el otro el concepto de "Sistemas" asociado al "Mundo de la Vida" radica en espacios comunicativos externos al sujeto.

Partiendo de este concepto de acción social, Habermas identifica cuatro tipos de acción, cada una vinculada a distintos criterios:

- La acción estratégica: asociada a una finalidad instrumental e individual, no influenciada por otros.
- La acción regulada por normas: es aquella que se realiza en función de valores compartidos y legitimados por un grupo de sujetos sociales.
- La acción dramatúrgica: su manifestación es la subjetividad del individuo, y tiene por fin promover algo en el otro.
- La acción comunicativa: es aquella acción que se materializa en la relación interpersonal entre dos o más sujetos. Se compone de dos elementos fundamentales: el habla y la acción.

Durante la modernidad la visión se centraba en la acción estratégica imposibilitando la interacción de sujetos, cosificando la realidad y centrándose en la razón instrumental. En este sentido, respecto a la acción comunicativa Habermas concibe la posibilidad de alcanzar una aprehensión de la realidad donde "la acción comunicativa esta mediada por símbolos y responde a la idea de reconocimiento compartido" (VERGARA, 2011, p.18).

En cuanto al campo científico, se busca intervenir el mundo a partir de la comunicación y el lenguaje, dando lugar a un juego comunicativo de consenso entre todos los miembros de la comunidad científica. Para lograr esa convergencia se hace necesario argumentar sobre las pretensiones de validez de la acción comunicativa, las cuales se definen por:

- La veracidad: pretensión de que somos sinceros con lo que decimos. Asociada a la certidumbre
- La verdad: pretensión de lo que decimos es verdadero. Hace referencia a la certeza
- Rectitud normativa: pretensión que se ajusta a las normas éticas que guían las interacciones.

Estas pretensiones no se encuentran en función de una realidad objetiva que se le impone al sujeto, sino que forman parte del diálogo y negociación entre actores sobre las "definiciones e interpretaciones de ese mundo" con el fin de "alcanzar un entendimiento que les permita actuar coordinadamente" (NOGUERA, 1996, p. 144).

Noguera expone que en la medida que estas pretensiones son abiertamente cuestionadas "se hace necesario defenderlas y criticarlas con argumentos que busquen convencer a los demás" (1996, p.139) dando lugar de esta manera al discurso. En este momento la finalidad de acción comunicativa se rompe, no logrando el consenso.

En pocas palabras la teoría Habermasiana pretende utilizar el lenguaje y comunicación para alcanzar un conocimiento intersubjetivo y de esta manera orientar las acciones de los sujetos en el mundo social.

En lo que respecta al campo turístico, se considera que la teoría de la acción comunicativa constituye un aporte esencial para hacer frente al desarrollo y avance de un corpus teórico fragmentado por la falta de consenso y comunicación entre los investigadores. De igual manera, es de importancia, dentro de las pretensiones de validez, guiar las investigaciones y estudios del turismo hacia preceptos éticos y morales, siendo el turismo un fenómeno que genera impactos tanto en el territorio como en los sujetos que lo habitan. Así, el diálogo entre todos los actores es el factor clave, al momento de la construcción de un conocimiento responsable, crítico y transformador.

DESAFÍOS EPISTEMOLÓGICOS EN EL CAMPO TURÍSTICO

De acuerdo a lo analizado y desarrollado a lo largo del artículo, la cuestión central de la epistemología en turismo radica en romper con estructuras de corte cientificista y adentrarse a una (re)significación de su objeto de estudio desde una posición filosófico-reflexiva. Buscando así producir nuevos modelos cognitivos que den cuenta de qué es y cómo se materializa el fenómeno turístico desde su aspecto ontológico y dejando a un lado la explicación reduccionista que se produce bajo la mirada de otras disciplinas. Como expone Bertoncello (2006), el turismo no se puede estudiar desde lo que se espera o lo que debería ser, es decir desde una postura normativa, sino que se debe estudiar por el mismo "ser".

El hecho de estudiar el fenómeno desde una base epistémica y filosófica surge ante la falta de consistencia, argumentación y profundización del estudio del turismo, siendo únicamente abordado a partir de las teorías tradicionales de otras disciplinas y dando lugar a un conocimiento desagregado y compartimentado.

En este sentido, la forma de abordar la investigación en turismo permitiría definir y delimitar el objeto estudio teniendo en cuenta su naturaleza compleja y trasdisciplinar. Dicha premisa es sustancial, ya que la diversidad de temáticas abordadas en los estudios en turismo no ha permitido un seguimiento sistematizado de la investigación así como un diálogo continuo y transformador. De esta manera, el carácter científico del mismo depende de generar espacios de diálogo, consenso y debate entre la comunidad científica desde enfoques críticos y reflexivos (NIEVES, 2008).

Cabe destacar que uno de los espacios para que dicho diálogo se produzca es por excelencia el ámbito de la Universidad. Como institución la misma tiene por objetivo desarrollar en sus alumnos una capacidad reflexiva y transformadora frente a los problemas que plantea el turismo en la actualidad. Es por eso que la inserción de los mismos en programas de investigación y proyectos sociales es de importancia al momento de promover un pensamiento crítico de lo social donde se retome la cuestión de los valores morales y éticos. Esto surge como contrapartida a los programas de enseñanza que responden solo a las necesidades técnicas e instrumentales del mercado turístico. En palabras de Tobar Bustamante et al "al formar a un recurso humano solamente bajo programas de operatividad, se inhibe la capacidad pensante y crítica que solo la investigación, la filosofía y la cuestión práctica reflexionada permiten" (2015, p. 39).

CONCLUSIONES

El presente artículo la necesidad de trasladar el estudio del campo turístico hacia un enfoque epistemológico no solo como respuesta a una falta de sistematización de las investigaciones, sino también como un factor de importancia al momento de promover y construir un conocimiento reflexivo, responsable y transformador de la realidad. Como destaca Castillo Nechar (2007) "el conocimiento no consiste sólo en explicar las teorías sino construir un pensamiento que señale nuevas formas de pensar y actuar en la realidad".

En la antigüedad Platón, en su diálogo Teetetos, plantea que el conocimiento se encontraba en función de la creencia, la verdad y la prueba. Sin embargo, durante la historia de la epistemología y el pensamiento filosófico esta noción ha cambiado. Actualmente no se exige una prueba y verdad sino que se busca alcanzar el entendimiento a partir de nuestra relación con el mundo e interacción con otros sujetos.

De esta manera, el conocimiento científico es concebido a partir de la interpretación de la realidad, la comunicación, el lenguaje y el consenso en una comunidad de investigadores, desmitificando así un pensamiento acrítico y único.

Bajo estos preceptos, el abordaje científico del turismo se transforma, dando lugar al desarrollo de sus propias metodologías y a la indagación de su objeto de estudio a partir la co-implicación de "hechos, realidades, problemas y objetos" (JIMÉNEZ; NECHAR, 2016, p. 51).

Si bien queda mucho por profundizar, lo abordado en este artículo busca ser un pequeño aporte para el desarrollo de futuras investigaciones orientadas a la epistemología del turismo, que permitan reflexionar acerca de la materialización, práctica y corpus teórico del mismo.

Referencias

ASCANIO, A. El objeto del turismo: ¿Una posible ciencia social de los viajes?, **Pasos: Revista de turismo y patrimonio cultural**, p. 633-641, v. 8, n. 4, out. 2010.

BERTONCELLO, R. Turismo, territorio y sociedad. El mapa turístico de la Argentina. **América Latina**: cidade, campo e turismo. Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo; p. 317-335, out. 2006.

BUSTAMANTE, L. E. T. et al. La visión crítica en el construir del conocimiento turístico. **Revista de Análisis Turístico**, p. 33-44, v. 19, out. 2015.

CAMPODÓNICO, R. Y.; CHALAR, L. Turismo: una ciencia en construcción. VI SEMINARIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL – Saberes no turismo: Interfaces. **Anais**... Caxias do Sul, p. 1-15, out. 2010.

CASTAÑEDA, A. E. A. et al. Las visiones antipositivistas de la construcción del conocimiento en turismo. **Turismo e Sociedade**, p. 508-230, v. 6, n. 3, out. 2013.

CATON, K. Taking the moral turn in tourism studies. **Annals of Tourism Research**, p.1906-1928, v. 39, n. 4, out. 2012.

COMPARATO, G. Y.; MOSCOSO, F. **Turismo y epistemología**: un ejercicio de construcción y desconstrucción. VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN TURÍSTICA. Universidad Nacional del Comahue. Neuquén, p. 1-21, out. 2014.

JAFARI, J. El **turismo como disciplina científica**. Política y Sociedad, Department of Hospitality and Tourism. University of Wisconsin-Stout. p. 39-56, v. 42, out. 2005.

JIMÉNEZ, C. Y. N.; NECHAR, M. C. Actualidad de la Teoría Crítica en los estudios del turismo. **Turismo y Sociedad**, XX, p. 49-74. 2016.

KLIMOVSKY, G. **Las Desventuras del Conocimiento Científico**. Una Introducción a la Epistemología. A-Z Editoria S.A. 3° Edición. Buenos Aires; Argentina. 1997.

KORSTANJE, M. Turismus Sistemae, Epistemología del viaje onírico. **International Journal of Safety and Security in Tourism**, p. 24-35, 4 out. 2013

KUHN, T. S. **La estructura de las revoluciones científicas**. Fondo de Cultura Económica, México D.F. 1971.

MACCANNELL, D. **Lugares de encuentro vacíos**. Barcelona: Melusina. 2007.

MARDONES, J. M. **Filosofía de las ciencias humanas y sociales**. Materiales para la fundamentación científica. 2ª edición. Barcelona: Anthropos. 2003.

MARTÍNEZ, A. P. Nueva visión integral para el conocimiento turístico. **Anuarios de estudios en turismo**. Investigación y extensión, p. 46-56, v. 12, n. 8, out. 2012.

NECHAR, M. C. La investigación y epistemología del turismo: aportes y retos. **Revista Hospitalidade**, p. 79-95, v. 4, n. 2, out. 2007.

NIEVES, S. G. **La cientificidad en el discurso académico del turismo en México**. Disertación en XIV Congreso AECIT, España, 2008.

NOGUERA, J. A. La teoría crítica: de Frankfurt a Habermas. Una traducción de la teoría de la acción comunicativa a la sociología. **Papers: Revista de Sociologia**, p. 133-153, v. 50 out. 1996.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofía del Turismo Teoría y Epistemología**. Editorial Trillas. 2008.

ROMERO, Y. H.; GALINDO SOSA, R. V. El concepto de intersubjetividad en Alfred Schütz. **Espacios Públicos**, p. 228-240, v. 10, n. 20, out. 2007.

SALAS, A. R. El mundo de la vida y la fenomenología sociológica de Schutz: apuntes para una filosofía de la experiencia. **Revista de Filosofía**, p. 167-200, v. 15, out. 2006.

SANTOS, B. de S. **Una epistemología del sur**: la reinvención del conocimiento y la emancipación social. Editorial Siglo XXI. 2009.

TRIBE, J. The truth about tourism. **Annals of Tourism Research**, p. 360-381, v. 33, n. 2, out. 2006.

_____. Critical tourism: rules and resistance. In: **The critical turn in tourism studies**: innovative research methodologies, 2007, p. 29-40.

VALENCIA, A. D. G. Introducción a la fenomenología de Edmund Husserl. **Revista de Ciencias Humanas**, v. 22, out. 2000.

VERGARA, L. G. Habermas y la teoría de la acción comunicativa. **Razón y palabra**, p. 35, v. 75, out. 2011.

ARTIGO ORIGINAL

Turismo de base comunitária e desenvolvimento local:

trajetórias do turismo nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras em Serro / MG

Community-based tourism and local development: tourism trajectories in the districts of Milho Verde and São Gonçalo do Rio das Pedras in Serro / MG

Turismo rural comunitario y desarrollo local: trayectorias de turismo en los distritos de Milho y São Gonçalo do Rio das Pedras en Serro / MG

http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1372

Elcione Luciana Silva ‹ elcioneluciana@yahoo.com.br ›
Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal.

Leonardo Barci Castriota ‹ leocastriota@yahoo.com.br ›
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 12-dezembro-2016
Aceite: 02-julho-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SILVA, E. L.; CASTRIOTA, L. B. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local: trajetórias do turismo nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras em Serro/MG. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 154-173, dez. 2018.

REALIZAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL EDIÇÃO PATROCÍNIO

RESUMO

Os vilarejos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras – Serro/MG surgiram em decorrência da exploração de pedras preciosas no século XVIII e foram importantes centros mineradores. Após a decadência da mineração, buscaram novas alternativas econômicas, entre elas destacamos nesta pesquisa o turismo. Esses vilarejos conseguiram preservar diversas características importantes do período colonial e se apresentam como principais destinos turísticos da região, atraindo turistas que buscam contato com a natureza e experiências culturais. Entretanto, experimentaram diferentes trajetórias em relação ao desenvolvimento do turismo, muitas vezes justificadas pelos diferentes tipos de organização das comunidades. O objetivo desta pesquisa foi evidenciar a importância do planejamento do turismo para que o desenvolvimento local ocorra de forma sustentável, considerando as especificidades das paisagens culturais citadas. Para atingir esse objetivo, utilizou-se como metodologia, pesquisas bibliográficas, pesquisas de demanda turística de caráter quantitativo e entrevistas com moradores locais de caráter qualitativo com o intuito de se compreender a realidade turística das localidades.

Palavras chave: Desenvolvimento do turismo. Milho verde. São Gonçalo do Rio das Pedras.

ABSTRACT

The villages of Milho Verde and São Gonçalo of Rio das Pedras – Serro / MG originated as a result of the exploration of precious stones in the 18th century and were important mining centers. After the decay of mining, they sought new economic alternatives, among them I highlight in this research, tourism. These villages have managed to preserve several important characteristics of the colonial period and are presented as the main tourist destinations of the region, attracting tourists who seek contact with nature and cultural experiences. However, they have experienced different trajectories in relation to the development of tourism, often justified by the different types of organization of the communities. The objective of this research was to highlight the importance of tourism planning so that local development occurs in a sustainable way, considering the specific cultural landscapes mentioned. To achieve this objective, we used as methodology, bibliographical researches, tourist demand surveys of a quantitative nature and interviews with local residents with a qualitative character, in order to understand the tourist reality of the localities.

Keywords: *Tourism development. Milho Verde. São Gonçalo do Rio das Pedras.*

RESUMEN

Las aldeas de Milho Verde y São Gonçalo do Rio das Pedras, municipio de Serro, surgieron como consecuencia de la explotación de piedras preciosas en el siglo XVIII y fueron importantes centros mineros. Después de la decadencia de la minería, buscaron nuevas alternativas económicas, entre ellas destacó en esta investigación, el turismo. Estas aldeas consiguieron preservar diversas características importantes del período colonial y se presentan como principales destinos turísticos de la región, atrayendo turistas que buscan contacto con la naturaleza y experiencias culturales. Sin embargo, experimentaron diferentes trayectorias en relación al desarrollo del turismo, muchas veces justificado por los diferentes tipos de organización de las comunidades. El objetivo de esta investigación fue evidenciar la importancia de la planificación del turismo para que el desarrollo local ocurra de forma sostenible, considerando las especificidades de los paisajes culturales. Para alcanzar este objetivo se utilizó como metodología, investigaciones bibliográficas, investigaciones de demanda turística de carácter cuantitativo y entrevistas con moradores locales de carácter cualitativo como el objetivo de comprender la realidad turística de las localidades.

Palavras clave: *Desarrollo del turismo. Milho Verde. São Gonçalo do Rio das Pedras.*

INTRODUÇÃO

Os vilarejos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras – Serro/MG surgiram em decorrência da exploração de pedras preciosas durante o período colonial, e, portanto, se apresentam culturalmente importantes para a história de Minas Gerais. Com a decadência da mineração no século XIX, essas localidades sofreram diversos impactos socioeconômicos e, para sobreviverem, seus moradores passaram a se empregar na lavoura, e outros a migrarem para outras regiões. Somente a partir da década de 1960, o turismo surge como nova alternativa econômica, e percebe-se um envolvimento das comunidades com a atividade. Entretanto, esses vilarejos experimentaram diferentes trajetórias de desenvolvimento turístico e se organizaram de forma distinta para receber a atividade. Isso foi agravado pela inexistência de um sistema municipal de turismo que direcionasse o desenvolvimento da atividade turística local.

Nesta pesquisa, apresentaremos estudos sobre a trajetória do turismo em cada uma dessas localidades e a influência e reflexos que a organização comunitária teve para compreendermos a realidade turística local. Como o turismo aconteceu? Como as comunidades se organizam para o desenvolvimento turístico local e qual público frequenta essas comunidades atualmente? Nesta pesquisa será abordada ainda a importância do planejamento do turismo para o desenvolvimento local sustentável e para que os benefícios advindos da atividade turística sejam melhores aproveitados pelas comunidades locais.

A metodologia consistiu na revisão bibliográfica de assuntos referentes ao desenvolvimento do turismo, turismo de base comunitária e planejamento. Esta pesquisa contou com métodos quantitativos que envolveram a realização de pesquisa de perfil de demanda turística e que confirmam e/ou refutam os argumentos, segundo os quais existem diferenças na organização comunitária dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, e que, devido a esses motivos, recebem um público diferenciado, com poder aquisitivo e comportamentos distintos, apesar da pequena distância existente entre eles. A pesquisa contou ainda com observações sistemáticas (visitas em campo, participações em reuniões, festivais e eventos religiosos) realizadas pela autora entre os anos de 2013 e 2014 nos distritos.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária (TBC) é uma modalidade do turismo que oportuniza aos moradores serem autogestores da atividade, carregando em sua essência o protagonismo local (COSTA, 2013), ao mesmo tempo em que agrega fatores importantes presentes, como modo de vida rural, patrimônio edificado, saberes e fazeres, culinária, manifestações culturais e religiosas, aspectos naturais, etc. É um conceito que vem sendo introduzido no Brasil e que tem sido discutido como forma de beneficiar econômica e socialmente a comunidade local. Além de possibilitar o protagonismo local, permite uma maior interação com os turistas, transformando, assim, o turismo em uma experiência mutuamente enriquecedora. Apesar de ter sido desenvolvido há mais tempo em algumas regiões do País, essa modalidade só passou a ser reconhecida pelo Ministério do Turismo em 2008.

> O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais (MTur, 2008).

Segundo Irving e Azevedo (2002), o turismo de base comunitária é o resultado de um processo de conscientização da comunidade, no qual a união e o espírito cooperativista aparecem como elementos fundamentais para a construção de um modelo "diferenciado" de turismo, e, portanto, é aquele socialmente responsável.

O turismo de base comunitária (TBC) se torna viável em lugares com características rurais, em que as tradições e cultura são relativamente originais. O TBC também se diferencia do turismo convencional por possuir um modelo de gestão que incentiva a autonomia e a autogestão da comunidade na formulação de planos estratégicos para o desenvolvimento turístico de modo participativo, considerando a sustentabilidade sociocultural e ambiental.

Segundo Suansri (2003), o TBC não se volta simplesmente para a obtenção de lucros. Nessa modalidade, a participação da comunidade na minimização dos impactos do turismo é importante e se apresenta como uma forma estratégica de desenvolvimento comunitário, utilizando o turismo como uma ferramenta para fortalecer a capacidade de organizações locais no gerenciamento de recursos. De acordo com Goodwin e Santill (2009), embora tais projetos variem em suas metodologias, estes têm em comum a participação comunitária na conservação ambiental e no desenvolvimento socioeconômico, sobretudo em áreas protegidas.

Dentro de uma perspectiva semelhante à do turismo de base comunitária, que é a de valorizar a cultura local e incentivar o protagonismo da comunidade e a autogestão do turismo, surgiram algumas iniciativas e programas em Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, como o Programa Turismo Solidário[1].

No caso dos distritos citados, a autogestão não veio acompanhada de um planejamento que antecedesse o turismo. Seus moradores, a partir da década de 1960, experimentaram o turismo para depois refletirem sobre a atividade. Nessa época, não existia um órgão municipal de turismo que orientasse o desenvolvimento local e também eram incipientes as discussões e pesquisas sobre Turismo de Base Comunitária, que, na visão de Redd (1997, p. 573), seria "um exemplo de um mecanismo mais formal para o aproveitamento da opinião dos cidadãos sobre questões de desenvolvimento". Sem dúvidas, o planejamento do turismo com o apoio da comunidade é essencial para que o turismo possa contribuir positivamente para o desenvolvimento local, considerando os aspectos culturais e ambientais das localidades.

O TURISMO EM MILHO VERDE E SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS

Milho Verde e São Gonçalo são distritos do município de Serro, região nordeste de Minas Gerais, distante a 310 km da capital mineira. São povoados pequenos, possuindo juntos cerca de 2.700 habitantes. A região onde se localizam compõe a Serra do Espinhaço, considerada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) a sétima reserva da biosfera brasileira e engloba os estados da Bahia e Minas Gerais.

1 Programa Turismo Solidário, criado em 2005, é uma iniciativa do Governo de Minas e Secretaria de Estado Extraordinária (Sedvan) e apoio do Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene/MG). Na proposta, os moradores são preparados para receber os turistas em suas próprias casas e, em troca, recebem diversos apoios voluntários (saúde, lazer e educação) promovendo uma relação de cooperação mútua. Atualmente, Milho Verde não faz parte do Programa e São Gonçalo possui apenas um domicílio.

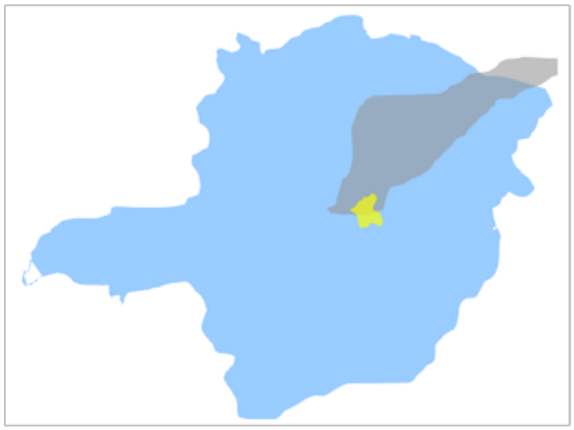


Figura 1 – Localização de Milho Verde e São Gonçalo

Fonte: Bessa (2011).

Ambos os distritos tiveram importância durante o período colonial devido à exploração de pedras preciosas e representam marcos do período colonial que no início do séc. XVIII recebeu levas de gente em busca de ouro e diamantes. O intercâmbio entre as culturas que ali chegaram também foi importante para a formação cultural dos dois distritos. As contribuições das culturas portuguesas e africanas também são retratadas na culinária local, na religiosidade, na arquitetura, monumentos religiosos preservados e protegidos e nos seus saberes e fazeres.

A região onde se localizam os distritos de São Gonçalo e Milho Verde sofreu com as restrições da Demarcação Diamantina. No distrito de Milho Verde, distante seis quilômetros de São Gonçalo, existia um quartel de registro ou fiscalização da Coroa, onde todos que passassem pelo distrito deveriam ser rigorosamente examinados para evitar contrabandos. Certamente, essa imposição da Coroa implicaria nas dificuldades de desenvolvimento dos distritos, e com a decadência da mineração nos princípios do século XIX, estes foram diretamente impactados. Arndt (2007) anota que após a decadência da exploração do ouro, Milho Verde e São Gonçalo tiveram que buscar novas alternativas de desenvolvimento. As comunidades focaram na agricultura de subsistência, na criação de gado e na colheita de sempre-vivas, flores utilizadas no artesanato e que passaram a ser a base da economia local durante quase todo o século XX (ARNDT, 2007). Porém, no final do século, o turismo começou a surgir nos distritos.

Milho Verde e São Gonçalo destacam-se pelo seu patrimônio cultural e natural, e atraem turistas devido à singularidade de suas paisagens. Além da agricultura e do artesanato, o turismo, atualmente, representa uma importante fonte de renda para a região. Entretanto, quando iniciaram as visitas, seus moradores não estavam preparados para os impactos advindos da atividade.

O turismo ocorreu repentinamente e veio antes mesmo de um diálogo mais crítico das comunidades locais sobre o que representava a atividade e seus impactos, bem como de ações institucionalizadas. Somente a partir de 1990, o município sede, o Serro, passa a contar com uma Secretaria de Educação, Turismo e Lazer. Portanto, com a ausência de uma pasta que tratasse exclusivamente do turismo, o planejamento turístico nessas localidades ficou bastante comprometido, já que, antes dessa época, os distritos já recebiam turistas. Anos mais tarde, o município de Serro contaria com a Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente em uma única pasta (Sectuma) para fazer a gestão do turismo, não somente da sede, mas também dos vilarejos que já atraiam turistas, em feriados e fins de semana.

Essa demora em direcionar as ações de planejamento do turismo local se tornaria hoje uma das grandes dificuldades. A integração do trade turístico local, o incentivo à competitividade, qualidade dos serviços prestados, qualificação de mão de obra, além do ordenamento da atividade turística, são desafios para a Sectuma em relação à gestão do turismo nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, que durante anos fizeram sua própria gestão sem muitas intervenções do órgão competente e sem atentar às legislações vigentes.

Apesar disso, se apresentam como importantes destinos turísticos, e se beneficiaram diretamente com ações e projetos de desenvolvimento regional. Esses distritos estão localizados no Circuito dos Diamantes que reúne municípios da rota das pedras preciosas e ainda se localizam, segundo o Instituto Estrada Real (2017), na maior rota turística do Brasil, a Estrada Real[2]. A proposta da Estrada Real como um produto turístico surgiu com a criação do Instituto Estrada Real (IER) em 1999. Implantar um projeto tão arrojado era uma promessa de que se teria uma alternativa para o desenvolvimento econômico local. Entretanto, apesar de o projeto ter contribuído para a divulgação dos atrativos dos municípios componentes da Rota da Estrada Real, transformando-os em produtos turísticos e incrementando os pacotes das agências de viagens, o IER se deparou com outros desafios básicos, como projetos estruturadores nos destinos turísticos. Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo necessitavam de projetos de infraestrutura, prioritários e importantes também para o turismo.

Segundo alguns moradores da comunidade, o turismo começou em Milho Verde no fim dos anos 1970 e se intensificou a partir de 1980, quando Milton Nascimento inseriu a foto da Capela de Nossa Senhora do Rosário na capa de seu disco Caçador de Mim, de 1981.



Figura 2 – Capa do CD "Caçador de Mim", 1984 com a Capela do Rosário ao fundo

Fonte: http://50anosdetextos.com.br

A partir daí, o turismo iniciou-se repentinamente e a comunidade foi surpreendida pela novidade de receber turistas, sem mesmo estar preparada. Houve o aumento de turistas que eram atraídos pela

2 Essa rota reúne os vários caminhos construídos durante o período colonial para o transporte das pedras preciosas para o litoral do Rio de Janeiro e, deste, para a metrópole portuguesa.

beleza natural e pela sensação de liberdade que o distrito proporcionava. A maioria dos visitantes que chegava ao distrito era adepta ao movimento *hippie*[3] que surgiu no Brasil nos anos 1960, e que, devido às características "transgressoras" do movimento em relação aos padrões capitalistas, se apresentava como um público libertário, com comportamentos diferentes daqueles da comunidade local e que buscava outros padrões de vida. Nesse período, o distrito começou também a vivenciar a entrada e o consumo de drogas ilícitas sem nenhuma repressão.

A partir daí, surgiram os problemas com a demanda turística, acontecendo um aumento do fluxo desordenado de visitantes que, alinhado à falta de planejamento e ausência do poder público local, foram se agravando e fugindo do controle dos moradores locais. Junto com o aumento de turistas, problemas ligados ao consumo de tóxicos foram se intensificando. No princípio, esse movimento turístico fez com que os moradores locais vendessem suas casas e se mudassem para o povoado de Capivari, em busca de sossego (SANTIAGO, 2006, p. 114).

Em sua tese, Altamiro Bessa (2011) relata como era o turismo nesse período por meio de entrevistas com moradores da comunidade.

> Os primeiros turistas que começaram a chegar eram "bicho grilo", queriam só fumar maconha e ficar no Lajeado e nas cachoeiras. Dormiam em qualquer lugar: no camping, nos quartos das casas de família e nas cachoeiras. Muita gente ficou com medo deles e foi embora daqui. Com o tempo, aqui foi ficando famoso. Daí em diante, isto daqui foi só enchendo de turista. (Morador de Milho Verde, 2010)[4].

Sabemos que as interações do turista com as comunidades geralmente provocam modificações mútuas. No caso da comunidade, existe a perspectiva do ganho econômico no contato com o visitante, além de experiências de cunho sociocultural. Já o turista, tem a oportunidade de conhecer a cultura local, mas, entretanto, por estar fora de seu ambiente natural, sente-se libertado e pode comportar-se de maneiras distintas do seu dia a dia. Assim, muitas vezes pode ocorrer um choque cultural quando os visitantes vão a lugares que possuem costumes diferentes do seu estilo de vida. (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 144).

A falta de ações de planejamento do turismo em Milho Verde e de uma autogestão focada na implementação do turismo sustentável causou graves conflitos entre turistas e comunidades. Braga (2006) anota que houve conflitos da comunidade com adventícios que permitiam por parte dos turistas comportamentos que os nativos discriminavam.

> Até então, usar biquínis e sungas pelas ruas e permanecer com esses trajes nos estabelecimentos era considerado impróprio para a maioria dos moradores. O comportamento liberalista em relação aos turistas foi acentuado com a abertura de bares por forasteiros. A atitude [...] começou a ser adotada pelos demais bares e restaurantes de nativos [...] Ainda hoje são visíveis as diferenças de comportamento dos comerciantes locais com seus estabelecimentos simples e os forasteiros, com dinheiro e novos valores. (BRAGA, 2006, pág. 60).

Milho Verde e São Gonçalo tiveram diferentes trajetórias na implantação do turismo: enquanto a comunidade de Milho Verde abria mão de seus costumes e valores para adaptar-se ao perfil de turista que recebia, os moradores de São Gonçalo começaram a repreender aqueles que desrespeitavam seus costumes, quando perceberam que era necessário. As diferentes formas de organização e de postura que as comunidades adotaram em relação ao turismo contribuíram para criar uma diferenciação da demanda turística atual.

---

3 O movimento hippie fez parte do contexto de manifestações juvenis do pós-2ª Guerra que a imprensa e a academia se referiam ao conceito de "contracultura". Esse termo foi inventado nos anos de 1960 para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa. Uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades. (PEREIRA, 1984, p. 13).

4 Morador não identificado. Pesquisa realizada por Altamiro Bessa, 2011.

Neuza Coelho, moradora de São Gonçalo, conta que, com a vinda do alemão Martin Kuhne e a suíça Anna Kuhne, a comunidade se preparou melhor para o turismo. Martin conheceu o distrito na década de 1980 com seus alunos e, no ano seguinte, retornou com a família. Compraram uma casa e se mudaram para São Gonçalo, transformando o casarão em uma colônia de férias. Passou a trazer outros amigos de vários países que se empenhavam em conseguir benefícios para São Gonçalo. A presença de Martin e Ana contribuiu para o início de uma consciência turística e de organização comunitária em São Gonçalo. Foram responsáveis pela implantação da Pousada Refúgio, dos cinco amigos, no ano de 1983 e, com apoio da comunidade, iniciaram uma melhor organização do turismo e da própria comunidade ao criar outras ONGs que tinham como objetivo o desenvolvimento comunitário.

> A comunidade organizou-se para o turismo no início dele. Nós fizemos movimentos com a comunidade, a questão da preservação da cultura. Que começou bem desordenado o turismo na época [...] Aí depois chegou um público rápido bem diferente do grupo que Martin e Ana traziam, aí assustou, né? Daí foi onde que o grupo de jovens teve uma iniciativa [...] fez um movimento, acolhendo os turistas e conscientizando do que a comunidade espera deles. (NEUZA, São Gonçalo, 2015).

Segundo Neuza, assim como em Milho Verde, o turismo de São Gonçalo também começou desordenado. Os turistas acampavam no largo principal do vilarejo e a comunidade se sentia incomodada com a falta de respeito com os costumes locais e tomaram atitudes para inibi-los. Ela conta que até hoje, quando surgem alguns desavisados, os empresários correm e entregam um *folder* com informações da comunidade e as normas para visitar o distrito.

Cabe anotar que em São Gonçalo o turismo ocorreu anteriormente a Milho Verde. O distrito passou a atrair, em meados de 1960, um restrito e seleto grupo de pessoas que tiveram conhecimento da existência do distrito por meio do cinema, com a gravação, em 1965, do filme premiado, clássico do Cinema Novo, O *Padre e a Moça*, direção de Joaquim Pedro de Andrade, baseado no poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade.

Atualmente, as comunidades enfrentam outros problemas advindos do turismo e que comprometem os valores e costumes do lugar. Milho Verde vem se esforçando para atrair um público mais consciente para a comunidade; entretanto, a fama de lugar "sem lei" ainda vigora nos dias atuais. Durante eventos, principalmente, no fim de ano é possível perceber o consumo de drogas nas ruas, sons automotivos e churrasqueiras nas cachoeiras da região. Apesar da criação de um Código de Posturas proibindo o som automotivo, criado pelo munícipio em parceria com a comunidade, tais problemas continuam. Segundo alguns moradores, a facilidade de acesso proporcionado pelo asfaltamento de Serro a Milho Verde vem contribuindo para atrair um público, às vezes, "indesejável" pela comunidade. Entre as principais reclamações está a poluição sonora, um problema recorrente nos dois distritos.

É importante ressaltar que os problemas gerados pela atividade turística nos dois vilarejos já haviam sido mencionados em outras pesquisas. A tese de doutorado de Bessa (2011) intitulada "A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real" busca discutir a relação do desenvolvimento turístico e a participação comunitária nos dois vilarejos. Com o intuito de identificar quais os conflitos gerados pelo turismo local, o autor, em visita a Milho Verde aplicou questionários a: 01 funcionário da Secretaria de Turismo de Serro, a 03 informantes-chave e 49 moradores, incluindo 05 empresários locais. Podemos perceber os resultados dessa pesquisa ocorrida em Milho Verde, na Tabela 1. Os dados revelam a percepção da comunidade em relação ao turismo praticado no distrito. Para a maioria dos entrevistados de Milho Verde, o turismo gera "muitos conflitos". Sobre as principais causas de conflitos ocorridos em Milho Verde oriundos da relação turista-comunidade, os moradores locais apontaram o consumo de drogas, bebidas alcoólicas nos espaços públicos, seguidos da poluição sonora, conforme Tabela 2.

Tabela 1 – Avaliação dos conflitos gerados pelo turismo em Milho Verde

O turismo gera	Frequência	% válida
Muitos conflitos	39	79,59
Alguns conflitos	8	16,33
Poucos conflitos	1	2,04
Nenhum conflito	1	2,04
Total	**49**	**100**

Fonte: Bessa (2011)

Tabela 2 – Sobre as principais causas de conflitos

Respostas espontâneas	Quantas vezes foi citado
Consumo de drogas em espaços públicos	49
Consumo de bebidas nos espaços públicos	47
Som alto	35
Brigas	19
Total	**18**

Fonte: Bessa (2011)

Essa pesquisa também foi realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pelo mesmo autor e contou com 79 pessoas respondentes, incluindo a Secretaria de Turismo do Serro. Os dados gerados com essa pesquisa revela que para a maioria dos entrevistados em São Gonçalo, o turismo gera "poucos conflitos", conforme Tabela 3. Podemos perceber ainda pela Tabela 4 que esses conflitos são causados, muitas vezes, pela poluição sonora e lixo nos espaços públicos, demonstrando que os problemas em relação ao turismo praticado em São Gonçalo são mais fáceis de serem resolvidos do que em Milho Verde.

Tabela 3 – Avaliação dos conflitos gerados pelo turismo em São Gonçalo

O turismo gera	Frequência	% válida
Muitos conflitos	3	3,79
Alguns conflitos	8	10,14
Poucos conflitos	59	74.,68
Nenhum conflito	9	11,39
Total	**79**	**100**

Fonte: Bessa (2011)

Tabela 4 – Sobre as principais causas de conflitos em São Gonçalo

Respostas espontâneas	Quantas vezes foi citado
Barulho	65
Lixo e sujeira no espaço público	32
Circulação de veículos no espaço público	15
Drogas	13
Outros	9

Fonte: Bessa (2011)

Sobre os conflitos sociais, Ruschmann e Solha (2006) anotam que o turismo pode estimular o acesso às drogas; alterar a moralidade; contribuir com perda da atratividade; transferência de lucros obtidos com o turismo; conflitos entre visitantes e população receptora. As autoras ainda ressaltam que é necessário estudar o interesse real dos turistas na integração sociocultural com os moradores locais visitados, já que o desejo de conhecer modos de vida de outras localidades deve vir acompanhado do devido respeito, da consciência do seu valor e do legítimo interesse, por parte dos visitantes.

Brohman (1996) reforça sobre essas preocupações, afirmando que o desenvolvimento do turismo não deve prejudicar a cultura local, mas respeitar as tradições locais e criar oportunidades para o intercâmbio cultural. Murphy (1985) destacou a importância do envolvimento local no desenvolvimento do turismo. O autor indicou que o sucesso do turismo depende da boa vontade e da cooperação da população local, pois esta faz parte do produto turístico. Argumenta ainda que se o desenvolvimento e planejamento do turismo não corresponderem às aspirações e capacidades locais, isso pode destruir o potencial do turismo.

Ainda sobre os impactos socioculturais, Ruschmann e Solha (2006) apontam alguns estágios diferenciados de convivência das comunidades receptoras com as atividades turísticas ao longo do tempo, conforme Quadro 1. O último estágio culmina na conscientização da realidade, em que a comunidade percebe que na ânsia por lucros advindos do turismo, abriu mão do seu conforto e dos seus costumes e desconsiderou as mudanças que estavam ocorrendo e nem pensou em como evitá-las.

Quadro 1 – Estágios da relação entre desenvolvimento do turismo e transformações na comunidade

ESTÁGIOS	EFEITOS	CARACTERÍSTICAS
Inicial	Euforia	As pessoas estão entusiasmadas e vibram com o desenvolvimento turístico. Sentimento de satisfação.
Segundo	Apatia	Na medida em que a atividade cresce e se consolida, a população considera a rentabilidade do setor como garantida.
Terceiro	Irritação	Quando a atividade turística começa a atingir níveis de saturação ou quando a comunidade não consegue atender às exigências da demanda.
Quarto	Antagonismo	Os moradores já não disfarçam sua irritação e responsabilizam os turistas por todos os seus males e pelos problemas locais.
Quinto	Conscientização da realidade	A população se conscientiza de que na ânsia de obter vantagens da atividade turística, não considerou as mudanças que estavam ocorrendo e nem pensou em impedi-las.

Fonte: RUSCHMANN; SOLHA, 2006 (adaptado pela autora)

Outro autor que contribuiu para a noção do desenvolvimento do turismo e seu processo de evolução em um destino foi Butler (1980). Esse autor foi o primeiro a criar a noção de "ciclo de vida" turística em uma comunidade (Figura 3) e, segundo ele, a representação do funcionamento do espaço turístico seria a base dos modelos de evolução dessa atividade.

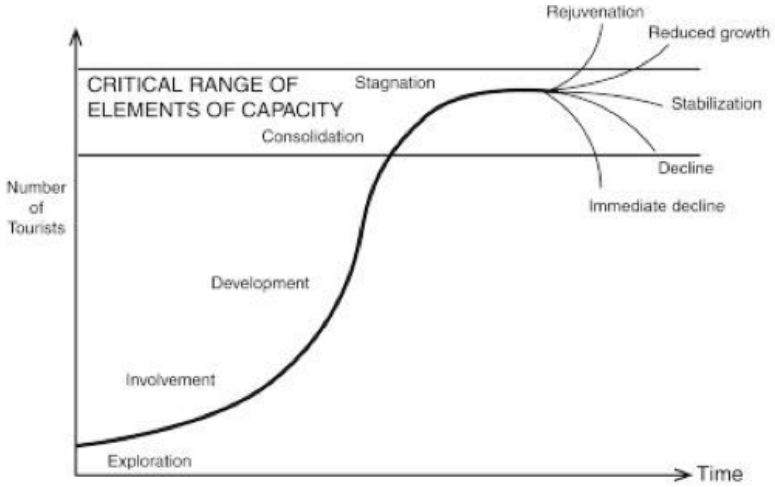


Figura 3 – Ciclo de vida de uma destinação turística

Fonte: BUTLER, 1980

> 1-Primeiro, o lugar é descoberto, porque ele faz parte de uma margem espacial. É o período "pré-turístico" em que chegam os primeiros turistas. Fase de exploração;
>
> 2 - Na segunda fase, o lugar se integra ao sistema. O desenvolvimento corresponde a um aumento sensível do volume de turistas, que está ligado ao aumento da acessibilidade. A economia turística fica mais complexa;
>
> 3 - Na terceira, o espaço regional está totalmente absorvido pela atividade turística, se assiste a uma multiplicação dos lugares destinados a essa atividade. Ocorrem importantes transformações físicas do lugar;
>
> 4 - Por último, ocorre o declínio. A chegada do turismo intenso seria concomitante a certa crise do lugar turístico. Esse tipo de turismo modifica consideravelmente o lugar, degradando-o. Surgem, assim, os problemas ligados ao meio ambiente, a degradação da qualidade dos serviços ou fatores mais sociológicos e, em particular, os conflitos com a população local. A atratividade do lugar declina, o número de turistas também. O lugar não interessa mais aos turistas, que preferem destinações turísticas reconhecidas e facilmente acessíveis. (BUTLER, 1980 apud MOREIRA, 2008, tradução da autora).

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo são destinos turísticos já "consolidados", se formos comparar os conceitos de ciclo de vida de destinações turísticas feitas por Butler. Nessa terceira etapa, as comunidades estão totalmente absorvidas pelo turismo e já possuem diversos empreendimentos destinados a essa atividade. A quantidade de empreendimentos e de serviços, em muitas vezes, supera a da própria sede.

Aqui é necessário chamar atenção para o quarto estágio apontado por Butler (1980), o da estagnação. As modificações que vêm ocorrendo em Milho Verde e São Gonçalo em relação à sua paisagem urbana

podem trazer impactos relevantes ao turismo em um futuro próximo, assim como problemas ligados ao meio ambiente, à falta da qualidade dos serviços e infraestrutura e conflitos com a população. São necessárias ações de preservação das paisagens culturais, bem como a promoção de estratégias para que a comunidade possa usufruir do turismo, sem que este decline, por meio de instrumentos que possam melhorar os serviços turísticos, renovando o seu ciclo de vida, conforme a teoria de Butler (1980).

RESULTADOS DA PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA: EXPECTATIVAS E PERCEPÇÕES

Com o objetivo de identificar o perfil dos turistas que visitam os dois vilarejos e apresentar dados que comprovem a eventual diferença entre esses dois públicos, a autora deste artigo realizou pesquisa de demanda turística entre novembro de 2014 e janeiro de 2015 nos dois distritos. Foram aplicados 43 questionários em São Gonçalo e 40 no distrito de Milho Verde, contendo perguntas fechadas e abertas. Essa pesquisa teve o intuito também de identificar as percepções dos turistas em relação ao distrito de Milho Verde e São Gonçalo no que se refere às principais características da região que motivaram a viagem; sobre a imagem que possuíam dos vilarejos e do que mais gostaram de visitar.

Sobre as principais características que motivaram a viagem a Milho Verde, os entrevistados apontaram a paisagem natural (57%), a tranquilidade (20%) e a cultura (11%). Referente às percepções sobre o distrito anteriores à viagem, ressaltaram que "a imagem que possuíam de Milho Verde" era de lugar com paisagem natural (29%), sossego (23%), tranquilidade (16%), cidade bucólica (16%), calmo (13%) e com cachoeiras (10%). Finalmente, ao serem perguntados sobre "o que mais gostaram em Milho Verde", os entrevistados apontaram em primeiro lugar, as cachoeiras (90%) e em segundo o sossego (6%).

Sobre as principais características que motivaram a viagem a São Gonçalo, os entrevistados disseram que em primeiro lugar estava a paisagem natural (48%), seguida pela cultura (20%), tranquilidade (18%), as cachoeiras, o sossego e as trilhas (8%). Alguns ressaltaram ainda a arquitetura, artesanato, os moradores, quilombos, gastronomia, hospitalidade e a Estrada Real como fatores motivacionais para a visitação. Esses dados confirmam que os turistas de São Gonçalo consideram o contexto histórico da Estrada Real e valorizam também a cultura, além de usufruírem das belezas naturais.

Em relação às percepções anteriores à viagem sobre o distrito, os entrevistados disseram que "a imagem que possuíam de São Gonçalo" era de um lugar de tranquilidade (33%), cidade bucólica (21%), lugar de paz e com paisagem natural (15%), cachoeiras (9%), de lugar aconchegante, místico, rural e calmo (6%). Sobre "o que mais gostaram em São Gonçalo", apontaram em primeiro lugar as cachoeiras (59%) e em segundo as igrejas (36%). Esse dado revela que os turistas de São Gonçalo, além de terem frequentado as cachoeiras, também visitaram monumentos religiosos e manifestações culturais.

Quanto à procedência dos turistas, a pesquisa revela que o distrito de Milho Verde recebeu mais públicos de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro em relação a São Gonçalo, onde prevaleceram os turistas do Estado de Minas Gerais (Figura 4).

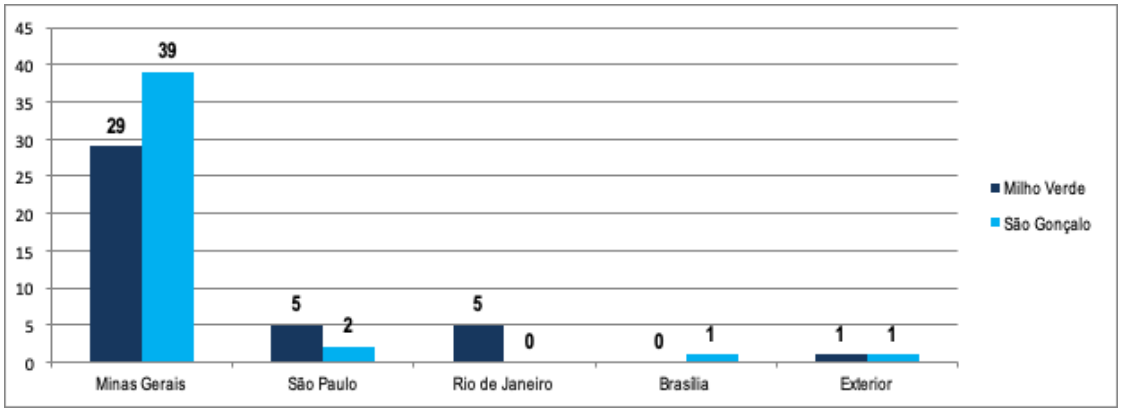


Figura 4 – Procedência dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria (2015)

Os dados sobre a faixa etária confirmam o que já é relatado sobre o perfil do público em Milho Verde, onde predomina o público mais jovem, principalmente entre 25 e 29 anos. Em São Gonçalo, prevalece o público acima de 30 anos, o que pode ajudar a explicar as diferenças de comportamento desses dois públicos. Apesar de não podermos afirmar que o público por ser mais jovem possui comportamentos inadequados e que são causadores de conflitos na região, pode-se deduzir ser este um perfil de público que está em fase de descoberta e a maioria desacompanhada de familiares e que viajam com amigos (Figura 5).

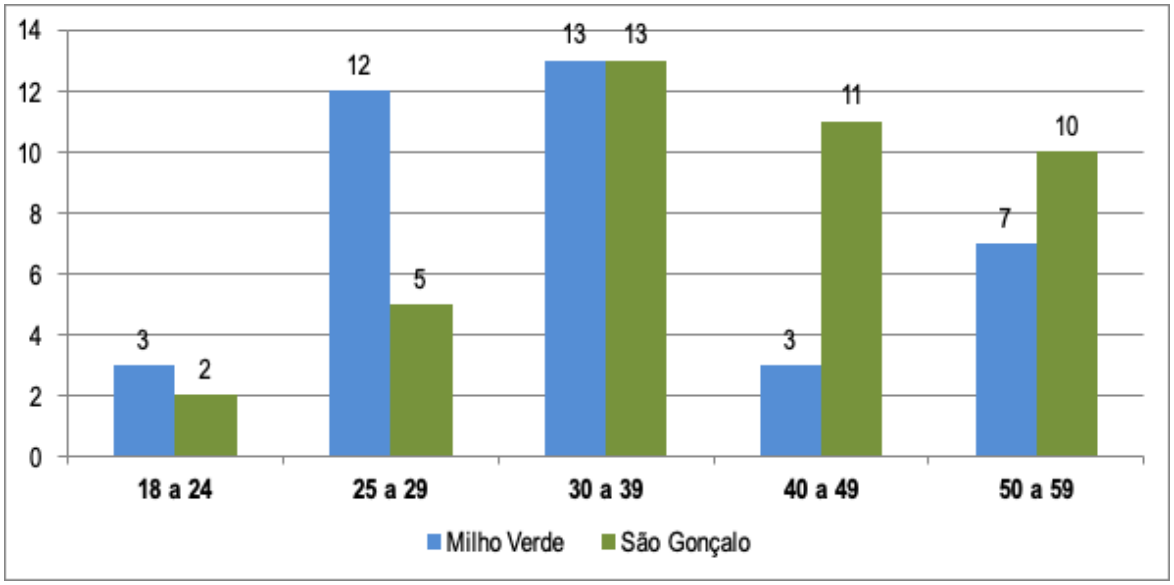


Figura 5 – Faixa etária

Fonte: Elaboração própria (2015)

Quanto à escolaridade dos turistas entrevistados, percebe-se que o perfil do público de Milho Verde e de São Gonçalo é relativamente semelhante. A maioria já possui curso superior completo e outros já cursaram pós-graduação, ou seja, os frequentadores dos dois distritos possuem um nível de escolaridade alto, conforme Figura 6.

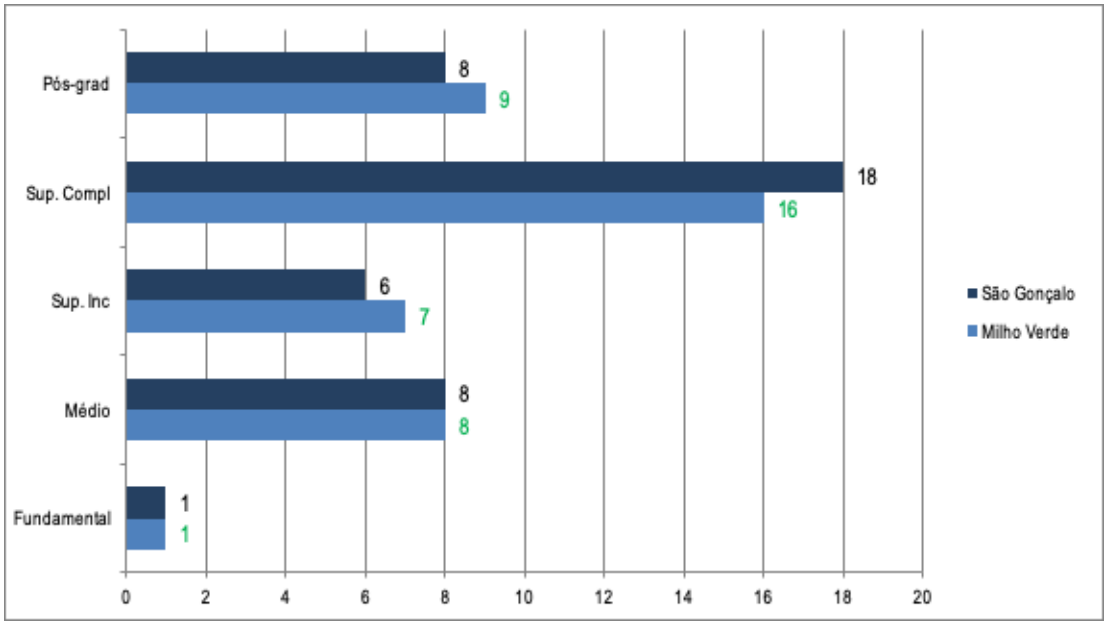


Figura 6 – Escolaridade

Fonte: Elaboração própria (2015)

Quanto à renda salarial, percebe-se que os públicos que frequentam os dois distritos possuem um nível salarial relativamente "bom", com a maioria recebendo acima de três salários mínimos. Nesse aspecto, os dados também se equiparam, entretanto, São Gonçalo recebe, ligeiramente, um público com melhor poder aquisitivo, com renda acima de 05 salários mínimos, conforme Figura 7.

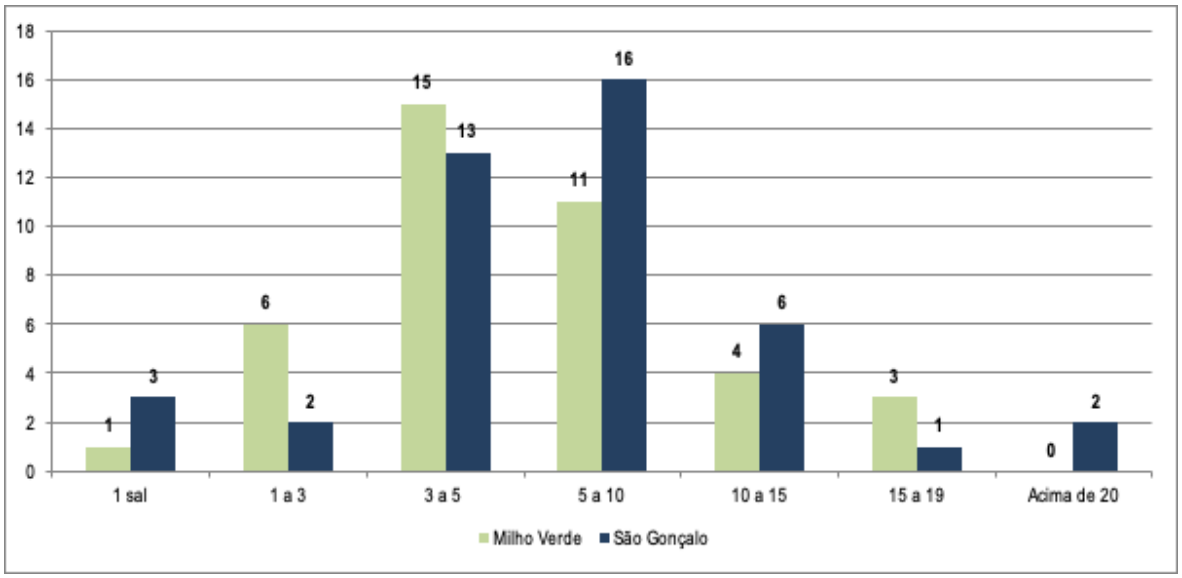


Figura 7 – Renda salarial

Fonte: Elaboração própria (2015)

Durante a pesquisa, percebeu-se ainda que os turistas que estavam em São Gonçalo pretendiam visitar outras regiões além do distrito (Figura 8). É importante ressaltar que esses turistas visitam a região com o propósito de conhecer melhor o contexto histórico da Estrada Real, além de outras cidades, incluindo Milho Verde, Serro e Diamantina. Em Milho Verde predominam turistas que vão para permanecer mais dias, entretanto, que não pretendem conhecer outras localidades. Somente 15 entrevistados revelaram o interesse em conhecer o vilarejo vizinho, São Gonçalo, o que demonstra que a pequena distância contribui para que os turistas possam visitar mutuamente os distritos.

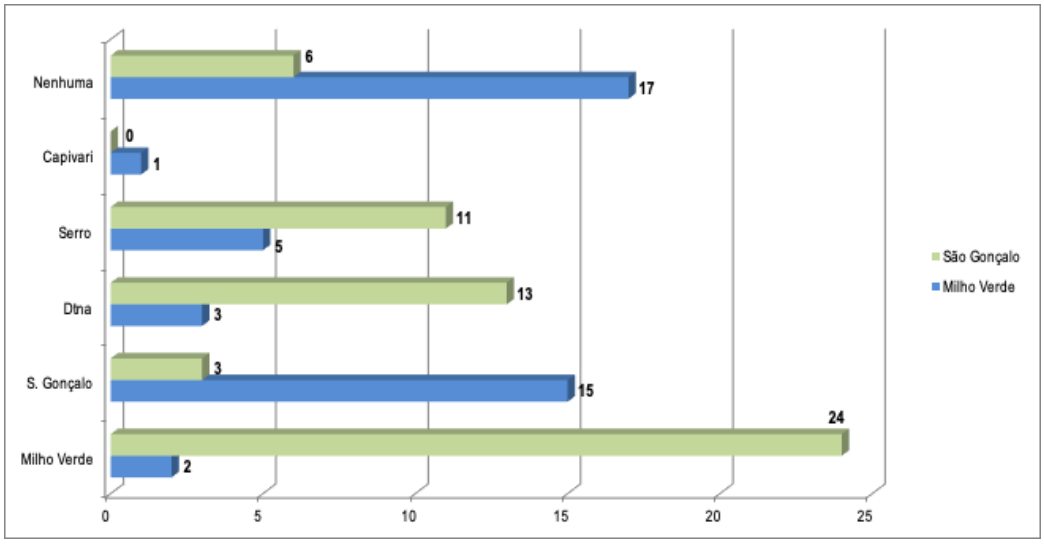


Figura 8 – Vai visitar alguma outra cidade

Fonte: Elaboração própria (2015)

A pesquisa também revelou que a maioria dos entrevistados que visitam os dois vilarejos retornam algum dia. Somente 19,5% dos turistas entrevistados afirmaram terem visitado os distritos apenas 01 vez. É importante chamar atenção para o público de São Gonçalo, que retorna mais vezes, demonstrando que existe uma relação de fidelidade e satisfação do turista em relação ao vilarejo.

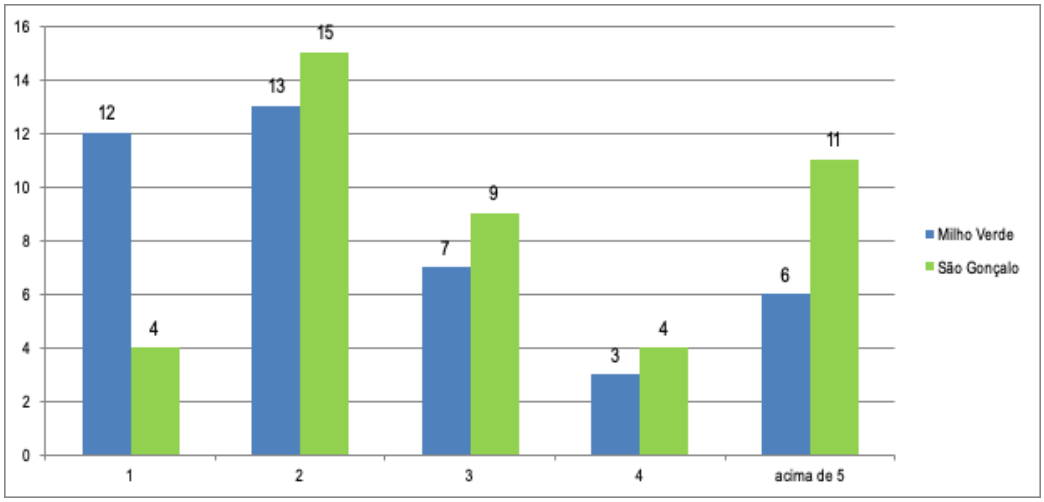


Figura 9 – Quantas vezes visitou

Fonte: Elaboração própria (2015)

Os dados sobre "com quem viaja" confirmam a diferença do perfil do público. Milho Verde atrai um público mais jovem, geralmente acompanhado por amigos, conforme Figura 10. Já em São Gonçalo, prevalece um perfil de turista que vai acompanhado por cônjuges e que geralmente leva os filhos. Portanto, podemos deduzir que Milho Verde recebe um público com perfil menos familiar e mais jovial.

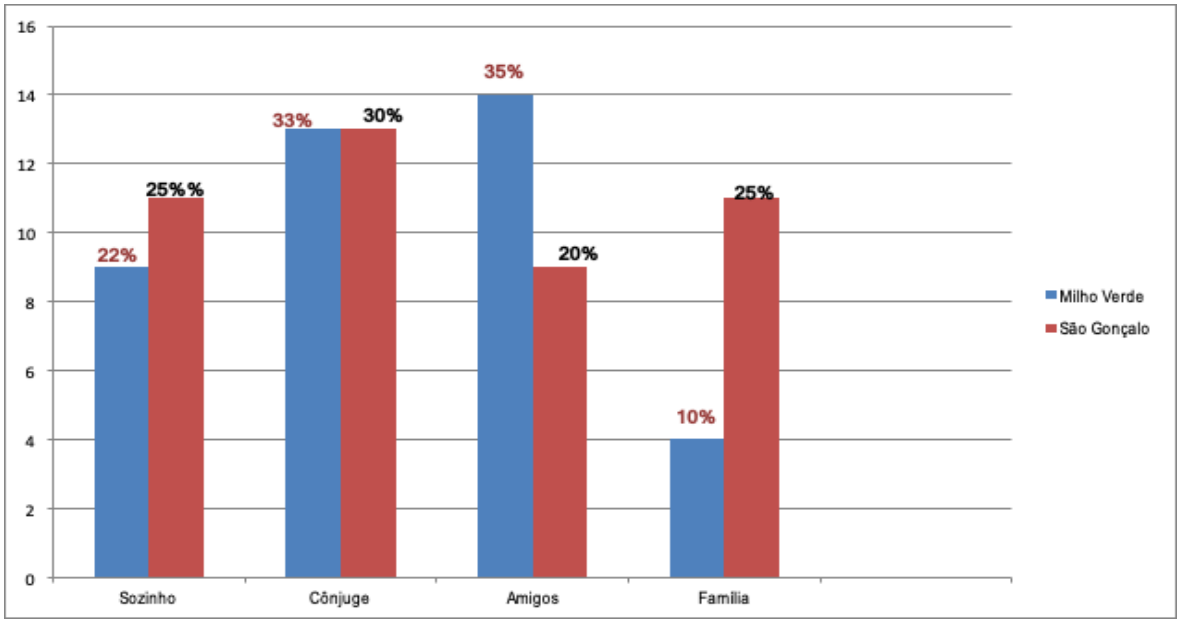


Figura 10 – Com quem viaja

Fonte: Elaboração própria (2015)

A pesquisa revelou ainda que os turistas permanecem por mais dias na região. A média varia entre dois a cinco dias, sendo que em Milho Verde nota-se um ligeiro aumento de permanência em relação a São Gonçalo, Figura 11. É importante lembrar que nem sempre o público que permanece por mais tempo contribui mais economicamente para o local. A Figura 12 revela que 25 entrevistados em Milho Verde se hospedaram em casa alugada ou de amigos e campings, ou seja, opções mais econômicas. Já em São Gonçalo, 22 entrevistados revelaram que hospedaram em pousadas, seguidos de 10, que optaram por casa de amigos.

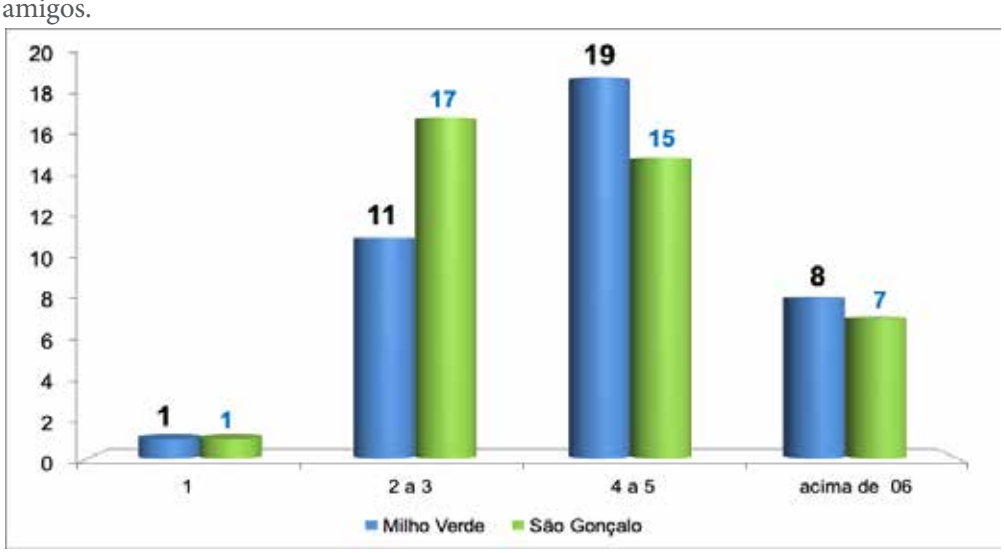


Figura 11 – Quantos dias permanecerá?

Fonte: Elaboração própria (2015)

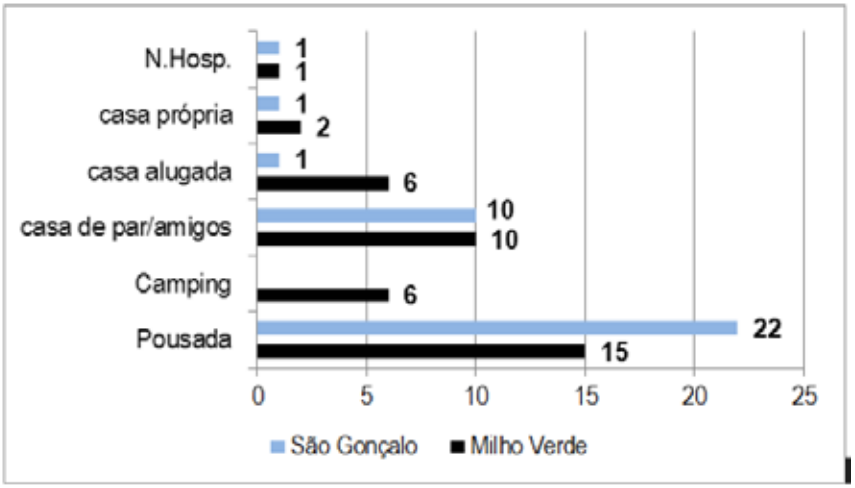


Figura 12 – Onde se hospedará?

Fonte: Elaboração própria (2015)

Por outro lado, apesar de São Gonçalo possuir um público com poder aquisitivo ligeiramente mais alto, nota-se que os turistas, em sua maioria, pretendem gastar até R$ 80,00, seguido de R$ 80,00 a R$ 120,00. Quanto a Milho Verde, 46% dos entrevistados pretendiam gastar até R$ 80,00, entretanto, 22% dos entrevistados declararam gastar acima de R$ 120,00, contra 11% do público de São Gonçalo, conforme Figura 13. Esse dado pode ser explicado pelo fato de que o turista de Milho Verde por optar por hospedagens mais econômicas podem destinar recursos para outras atividades. Outro fator importante é que por Milho Verde possuir mais opções de entretenimento noturno, como bares, casa de shows e outras programações, pode contribuir para a diversificação da oferta turística e, consequentemente, para investimentos do turista.

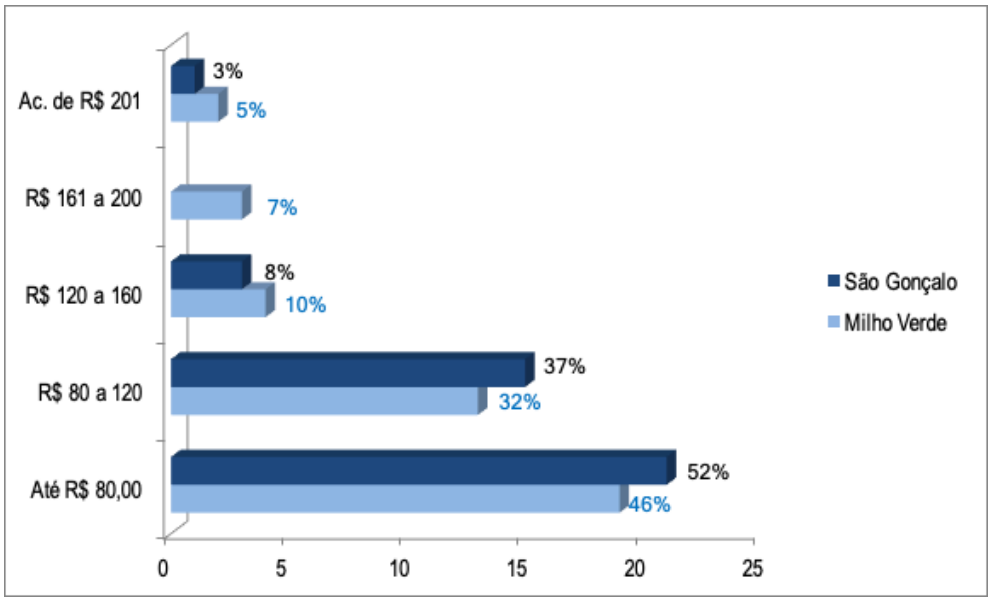


Figura 13 – Quanto pretende gastar por dia?

Fonte: Elaboração própria (2015)

No planejamento do turismo, a pesquisa de demanda turística torna-se uma ferramenta fundamental para a gestão da atividade. Os dados acima revelam que ao conhecermos a demanda real de um destino, podemos sugerir o dimensionamento da oferta turística da região de forma planejada, contribuindo assim para o atendimento efetivo dessa demanda e para o desenvolvimento local pelo turismo. Os resultados da pesquisa revelaram ainda que a organização comunitária e o protagonismo da população local podem influenciar diretamente nos rumos do desenvolvimento local pelo turismo de forma sustentável. E que cabe à comunidade local, juntamente com o apoio dos órgãos competentes e atentando às legislações, promover um turismo que valorize os costumes, a cultura e a paisagem local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de base comunitária, quando considera as características das paisagens culturais, cria a oportunidade dos moradores locais serem autogestores da atividade turística, bem como valoriza os aspectos importantes da localidade, como modo de vida, patrimônio edificado, saberes e fazeres, culinária, manifestações culturais, aspectos naturais, etc. E, portanto, pode beneficiar econômica e socialmente a comunidade local, transformando o turismo em uma experiência enriquecedora tanto para o turista quanto para os moradores. Entretanto, é importante ressaltar que para serem protagonistas desse processo e contribuírem de forma positiva para o desenvolvimento local pelo turismo, os atores sociais devem estar comprometidos com os valores coletivos, que considerem o respeito à cultura local e ainda devem ter consciência do que está em jogo no encontro entre o turista e a comunidade. É importante que ocorram intervenções quando os costumes locais estiverem sendo violados, considerando que não interessa ao turismo trazer impactos negativos para uma localidade.

As diferentes formas de organização comunitária ocorridas em Milho Verde e São Gonçalo fizeram com que as comunidades assimilassem novos conhecimentos, contribuindo para a configuração de uma nova paisagem, moldada pela capacidade social e cultural de cada uma delas. Por meio dos dados apresentados sobre o perfil da demanda turística, podemos perceber que as diferentes trajetórias de implantação do turismo nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo se refletem ainda no tipo de turismo atual. O distrito de São Gonçalo continua atraindo um tipo de turista mais envolvido com a sua paisagem cultural e valoriza o contexto cultural da região em que essa localidade está inserida, enquanto Milho Verde continua atraindo um público que busca essencialmente usufruir dos recursos naturais, sem maiores envolvimentos com o contexto histórico e cultural da região.

A gestão do turismo ocorreu por iniciativa dos próprios moradores e com o passar dos anos cada localidade se comportou de diferentes formas: Milho Verde abrindo mão de seus valores e costumes para receber o turismo (mais tarde esforços foram realizados para alterar esse cenário) e São Gonçalo investindo no associativismo para ultrapassar as barreiras que o isolamento geográfico impôs, com a decadência da mineração.

Em São Gonçalo, podemos notar ainda que os problemas relacionados ao turismo são mais discutidos do que em Milho Verde, principalmente pelos empresários, que são, na maioria, nativos. Em Milho Verde, a maioria dos empresários é adventícia e a comunidade ainda participa pouco da gestão da atividade e do empreendedorismo local. A participação da comunidade e do trade turístico no desenvolvimento da atividade é essencial para não se chegar a um estágio de estagnação do turismo. Se o turismo não for

implementado de forma sustentável e com o interesse e apoio da comunidade, poderá trazer impactos de ordem ambiental, social e cultural, interferindo diretamente na paisagem cultural.

Para que isso não ocorra, será necessário buscar melhorias nos serviços públicos, na conscientização do turista, na qualidade dos serviços ofertados, no apoio do poder público para cumprir a política de turismo e principalmente promover o associativismo nessas localidades para que os moradores possam de fato contribuir para o desenvolvimento local por meio do turismo responsável e com a participação coletiva.

REFERÊNCIAS

ARNDT. J. R. L. **Entre tradição e modernidade**: sustentabilidade do desenvolvimento pelo turismo em uma comunidade tradicional de Minas Gerais. Estudo de caso em Milho Verde, Alto Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Gestão Empreendedora – Fead. Belo Horizonte. 2007.

BESSA, A. S. M. **A Construção das Paisagens Turísticas**: nos descaminhos da Estrada Real. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Universidade de São Paulo – USP, SP. 2011.

BRAGA, S. de S. **(Eco)Turismo como Vetor de mudanças socioespaciais**: estudo comparativo entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Monografia (Graduação) – Instituto de Geociências. Belo Horizonte. 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de base comunitária**. Disponível em: ‹http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20080811.html›. Acesso em: 03 jan. 2015.

BROHMAN, J. New directions for tourism in the Third World. Annals of Tourism Research, v. 23, n. 1, p. 48-70, 1996. In: BREUGEL L. V. **Community-based tourism**: local participation and perceived impacts. A comparative study between two communities in Thailand. Master Thesis. Faculty of Social Sciences. Radboud University Nijmegen. 2013.

BUTLER. R. W. The concept of Tourist Area Cycle of Evolution: implications for management of resources. The Canadian Geographer, 24, p. 512, 1980. In: MOREIRA, A. **Turismo e arquitetura**: a produção do atrativo via singularidade/notoriedade do lugar. Arquitextos. 093. 05ano 08, fev. 2008. Disponível em: ‹http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/169›. Acesso: 14 dez. 2014.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo**: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

DIAS, R.; AGUIAR, M. **Fundamentos do turismo**: conceitos, normas e definições. Campinas-SP: Alínea. 2002.

GOODWIN, H.; SANTILL, R. Community-Based Tourism: a success? **Revista Gtz**. 2009. Responsible Tourism. University of Greenwich. London. Disponível em: ‹http://www.haroldgoodwin.info/uploads/CBTaSuccessPubpdf.pdf› Acesso em: 10 jan. 2015.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**. Salvador, ano IV, n. 7, p. 69-74. dez/2002.

MURPHY, P. E. Tourism: a community approach. London: Routledge. 1985. In: BREUGEL, L. V. **Community-based tourism**: local participation and perceived impacts. A comparative study between two communities in Thailand. Master Thesis. Faculty of Social Sciences. Radboud University Nijmegen, 2013.

REDD, M. G. **Power relations and community-based tourism planning**. Annals of Tourism Reseach, v. 24, n. 3, 1997.

RUSCHMANN, D. V. de M.; SOLHA, K. T. (Org.). **Planejamento Turístico**. Barueri, São Paulo, Editora Manole. 2006.

SANTIAGO. L. Serro: política, geografia e cultura. In: **O Vale dos Boqueirões**: história do Vale do Jequitinhonha, v. 3. Belo Horizonte. Morada Santiago. 2006.

SERRO (MG). Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Prefeitura Municipal de Serro. Informações do Município, 2014.

SUANSRI, P. Community Based Tourism Handbook. **Responsible Ecological Social Tour - REST**. Thailand. 2003.

TURISMO SOLIDÁRIO. Disponível em: ‹www.turismosolidario.com.br›. Acesso em: 13 dez. 2017.

REALIZAÇÃO







APOIO INSTITUCIONAL





EDIÇÃO



PATROCÍNIO

